



Camila Moura Pinto

**“Por um olhar Transhabermasiano: A
esfera pública virtual como tecnologia
cognitiva”**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-
graduação em Educação do Departamento de
Educação do Centro de Teologia e Ciências
Humanas da PUC-Rio.

Orientador: Ralph Ings Bannell

Rio de Janeiro
Julho de 2017



Camila Moura Pinto

“Por um olhar Transhabermasiano: A esfera pública virtual como tecnologia cognitiva”

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profº. Ralph Ings Bannell

Orientador

Departamento de Educação - PUC-Rio

Profª. Zena Winona Eisenberg

Departamento de Educação – PUC-Rio

Profª. Giovanna Marafon

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Profº. Sergio Roclaw Basbaum

PUC/SP

Profº. Alfredo Pereira Junior

Universidade Estadual Paulista Júlio

Profª Monah Winograd

Coordenadora Setorial do Centro

de Teologia e Ciências Humanas

PUC-Rio

Rio de Janeiro, 18 de julho de 2017.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Camila Moura Pinto

Possui Graduação e Bacharelado em História (2004) pela Universidade Federal Fluminense. Possui mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2013). Desenvolve pesquisa teórica na área de Educação enfocando a relação entre internet, cognição e esfera pública e sua interface com a formação/cognição política. É colaboradora do Grupo de Pesquisa em Educação e Midia (GRUPEM), coordenado pela Prof.^a Dra. Rosália Duarte, na PUC-Rio. Possui experiência com monitoramento e avaliação, implantação e gestão de projetos sociais na área de Educação não-formal em todos os segmentos do Ensino Básico, atuando tanto no magistério quanto na coordenação de projetos educacionais no terceiro setor. Consultoria prestada à seleção pública de projetos do Programa Desenvolvimento e Cidadania da Petrobras (2010 e 2012) e Programa Esporte e Cidadania da Petrobras (2014). Possui experiência na área de desenvolvimento de material didático (LT&F/UFRJ) para o Programa Jovem Aprendiz e Adolescente Aprendiz, AO - Serviços Bancários e AO - Serviços Administrativos.

Ficha Catalográfica

Pinto, Camila Moura

“Por um olhar Transhabermasiano : A esfera pública virtual como tecnologia cognitiva” / Camila Moura Pinto ; orientador: Ralph Ings Bannell. – 2017.
236 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2017.
Inclui bibliografia

1. Educação – Teses. 2. Internet. 3. Cognição. 4. Esfera pública. I. Bannell, Ralph Ings. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. III. Título.

CDD: 370

Aos meus amores Rodrigo e Inês, extensões do meu coração.

Agradecimentos

Agradeço, inicialmente, à CAPES por ter financiado os dois primeiros anos desta pesquisa. O faço, igualmente, à FAPERJ por ter me concedido a Bolsa Nota Dez pelos últimos dois e, a prorrogação da mesma, pelo período de 4 meses referente à Licença Maternidade, direito desconhecido por boa parte das bolsistas. À PUC-Rio, sobretudo, na figura de Nancy, nossa secretária competente, atenciosa e sempre pronta a ajudar, ouvir e esclarecer todo tipo de dúvida. A ela, também deixo a minha gratidão.

Ao meu orientador Ralph Ings Bannell, deixo um especial agradecimento. Figura central na elaboração, organização e “viagens” desta pesquisa. A maneira aberta e livre de sua orientação, seus ensinamentos e a forma como me permitiu ousar são a base desta tese. Não posso deixar de mencionar o Grupo de Pesquisa Educação e Mídia (GRUPEM) coordenado pela professora Rosália Duarte. As discussões do grupo, a leitura e seus comentários sobre o projeto foram cruciais nos direcionamentos da pesquisa. À vocês, o meu reconhecimento eterno.

Aos meus familiares e amigos, que são a base de qualquer existência, o meu muito obrigada!

Ao meu marido Rodrigo, companheiro de vida e leitor atento de meus escritos. Sem suas observações, compreensão e carinho, jamais teria conseguido reunir forças para me dedicar à tese. Sua dedicação, presença e amor à Inês, nossa pequena pipoquinha, que nasceu no segundo ano da pesquisa, foram cruciais na elaboração deste trabalho. Gratidão, também, à minha filha que, com poucas horas de vida, já me ensinava que aprendemos e exploramos o mundo com todo o corpo. A reunião da bibliografia, suas leituras e a observação de seu crescimento e desenvolvimento formaram um conjunto imprescindível às problematizações e relativizações acerca do papel do corpo e das emoções em nossos processos de aprendizagens. À vocês, eu não apenas agradeço, mas dedico esta pesquisa.

Resumo

Pinto, Camila Moura; Bannell, Ralph Ings. “**Por um olhar Transhabermasiano:** a esfera pública virtual como tecnologia cognitiva”. Rio de Janeiro, 2017. 236p. Tese de Doutorado - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A questão que move este estudo gira em torno de indagações teóricas acerca do papel das “novas mídias” na formação política atual. Parto da ideia de que a *internet* desempenha, hoje, papel central no desenho da esfera pública. Faz-se necessário, entretanto, transcender o conceito, tal como pontuado por Jürgen Habermas, visto que este defende que o agir nesta esfera resume-se a expor e ouvir ideias em sua forma discursiva verbal. É intrínseco, portanto, que atuando na esfera pública podemos formar nossas opiniões, compartilhá-las e transformá-las, configurando-a, por princípio, como um espaço formativo. Normalmente, autores da área da educação relacionam o pensamento de Habermas à formação política em, pelo menos, duas vertentes: a construção de um público apto a argumentar utilizando a linguagem verbal; e sua relação com a formação dos indivíduos, no tocante a sua capacidade de construir opiniões de forma crítica e reflexiva. Ela é, então, caracterizada pelo autor como um espaço racional e mediado pela linguagem verbal. Acredito, contudo, que algo foge a essas interpretações, especialmente, quando observamos a interação na *web*. Defendo a tese de que é preciso considerar a esfera pública virtual uma tecnologia cognitiva, ampliando sua conhecida vertente discursiva verbal. O intuito da pesquisa é unir uma série de aspectos que, em detrimento da valorização do discurso racional, acabam excluídas da análise habermasiana e da pedagogia crítica. Isso não significa abandonar a ideia de que a esfera pública seja um espaço de atos de fala, de discussão de ideias ou mesmo de emancipação social ou criação de consciência política, mas procurar ir além. Interessa-me englobar, a esse vasto repertório, uma concepção de funcionamento da mente/racionalidade que incorpore também aspectos corporais, emocionais e tecnológicos ao uso dos artefatos conectados à *internet* como tecnologias cognitivas, extensões de nossa mente e objetos materiais que produzem e/ ou alteram o sentido empregado na construção de significados e visões de mundo. Isso implica compreender esses objetos como

constitutivos e transformadores e, não apenas, instrumentos procedimentais ou mediadores na construção de nossas opiniões e ideologias políticas.

Palavras-Chave

Esfera pública; Tecnologia cognitiva; Internet

Abstract

Pinto, Camila Moura; Bannell, Ralph Ings. (Advisor) “**Towards a Transhabermasian approach:** the virtual public sphere as cognitive technology”. Rio de Janeiro, 2017. 236p. Tese de Doutorado - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The question that moves this thesis includes theoretical inquiries about the role of "new media" in the current political formation. I start from the idea that the internet plays, nowadays, a central position in the design of the public sphere, because it has been presented as the great deliberative arena today. It is necessary, however, to transcend the concept, as designed by Jürgen Habermas. He argues that acting in this sphere means to expose and listen to ideas in the verbal discursive form. It is, therefore, acting in the public sphere that we can form our opinions, share them and also transform them. Because it has these configurations the public space is by principle a formative space. Usually, authors of Education area relate Habermas's thinking to political formation in at least two strands: the construction of a public apt to argue using verbal language; and to form individuals capable of constructing their opinions in a critical and reflexive way. It means that public sphere is then a rational space mediated by verbal language. I believe, however, that something escapes these interpretations, especially when we observe the interaction on the web. I defend the thesis that it is necessary to consider the virtual public sphere as a cognitive technology, amplifying its well-known verbal discourse. The aim of the research is to unite a series of aspects that, to the detriment of the valorization of the rational discourse, are excluded from the habermasian analysis and the critical pedagogy. It doesn't mean I'm rejecting the idea that the public sphere is a space of speech acts, discussion of ideas or social emancipation, but go further. I am interested in including in this vision a conception of mind / rationality that also incorporates corporal, emotional and technological aspects to the use of internet connected artifacts as cognitive technologies, extensions of our mind and material objects that produce and / or altering construction of meanings and visions of the world. This implies understanding these objects as constitutive and transformative, not merely

procedimental instruments or mediators in the construction of our political opinions and ideologies.

Keywords

Public sphere; Cognitive technology; Internet

Sumário

1 Introdução	12
2 Por uma esfera pública transhabermasiana	28
2.1 Mudança estrutura da esfera pública: caracterização histórica do conceito	30
2.2 Um conceito em crítica: a esfera pública em debate	40
2.3 Internet e esfera pública: uma interface possível	46
2.4 Por um olhar transhabermasiano à esfera pública	63
3. Como se a capacidade de voar fosse exclusiva dos pássaros	73
3.1 O dualismo cartesiano: problema mente-corpo	79
3.2 Aviões voam mais alto que pássaros	91
3.2.1 Principais críticas ao conceito de mente estendida	95
3.2.2 A defesa: Clark's Revenge	100
3.3 Mentes estendidas em interação na esfera pública transhabermasiana	107
4. Um sistema estendido de cognição	116
4.1 Mindware: triângulo conceitual de Clark	117
4.2 Os sistemas cognitivos estendidos: para além da distribuição da cognição	126
4.3 Somos todos ciborgues: a esfera pública virtual como tecnologia cognitiva	133
5. Corpos-rede em ação: a esfera pública virtual como variedade de presença	143
5.1 Um corpo fragmentado: o cérebro preditivo de Clark	148
5.1.1 Um corpo fragmentado: a pedra no caminho	151
5.1.2 Contornando a pedra: somos mais que nossos cérebros	160
5.2 A esfera pública virtual como variedade de presença	165
5.2.1 A internet como espaço de fluxos	171
5.3 A presença do outro: um corpo-rede	178

6. Efeitos de presença: um olhar transhabermasiano à formação política	185
6.1 Internet e esfera pública: considerações relevantes	189
6.2 Formação política e cognição estendida: web-extended mind	198
6.2.1 Formação política atual: um processo estendido de cognição	200
6.2.2 web-extended mind	203
6.3 Formação política como efeito de presença	209
6.3.1 Formação política e a presença da tecnologia: corpo, mente, mundo e linguagem	212
7 Considerações Finais	222
8 Referências bibliográficas	227

Meu interesse pela formação política nasceu durante minhas investigações de mestrado quando acompanhei, em pesquisa empírica, um grupo de jovens estudantes do Ensino Médio e sua relação com o grêmio estudantil. Queria entender o processo de formação política a partir, sobretudo, dos relatos dos adolescentes acerca de suas vivências na agremiação. Nesse estudo uma coisa, rapidamente, ficou clara. A compreensão, tanto da política, quanto dos processos formativos que a envolvem, não deveria concentrar-se naquilo que, comumente, chamamos de formação de juízo, ideologia, ou mesmo de consciência política. Percebi que tanto a política, quanto o próprio sentido de formação deveriam ultrapassar estas vertentes, atingindo sua compreensão enquanto fenômenos que nos tocam, que podemos vivenciar, experimentar, compartilhar e sentir.

Mais do que narrativas encadeadas do porquê organizavam-se em um grêmio escolar, os estudantes revelavam sua importância emocional. No entanto, a maneira como declaravam seu amor ao grêmio e a tudo que ele representava não restringia-se à noção de afeto. Havia uma organicidade no grupo e na forma como se identificavam que me faziam repensar, também, a presença do corpo e da emoção na política. A medida que esses elementos misturavam-se aos depoimentos, me desafiavam a compreender e ressignificar minha própria concepção sobre a formação política que, também, se manifestava enquanto sinônimo de formação de opinião, ideologia e consciência política.

Continuando a me surpreender, festas e saraus culturais eram considerados espaços de ação política, pois, nesses tipos de eventos os jovens marcavam suas presenças. A ocupação de espaços dentro da escola era retrata como estratégia de luta política dos estudantes. Os inúmeros convescotes foram revelados como cruciais e me lembravam o quanto o corpo e a maneira como faz-se presente, apesar de fundamental, central e marcante na formação humana é, constantemente, ignorado das análises e reflexões sobre a formação política.

Na área da Educação, por exemplo, este tema aparece, recorrentemente, relacionado ao conceito de esfera pública, tal como pontuado por Jürgen Habermas. É intrínseco às análises deste autor, pensá-la como espaço formativo, pois é atuando de maneira interativa, comunicativa e, sobretudo, deliberativa, que

podemos formar nossas opiniões, articular pensamentos e forjar ideologias. De acordo com ele, os atos de fala nesta esfera significam, sobretudo, expor e ouvir ideias na forma discursiva verbal. Ainda de acordo com ele, este agir é, também, ação reflexiva, pois, é via argumentação que podemos não apenas elaborar, mas rever nossos próprios pensamentos e argumentos. Como local de exposição das visões de mundo passíveis à deliberação e ao diálogo, é importante destacar que uma característica importante do conceito é a busca pelo consenso, cujo debate de ideias tem um peso central, conduzindo ao entendimento mútuo, central em seu escopo de Democracia.

Em termos de intervenção política, além de ser um espaço de expressão e conversação, a esfera pública pode atuar como articuladora, proponente e mediadora do debate público. Isso significa dizer, em suma, que a própria esfera pública, por configurar-se como local de expressão, significação e formação, seria inerentemente, um espaço cognitivo¹.

É partindo dessas ideias que alguns pesquisadores relacionam o pensamento de Habermas à formação política, chamando atenção, sobretudo, para a importância de se preparar os cidadãos para atuação na esfera pública. A leitura de alguns de seus trabalhos sugere que a formação política é um processo educativo direcionado à emancipação dos indivíduos. À educação caberia, então, o papel de criar competências discursivas verbais para a atuação em âmbito público. Dessa maneira, aliados a um projeto de educação voltado à emancipação, é seu dever formar um sujeito dialógico que participe, ativamente, da vida pública de forma crítica e reivindicatória, utilizando-se da linguagem verbal para tal empreitada (AZEVEDO, 2012; BERTEN, 2012; BOLZAN, 2002; BORGES, 2009; GOMES, 2005, 2007a, 2007b, 2009, GOMES, 2010; MÜHL, 2011; TORRES, MORROW, 1998; RUZ, 1984).

Dentro dessa lógica a esfera pública cumpriria, então, seu papel educacional em pelo menos, duas vertentes: na construção de um público apto a deliberar de maneira discursiva e argumentativa os assuntos de interesse público, através do

¹ É importante colocar que a cognição deve ser compreendida, nesta tese, a partir de seu viés filosófico, ou seja, no sentido de que algo que possa ser conhecido é cognoscível. O termo “espaço cognitivo” não deve ser tomado ao “pé da letra”, pois a cognição não deve ser compreendida como algo que aconteça em um determinado lugar. Ela é um processo e não um lugar. A expressão, apenas, tenta marcar a tentativa de pensar a esfera pública como, também, um local onde produz-se conhecimento e, não apenas, discurso.

diálogo mediado pela linguagem verbal; e na formação de indivíduos que sejam capazes de construir suas opiniões de maneira crítica e reflexiva, aptos a contribuir com a deliberação pública e a emancipação social². É importante dizer, que, é intrínseco a estas reflexões, tanto uma concepção de racionalidade que exclui quaisquer interfaces com o corpo e as emoções, quanto a linguagem verbal como única produtora de significados. Parece-me, então, que algo foge a essas reflexões. O corpo, por exemplo, aparece compondo o gestual da expressão, uma parte que auxilia a comunicação, considerado alicerce e não constitutivo dos processos de interpretação e criação de visões de mundo. O mesmo é direcionado às emoções, outro elemento tido como secundário. Ao desconsiderarem, desse modo, boa parte da base material que compõe nossas interações e aparato cognitivo³, essas visões deixam lacunas às análises sobre os processos formativos e sua interface com a política, que nesta tese pretendo começar a preencher.

Esse direcionamento do olhar, por sua vez, me conduziu a uma enxurrada de problemas e questionamentos. Vale citar alguns deles: O que é formação e como ela é construída? Posso entender formação como sinônimo de cognição? Compreendendo o funcionamento do aparato cognitivo, alcanço, com plenitude, o entendimento de como se desenha a aprendizagem? Como um pensamento

²Uma das grandes críticas que Habermas faz à imprensa, no livro *Mudança estrutural da esfera pública*, tem a ver com o papel que a grande mídia desempenha alienando as massas, produzindo uma opinião pública pré-fabricada, vendida como genuína. A consequência deste processo de alienação é a despolitização da esfera pública, totalmente ocupada por veículos de comunicação massificados. O dever da educação seria então, atuar na emancipação dos cidadãos, construindo sujeitos protagonistas, destinados a repolitizar esta esfera. Essas críticas também representam, de forma geral, a visão de uma pedagogia crítica preocupada, principalmente, em tecer críticas sociais e propor uma visão de educação voltada à emancipação humana, a partir do ensino crítico e da autonomia.

³ Isso não significaria abandonar a ideia de que a esfera pública seja um espaço de atos de fala, de discussão de ideias ou mesmo de emancipação social, mas procurar ir além. Interessa-me englobar a esta visão uma concepção de funcionamento da mente/racionalidade que incorpore também aspectos corporais, emocionais, estéticos e tecnológicos, elevando o *status* dos objetos à tecnologia cognitiva, extensões da mente e constitutivos do aparato cognitivo. Isso implica compreender esses objetos como transformadores da cognição e não apenas instrumentos procedimentais ou mediadores. Tal como pontuado por Andy Clark: “Such technologies, once up and running in the various appliances and institutions that surround us, do far more than merely allow for the external storage and transmission of ideas. They constitute, I want to say, a cascade of ‘mindware upgrades’: cognitive upheavals in which the effective architecture of the human mind is altered and transformed” [...] The mind is just less and less in the head”. (CLARK, 2003, p.40-41). Vale adiantar que Clark (2011) defende a tese de que os instrumentos que utilizamos em nossas tarefas diárias formam, em conjunto com o nosso corpo, um sistema cognitivo estendido. Em sua visão, os artefatos, então, devem ser considerados enquanto tecnologias cognitivas, pois desempenham papel ativo e funcional neste sistema que não se restringe ao corpo humano, estendendo-se pelo mundo. Essa possibilidade nasce de referências teóricas que enxergam a cognição como algo incorporado, situado, integrado, híbrido e distribuído.

conceitual é formado? A formação política pode ser resumida a formação conceitual? Em que sentido? Qual o papel do corpo e das emoções na formação conceitual? Eles são instrumentos ou constitutivos da cognição? Quais aspectos devem ser considerados para pensar a formação política? Qual sua interface com as ideias de cognição, funcionamento da mente, corpo e emoção? Como ela acontece? Como estudá-la? Se nos formamos agindo e explorando o mundo, existe ação que não seja, intrinsecamente, formativa? Qual critério de racionalidade deve ser empregado para compreender os processos de formação?

As respostas a essas perguntas estão longe de serem respondidas com precisão. Mas sabemos muitas coisas a respeito. A primeira delas é que não é possível formar-se sem agir, tampouco é possível fazê-lo sem sentir. Não é possível aprender sem um corpo, ou seja, não existe aprendizagem sem uma (ou mais) base(s) material(is) que a sustente. Não é possível conhecer sem um cérebro, muito menos, sem suas conexões neuronais que se espalham por todo o organismo e, há quem diga, distribuem-se e estendem-se para fora do corpo biológico. Sabemos, também, que, o que é compreendido, comumente, por racionalidade, algo metafísico e descorporificado precisa ser revisto, pois não há um corpo separado da mente.

No entanto, não foi assim que aprendemos a olhar para a forma como o conhecimento é construído. É comum e compartilhado: pensamos com a cabeça (razão) e sentimos com o coração (corpo). A ideia de que pensar e sentir são ações internas e distintas, estados mentais privados e individuais, próprios de um eu interior que percebe o mundo, que lhe é externo, são facilmente aceitas pelo senso comum. A percepção, dentro dessas lógicas, é algo que acontece dentro do nosso âmago, produzindo imagens internas e designativas que representam, mentalmente, a realidade. De acordo com esta perspectiva, ação e percepção acontecem em tempos consecutivos e não de forma concomitante. Neste escopo teórico, ação e percepção são dois processos distintos. Um externo e outro interno. Um ativo e outro passivo. Um relacionado ao corpo e o outro relacionado a “mente”, a “razão”, ao “conhecimento”. O sujeito é construído como conhecedor do mundo, “desprendido”⁴ de sua cultura, de seu ambiente e de suas interações.

⁴ A expressão “sujeito desprendido” foi cunhada para problematizar a concepção de homem moderno, que nasce dentro do contexto histórico de transição do feudalismo para o capitalismo.

Seus processos cognitivos são reduzidos à ideia de processamento das informações no interior de uma mente cerebral e ao corpo como máquina. De acordo com este paradigma, somos todos seres humanos, logo todos iguais, dotados do mesmo aparato cognitivo, cérebro e sistema nervoso⁵.

A ideia de que primeiro agimos para depois perceber, tem sido derrubada por autores “pós-cognitivistas”, que criticam o dualismo, reconhecendo a unidade fundamental entre mente, corpo e mundo, dando também destaque ao papel das ferramentas e tecnologias para compreender a cognição. Não posso deixar de mencionar, nesse contexto, a importância da psicologia histórico-cultural como um dos antecedentes primordiais da tentativa de romper com essa visão “desprendida” sobre o sujeito e a cognição. A noção de que o processo de aprendizagem é algo que deve ser compreendido para além de uma predisposição essencial, relacionada à natureza humana, ganhou força nas pesquisas russas das primeiras décadas do século XX. Destas, destacam-se, principalmente os estudos de Vigotski, Luria e Leontiev que defendiam a tese de que o desenvolvimento cognitivo era, ao mesmo tempo, algo interpessoal e intrapessoal. Sobre a crítica vigotskiana ao dualismo cartesiano, afirmam Bannell *et.al.* (2016, p.59):

Em trabalhos da década de 1930, Vygotsky expressava claramente sua posição discordante em relação ao que ele identificava como dualismo corpo-mente na psicologia. Chegou a escrever um texto, em 1933, no qual apontava suas críticas ao pensamento de William James e de Carl Lange, que, para ele, pareciam ter forte vinculação ao pensamento dualista cartesiano - com substituição de fundamentos teológicos por fundamentos fisiológicos.

Como centro do mundo, a noção de razão, que acompanha o humanismo, (incluindo a cognição e tudo a ela relacionado, como a percepção, a conceituação, a memória etc.) é compreendida como fenômeno interligado às capacidades individuais, interiores aos sujeitos. A ideia de natureza humana relacionava-se a uma concepção de homem como, essencialmente, encapsulado nele mesmo. “Teorias sobre o ‘homem desprendido’ geralmente concebem a cognição humana como resultado das operações da mente sob insumos provenientes da razão em si mesma, ou dos sentidos, ou da combinação dos dois”. (BANNELL *et.al.* 2006, p.14).

⁵ A meritocracia, defendida por alguns políticos atuais, termo utilizado, constantemente na área da Educação é construída, conceitualmente, dentro deste paradigma. Ao lançar sobre os indivíduos a responsabilidade por seus méritos ou deméritos educacionais, parte do princípio de que todos são iguais, logo, possuem as mesmas condições de competir e de aprender. Defender a meritocracia dentro das escolas, é concordar com a tese, bastante antiga, do “sujeito desprendido”. Esquece-se de que há uma sociedade desigual, investimentos distintos e políticas que privilegiam poucos em detrimento de muitos, mas desconsidera-se, principalmente, que vivemos em um ambiente interativo a nossa volta, que circulamos nesse meio e que isso impacta, diretamente, a maneira como percebemos e atuamos no mundo. Não, não somos todos iguais e nossos corpos biológicos, mesmo funcionando da mesma maneira (há controvérsias), são apenas parte do processo de ler e perceber o mundo. A meritocracia desconsidera, inclusive, a ideia de que a mente humana é o resultado da relação sensório-motora dos sujeitos com as coisas concretas do mundo.

Além dos estudos neurológicos e comportamentais, as pesquisas desses autores, ao observarem a inserção histórica-cultural dos sujeitos, rompiam com a visão do indivíduo desprendido e isolado do mundo. Compreendiam que o desenvolvimento, a aprendizagem e a própria natureza humana eram compostos tanto biológica quanto culturalmente, constatação que tornou-se pressuposto. Defendiam a noção de que os seres humanos são compostos de funções psicológicas elementares e superiores, estas formadas a partir das experiências vividas. A abstração, o raciocínio, a memória, a atenção e a linguagem são, então, funções psicológicas adquiridas e não inatas. São processos psicológicos específicos da espécie humana constituídos sócio-histórica e culturalmente. Neste sentido, a forma como internalizamos as experiências incide, diretamente, sobre a maneira como percebemos o mundo. Na visão desses autores, perceber é internalizar.

De acordo com Michael Cole e Sylvia Scribner, no prefácio a edição brasileira de *A formação social da mente*, a obra, escrita na Rússia pós-revolucionária, teve o objetivo de “desenvolver uma teoria marxista do funcionamento intelectual humano.” Isso significava compreender a psique pelas lentes do materialismo histórico. Uma das bases dessa reflexão é a ideia de que as transformações históricas e materiais da vida produzem efeitos não só culturais, mas na própria natureza humana. Desse modo, podemos pensar, partindo deste pressuposto, que é dentro de um programa de ações no mundo material que é possível conhecer e aprender. É integrando-se em um ambiente interativo e mediado por instrumentos que a percepção humana pode se desenvolver. A cognição está mais para criação do que mero aparato, logo, fruto de trabalho, técnica e ação. A psicologia humana deve ser entendida como um processo sempre em transformação e mudança. Não há conhecimento passivo, portanto, nenhuma etapa do processo cognitivo é passiva⁶.

Estavam lançadas as bases para se pensar uma Teoria Psicológica Geral da Atividade que advoga a ideia de que a cognição é ativa, fruto da interação dos indivíduos entre si e com o ambiente, incluindo o mundo material. Ou seja, os

⁶ Vale mencionar, inclusive, a questão do uso de instrumentos e sua ligação com o que chamou de inteligência prática das crianças, uma abordagem interessante escolhida por Vigotski para refletir sobre a formação social da mente, que o permitiu pensar, já nas primeiras décadas do século XX, a importância dos artefatos e utensílios na mediação e produção do conhecimento.

artefatos e objetos que usamos em nossas tarefas diárias passam a compor, em conjunto com o organismo, a cognição. O conceito fundamental de atividade implica a relação entre o sujeito, tomado como ator de uma ação e um objeto, que pode ter sua forma material ou imaterial, com vistas a um determinado fim. A cognição é encarada como resolução de problemas cujos artefatos atuam na performance do sujeito.

De acordo com Barentjen e Tretvik (2002) a teoria da atividade traz um novo esquema para pensar a relação dos seres humanos com o uso de artefatos e sua interface com a cognição. Diferentemente do pensamento da *troika* russa, a ação e não os instrumentos passam a mediar a relação sujeito e objeto, tornando a percepção não uma internalização, mas uma “atividade perceptiva”. Nesse sentido, a cognição só pode ser estudada a partir da compreensão dos contextos de ação, sustentados pelas atividades concretas, sempre intencionais, motivacionais e objetivas dos sujeitos.

A partir do momento que a cognição passa a ser considerada como incorporada e situada - o sujeito passa a ser visto como “preso” ao meio de ação e aos seus artefatos técnicos; ela pode ser compreendida, também, como distribuída. Ou seja, os objetos que usamos nas mais variadas tarefas e problemas do nosso dia-a-dia passam a constituir o aparato cognitivo. A cognição humana é tomada, então, como um sistema inteligente e funcional, cujos instrumentos participam, ativamente, do processo cognitivo.

Estão abertas as portas para unificar, mente, corpo e mundo na compreensão da formação humana. Sob esta égide, os argumentos desta tese buscam mostrar ao leitor que pensamos e sentimos com todo o corpo e que precisamos rever a “cultura do dualismo”. Outro aspecto relevante é a problematização da difundida ideia de que podemos ser caracterizados enquanto seres reflexivos e sujeitos interpretativos, desconsiderando o fato de que vivenciamos e tocamos o mundo com nossos sentidos e que estes são constitutivos de nossa racionalidade. O direcionamento teórico assumido procura, então, romper com pensamentos polarizados e evitar suas armadilhas, tentando esquivar-se de discussões que reduzem, por exemplo, a racionalidade como sinônimo de intelecto e o pensamento reflexivo como componente exclusivo da formulação de ideias. Para tal empreitada, parto do princípio de que não é um eu interno que aprende, mas um corpo associado e mediado que pode se formar e isso inclui tomar os artefatos

como constitutivos de nosso aparato cognitivo. Acrescenta-se a esta ideia, é importante colocar, o argumento de que a cognição, não necessariamente, encerra-se nas fronteiras de nosso corpo biológico, estendendo-se para fora dele.

Há sempre, dessa maneira, um corpo associado mediando outros corpos associados e este é o pressuposto de quaisquer processos formativos e de comunicação. Tomando essa direção, um dos argumentos que defendo é que a formação política não deve ser compreendida como resultado exclusivo de conversas, interações e discussões verbalizadas ou reduzida a uma racionalidade discursiva ou comunicativa, ou mesmo subjetiva ou intersubjetiva⁷. A questão, desse modo, não reside no nome que se dá, ou a forma como compreendemos o que é a razão. O problema maior habita em reduzi-la à uma espécie de estado mental, como se fosse possível separá-la do corpo. Defendo que a formação política seja encarada como resultado de um conjunto de fatores que não podem ser reduzidos a quaisquer arquétipos conceituais de racionalidade que não inclua, em seu bojo, o corpo e o mundo material como aspectos constitutivos da cognição.

No entanto, uma consideração é central. Para pensar a formação política atual relacionando-a à interface entre a esfera pública e a cognição é imprescindível levar em consideração o papel da rede mundial de computadores em nossas vidas. Ela está, sempre, entre nós, compondo nossas rotinas de uma forma tão intensa que é difícil ignorá-la. É inegável que o meio de comunicação, *internet*, vem modificando a forma como percebemos o mundo, transformando nossos sentidos, ajudando a moldar, não somente, nosso aparato cognitivo, mas nosso próprio senso de identidade. Perguntas como: Quem somos? Quem são nossos amigos? Com quem conversamos mais? Tem na *internet* a chave de suas respostas, assim como outras questões como, por exemplo: Como aprendemos e pesquisamos algo nos dias de hoje? Onde achamos as respostas para os mais variados problemas? Qual o melhor remédio para dor de cabeça? Qual a melhor

⁷ Na visão de Habermas, principal teórico da esfera pública, tanto a noção de razão, quanto o conceito de subjetividade atrelam-se à linguagem em interação. Isso significa conceber a formação do sujeito como algo intersubjetivo, a razão como comunicativa e a verdade como assentada não no conhecimento do mundo via razão destranscendentalizada, como definida na Modernidade, mas na validação do discurso, na argumentação e na hermenêutica. O acordo consensual é visto, por este autor, tanto como a base da deliberação na esfera pública, quanto na própria ideia de verdade, que deixa de ser algo constatado e acessado pela razão, passando a ser alcançável pelo discurso.

receita para receber um novo amor? Como respostas, a *web* guia algumas saídas a essas indagações. Minha página do *facebook*, por exemplo, diz que sou Camila Moura e tenho 570 amigos. Uma rápida navegada na *internet* diz que posso tomar *aspirina* ou *tylenol* para dor de cabeça e que um salmão ao molho de maracujá é uma ótima receita para conquistar alguém. Mesmo fora das redes virtuais, quando desligo o computador e pergunto ao meu sobrinho sobre um livro para estudar matemática, para concursos, ele me responde: - Tia, para que livro? Veja uma video aula no *youtube*! Seu amigo, que passava o final de semana na casa da minha irmã, imediatamente, complementa: - Para que livro “mané”, ela pode digitar o assunto no *Google* e dá um *enter*! Todas as respostas, para todas as perguntas vc encontra lá. - Arremata.

A *web* emerge como resposta para quase todas as questões relativas ao acesso à informação e conhecimento, em nossa realidade atual, por isso não podemos desconsiderá-la quando o assunto são os processos formativos. O fato de podermos encontrar as respostas para nossas mais variadas dúvidas navegando pela *internet* sugere que há algo novo, que está em construção, na interface entre os seres humanos e o conhecimento que perpassa essas tecnologias, sua acessibilidade e não só a disponibilidade dos conteúdos informacionais que nela circulam, mas a credibilidade que possuem. Tendemos a confiar. Acreditamos nas respostas que ela nos fornece, mesmo sem saber ao certo a procedência e a autoria de seu conteúdo.

O que seria, então, esse algo novo? Onde reside o ineditismo dessas “novas mídias”? Por que a conexão na *internet* e a disseminação de dispositivos conectados em rede, traz consigo a crença de que os seres humanos estão se transformando, tornando-se outra coisa? O seriado *Black Mirror*, disponível aos assinantes do *Netflix* (uma espécie de TV por assinatura, onde é possível assistir filmes e séries pela *web*), é um bom exemplo de produção audiovisual que nos coloca esse tipo de questionamentos. Seus episódios confrontam a natureza humana ao uso de tecnologias, altamente, sofisticadas. A série reinventa o sentido de ciborgue, criatura bastante famosa nos filmes de *Hollywood*, tornando-o não algo excêntrico que se destaca porque é metade homem e metade máquina, mas como uma condição, propriamente, humana. Somos um corpo associado e o advento dos artefatos conectados em rede tem evidenciado essa característica, devido à forma acoplada como os utilizamos. Na série, prevalece a ideia de que as

tecnologias são as atrizes principais, pois aparecem como constitutivas do corpo, modificando não só comportamentos e identidades, mas os próprios processos de ser e estar no mundo desses ciborgues.

De acordo com Gumbrecht (2010a, 2010b) o significado que atribuímos a determinado fenômeno social não deve ser dissociado da materialidade dos processos interativos que envolvem a produção dos sentidos. O autor chama atenção no livro, *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*, para o fato de que a hermenêutica, enquanto principal paradigma da construção do conhecimento nas ciências humanas, ao apostar em uma espécie de idealismo metafísico na produção da interpretação, muitas vezes, afasta-se da materialidade envolvida nos processos de comunicação e expressão, centrais e imprescindíveis à produção de significados. Ele coloca que, ao fixarmos nossa compreensão sobre o mundo em nossas potencialidades (mentais) interpretativas, nos esquecemos da presença dos objetos e das coisas que compõem o mundo. Pela expressão “Materialidades da comunicação” definidas como “(...) todos os fenômenos e condições que contribuem para a produção do sentido, sem serem, eles mesmos sentido.” (GUMBRECHT, 2010a, p.28), o autor argumenta que a produção dos significados gira em torno de *efeitos de sentido* e *efeitos de presença* e que estes orientam a produção do sentido. Isso significa afirmar que o meio e, não somente, o conteúdo influencia na recepção da mensagem. De acordo com suas palavras:

Nosso fascínio fundamental surgiu da questão de saber como os diferentes meios – a materialidade é uma palavra-chave no entendimento da cognição. Para ele, a própria constituição de nossa mente é um processo cíclico e acoplado entre o interior e o exterior, no sentido de que devemos pensar esses artefatos como nossas extensões. De acordo com sua linha argumentativa, somos naturalmente ciborgues, pois os artefatos técnicos, ao serem acoplados ao nosso sistema cognitivo, ganham *status* de tecnologias cognitivas, pois podem exercer a mesma funcionalidade de determinadas partes do corpo.

Ele defende, diferentemente, de Salomon & Perkins (2005) e de Perkins (1993), por exemplo, que a incorporação dos artefatos na cognição não possui mera qualidade de efeito (ou seja aprendemos *com/através* ou *da* tecnologia), mas é constitutiva do aparato cognitivo situado em um sistema estendido de cognição. Radicalizando, Clark apresenta uma visão da mente e da cognição centralizada na ideia de acoplamento causal e funcional das tecnologias ao funcionamento

biológico do corpo. Neste sentido, possuímos um cérebro e um corpo biológico aliado ao que ele chama de um circuito não biológico (CLARK, 2003)⁸.

E como as ideias de extensão da cognição relacionam-se a interface formação política, esfera pública e internet? O argumento central desta tese é que a esfera pública virtual deve ser compreendida como tecnologia cognitiva e não, meramente, um local de atos de fala e ação deliberativa. O acoplamento de dispositivos conectados em rede modificam os programas de ações do indivíduos, transformando as percepções de mundo e as rotinas cognitivas, moldando o próprio aparato cognitivo. Conceituamos e lemos o mundo tendo esses artefatos imbricados ao nossos corpos a ponto de sentirmo-nos nus e inseguros, como se estivesse faltando um pedaço de nós, quando esquecemos nossos *smartphones* carregando sobre a mesa de cabeceira de nossas camas.

O princípio fundamental que norteia as reflexões, que aqui apresento, tem nas teorias da extensão da cognição e do campo teórico, em construção, da não-hermenêutica seus principais alicerces. Acredito que a formação política, neste sentido, deva ser tomada como efeitos de sentido e efeitos de presença, além de ser forjada em sistemas estendidos de cognição. A materialidade é, então, uma palavra-chave muito importante, pois é dela que emerge a necessidade de se conceber os processos formativos como corporificados, incorporados e situados e não reduzidos ao funcionamento de uma mente privada, ligada a um eu interior. Desse modo, o pensamento de Andy Clark e Hans Ürich Gumbrecht complementam-se no tocante a importância de superar visões dualistas, tanto sobre o funcionamento da cognição quanto da centralidade da hermenêutica na compreensão dos processos formativos. Aprendemos com todo o corpo e este configura-se a partir de suas associações e acoplamentos.

Há, então, uma importante questão que precisa, sem demora, de esclarecimento. A base material da cognição e da linguagem compõe o aparato cognitivo humano e isso significa aliar-se as teses fortes da *embodied cognition*. De acordo com elas, os diversos objetos que utilizamos em nossas rotinas diárias não devem ser compreendidos como meros artefatos que auxiliam e ampliam a cognição e, sim, como parte integrante do sistema cognitivo que é estendido.

⁸ Como veremos no capítulo 3 desta tese, este autor esgarça o conceito de cognição distribuída, incluindo os artefatos não apenas no circuito, mas na constituição do próprio aparato cognitivo.

Neste sentido, considerar esses objetos como extensões e não instrumentos, constitutivos e não alicerces significa, sobretudo, direcionar um novo olhar à própria significação que damos ao corpo. Dentro dessas análises, um outro autor faz-se necessário e importante: Alva Nöe (2012) e sua construção conceitual acerca da produção da presença.

De acordo com ele, a presença é um tema central para pensar a percepção e sua relação com o corpo e a cognição. Diferentemente de Gumbrecht (2010), entretanto, a presença para Nöe não relaciona-se, necessariamente, ao toque dos materiais e ao contato físico que eles remetem, mas está relacionado, também, a algo que sentimos enquanto presença, que pode ser mediada por tecnologias. Assim, o corpo faz-se presente, onde não está fisicamente. Isso significa dizer que o próprio corpo, suas significações e papéis dentro de nossas rotinas cognitivas deve ser relativizado.

Pelo viés da percepção, Nöe (2001, 2002, 2004, 2012) nos leva a pensar sobre nossas experiências e vivências para além de um corpo biológico e suas funções vitais. O movimento é direcionado no sentido de que aprendemos a perceber a medida em que agimos sobre o mundo. A percepção, portanto, é uma atividade que vai sendo lapidada, adaptada e aprimorada ao longo do tempo. Esta ideia é nítida quando observamos o crescimento de um bebê. Ele, claramente, aprende a ler o mundo, a viver nele, a se movimentar por ele, através de suas experiências e movimentação espacial. Ele vai criando um senso de presença (NÖE, 2004, 2012), que é resultado da experimentação do ambiente, somente possível por suas habilidades sensório-motoras. Um dos primeiros movimentos que um bebê faz é olhar à sua volta, reconhecer o ambiente, sua mãe, sua voz e seu cheiro. Isso é uma das primeiras formas de aprender a perceber e ler o mundo. Não é necessário linguagem verbal para esse tipo de ação perceptiva. A fazemos naturalmente. Quando o bebê ouve a voz de sua mãe, ele sabe que ela está presente, mesmo não a visualizando totalmente. Sentir a presença de algo, ou de alguém, torna a percepção algo virtual, mais do que representativo do real. Se podemos pensar sobre, mesmo sem a presença da coisa, significa que temos senso de presença.

Clark chama os modelos de percepção de Nöe (2001, *apud* CLARK, 2011) como “a strongly sensorimotor model of perception” (CLARK, 2011, pos 3436 de 6564). De acordo com este modelo, a experiência perceptiva reúne o seu

conteúdo, a partir de conhecimentos implícitos e por meio de simulações sensoriais que podem variar de acordo com o movimento. É uma espécie de senso visual. Nöe nos explica que a visão se constrói como um todo, a partir desse senso, e, menos por uma representação fiel e ótica da imagem real enxergada pelos olhos/cérebro. Quando, em penumbra, por exemplo, vemos parte de um gato, a ideia que temos do gato, já incorporada em nosso cérebro, corrige a falha visão do felino em penumbra. Esta concepção vai de encontro à visão da percepção amarrada ao conteúdo e ao caráter da experiência humana como ensinada em detalhes personificados subjetivamente. Não enxergamos detalhes da cena, mas a cena como um todo. Outra reflexão interessante, feita pelo autor, é que não enxergamos e vemos com o cérebro, mas com todo o corpo.

As tecnologias da comunicação tornam a teoria de Alva Nöe ainda mais convidativa à reflexão. Na atualidade, onde podemos conversar à distância, seja por uma video chamada, ou por correspondência, ou mesmo falando ao telefone e trocando cartas, a presença se faz, também, virtualmente. Ou seja, ela aparece, mesmo na ausência física. Não preciso tocar em minha mãe para saber que é ela quem está ali conversando comigo. Não preciso sentir seu cheiro para saber que a voz que está ao telefone é dela. Não preciso tocar no seu braço para ter certeza de que ela me escreveu aquela carta.

A tecnologia muda o sentido de presença, da mesma forma que o meio modifica a recepção da mensagem. O princípio da materialidade contraposta à descorporificação da cognição aproxima os três autores e permite articular reflexões, à princípio desconexas, sobre a formação política atual e sua relação com a navegação na *web*. Através de suas hipóteses, teses e argumentos é possível considerar a esfera pública virtual tecnologia cognitiva, passando a considerá-la constitutiva do aparato cognitivo envolto na formação política. Também de seus pensamentos extrai-se a ideia de que o corpo deve ser ressignificado à luz de sua condição ciborgue, ou seja, de sua natureza associada e acoplada, assim como de sua função mediadora. É comum entre os autores, ainda, o princípio de que é necessário olhar com mais cuidado para os materiais, que eles são indispensáveis e centrais, tanto nos processos de comunicação, quanto na cognição. Dividem a crítica e um lugar nas teses fortes da *Embodied Cognition*, ao defenderem que esses elementos não deveriam ser relegados à segundo plano das análises sobre o

sujeito e a forma como produz conhecimento acerca do mundo que o cerca. Ao contrário, moldam e esculpem o aparato cognitivo humano.

O segundo capítulo tem o objetivo de apresentar a necessidade de direcionar ao conceito de esfera pública um olhar transhabermasiano, apontando as principais lacunas que as reflexões de Habermas deixam à problematização da esfera pública como espaço formativo. A apresentação histórica do conceito permite que seja traçada uma espécie de linha evolutiva do mesmo expondo suas transformações ao longo da trajetória acadêmica deste autor. A partir dessa explanação é possível perceber o quanto a esfera pública modificou-se, tanto do ponto de vista conceitual, a partir das revisões críticas do próprio Habermas, quanto estrutural, integrando-se às transformações sociais, culturais, políticas e, sobretudo, midiáticas em curso. Embora tenha passado por diversas releituras, o conceito de esfera pública é sempre tematizado como espaço discursivo, ou seja, local de atos de fala. Enaltecendo sua vertente lingüística e deliberativa desconsidera-se outros aspectos como o corpo e as emoções enquanto constitutivos, por exemplo, da racionalidade, também caracterizada enquanto comunicativa, forjada na interação. Diante do meu olhar, essa caracterização é incompleta e não atende, plenamente, a complexidade que abrange os processos de formação e sua interface com a esfera pública.

Outra lacuna é resultado do pessimismo do autor com relação a *internet* ampliar e democratizar a esfera pública. Acredito que este ceticismo não leva em consideração o atual estado de imbricação sócio-técnica que os artefatos conectados em rede impõem às rotinas cognitivas diárias, impactando os processos formativos. Também desconsidera o fato de que a *web* transforma a relação dos seres humanos com o conhecimento, à medida que delegamos a esses artefatos conectados boa parte de nossas buscas, pesquisas e respostas aos mais diversos problemas e dilemas cotidianos.

A noção de sistema cognitivo estendido, cujo Andy Clark é um representante importante, apresenta-se como uma alternativa interessante para pensar os processos formativos atuais e sua relação com a esfera pública virtual, partindo da cognição. Seu entendimento é que os artefatos, assim como partes do corpo biológico são constitutivos do aparato cognitivo. Em conjunto, corpo, mente e mundo são a própria cognição. A formação política é, então, resultado de um processo estendido de cognição, cuja esfera pública integra-se ao sistema.

Os capítulos 3 e 4 têm o objetivo de apresentar essas reflexões, enfatizando a necessidade de valorizar a materialidade dos processos cognitivos, descolando-se da ideia de que a cognição restrinja-se ao corpo biológico. As teses da mente estendida e da cognição estendida são utilizadas como orientação teórica para problematizar a forma descorporificada que funções e estados mentais como a memória, a linguagem, o pensamento abstrato, a capacidade de focar atenção etc. são comumente tratados. Esta tendência nos cega à possibilidade de enxergar o óbvio: todos estes processos mentais possuem uma base material e corporal, normalmente, desdenhadas dos debates sobre os processos formativos. O paradigma da extensão é, portanto, uma saída interessante para consolidar o argumento de que a formação política atual, dada a natureza acoplada que as tecnologias possuem em nosso cotidiano, é forjada em um sistema estendido de cognição, cuja esfera pública virtual atua como tecnologia cognitiva.

É, então, um corpo associado e em ação capaz de agir, explorar, observar, categorizar e compreender o mundo. No quarto capítulo, o tema é a centralidade da materialidade de nossos processos de formação, percepção e cognição. O corpo, desde a maneira como associa-se e acopla-se aos instrumentos, artefatos e tecnologias, até a maneira como faz-se presente no espaço, explorando e experimentando as coisas ao seu redor e como isso impacta a percepção, é posto em análise. A esfera pública caracterizada como tecnologia cognitiva, no capítulo anterior, emerge, também, como variedade de presença, pois a mediação tecnológica permite-nos pensar um corpo-rede, que estende-se pelo espaço virtual ressignificando as fronteiras entre o corpo físico e a capacidade de estender sua presença.

A interação com o outro em sua substancialidade material, somente possível pelos artefatos conectados em rede, impõe novos questionamentos ao problema da formação humana. De acordo com Clark, vivemos a segunda onda da mente estendida, onde os objetos não são apenas extensões de nossas mentes ou outras partes do corpo, mas possibilitam a interação, integração e comunicação dessas extensões. Para Paul Smart (2012, 2014, 2017) vivemos um período no qual *web* deve ser considerada *web-extended mind*, justamente, porque seu conteúdo pertence à uma espécie de dimensão social da cognição.

O último capítulo, antenado a essas reflexões, procura caracterizar o que chamo de formação política. Defendo que ela seja compreendida sob à luz de dois

vieses: tanto sob o paradigma dos sistemas estendidos, ou seja, fruto de um sistema estendido de cognição; quanto centralizada nos debates, discussões e formação de opinião, chamando atenção, no entanto, para o fato de que precisamos tecer um olhar transhabermasiano à primazia da linguagem, considerando em seu bojo não apenas os efeitos de sentido, mas, sobretudo, os efeitos de presença.

As problematizações que apresento, nesta tese, são provenientes de pesquisas teóricas interdisciplinares, cujo objetivo central é construir argumentos que possibilitem ampliar nossas “mentes”, sensibilizando-as à ideia de que somos seres para além da cultura dos sentidos, da ordem dos significados e da metafísica implícita no que é tradicionalmente descrito como cognição, pensamento, raciocínio etc. A formação política segue o dualismo inerente a esses aspectos. Construção de ideologia, formação de opinião e criação de senso crítico são, naturalmente, relacionados ao intelecto e, como tais, desmaterializados. Deixa-se de lado aquilo que pertence ao corpo, como se fosse possível separar processos mentais de sua base material, como se fôssemos capazes de desvincular a ação política da atividade corporal e como se fosse viável compreender nossos processos de formação sem considerar o fato de que nosso corpo age associado, acoplado e integrado ao mundo material. A mensagem, que gostaria de deixar com este estudo, é que precisamos, o quanto antes, superar essas fronteiras, retirarmo-nos do centro do entendimento sobre a cognição e unir mente, corpo e mundo para melhor compreendermos nossa própria natureza.

2

Por uma esfera pública transhabermasiana

Teve um tempo em que se imaginava que democracia era o direito de gritar que se estava com fome. Mas, a gente aprendeu que democracia é comer.

Luis Inácio Lula da Silva

Um professor acaba de saber, após consultar suas redes sociais, que na próxima quinta-feira, dia 25 de novembro de 2016, haverá uma paralisação nacional de diversas categorias profissionais. O motivo do movimento é o Projeto de Emenda Constitucional 241, que fora aprovado pelo Congresso Nacional e que, no momento da paralisação, tramitava enquanto PEC 55 no Senado da República. A notícia dizia que esta Emenda, proposta pelo Governo Federal, congelaria por vinte anos diversos gastos do serviço público brasileiro. A preocupação dos profissionais da área da Educação, categoria do docente, é que essa medida comprometa, por exemplo, a ampliação de matrículas e a garantia de expansão da prestação de uma educação pública de qualidade, visto que o congelamento dos gastos atingirá, diretamente, orçamentos e planejamentos acadêmicos, impondo aos seus diretores e coordenadores remanejamentos orçamentários que, em última instância, podem incluir a demissão de funcionários terceirizados, cortes de investimentos em infra-estrutura, atingindo, inclusive, no caso da Rede Federal de Ensino, Projetos de Pesquisa e Extensão.

Ainda navegando na *internet*, o mesmo professor, depois de discutir com alguns amigos sobre a medida e as principais reivindicações dos manifestantes, depara-se com um vídeo polêmico que viralizou na *web* na mesma semana. Uma senhora, de meia idade, alerta a população brasileira para a tentativa, segundo ela, de modificação da bandeira nacional. Em tom de revolta, ela denuncia que há uma conspiração comunista em curso no Brasil e que um de seus alvos é a mudança do símbolo e das cores da flâmula. Na verdade, a mulher estava se referindo a um painel comemorativo ao centenário da imigração japonesa no Brasil. A imagem em questão, une em um só desenho as duas bandeiras nacionais. Tratava-se de

uma homenagem prestada pelo governo brasileiro aos japoneses, que, aliás, não são comunistas. De acordo com a senhora que postou o vídeo no youtube⁹:

*No Congresso Nacional, nos deparamos com uma cena nojenta. Reparem aqui: a nossa bandeira com um símbolo vermelho. Comunista. Essa será a nova bandeira do Brasil? Preparem-se, brasileiros! Você, incauto, que ainda não se deu conta do que está acontecendo no Brasil, fique esperto!*¹⁰

O professor, abismado com tamanha falta de conhecimento contida naquela declaração, resolveu investigar a procedência de tal vídeo e descobriu que ele fora gravado no mesmo dia em que um grupo de mais ou menos 50 manifestantes invadiu o Plenário da Câmara dos Deputados em Brasília, pedindo intervenção militar, causando tumulto na casa¹¹. A senhora responsável pelo vídeo estava entre estes cidadãos que protestavam contra o avanço do comunismo no Brasil e a favor do fechamento do Congresso.

A *internet*, de acordo Leandro Karnal, professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, em entrevista concedida ao Programa do Jô no dia 01 de abril de 2016, ampliou a capacidade de emissão da opinião. De acordo com ele, falamos mais do que ouvimos e, no caso do exemplo trazido, mais do que devemos. A extrema individualização e a facilidade com que opiniões são veiculadas no espaço público, principalmente, pelas redes sociais, torna a emissão de crenças e pontos de vista algo sempre presente. A todo momento nos deparamos com uma miríade de colocações sobre os mais variados assuntos. O historiador chama atenção para o fato de que, atualmente, todos possuem alguma opinião e o espaço livre e aberto da rede faz com que as pessoas se sintam à vontade para compartilhá-las. De acordo com ele, este aspecto revela uma carência coletiva de falar, colocar-se e, além disso, de aparecer, atestando, em contrapartida, uma necessidade urgencial de calar-se. Precisamos aprender a ouvir, chama atenção, o famoso professor. Na *agora* virtual, todos podem “brincar” de especialistas e emitir juízos sobre quaisquer assuntos.

O problema é abordado, novamente, pela ordem dos atos de fala. A esfera pública é, repetidamente, caracterizada espaço discursivo. Fazer-se presente e

⁹ Vale dizer que cinco dias após sua publicação, o vídeo já registrava mais de 60 mil acessos.

¹⁰ Trecho retirado do vídeo disponível no youtube em: <https://www.youtube.com/watch?v=3GcoSvseydU>. Acesso: novembro de 2016.

¹¹ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/grupo-invade-a-camara-e-pede-intervencao-militar>. Acesso em novembro de 2016.

atuar nela, significa ouvir e expressar. A *internet* ascende como um local onde as vozes podem ecoar, aumentando o número de autores, que pela linguagem, comunicam-se, compartilhando suas ideias e conteúdos mentais. E seguindo essa lógica, mais uma vez, o corpo e a forma acoplada como utilizamos essas tecnologias, atrelada à maneira como modificam nossas rotinas cognitivas não é mencionado. Não há, outra vez, qualquer ponderação sobre o fato da *internet* compor o cenário de nossas interações cotidianas e que isso significa transformações no próprio conceito de esfera pública, que mais do que uma *agora virtual*, deve ser compreendida como tecnologia cognitiva.

Neste capítulo, o objetivo é apresentar e criticar o conceito de esfera pública, tal como desenhado por Habermas na década de 1960, partindo do princípio de que é inegável sua transformação. Essa revitalização não se justifica, apenas, pelo fato de que a *web* torna-se, a cada dia, um dos preferidos locais de encontro, debate e exposição de ideias, transformando a rede mundial de computadores em uma espécie de *agora virtual*. No que tange à formação política, essa revisão faz-se necessária, principalmente, pelo fato de que o autor desconsidera aspectos constitutivos da cognição, como o corpo e suas associações aos artefatos técnicos. A esfera pública, ao ser reduzida a espaço de atos de fala relega a esses elementos uma posição secundária. Por elevar a Razão Comunicativa ao centro, tanto do processo discursivo, quanto da construção dos argumentos e ideias que modelam a esfera pública, há de se considerar a necessidade de um olhar transhabermasiano. Proposta esta, vale dizer, que visa ultrapassar, inclusive, as próprias críticas direcionadas ao conceito, que não rompem com o paradigma da linguagem em interação atrelada à uma compreensão descorporificada da racionalidade.

2.1

Mudança estrutural da esfera pública: caracterização histórica do conceito

A sociedade da comunicação! A era da informação! É comum ouvir essas expressões nos mais variados ambientes de conversa, desde espaços informais, como um debate entre amigos, aos círculos intelectuais e acadêmicos. Palavras-chaves como interação, informação, conhecimento e *internet* aparecem nesses encontros, refletindo, na maioria das vezes, uma expectativa positiva sobre os

efeitos da tecnologia no nosso tempo. O comunicar de muitos para muitos, configuração própria da *web*, tem contribuído, fortemente, para a criação de um clima livre de expressão de ideias, interação e troca de saberes. Acompanhando essas expectativas otimistas reside a possibilidade de pensar o ambiente virtual como espaço propício a novas experiências formativas.

Dado os novos arranjos midiáticos e suas interfaces na formação política dos usuários de *internet* desenvolvimento, neste capítulo, uma reflexão sobre a possibilidade de considerar a rede mundial de computadores uma esfera pública transhabermasiana. Analiso, portanto, a necessidade de expandir o conceito discutido por Habermas, argumentando que ele é insuficiente para a compreensão dos espaços públicos tais como configurados, atualmente, cuja interação discursiva, baseada na argumentação verbal e exposição de ideias não pode ser considerada a única forma de agir na esfera pública.

Jürgen Habermas é um pensador caro ao tema. Seu modelo conceitual foi discutido, amplamente, por intelectuais de diversas áreas. O que mais chama atenção na leitura de alguns desses trabalhos, porém, é a unanimidade deles em apontar a necessidade de revisões críticas às formulações de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, principal obra sobre o assunto, fruto de sua habilitação de pós-doutorado apresentado à Faculdade de Filosofia de Marburg em 1961.

Tendo a Modernidade como “espírito de época” e inspiração, a esfera pública, apresentada no livro, encontra seu tipo ideal na sociedade burguesa. Introduzida como filha do Iluminismo e do Racionalismo, representa a liberdade do discurso racional na produção e circulação de ideias humanistas. Dado este fio condutor, a esfera pública burguesa é caracterizada como o lugar do encontro, da deliberação política e do diálogo de homens cultos. A tese que Habermas defende, após descrever seu modelo ideal, é que a esfera pública sofre mudanças estruturais e funcionais resultantes de sua própria ampliação. Apontando seu declínio, critica, especialmente, a maneira como ela se transforma, passando de um espaço de reunião de pessoas politizadas e cultas, produtoras de bens culturais e políticos a uma multidão “despolitizada”, consumidora de uma Indústria Cultural, amplamente, massificada e apática politicamente.

Em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (2003b) Habermas apresenta, enquanto um dos principais alicerces estruturais da esfera pública burguesa, a antítese *público* e *privado*. Sua origem reside na Grécia Antiga (HABERMAS,

2003b; DUTRA & COUTO, 2012; BUTSCH, 2007), onde a organização política girava em torno da separação da esfera da *polis* (pública, comum aos cidadãos) da esfera do *oikos* (de foro privado, familiar). O modelo helênico (antítese de domínio privado e autonomia pública; uso público da razão na *agora* concretizado pela conversação civil e pela verbalização de ideias) aparece, desse modo, como sua raiz conceitual.

De acordo com Habermas, este arquétipo conceitual nos fora transmitido através da retomada da cultura clássica promovida pela Renascença, que, vale dizer, o apropriou segundo uma prerrogativa moderna. Sobre a genealogia temporal da esfera pública, afirma: “Não é a formação social que lhe é subjacente, mas o próprio modelo ideológico é que se manteve ao longo dos séculos a sua continuidade, uma continuidade exatamente nos termos da história das ideias” (HABERMAS, 2003b, p.16).

Sobre a genealogia do conceito, este autor parte da categoria de representatividade pública para analisar sua continuidade histórica, chamando atenção para o fato de que na sociedade cortesã-feudal, a esfera pública estava ligada a personificação política, comum aos rituais de soberania e vassalagem. É importante balizar certas ponderações como as de DUTRA & COUTO (2012), por exemplo. Eles colocam que a origem conceitual da esfera pública, a *polis* grega, permanece todo o período da Idade Média adormecido, voltando a ganhar força apenas nos séculos XVII-XVIII com a ascensão da classe burguesa enquanto ator da esfera pública. O próprio Habermas (2003b) admite que a forma como a vida pública se construía dentro do seio familiar tornava a separação entre *público* e *privado* algo indefinido institucionalmente, mas não inexistente. A casa do Senhor era o centro de todas as relações de poder. Não havia assembleias, nem espaço para deliberação pública sobre interesses gerais da população, mas existiam representações públicas de Soberania nas festas e bailes proporcionados pelas elites e Nobreza.

Sobre a continuidade histórica do conceito, vale marcar que, o renascimento da noção de espaço público com o advento da Modernidade implicou transformações. Ao invés da *agora*, onde os cidadãos gregos deliberavam sobre os assuntos de ordem pública e tomavam decisões políticas, um novo ambiente propício à deliberação e ao diálogo reascende nos cafés e clubes de debates, locais típicos da publicidade burguesa. Diferentemente do modelo clássico, uma esfera

de comunicação política e de representatividade pública. Estando, por este motivo, mais intimamente ligada ao foro do *status* social, pois publicidade e privacidade eram âmbitos, ainda, bastante imbricados da vida social.

Primeiro em Florença, depois também em Paris e Londres, configura-se de um modo novo a representatividade pública a partir da cultura aristocrática urbana da Itália Setentrional do pré-capitalismo. Exatamente na assimilação da cultura que já se inicia com o Humanismo ela mantém, no entanto a sua força: o mundo cultural humanista é inicialmente integrado a vida na corte. (...) Com o *cortegiano*, um homem da corte com formação humanística, é suplantado o cavaleiro cristão. (...) O nobre rural e autônomo, baseado em seu domínio fundiário, perde força de representação, a representatividade pública concentra-se na corte do príncipe. (HABERMAS, 2003b, p.22)

Mesmo guardadas suas diferenças com a Sociedade Feudal, a Sociedade de Cortes manteve a ideia básica da esfera pública como *locus* da representatividade pública. Habermas pontua, contudo, uma distinção crucial entre elas: a Aristocracia da Sociedade de Cortes, não mais se utilizava do espaço (público) dos bailes para expor sua própria Soberania. Ela o utilizava para representar a autoridade do Monarca. Esta distinção prepara o terreno para a cisão entre público e privado marcando o início do processo de separação da esfera social (sociedade civil) da esfera política (Estado), característica que se torna, como dito anteriormente, aspecto fundamental da esfera pública burguesa.

Outro antecedente histórico do desenho original da esfera pública burguesa é a sua relação com a gênese do capitalismo comercial, que no século XIII, se expande pela Europa a partir das feiras. O sistema de trocas, desse período, facilitava tanto à circulação de mercadorias, alimentando o comércio nas cidades, quanto de informações, gerando também intercâmbio de conhecimento. São mais ou menos contemporâneas a criação das Bolsas (já no século XIII, as feiras de Champagne emitiam ordens de pagamento e letras de câmbio, configurando uma espécie de “pré-capitalismo” financeiro), o surgimento do correio e da imprensa como forma de institucionalizar a comunicação entre comerciantes.

Vale destacar, no entanto, que bastava aos negociantes um sistema de informações restrito às corporações profissionais e às chancelarias urbanas e da corte. A publicidade, elemento também decisivo na conceituação da esfera pública burguesa, continuaria ausente do sistema de comunicação até o advento do Mercantilismo, quando as atividades comerciais passam a ser consideradas de interesse público. A atividade econômica, até então, privatizada, encontrava-se cada vez mais fora dos limites da casa, passando a ser considerada, publicamente,

relevante pelas prerrogativas do Comércio Internacional. A economia da Modernidade não se orientava pelo *oikos* e sim pelo mercado, transformando-se em Economia Comercial.

Dentro dessa nova dinâmica econômico-social chama atenção a força peculiar do desenvolvimento da imprensa. Com a expansão da publicidade em forma de jornais de notícias nascem, por exemplo, os Boletins Oficiais, cuja autoridade direciona sua comunicação aos súditos do reino, mas atinge, se muito, representantes das camadas letradas, destacando-se entre elas um novo tipo de burguês, constituído por funcionários da administração feudal, médicos, pastores, oficiais, professores e os homens cultos que iam desde o mestre-escola ao escrivão.

A esfera pública burguesa nasce, então, da reunião de pessoas, que no exercício de suas vidas privadas, dedicam-se ao conhecimento e a cultura, perpassando, obrigatoriamente, pela erudição e leitura. Ao relacionarem-se entre si, elas formam um público que dialoga interesses e necessidades comuns que passa a organizar formas de participar, modificar e influenciar a política, sobretudo, no que tange às leis de trocas e intercâmbios de mercadorias. Neste sentido, a esfera pública já se origina em uma posição antitética à dominação política, no sentido de contestar certas atitudes das autoridades governamentais, configurando-se como um espaço entre a esfera do poder público, o Estado e o setor privado (composto pela sociedade civil, setor de trocas de mercadorias e trabalho social).

Vale acrescentar e sublinhar, que a esfera pública não vem ao mundo possuindo uma função política. Antes da racionalização pública ser direcionada à crítica dos processos de dominação e governança, sua configuração política era indefinida. Seus primórdios guardam certas continuidades com a representatividade pública cortesã que ia perdendo centralidade conforme a cidade ia assumindo a dianteira das relações sociais, econômicas e políticas. Nesse cenário, salões e cafés começavam a cumprir o papel de espaço público, antes centralizado nos bailes e festas oferecidos pela Sociedade de Cortes. Na visão de Habermas, estes encontros entre a Aristocracia e a “Intelectualidade” aconteciam de forma livre, onde a conversa e o debate de ideias encontravam-se emancipados da Economia.

No trecho a seguir, é possível se ter uma ideia do que a esfera pública burguesa representava para o autor: um modelo idealizado do agir via linguagem verbal, uma forma pura de fazer política, relacionada ao discurso e à argumentação de ideias, uma busca pela construção da opinião pública via entendimento mútuo.

Os herdeiros daquela sociedade de aristocratas humanistas, em contato com os intelectuais burgueses que logo passam a transformar as suas conversas sociais em aberta crítica, rebentam a ponte existente entre a forma que restava de uma sociedade decadente, a corte, e a forma primeira de uma nova: a esfera pública burguesa. (...) A esfera pública política provém da literária; ela intermedia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade. (HABERMAS, 2003b, p.45-46)

Também é importante apontar que a medida em que o capitalismo avançava e fincava suas raízes, bens culturais (artes e literatura, especialmente) convertiam-se em mercadoria, possibilitando a constituição de um público leitor crítico freqüentador de cafés e salões, onde eram discutidos, de forma livre, temas como arte, literatura e filosofia e, posteriormente, política. É, igualmente, válido colocar que revistas e jornais (imprensa manuscrita) começaram a circular em meados do século XVIII como uma necessidade de extrapolar os limites desses recintos, tornando público o teor de algumas dessas críticas e julgamentos. A esfera literária, neste sentido, é um espaço que aglutina, tanto o público restrito dos círculos intelectuais, quanto um mais amplo, que tem acesso aos debates críticos por intermédio da imprensa. Há, desse modo, a manifestação de um “círculo comunicativo virtuoso”, pois artigos publicados nesses jornais e revistas, passaram, também, a compor objeto de conversação nos cafés e salões.

A esfera pública política origina-se, então, de um processo de refuncionalização da esfera literária, que já possuía um público intelectualizado e dotado de suas próprias plataformas de debates. É através da mediatização da esfera literária que o conjunto de experiências da privacidade tornam-se públicas, permitindo o surgimento da esfera política moderna. Desse modo, a esfera pública descende da esfera literária, no sentido de que esta ofereceu as bases teóricas para a formação do pensamento humanista, alicerce da criação de uma identidade de classe burguesa. Somente a partir desta tomada de consciência é possível falar de um grupo de pessoas privadas que formam um público preocupado em participar politicamente e influenciar o poder estatal de acordo com seus interesses comerciais.

A institucionalização da política foi outro acontecimento importantíssimo na configuração da esfera pública. Ancorada, sobretudo, na filosofia política de John Locke e na filosofia do direito de Kant, o Estado de Direito passou a organizar o Estado e a Justiça em Leis fundamentadas na Razão. Interessante notar, entretanto, que nesse regimento normativo, os interesses burgueses apareciam como representativos de todo o povo. Ou seja, valores como a garantia da propriedade privada, da liberdade de expressão e opinião do indivíduo, por exemplo, são apresentados como direitos universais.

Vale, ainda, dizer, que uma das funções da esfera pública burguesa é a formação da opinião pública via o debate racional de ideias, em consonância com o ideal kantiano de publicidade. Habermas pontua que Kant retoma de Rousseau a ideia de que a soberania popular só pode ser concretizada tendo como princípio o uso público da razão. A maneira de conduzir a política deveria seguir os preceitos de uma Razão Moral, cuja publicidade garantiria o acordo da política com a moral. “(...) a opinião pública quer racionalizar a política em nome da moral”. (HABERMAS, 2003b, p.126).

Seguindo este raciocínio, a esfera pública é um espaço discursivo racional, cuja linguagem verbal e a troca de ideias servem ao entendimento político, a partir da comunicação intersubjetiva. A política regida pela norma (e seu discurso de isonomia) andaria de mãos dadas com a justiça e a moral, mediada pela racionalidade, tornada pública nos debates travados na esfera pública. Esta configuração aniquila os direitos natos, igualando os homens pela via do direito civil¹².

Dadas essas transformações, a esfera pública logo se amplia e, tão logo, começam a haver divergências sobre as pautas a serem debatidas. De um espaço

¹² De acordo com Habermas, na visão de Hegel, que critica Kant, a coexistência da política e da moral é uma falsa questão, pois os interesses do Estado e do indivíduo não possuem as mesmas prerrogativas. Máximas que valem para indivíduos, não necessariamente valem para o Estado. Ele não acredita que a esfera pública burguesa possa converter autoridade política em autoridade racional, pois ela não representa uma esfera emancipada e neutra com relação ao poder. Já Marx pontua que a opinião pública é falsa consciência, visto que ela camufla de si mesma a sua verdadeira índole: servir ao interesse de classe burguesa. Seu pensamento, que toma a economia como categoria central, detona uma série de princípios da esfera pública burguesa. Ele argumenta que a antítese sociedade civil e Estado não leva a uma neutralidade das relações de poder, que pelo contrário, com a liberdade contratual burguesa baseada na prerrogativa dos direitos civis universais são criadas novas relações de poder, que não põe fim as relações de dominação, apenas as modifica para uma sociedade de classes. “O Estado de direito burguês, inclusive a esfera pública como o princípio central de sua organização, é mera ideologia”. (HABERMAS, 2003b, p.151).

de consenso e consonância de ideias, ela passa a ser palco de conflitos de interesse e mediação de novas exigências, como no exemplo trazido, por Habermas, sobre a reforma da justiça eleitoral (ampliação do número de eleitores) como o grande tema do século XIX. Na mesma proporção em que a esfera pública se alarga, modifica-se estrutural e funcionalmente.

Conforme mencionado pelo autor, a partir da grande recessão de 1873 há uma série de reviravoltas na política comercial que comprometeram, fortemente, a antítese Estado/ Sociedade-Civil. Com a crise, surge a necessidade de proteger o mercado através de um Estado intervencionista, que de acordo com Habermas, acaba por “refeudalizar” a esfera pública¹³. A partir da esfera privada, publicamente relevante da sociedade burguesa, cria-se uma esfera social repolitizada, cujas instituições sociais e estatais aglutinam-se, partilhando funções não mais passíveis de diferenciação. A medida em que a vida privada se torna pública, a esfera pública privatiza-se.

(...) surge uma nova esfera, com concentração de capital e intervencionismo, a partir do processo correlato de uma socialização do Estado e de uma estatização da sociedade. Esta esfera não pode ser entendida completamente nem como sendo puramente privada nem como sendo genuinamente pública; também não pode ser univocamente classificada no âmbito do Direito Privado ou do Direito Público. (HABERMAS, 2003b, p.180)

Também questões relativas à racionalidade são vítimas do inchaço da esfera pública. Uma reflexão solitária, individual e a leitura privada sempre foram pressupostos do raciocínio no círculo público burguês, realidade modificada com a ascensão de uma massa enquanto público. A separação da publicidade e privacidade também garantia a formação de um público “culto” de pessoas privadas, com visões e opiniões próprias sobre o mundo, configuração fortemente modificada com a expansão da Indústria Cultural. O público reunido de pessoas privadas partilhava e produzia cultura e conhecimento em seus círculos literários. Conforme esta esfera avança em direção ao consumo, o público passa a consumir cultura e não mais produzi-la. Fazendo parte da dinâmica produção-consumo a

¹³O termo refeudalização da esfera pública chama atenção para o fato de que após a grande crise o Estado intervencionista passa a agir, comprometendo o pilar antitético público e privado como sustentáculo da esfera pública. A suspensão dessa oposição, aos olhos de Habermas incide negativamente sobre a esfera pública, pois a fragiliza, no sentido de poder servir a interesses privados.

esfera pública torna-se apolítica, sendo impedida, portanto, de atuar de forma emancipada e livre.

Há, desse modo, uma nova refuncionalização (que é comercial) da esfera pública dada a gradativa ascensão das grandes massas enquanto público, que não se restringe mais a um conjunto de pessoas privadas intelectualizadas que frequentavam os círculos literários burgueses. Ela amplia-se e, na concepção de Habermas, despolitiza-se. Chama atenção neste processo, por exemplo, o aumento exorbitante das tiragens de alguns jornais e da edição de livretos de bolso que, preocupados em capturar a atenção do público e aumentar suas vendas, abdicam da complexidade de seu conteúdo, lançando mão de ilustrações e manchetes de fácil assimilação perante às massas.

Vale mencionar, ainda, a visão de que a ampliação do público leitor, tampouco interfere na despolitização da esfera pública, visto que a leitura atenta, solitária e privada, vai perdendo espaço para outras formas de comunicação pública, que não passam necessariamente pelo debate de ideias como forma de construir entendimento sobre algo. Meios de comunicação de massa, tais como cinema, rádio e televisão, por exemplo, acabam por privatizar a esfera pública, pois constroem uma identidade massificada, comprometida, muito mais, com a construção de um padrão social direcionado à produção de um público consumidor do que com o uso público da razão. A publicidade kantiana reduz-se à propaganda (e marketing), tirando de sua responsabilidade a racionalização da política. Aniquila-se o campo de ressonância de uma camada culta criada para usar, publicamente, a razão abrindo espaço para a criação de uma minoria fragmentada de especialistas que não pensam, publicamente e uma massa de consumidores que não interage entre si. A comunicação pública, centralizada nos meios de comunicação de massa, concentra-se na mão de interesses privados preocupados em criar consumidores de uma cultura integradora, unificando a massa. Neste sentido, o consenso não é atingido via deliberação, chega pronto ao grande público¹⁴.

¹⁴ Habermas pertence a segunda geração da escola de Frankfurt e divide, de certa maneira, com a primeira geração a crítica, de teor marxista, de Horkheimer, Adorno e Benjamim, a ideia de que a indústria cultural tem o papel de alienar as massas para que sejam adequadas a uma cultura padronizada e consumista. Aliena-se as massas com o intuito de dominá-las.

Há, então, uma nova refuncionalização da esfera pública, tornando-a um espaço despolitizado, relacionando-se, intimamente, com a mudança da natureza da imprensa, que de uma mídia politizada, passa a empresa comercial. Nas redações dos jornais, a imprensa se especializa. De uma atividade literária a uma atividade jornalística, cujo compromisso desloca-se da predominância das opiniões à primazia dos fatos, direção que abala, sistematicamente, a autonomia dos redatores. “(...) a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros públicos enquanto pessoas privadas.” (HABERMAS, 2003b, p.217-218).

Essa “nova” esfera pública, contudo, mantém a premissa de um público culto formador da opinião pública sobre os temas de interesse comum. Os jornalistas tornam-se comentadores universais criando um consenso sem interlocução. Manipula-se a formação da opinião em nome dos interesses econômicos e políticos de pequenos grupos. É importante colocar que esse controle perpassa, especialmente, a modificação conceitual do termo publicidade. A eficiência da propaganda produz uma disposição do público à concordância, à uniformidade de ideias e padrões culturais, que o acaba excluindo do debate de ideias. Essa publicidade, subvertida em propaganda, passa a exercer influência para além dos cidadãos enquanto consumidores, transformando também a pressão política em moeda de troca na garantia de interesses privados e manutenção de privilégios.

De sua função crítica orientada pelo interesse geral e entendimento mútuo, a esfera pública muda de função e deixa de ser o espaço da deliberação consensual, para se tornar um espaço de jogo político. Neste sentido, sua atribuição passa a influenciar, não somente, os contornos da política, mas da opinião pública como potência eleitoreira. Desse modo, a relação do Estado com o cidadão não se constrói na ordem da participação política na esfera pública, mas de um posicionamento subjetivo forjado por ela, enquanto manipulação de opinião. “Ao invés de uma opinião pública, o que se configura na esfera pública manipulada é uma atmosfera pronta para a aclamação, é um clima de opinião”. (Idem, p.254).

2.2

Um conceito em crítica: a esfera pública em debate

A recepção de *Mudança Estrutural da Esfera Pública* gerou uma série de críticas acadêmicas, sobretudo, a maneira pela qual o conceito nasce da caracterização idealizada da sociedade burguesa do século XVIII. O resultado dessas publicações foi a abertura de um amplo debate sobre o tema, visto que o próprio Habermas procurou reestruturá-lo e aperfeiçoá-lo a partir da incorporação e resposta a algumas delas. Destaca-se, nesse montante, a publicação: *Habermas and Public Sphere*, organizado por Craig Calhoun em 1992. O texto inicial, de sua autoria, debruça-se sobre o questionamento acerca do caráter ubíquo da construção teórica de Habermas. Na visão desse autor, este lança mão de um conceito universal para compreender uma temporalidade específica, chamando atenção para a existência não de uma esfera pública, mas de sua constituição em diversos espaços públicos, ocupados por distintas formas de atuação e composta por diferentes grupos sociais. Na verdade, esta crítica dá o tom ao restante do livro, direcionando, de certa forma, os artigos que o procedem.

Em outro trabalho publicado na coletânea, *Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy*, Nancy Fraser (1992) chama atenção para o fato de que em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, não houve a inclusão do que ela chama de esferas públicas subalternas. Na visão da autora, esta exclusão marca a ausência de mulheres e pobres, por exemplo, como figuras atuantes na esfera pública. Partindo desse recorte, ela indaga se é possível passar por cima de diferenças de *status* e deliberar, como se todos fossem iguais. Também se pergunta se uma única esfera pública é preferível a múltiplos espaços e, ainda, se interesses privados devem ser excluídos da esfera pública e se esta deve ser claramente separada do Estado. A autora conclui dizendo que a esfera pública, aos moldes de Habermas, é inviável, pois este a resume a um reduto burguês liberal. Reside no pensamento da autora, também, a preocupação de olhar a esfera pública como um espaço de disputa pelo poder e não apenas um lugar idealizado de deliberação e busca pelo entendimento mútuo. Esta tônica é importante, pois problematiza a visão de que o consenso é central, em detrimento do conflito, como categoria fundamental na definição do conceito e, por que não dizer, da própria política.

Outro texto importante, deste grupo, é o de Benhabib (1992) que procura situar a construção teórica de Habermas no paradigma Liberal de Democracia. O autor, indo na mesma direção crítica: o caráter universal do conceito, localiza o pensamento do filósofo de acordo com os preceitos da modernidade, cuja política e a democracia são frutos do discurso racional livre e acessível a todos em igualdade. Desenha seu arcabouço argumentativo na contraposição entre as ideias de Habermas e Hannah Arendt, elucidando a divergência de seus pensamentos no que tange a essência do conceito de esfera pública. Neste sentido, ao contrapor um ideal grego de Democracia, tal como colocado pela filósofa e um ideal discursivo racional, Benhabib é feliz, em sua crítica, ao teor ubíquo da esfera pública habermasiana.

Sob outra perspectiva, Avritzer e Costa (2006) e José Adriano Lubenow (2007a, 2007b) colocam que as modificações do conceito de esfera pública, em Habermas, são apresentadas em três momentos distintos. Esses períodos correspondem tanto às mudanças estruturais da sociedade, quanto ao próprio desenvolvimento “auto-reflexivo” do ator, ponto destacado pelo último. De acordo com ambas as análises, essas modificações exigiriam uma revitalização do conceito, adequando-o às transformações culturais, sociais e, especialmente, midiáticas em curso. De acordo com eles, o prefácio à edição de 1990 de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, já apontava para uma revisão analítica do conceito desenvolvido nos anos 60, desdobrada em três momentos distintos:

- 1) A possibilidade de virada de uma esfera pública despolitizada a um espaço, também, propício à politização, devido aos estudos de Sociologia da Comunicação que chamam atenção para o fato de que não devemos subestimar o público e suas apropriações, sendo necessário construir uma nova concepção de esfera pública, que pudesse comportar tanto o aspecto manipulador no uso dos meios de comunicação, quanto seu potencial emancipador;
- 2) A partir deste diagnóstico, Habermas desenvolve a teoria da Ação Comunicativa, dividindo a Sociedade em dois níveis: o Sistema e o Mundo da Vida. O desenho da esfera pública apresenta-se como espaço discursivo e argumentativo, local dos atos de fala, próprio do mundo da vida e das interações cotidianas. As maiores críticas desse modelo direcionam-se a sua

imprecisão normativa, frágil do ponto de vista institucional e não comprometido com os contornos do sistema político.

3) Em trabalhos subsequentes, entretanto, Habermas procura detalhar o papel de uma esfera pública, politicamente, influente dentro de uma concepção teórico-discursiva de Democracia. Em sua visão, cabe aos atores da sociedade civil um papel duplo: de um lado, sendo responsáveis pela preservação e ampliação da infra-estrutura comunicativa do mundo da vida, pela produção de microesferas públicas associadas á vida cotidiana e, ao mesmo tempo, trazer essas demandas á público, procurando convertê-la em *poder comunicativo*¹⁵. O papel da Sociedade Civil, portanto, não é tomar o Poder, ou apenas debater aleatoriamente assuntos do interesse público, mas exercer influência sobre a política. A esfera pública torna-se mediadora entre as demandas do público e o sistema político. Nesse arquétipo conceitual, o autor propõe um novo modelo de Democracia, resultado de processos deliberativos mediados na esfera pública¹⁶.

A temática sobre a esfera pública e a análise das possibilidades de sua legitimidade democrática tem continuidade em alguns pequenos escritos políticos, mas já apontando para uma mudança crucial da teoria: não mais seu enfoque como mediação entre sociedade civil e Estado, mas no quadro teórico da teoria da Ação Comunicativa e do conceito dual de sociedade como *Sistema e Mundo da Vida*. A esfera pública passa a ser ancorada por um novo modelo procedimental de Democracia, legitimada por amplo processo deliberativo, incluindo, também, as esferas informais do mundo da vida.

¹⁵O poder comunicativo é o poder que emana dessa esfera pública e que pode interferir na gerência dos processos de governança. Nesse momento, Habermas está preocupado em criar uma teoria que consiga responder as críticas do período anterior e busca uma solução mais institucionalizada para o papel da esfera pública na administração pública.

¹⁶Lubenow (2007b) apresenta essa distinção de forma semelhante, contudo, destaca que este processo de revisão teórica também deve ser visto como fruto de uma “objetivação reflexiva” (BOURDIEU, 2007) desenvolvida pelo próprio Habermas. Vale dizer, ademais, que essa “evolução” da categoria possui também como referência central o prefácio á edição de 1990 de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Seguindo a mesma linha, Roberts e Crossley (2004) reapresentam essas discussões nos mesmos três momentos: a) em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, enfatizando o diálogo racional; b) em *Teoria do agir comunicativo*, quando se debruça sobre as condições e normas do discurso, dando ênfase ao processo comunicativo em si; c) em *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, quando há um retorno da importância dada ao diálogo discursivo e reflexivo (onde elabora uma teoria discursiva da democracia), mas de forma mais otimista com relação as suas condições de aplicabilidade.

Manteve-se, portanto, é importante destacar, a sua configuração como comunicação política, pois permanece caracterizada como espaço de elaboração de temas, questões e problemas de interesses comuns via deliberação de pessoas privadas que se formam em um público. Carrega, desse modo, uma dupla dimensão: um nível informal de fluxos de comunicação e espaços informais da Sociedade Civil e do Mundo da Vida, exteriores aos procedimentos normativos e institucionalizados dos sistemas político e administrativo; e um nível formal de mecanismos e competências de ação que se situam, não no núcleo, mas na tangência do sistema político institucionalizado, onde estão alocados, por exemplo, os movimentos sociais. Permanecem, assim, a função de mediação pelo discurso e a dimensão ambivalente da esfera pública, constituída de seu potencial emancipador de gerar, pela comunicação, a legitimidade do poder.

Em *Direito e Democracia*, Habermas (2003a) caracteriza a esfera pública como fenômeno elementar, comparando-a a ação social. Seu funcionamento, enquanto espaço de comunicação política via entendimento mútuo e consenso deliberativo, possui papel mediador fundamental na construção da opinião pública. Ela não pode ser equiparada às instituições sociais, pois não carrega preceitos normativos em seu funcionamento à exceção das próprias regras do discurso -O modelo procedimental de democracia, tratado pelo autor, sobretudo, em *Teoria do Agir Comunicativo* (2012). A esfera pública como lugar da busca do entendimento mútuo, via discussão de ideias, serviria de palco, então, à um novo modelo democrático, cuja categoria deliberação ocuparia o lugar da representatividade, na maneira como entendemos e vivenciamos a Democracia.

Esfera, ou espaço público é um fenômeno social elementar do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade; porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para escrever a ordem social. A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois, ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização etc. [...] A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos (HABERMAS, 2003a, p.92-93)

Mc Kee (2005) chama atenção de que a esfera pública pode ser entendida como uma metáfora para compreender como a Democracia deveria funcionar e não como ela funciona de fato. Inicia sua argumentação dizendo que tanto nos meios acadêmicos quanto em conversas informais é comum as pessoas reduzirem

a esfera pública à mídia, definindo-a enquanto degenerada, visto que a vida pessoal e assuntos privados dos políticos interessam mais do que suas obrigações públicas. A audiência está mais atenta, por exemplo, em saber como foram gastos, pessoalmente, verbas desviadas em esquemas de corrupção, do que cobrar dos políticos sua atuação coerente aos seus programas de governo. De maneira distinta ao apontado por Habermas, em sua visão, essa colonização (privada) da esfera pública possui, também, efeitos positivos, pois permite que questões culturais, antes próprias do domínio do privado, sejam também debatidas nos espaços públicos¹⁷. A pluralidade cultural é tomada por esse autor como o grande filão da discussão sobre a esfera pública nos dias atuais. Coloca, também, que os novos movimentos sociais e os novos atores que os compõem tem como luta central uma mudança da concepção burguesa de esfera pública. Ele aponta que para os autores que trabalham no paradigma da modernidade, como Habermas, a fragmentação do público e dos espaços públicos é visto de forma negativa, enquanto que os autores “pós-modernos” a vêem como algo positivo, pois incorporam vozes mais plurais, mesmo que de forma fragmentada.

Outro ponto interessante levantado por ele, remete-se à ideia de que a esfera pública não se concentra na mídia e em seu papel na formação da opinião pública, mas se constrói na vida cotidiana quando falamos, informalmente, sobre os assuntos que circulam nos meios de comunicação. Fazemos isso no cabeleireiro, no supermercado ou enquanto esperamos uma consulta médica. A esfera pública é, então, interação humana e conversação civil. Desse modo, não é, necessariamente, política.

É importante colocar, então, que a antítese público e privado deixa de ser um impedimento e torna-se uma de suas características. A aproximação das esferas, dada a crescente domesticação¹⁸ dos meios de comunicação, pode ter modificado, estruturalmente, a esfera pública mas, não por isso, ela está

¹⁷ Como veremos no capítulo 5, o exemplo da “Primavera das Mulheres” é emblemático neste sentido. Misturando o âmbito público e o privado, o movimento feminista vem ganhando bastante espaço no debate público, trazendo à tona questões como assédio sexual, violência doméstica e o machismo enquanto problemas urgentes a serem debatidos na esfera pública.

¹⁸ O conceito de domesticação é usado na área dos estudos de mídia, como uma metáfora para refletir sobre a incorporação das tecnologias na rotina diária e vida cotidiana de seus usuários. De acordo com Lopes (2008), fora utilizado, primeiramente por Roger Silverstone. Outro termo empregado, que possui significado similar, é midiaticização (HJARVARD, 2012; BARROS, 2012), referindo-se a incorporação das mídias na sociedade.

despolitizada, ou enfraquecida. Catarina Rodrigues (2006), por exemplo, estudou o espaço público fragmentado dos *blogs* partindo do princípio de que sua disseminação corrobora para a fragmentação do espaço público, só que por um viés positivo, pois permite o resgate de uma forma individual e subjetiva de opinar e atuar no espaço público.

Mc Kee (2005) aponta, ainda, que outro problema das reflexões de Habermas é centralizar o uso público da razão na forma discursiva verbal enquanto a única maneira legítima de atuação na esfera pública. A crítica procura, com isso, desconstruir a ideia de que culturas que não privilegiam esta forma de comunicação estariam, automaticamente, excluídas do debate público. Sua ponderação alarga as possibilidades da comunicação política, indo além da constituição de um público apto a argumentar. Neste sentido, o discurso verbal passa também a ser questionado em prol da ascensão de novas linguagens, incluindo o corpo, por exemplo. Problematisa:

Some black citizens fight for black cultural heritage to be brought into the public sphere. This is a fight for more ‘spectacular’ forms of public communication: Afrocentric writers argue that traditional forms of communication in black cultures were more oral and embodied than abstract and literate. (...) Some young people argue that forms of political and cultural involvement developed within youth culture are valuable contributions to the public sphere. They argue that performance and culture jamming are real politics; and see a lack of interest in traditional politics as sensible, not ‘apathetic’. Members of all these new social movements want to bring elements of what they see as their own, distinctive cultures into the public sphere. They want recognition that the public is made up of culturally differentiated groups. (MC KEE, 2005, p.21-22)

Seguindo essa mesma crítica, Gilroy (apud Avritzer e Costa, 2006), ao analisar os efeitos do imperialismo, problematiza o modelo discursivo verbal da esfera pública. Coloca que ao considerar, primordialmente, os atos de fala centralizados na linguagem verbal como ingrediente central da esfera pública, Habermas acaba por considerar apenas uma forma de discurso como válida. Atenta para os perigos de não se levar em consideração outras formas de comunicação e expressão fora o discurso verbal como componentes essenciais à esfera pública. Vale lembrar, como colocado na citação abaixo, que no século XIX, regiões tribais cuja linguagem verbal e o consenso do discurso não se caracterizavam como o cerne da atividade política, acabaram dominadas e partilhadas via “consenso discursivo” de nações europeias. Isso significa dizer que nem sempre a deliberação consensual fortalece a Democracia.

Assim, a medida em que, a política contemporânea rege-se pelo império da palavra, pela imposição da separação entre ética e estética, performance e racionalidade, decide-se previamente o jogo político em favor daqueles que, por força de sua inserção na história moderna, puderam controlar os mecanismos de produção e reprodução dos discursos de poder [...] Com efeito, se o espaço público não se mostrar poroso para a força expressiva não apenas dos argumentos, mas, também do desempenho e das formas não-verbais de comunicação, esse pode prestar-se, indefinidamente, á reprodução do poder daqueles que historicamente dominaram o processo de produção do discurso verbal. (AVRITZER e COSTA, 2006, p.72-73).

Para finalizar essa discussão, vale mencionar, que de acordo com Butsch (2007), a teoria habermasiana da esfera pública pertence à tradição da filosofia política de cunho liberal e iluminista, o que a faz questionar, sobretudo, como a Democracia funciona. Nesse sentido, é válido questionar o direcionamento assumido por Habermas na condução de suas análises, visto que, em nome da problematização da Democracia, tal como é apresentada pelo ideal liberal, o autor assume uma posição elitista, reduzindo a esfera pública à espaço discursivo, cujo pressuposto central é o debate argumentativo, princípio que mais esvazia do que amplia a construção de uma sociedade, genuinamente, democrática.

Como vimos, diversas críticas foram feitas ao modelo e, hoje em dia, o próprio conceito é questionado no sentido de necessitar de uma revisão teórica, visto que investigações empíricas têm revelado que o modelo burguês não atende as estruturas comunicativas atuais, se é que alguma vez o atendeu. Durante o século XX, a mídia ainda era subsidiária da esfera pública, que continuava como veículo fundamental para a deliberação pública. Mas, no século XXI, dada a convergência digital e a domesticação das mídias, elas próprias viram o foco dos estudos sobre esfera pública. Ascende, então, como crucial nesses debates indagações sobre o modelo de esfera pública que a atual mídia constrói e suporta. As posições, dessa maneira, se invertem e o tipo de esfera pública passa a ser dependente do tipo de mídia que existe.

2.3

Internet e esfera pública: uma interface possível

Como já disse, uma das grandes críticas de Habermas, presente na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (2003b), relaciona-se ao processo de “refeudalização” que acomete a esfera pública, no sentido de que os espaços públicos de deliberação política foram inundados de interesses privados. A

fundamental antítese que possibilita a composição de uma esfera pública genuína: privacidade X publicidade fora, em boa parte, dissolvida pela imprensa comercial. A mídia de massa, responsável por ampliar a participação do público, ao mesmo tempo, reduz a esfera pública, tornando-a esvaziada, despolitizada e controlada pelos conglomerados empresariais dos meios de comunicação.

É fundamental dizer que, não é somente a dissolução da antítese público e privado, elucidada por Habermas, que desenha o arcabouço de uma esfera pública despolitizada. É subjacente a sua crítica a contraposição entre um público culto, ávido em leituras, capaz de deliberar, à uma massa popular inculta, conduzida, manipulada e alheia aos debates públicos. Aparecem diretamente relacionados, portanto, a despolitização da esfera pública e a formação de uma massa inculta, incapaz de deliberar com altivez questões do interesse público, pois é manipulada pelos meios de comunicação. De acordo com Lubenow (2012), esta crítica, de teor marxista e própria dos pesquisadores da Primeira Geração da Escola de Frankfurt é um legado inquestionável na teoria habermasiana.

Retornaremos a esta questão no último capítulo. Por ora, vale acrescentar que em Adorno e Horkheimer (2011), por exemplo, a Indústria Cultural serve à dominação estética do proletariado, a partir do controle do tempo livre dos trabalhadores. Pela união arte e entretenimento é possível mantê-los entretidos e felizes, entorpecendo o público, transformando-o em meros espectadores aprisionados em sua rotina trabalho-tempo livre, que passa a significar diversão e lazer, pelo consumo de cultura. Aliena-se a massa disseminando uma ideologia consumista em detrimento do esclarecimento. A arte perde seu valor estético¹⁹ tornando-se mercadoria inserida no sistema industrial dominado pela burguesia. Pela padronização dos gostos, garante-se a contenção da resistência, pois as massas sentem-se inseridas, culturalmente. Vale acrescentar, que este processo as aliena do próprio processo de redução da cultura.

Seguindo a mesma linha, Lazarsfeld e Merton (2011) escrevem sobre a padronização dos gostos a partir da simplificação da experiência estética²⁰ proporcionada pelos meios de comunicação de massa. Estes autores afirmam que o padrão de gosto é ditado pela mídia, diferenciando-se da disseminação de um

¹⁹ cf. BENJAMIN (2011), ADORNO & HORKHEIMER (2011).

²⁰ cf. BENJAMIN (2011).

gosto de classe que acabava por separar, também esteticamente, as diferenças sociais. A padronização do gosto e da cultura, de uma forma geral, cria um mundo de simulacros-identitários, onde é possível, por exemplo, uma empregada doméstica se identificar com conflitos pessoais de uma milionária em um filme ou telenovela. Essa realidade simulada e dominada pela burguesia, acarreta no que Adorno chamou de *semiformação* e *semicultura*, pois tanto as subjetividades individuais, quanto a cultura são artificialmente construídas pelos meios de comunicação, e por que não dizer, pela esfera pública. Destaca-se nessa visão a presença de um sujeito que se sujeita.²¹

Essas reflexões, entretanto, encontram nas definições antropológicas do conceito de cultura seu principal referencial teórico crítico²². Ao definir cultura como relacionada à troca de crenças, valores e saberes e não como algo erudito ou autêntico, o campo de estudos da Antropologia mina qualquer possibilidade de se conceber o significado de cultura dentro de uma escala de definição qualitativa. Neste sentido, o que fora considerado, durante muito tempo, não-saberes culturais passam a figurar, nos estudos acadêmicos, como formas legítimas de promoção e assimilação cultural. Desse modo, é cabível indagar-se sobre o teor da crítica de Habermas no tocante a despolitização da esfera pública enquanto resultado de um processo não apenas político, mas cultural, no sentido de relacionar-se à alienação de massas incultas. Conforme elucidado na citação abaixo:

No que concerne à política, o que estamos vivendo não é, como crêem os pessimistas dos profetas-fim-de-milênio, a sua dissolução, mas a reconfiguração das mediações em que se constituem os novos modos de interpelação dos sujeitos e de representação dos vínculos que dão coesão à sociedade. (...) Pois essa mediação é socialmente produtiva e o que ela produz é a densificação das dimensões rituais e teatrais da política. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p.14)

Debruçando-se sobre os processos de constituição do massivo na América Latina, Martín-Barbero no livro *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia* (2009) propõe pensarmos os usos e apropriações dos meios de comunicação enquanto mediadores culturais, deslocando a análise dos meios às mediações com os meios. Os usuários, portanto, não seriam receptores passivos diante dos efeitos dos meios de comunicação tal como sugerem o modelo

²¹ cf. MAAR (2013)

²² cf. ECO (1993), MARTÍN-BARBERO (2009)

hipodérmico de Laswell (emissor-receptor) e as teorias críticas da Escola de Frankfurt. Seriam agentes produtores de sentido carregados de filtros e mediações culturais. O conteúdo das mensagens não é absorvido pelo público, mas interpretado e apropriado de diferentes formas.

Sua argumentação parte do princípio de que é preciso superar a visão dualista que separa o culto do popular, entendendo que a cultura não pode ser medida como grandeza de valor. A ideia de um público culto X um povo massificado é um de seus alvoscentrais do autor. Sua principal premissa é a existência de uma apropriação transformadora envolvendo a relação do público com os meios de comunicação. O culto X o popular é desmanchado frente às possibilidades de criação de significados que norteiam a relação dos indivíduos com os processos comunicacionais próprios de suas culturas. Ataca, especialmente, visões que, qualitativamente, sobrepõem uma cultura à outra, como por exemplo a cultura letrada enquanto superior a cultura oral, ou mesmo que relacionam aquilo que é popular ao simples e o culto ao complexo, o popular ao *naïf* e o culto ao maduro. É válido acrescentar que este preconceito estende-se, também, com relação ao corpo. O termo cultura, relativo às danças, jogos e músicas, por exemplo, é sempre acompanhado do adjetivo popular.

(...) as concepções pessimistas que chegam até esse ponto, sejam de esquerda ou de direita, conservam fortes laços de parentesco, as vezes vergonhoso, com aquela *intelligentsia* para o qual o popular se identifica sempre secretamente com o infantil, com o ingênuo, com aquilo que é cultural e politicamente imaturo. (Idem, p.268)

A tese central de seu livro vai de encontro, portanto, às visões pessimistas que acreditam que os efeitos da Indústria Cultural resumem-se à manipulação das massas. Existe, dessa maneira, uma capacidade genuína de produção cultural relacionada à construção de uma identidade popular relegada ao segundo plano em nome da manutenção da ideia de que, somente, a cultura letrada/erudita é produtora de uma cultura válida, politizada. Contra uma visão elitizada de cultura, coloca: “a cultura aqui não é oficial, não transmite informações boas ou más, não é propriedade de ninguém, é um modo de ser, viver e morrer” (Ibidem, p.278).

Com as premissas de Martín-Barbero (2009) é possível observar, portanto, que a atuação na esfera pública também pode ser ritual e teatralizada, chamando atenção para a faceta corpórea da política, relegada ao segundo plano em nome de uma política “pura” baseada na busca pelo entendimento mútuo via argumentação

verbal, tal como idealizada por Habermas. Refletindo com esse autor, a esfera pública é um local de ação política que acontece nas brechas da dominação cultural. É possível, desse modo, atuar politicamente frente à dominação privada dos espaços públicos. Basta observar determinados usos e apropriações dos meios de comunicação feitos por sujeitos que passam a atuar na esfera pública de maneira ativa e, não meramente passiva, desinteressada e despolitizada.

Um dos exemplos dessas apropriações foi o uso do termo “Primavera”, a partir do episódio da “Primavera Árabe”, que ficou conhecido mundialmente²³. No Brasil, a expressão tornou-se referência para designar movimentos sociais de resistência, sendo comum seu uso pela esquerda. “Primavera das Mulheres” e “Primavera Secundarista”, por exemplo, foram amplamente utilizados nas redes sociais, em 2015 e 2016. No caso desta, a Proposta de Emenda Constitucional 241, já mencionada no início deste capítulo, levou diversos estudantes a ocuparem suas escolas contra o projeto²⁴. Em novembro de 2016, mais de mil escolas foram ocupadas em todo o país, de acordo com o site da União Brasileira de Estudantes Secundaristas²⁵.

²³ “Em um movimento que não havia sido previsto por nenhum analista político, a população egípcia tomou as ruas do Cairo e, após pouco mais de duas semanas de protestos e de ocupação da Praça Tahrir, finalmente conseguiu tirar do poder o presidente Hosni Mubarak, que governara o Egito com mão de ferro por quase três décadas. A inesperada queda de Mubarak – no dia 11 de fevereiro de 2011 – era o ápice de uma onda que tivera início no mês anterior, na Tunísia. Na capital Túnis, a auto-imolação do jovem camelô Tarek Mohamed Bouazizi serviu como faísca para uma série de manifestações populares que resultaram na renúncia do ditador Ben Ali em janeiro de 2011, após mais de vinte anos no poder. Como um tsunami, protestos começaram a se espalhar pelo mundo árabe. Na Líbia, demonstrações iniciadas em fevereiro de 2011 levaram a uma guerra civil que resultaria na morte de Muammar Kaddafi, em agosto. No Iêmen, Abdullah Saleh foi deposto após 33 anos no poder. Na Síria, rebeldes chegaram a ameaçar o poder do ditador Bashar al-Assad, em uma guerra que ainda está por ser finalizada. A inesperada série de deposições de regimes autoritários que dominavam o mundo árabe há tantos anos foi comemorada por políticos e analistas ocidentais, vista como o início de uma onda de democratização no Oriente Médio. Para alguns, o fato dos protestos terem sido organizados por jovens utilizando como ferramentas as redes sociais e a internet significava o início de uma nova era, em que movimentos sociais horizontais e desvinculados de partidos iriam transformar o mundo”. Disponível em: <http://politike.cartacapital.com.br/o-que-deu-errado-com-a-primavera-arabe/>. acesso em novembro de 2016.

²⁴ Vale dizer que também o termo “Ocupa”, é herdeiro dos movimentos internacionais, possuindo sua referência não na Primavera Árabe, apesar de terem iniciado no mesmo ano, mas nas manifestações norte-americanas “Occupy Wall Street”, que tinham como objetivo, a partir da ocupação das ruas de Nova Iorque, chamar atenção para as imensas desigualdades sociais, fruto da grande influência de empresas que especulam no mercado financeiro sobre os governos. Sob o slogan “Nós somos os 99%”, referindo-se à desigualdade de distribuição de renda e riqueza nos EUA, comparado com 1% mais rico da população, o movimento espalhou-se rapidamente, graças a sua viralização nas redes sociais.

²⁵ Disponível em: <http://ubes.org.br/?s=Primavera+Secundarista>. Acesso: novembro de 2016.

Outro exemplo de apropriação tecnológica, que ficou amplamente conhecida no Brasil, foi a atuação do Mídia Ninja. Utilizando-se de conexões de *internet* 3G, o coletivo midiativista passou a transmitir, ao vivo, a “Primavera Brasileira”, reinventando a cobertura jornalística na *internet*, antes restrita aos *blogs* e portais de notícias. A atuação do grupo, ancorava-se em uma espécie de ideologia libertária, atrelada à possibilidade de comunicar de muitos para muitos, a partir de novos usos da tecnologia *broadcasting*. Introduziram, assim, uma nova maneira de produzir notícias, problematizando o jornalismo investigativo da grande mídia. Neste sentido, o coletivo midiativista contribuiu, significativamente, para ampliar o debate e a formação da opinião pública fora dos grandes veículos de comunicação.

É válido acrescentar, ainda, a importância do coletivo nos processos de formação política envolta em sua atuação, visto que, eles não somente inauguraram uma nova maneira de produzir e compartilhar notícias, a partir do uso livre da plataforma digital, mas a disseminação do processo. Ao utilizarem-se de tecnologia de fácil acesso, espalharam a notícia de que qualquer pessoa, desde que tenha um *smartphone* conectado à *internet*, pode baixar aplicativos que possibilitam vincular imagens, em tempo real, na rede de computadores. A ação do Mídia Ninja, portanto, enquanto facilitador da construção de uma opinião pública mais diversificada é inegável.

Outro exemplo da ampliação do público formador de opinião são os grupos fechados do *facebook* que promovem um infindável número de discussões sobre os mais variados temas. Desde a articulação de mulheres em torno de questões como o feminismo, quanto de gays, negros e outras minorias que encontram nas páginas das redes sociais uma forma de deliberar e interagir promovendo conversações civis. Suas vozes, antes silenciadas, passam a ecoar pelo espaço virtual e isso não pode ser desconsiderado. O uso do *site* como microfone de suas causas é uma apropriação cultural e política e que possui suas origens nas comunidades do extinto *orkut*.

É certo que essa atuação pode ser limitada do ponto de vista da política e suas diretrizes institucionais, visto que a participação popular vem influenciando, de maneira geral, muito pouco nos direcionamentos governamentais. No entanto, no que tange à formação política, é inegável sua contribuição. É, principalmente, no âmbito da formação política que a *internet* pode ascender enquanto

possibilidade extremamente forte de politização do público, afinal, não podemos nos esquecer que sendo um espaço comunicativo, a esfera pública, como já colocado é, naturalmente, um espaço cognitivo. O que devemos nos perguntar é como esse novo acoplamento dos artefatos conectados em rede às nossas rotinas cognitivas diárias modifica a nossa relação tanto com a política, quanto com a ideia de formação, incluindo nosso entendimento sobre o funcionamento de nosso aparato e processos cognitivos.

A rede é a mensagem. O livro *A Galáxia da internet* de Manuel Castells (2003), já em sua abertura, lança um prelúdio bastante otimista sobre a organização da sociedade da informação: sua configuração em rede. De acordo com ele, a *web* possui o potencial de modificar, não somente, a maneira como interagimos, mas a forma como nos relacionamos enquanto pessoas. Seu potencial interativo, de muitos para muitos, modifica a maneira como emitimos e recebemos mensagens, incidindo, diretamente, na forma como nos comunicamos. Isto inclui nossos relacionamentos amorosos, familiares, no trabalho, passando pela política, pelos processos educacionais etc. A *internet* representa, de acordo com seu pensamento, uma nova era, que carrega uma mudança de paradigma²⁶.

A forma hipertextual e fragmentada que a informação, hoje, nos atinge, possui o potencial de modificar a forma como significamos o mundo e este impacto modifica a construção de conhecimento. A disseminação da *internet* modifica a maneira de ver e entender as coisas, pois, age diretamente na percepção do mundo. Uma esfera pública virtualizada ascende, dentro desta lógica, como espaço propício à um novo formato de experiência política formativa, trazendo à discussão habermasiana um novo ingrediente. Antes de adentrar nessa celeuma, porém, vale problematizar algumas questões referentes à possibilidade de considerar a internet esfera pública virtual.

De acordo com a visão otimista de Volkmer (2014), a esfera pública virtual é formada de *micro-networks* que se interligam e se interconectam, criando uma

²⁶Não que a rede mundial de computadores tenha inaugurado a ideia de rede enquanto um pilar fundamental de nossas sociedades. Na verdade, os seres humanos se organizam, socialmente, em rede há milênios. Nossa formação social e humana, fruto de interação e comunicação sempre terá nas redes suas base primordial. A questão, para Castells, é que a possibilidade de compartilhar conteúdos e informações de uma maneira totalmente nova e rápida incide, queiramos ou não, na forma como os seres humanos lidam com o conhecimento, com as outras pessoas e seus problemas individuais e coletivos. As vozes que ecoam na rede possuem um novo tom e o autor enxerga essa abertura de forma, extremamente, positiva.

atmosfera constantemente renovada e realimentada por contatos intersubjetivos. O autor difere a *internet* de outras mídias de massa pelo caráter livre que sua estrutura, em rede, se constrói. A ação dos sujeitos na esfera pública virtual é expor-se publicamente, enquanto que na mídia de massa ele é mero expectador. Esta visão, entretanto, deve ser relativizada pois grande parte do conteúdo informacional que circula, enquanto assunto passível de deliberação nas redes sociais, nasce no bojo dos principais telejornais e programas de TV. Esta característica acaba sacramentando, ainda, a televisão como a grande referência da tônica das discussões políticas. Neste sentido, vale chamar atenção para a centralidade da fusão e convergência digital, não somente dos artefatos tecnológicos (celular, computador, televisão e rádio), mas na própria circulação do discurso²⁷.

A *internet* pode ampliar a democratização da esfera pública, pois possibilita unir voz, internet e vídeo. Contudo, ela não serve apenas a esse alargamento²⁸. Não podemos esquecer. A despeito da existência de uma maior fusão tecnológica envolvida nos instrumentos, distribuição e acesso aos meios de comunicação digitais, é possível dizer que a concentração desses serviços nunca esteve em tão poucas mãos. Antes, uma empresa fazia telefonia, outra televisão e outra radiofonia, mas hoje, a dinâmica levou os conglomerados que atuavam em pequenos nichos a se fundirem, buscando alcançar maior competitividade no mercado. Alguns “gigantes convergentes” (VALENTE, 2013) concentram a veiculação de conteúdo midiático ao redor do mundo, limitando a pluralidade de vozes e atores, o que acaba acarretando em cada vez menos grupos com o poder efetivo de influenciar o debate público democrático²⁹.

²⁷ Vale dizer que no capítulo 4, ao retomar o tema da esfera pública virtual, argumento justamente o contrário, visto que em alguns casos é visível a colonização da TV, revistas e jornais pela internet. Há de se ponderar, então, essa noção de “colonização” utilizada por Habermas como sinônimo de despolitização.

²⁸ Em 2013, o caso do Brasil, por exemplo, no ramo das telecomunicações apresentava-se, fortemente, concentrado nas mãos de transnacionais. É o exemplo da mexicana America Móvil (Embratel, NET, Claro e Star One), da Telefônica, espanhola (Vivo), da Telecom Itália (TIM), da francesa Vivendi (GVT) e das norte-americanas NII (Nextell) e DirecTV (Sky). Além de participação crescente da Telecom Portugal na Oi (GINDRE, 2013). Assim, sete empresas controlam não só a telefonia no Brasil, mas os serviços de internet e TV a cabo.

²⁹ “Exemplo foi a fusão da operadora de TV paga norte-americana Comcast com a rede de TV NBC, em 2011. Na área das telecomunicações, a mexicana Telmex e a espanhola Telefónica avançam sobre os mercados latino-americano e europeu. No Brasil, a Telmex assumiu o controle da NET, além de deter a Embratel e a Claro, todas elas já oferecendo TV por assinatura, acesso à internet e telefonia. A telefónica oferece esse pacote de serviços e São Paulo, controla a Vivo e recentemente

Partindo das, igualmente otimistas, reflexões de Martín-Barbero (2009), é possível dizer que atuando nas brechas podemos transpor o aprisionamento ideológico relacionado à convergência digital e que isso é resultado da reapropriação cultural dos usos das mídias. Em outro livro entusiasmado com o poder transformador das redes virtuais, Castells (2013) afirma que a “onda” de manifestações que atingiu o globo entre os anos de 2011 e 2013, iniciado pela Primavera Árabe, vem produzindo, globalmente, redes de indignação e esperança. Ele argumenta que a *internet* recoloca enquanto pauta de discussão e interesse dos cidadãos, a política, sobretudo a democracia e a maneira como vem sendo conduzida. Ao refletir sobre as relações entre o poder e a comunicação, ele chama atenção para a falta de confiança, generalizada, com a política, fato que acaba unindo insatisfações muito comuns. As ruas clamam por sua revitalização, exigindo aumento da participação direta dos cidadãos na vida pública. A ampla disseminação da rede mundial de computadores é considerada pelo autor, aspecto central desse processo.

Seguindo essa linha, a construção de redes de indignação global só foi possível com a reinvenção do uso das redes sociais, que mais do que promover a socialização de contatos, possibilitou a troca de informações e experiências políticas ao redor do mundo. A partir de inúmeras conexões, travadas na rede mundial de computadores, novas percepções sobre o mundo (e sobre a política) podem emergir, formando uma nova espécie de senso crítico, que é configurado via compartilhamento, coletivamente, dividido entre seus usuários.

Procurando compreender a *internet* como a esfera pública do século XXI, Pierre Lévy (2011) acredita, de forma igualmente “estonteante”, que a rede mundial de computadores representa uma ampliação da possibilidade de expressão pública, de interconexão sem fronteiras e acesso à informação sem

assumiu parte do controle da Itália Telecom e, como consequência, também da TIM. Nos últimos anos, esse xadrez ganhou a presença de novas peças poderosas: as provedoras de serviços e aplicativos para a web. O Google nasceu como uma ferramenta de busca e hoje é a segunda maior corporação de mídia do mundo –fonte: Media Data Base, Institute of Media and Communications Policy—. O conglomerado abocanha metade das verbas de publicidade gastas na internet hoje, que já representam 20% de todos os recursos destinados à propaganda, o que fez, por exemplo, que duas das maiores empresas de publicidade do mundo (Publicis e Omnicom) se fundissem. (...) A pressão pela competição na web, em especial de *smartphones*, vem levando a um outro movimento de fusões entre fabricantes de aparelhos e empresas de informática e serviços. A Google (que faz o sistema operacional para dispositivos móveis, o Android) comprou a área de celulares da Motorola. A Microsoft (que vêm investindo no Windows Mobile) comprou a Nokia”. (VALENTE, 2013, p.20).

precedentes, propiciando uma transformação radical do espaço público. O autor parte do princípio de que as mídias digitais rompem com o antigo sistema da grande mídia, orientado pelos jornais, rádio, televisão e cinema.

Logo no princípio dos anos 2000, parecia-me que crescimento da mídia digital resultaria em uma transformação radical da esfera pública que teria profundas e duradouras consequências políticas. Já em 1999, um coletivo de ativistas organizava-se *on line*, de forma flexível e descentralizada para protestar contra a OMC e o FMI em Seattle. (...) Usando plenamente os novos canais de comunicação, a campanha vitoriosa de Obama em 2008 mostrou em que mídia se ganhava doravante opinião pública. *Wikileaks* e seus similares tornaram-se grandes atores no mundo do jogo político e diplomático. As revoltas árabes de 2010-2011 foram organizadas *on line*, via *Facebook* e *Twitter* e os seus atores tinham todos em mão um *smartphone* que gravava e transmitia os eventos em que participavam em tempo real. Isolado em minha cabana no Canadá, eu leio diariamente os títulos de dezenas de jornais e blogs do mundo inteiro, e a cada dia, recebo centenas de *tweets* que me informam dos meus temas de interesse favoritos. (LÉVY, 2011, s/p.).

Lévy possui uma visão bastante otimista com relação à *internet* e as mídias digitais na democratização do espaço público e na produção de novos saberes. Ele chega a afirmar que ela modifica nosso processo cognitivo, alterando a construção de nossas funções superiores.³⁰ Em sua opinião, vivemos em um momento histórico, onde é preciso falar sobre a construção de uma inteligência coletiva, cujos computadores se constituem em tecnologias cognitivas³¹. Em sua opinião, a nova liberdade de expressão, escuta e associação proporcionada pela rede mundial de computadores tem como resultado uma perda gradual do monopólio dos mediadores tradicionais de informação e comunicação, modificando a construção da opinião pública, impactando a forma como lidamos e vivenciamos a política.

Vale dizer, que mesmo chamando atenção para a relação entre a rede mundial de computadores e nossos processos cognitivos, visto que uma nova lógica de estar e ser no mundo é inaugurada, o papel reservado ao corpo e a materialidade da interação dos sujeitos mediada por artefatos conectados em rede, passa ao largo dessas reflexões. Especificamente em Lévy, essa ausência é

³⁰ cf. Lévy, 2015.

³¹ O conceito de tecnologia cognitiva será devidamente trabalhado, posteriormente, a partir das reflexões de Andy Clark (2001) sobre o assunto. Por ora, vale dizer que podemos considerar tecnologias cognitivas todos os artefatos envolvidos na resolução de problemas e que auxiliam, ampliam e modificam a cognição. Desse modo, computadores, papel e caneta, agendas etc. são exemplos de objetos, que ao serem utilizados em nossas tarefas diárias, “ascendem” a *status* de artefatos cognitivos. O argumento central que desenvolverei ao longo desta pesquisa teórica é que a esfera pública comporta-se como tecnologia cognitiva na formação política, pois transforma nossas experiências formativas, incluindo a maneira como enxergamos a política e a vivenciamos.

surpreendente. Ele se debruça sobre a *internet* como tecnologia cognitiva, mas acaba focalizando seus esforços em chamar atenção ao seu papel como espaço formativo via partilha de novos conteúdos. Particularmente, sinto falta de uma discussão mais aprofundada sobre o assunto. Indo além da questão dos conteúdos, a materialidade desses novos processos formativos e o papel do corpo em contato com essas redes não biológicas é excluída do debate levantado por Lévy. A discussão restringe-se à visões de cognição ainda presas ao seu entendimento enquanto manipulação simbólica de conteúdos. Para este autor, as fontes e acesso à informação se diversificaram com o advento da *internet*, permitindo que novos processos formativos emergjam, a partir de novos formatos de expressão e audição. De certa forma, também Lévy, orienta suas reflexões sobre a experiência formativa na *internet*, a partir dos atos de fala, posição que o deixa, igualmente, vulnerável às críticas levantadas nesta tese.

Na visão de Andrade (2013) a esfera pública digital aglutina dois ambientes interativos: uma *web semântica* e uma *web comunicativa*. No primeiro caso, não há apenas publicação e leitura de informações e notícias, mas uma preocupação de buscar explicações, esclarecimentos e interpretações dos conteúdos para transformá-los em saber. Tomemos como exemplo o *google*. Há, sem discussão, uma “*googlização* da sociedade”, visto que as constantes visitas ao *site* a forma como acoplamos o *google* às nossas rotinas de busca e pesquisa, tem modificado nossa forma de pensar e entender o mundo. Desde os assuntos mais triviais aos mais complexos, a busca pelo conhecimento, através do *site*, é cada vez mais comum e disseminada em nossa sociedade. Essa interação acoplada da plataforma de busca, abre a possibilidade de pensá-la, inclusive, como uma extensão de nossa mente³². De acordo com o autor, as pessoas mudaram seu modo de pensar, uma vez que vivem em uma realidade de busca incessante.

O que esses autores estão querendo dizer, é que não podemos fugir da realidade de que toda navegação em rede é regida por interesse, intenção e

³² A discussão sobre a extensão da mente (*extended mind*) será melhor desenvolvida no próximo capítulo. A partir das reflexões de Clark e Chlamers (1998) desenvolvo a reflexão de que os artefatos conectados em rede atuam como extensões de nossas mentes, pensamentos e até de nossa presença física. Vale acrescentar, ainda, que buscando ampliar esta visão, apresentarei no quinto capítulo o conceito de *web-extended mind* (Paul Smart, 2012, 2014, 2017), onde exponho a reflexão de que o próprio conteúdo da *internet* deve ser considerado uma extensão de uma espécie de grande mente entendida, que é coletiva e não individual como, normalmente, são tratadas dentro do paradigma da extensão.

motivação, categorias importantes quando pensamos na cognição humana. A forma como este interesse desdobra-se em janelas e a imprecisão do que se pode descobrir e conhecer com essas buscas, são características que tornam a *internet* um meio de comunicação interessante para refletir sobre a experiência formativa humana.

Neste sentido, não há como fugir da discussão de que o ambiente virtual, observado do ponto de vista da democratização da informação, exige um novo cidadão. Para que seja participante da esfera pública do século XXI, tal como posto por Lévy (2011, 2015) é necessário adquirir certas competências e habilidades, como por exemplo: desenvolver uma alfabetização que garanta a construção de uma inteligência coletiva na mídia digital. Apesar de não mergulhar, à fundo, nas discussões sobre a cognição, este autor acredita que o *cyberespaço* modifica nossas funções cognitivas.

Para Sonia Livingstone (2004), é necessário enfatizar, tanto na educação escolar, quanto na doméstica a construção de uma literacia dos meios de comunicação, que congrega uma série de habilidades requeridas à navegação em rede, que vão desde competências básicas de manuseio das máquinas às habilidades mais complexas que envolvem os diferentes objetivos e tipos de navegação. Ultrapassa-se, deste modo, a ideia de alfabetização digital. De acordo com ela, à educação cabe voltar-se à criação de uma consciência crítica, também, estendida aos meios de comunicação e a maneira como os utilizamos em nossas rotinas cognitivas diárias.

Estar consciente de seu papel dentro dessa rede de criação, compartilhamento, transmissão e retransmissão de dados é uma demanda urgente do nosso tempo, visto que essas navegações modificam a própria estrutura da rede. Isso significa dizer que a participação das pessoas nos processos comunicacionais envolvidos na interação em rede, constrói, altera e modifica a esfera pública³³. Acrescento à essas reflexões, no entanto, a ideia de que esses artefatos não funcionam como instrumentos e alicerces da cognição, mas que são constitutivos, ou seja, modelam o desenho do aparato cognitivo.

³³ Novamente, há a defesa da ideia de que a cognição, em sua relação com os meios de comunicação, é uma operação restrita ao raciocínio, a manipulação simbólica, a formação crítica, conceitual. Deixa-se de lado, mais uma vez, a possibilidade de considerar a manipulação desses objetos para além de seu caráter meramente instrumental, servindo enquanto acessórios para o desenvolvimento de operações mentais “complexas”.

Desse modo, não apenas a tecnologia e a “nova comunicação” abrem espaço para a democratização da esfera pública. Devemos observar como as novas mídias têm modificado as relações humanas, incluindo não só a participação dos cidadãos na vida pública, mas na forma como esses dispositivos modificam nossa natureza e condição humana. Neste caso, a *internet* é mais um dos componentes necessários ao alargamento da deliberação pública, portanto, não pode ser encarada como a única chave de resposta para a resolução dos problemas oriundos de uma sociedade democrática deficiente, se consideramos os preceitos deliberativos em que a democracia deveria ser construída, tal como pontuou Habermas (2003a). É, dessa forma, todo um complexo de aspectos que pode movimentar esse debate, não há razão para restringi-lo às questões de cunho midiático ou comunicativo, somente.

No contexto atual, é importante o papel da rede mundial de computadores na esfera pública, no sentido que propicia uma atmosfera mais aberta à conversação civil e ao debate de ideias. É comum a existência de fóruns deliberativos, onde temáticas diversas podem ser debatidas de forma aberta, em páginas de redes sociais, em *blogs*, em *chats* etc. É igualmente disseminada a livre manifestação e expressão de opiniões sobre políticos e seus governos, através do acesso de suas páginas do *twitter* ou *facebook*. São amplamente conhecidas as petições *on line*, onde quaisquer cidadãos, possuindo uma conta de e-mail, podem participar de abaixo-assinados virtuais contra ou à favor de diversas causas e bandeiras políticas. E, por mais que a efetividade ou a concretização dessas deliberações e reivindicações ainda sejam nebulosas, em sua real influência na transformação da sociedade, é inegável que a *internet*, enquanto provedora de um ambiente aberto à expressão, vem contribuindo na democratização do debate público.

Como veremos no capítulo 6, a maior crítica de Habermas com relação à *internet* ser tomada, de forma eufórica, como a nova esfera pública consiste no fato de que ela, por si só, não possui o poder de aglutinar uma multidão de produtores de discurso em causas unificadas. A “bagunça” desses discursos é um empecilho à criação de demandas que possam ser levadas ao poder público de forma organizada e focada. Contudo, apesar de ponderar sua crítica, colocando que a rede mundial de computadores pode ajudar a democratizar certos discursos, ele parece não levar em consideração a produção de novos saberes e percepções

de mundo oriundos, não somente, da interação virtual mas da própria condição acoplada que esses artefatos conectados em rede assumem nos dias atuais. Mesmo não possuindo uma voz agregada em demandas pontuadas, as conversas *on line* e a forma compartilhada de produção de narrativas e novas linguagens podem impactar a formação política, pois é inegável que ajudam a criar uma rede de construção de significados e conhecimento sobre a política. Há, ainda, o fato de que a interação mediada por essas tecnologias remodela nosso aparato cognitivo, excluído desse debate. Lacuna que pretendo preencher com os argumentos apresentados nos próximos capítulos.

Voltando às reflexões sobre a interface entre *internet* e esfera pública, no caso das redes sociais, especialmente o *facebook*, dada sua popularidade no Brasil, uma das questões centrais gira em torno da dúvida em considerá-lo esfera pública. Argumentos contrários à ideia, levantam que público e privado se confundem; que o espaço não é, nem de longe, regido pela busca do consenso e entendimento mútuo; e que a rede social possui milhares de narrativas fragmentadas e descentralizadas, dificultando a criação de demandas unificadas. Todavia, a possibilidade de atuação em suas brechas pode conferir a rede social um *status* de espaço público, que apropriado de distintas formas entre seus usuários, possui forte potencial na democratização da esfera pública. Precisamos observá-la a partir de um olhar transhabermasiano.

Outra característica importante é o caráter mundial dessa rede, que amplia, de forma nunca antes vista, a esfera pública, tornando-a uma espécie de espaço público global. Roger Silverstone (2007, 2011) discute este tema chamando atenção para a existência de uma esfera pública global que nos forma moralmente. A partir da concepção de Hannah Arendt, ele nos convida a pensar a existência de uma *Mediapolis*, cuja rede mundial de computadores ocupa o mesmo papel da *agora*, no sentido de servir à deliberação dos cidadãos. Ele chama atenção, especialmente, para uma nova mentalidade que se forma em âmbito global, apostando no uso da *web* como alavanca para um novo cidadão, preocupado com causas mundiais que levanta bandeiras e atua, politicamente, em nível macro. A forma presencial de atuar na esfera pública tem sido superada pela atuação de grupos que se reúnem virtualmente, exigindo mudanças na política. Um bom exemplo dessa nova militância é o *Avaaz*.

É importante marcar que, grande parte da literatura consultada é otimista com a ampliação da esfera pública via *internet*. A maioria tem como pressuposto a ideia de que vivemos um momento de internacionalização dos espaços públicos, buscando refletir para além do paradigma da mídia de massa. Chama atenção nesses textos, a inclinação à ideia de que devemos trabalhar com a ideia da existência de uma reunião virtual de diversos espaços públicos, unindo diferentes bandeiras políticas ao redor do mundo. Assim, é possível atuar em diversos movimentos sociais ao mesmo tempo. A fragmentação do espaço público é, assim, considerada característica positiva, assim como a interpenetração entre os âmbitos público e privado.

A política vivenciada em âmbito privado tem no *cyberativismo* um exemplo bastante peculiar. No dia 21 de junho de 2013, um portal de notícias da *internet* anunciou o seguinte: “*Sites* permitem que ‘ativistas de sofá’ auxiliem nas manifestações”. A notícia trata de um fenômeno cada vez mais comum no cenário político atual: “O sofativismo”, que pode ser entendido como a atuação na esfera pública sem sair de casa. De acordo com o portal de notícias, ferramentas incentivam a participação de internautas que não vão às ruas. Graças ao uso das redes sociais como instrumento político é possível contribuir, sem sair do sofá, com a construção de mapas colaborativos que reúnem informações para os ativistas que participam dos protestos na rua. De acordo com Marco Gomes, programador e criador do *Protestobr*:

*as pessoas têm o costume de negligenciar o sofativismo, mas quem fica em casa têm inúmeros motivos para não ir às ruas. É muito importante a ajuda de quem fica no sofá.(...) Na terça-feira (18), durante novo protesto em São Paulo pela redução da tarifa de ônibus, uma transmissão do conflito entre manifestantes e policiais era feita ao vivo. Transmitindo imagens por meio de uma aplicação ligada ao twitter, o canal de videos postv.br chegou a ter 20 mil pessoas assistindo.*³⁴

Há como dizer que essas 20 mil pessoas não estão participando, ativamente, da configuração da esfera pública pelo simples fato de não estarem em carne e osso ocupando as ruas? Ou mesmo que elas estão excluídas dos espaços públicos porque não o estão ocupando com discussões e debates políticos? Posso deixar de considerá-las atuantes porque não estão interagindo face-a-face?

³⁴Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/06/sites-permitem-que-ativistas-de-sofa-auxiliem-nas-manifestacoes.html>. Acesso em: abril de 2015.

Outro ponto importante a considerar na reflexão sobre o “sofativismo” é o papel deliberativo que ele possibilita. É possível, hoje em dia, fazer uso público da razão fora do formato *agora* dado ao ato de expressar-se publicamente, pois a *web* permite a construção de novos saberes e significados sobre a política, antes restrito aos contatos deliberativos presenciais que eram, em sua maioria, mediados por instituições partidárias, sindicais e pelos movimentos sociais. Há, desse modo, uma maior liberdade não só de fala e interação, mas de ação política, visto que a rede mundial de computadores permite que coletivos, grupos e associações sejam organizados e atuem no espaço público de forma independente e apartada do desenho institucional que tradicionalmente fora-lha conferido, ressignificando e redesenhando o próprio conceito de política.

A forma como a opinião pública passa a ser construída nessas redes também merece ser discutida. Ela pode nascer de processos deliberativos, tal como colocado por Habermas, mas, também pode nascer de simples compartilhamentos e curtidas em publicações nos murais do *facebook*. A produção de percepções e ideologias políticas, possibilitados pelos usos da *internet*, também, modifica a opinião pública e, conseqüentemente impacta a formação política das pessoas³⁵.

Por último, é importante salientar as atuais demandas de revisões do conceito, visto que há uma nova mídia em processo de expansão. A *internet*, por exemplo, pode aumentar a participação dos cidadãos e ajudar a promover um maior fluxo comunicativo, logo, pode, também, influenciar a construção da opinião pública. A crítica recai na esfera pública burguesa no sentido de que a mídia impressa não pode ser considerada como o único meio de comunicação mediador entre o Estado e a Sociedade Civil. Dessa maneira, é necessário redefinir os contornos sobre o papel das novas mídias na esfera pública em torno do que se entende por atividade informativa midiática, assim como modificações na própria conformação da prática comunicativa entre os sujeitos.

³⁵ Um dos aspectos de maior importância na compreensão do peso da *internet* na formação política atual é a construção da opinião pública via conversação civil. Sobre este tema vale analisar alguns aspectos do artigo de Dutra & Couto (2012). Um de seus principais objetivos é desenvolver uma reflexão acerca da mudança conceitual/categórica que sofre a esfera pública em torno da transformação da opinião pública em opinião publicada e o papel dos meios de comunicação nesse diagnóstico. O texto revisa os conceitos de opinião pública e opinião publicada e, em seguida, apresenta a revisão dos argumentos acerca do papel conferido aos meios de comunicação do que Habermas (2003b) chamou de “colonização da esfera pública”.

Desse modo, a comunicação, tal como desenhada nos moldes atuais, proporciona tanto as condições de alargamento do debate, quanto um abismo entre os que são considerados inseridos nessa ordem comunicativa global e os que estão excluídos desse processo. Desta forma, a esfera pública permanece desigual no sentido de seu acesso. Todavia, sabemos que é possível, como já colocado, atuar nas brechas dessa desigualdade. Não podemos negar que com o advento da *internet* foi possível alargar a atuação na esfera pública de atores antes excluídos dela. Mesmo em situações sociais vulneráveis é cada vez mais fácil acessar a *internet* e compor redes de contatos, antes impossíveis. Vale acrescentar que, dessa lógica comunicativa, cria-se uma nova linguagem, uma nova maneira de ser no mundo que exige uma nova literacia, que desperta uma nova forma de compreender e entender a realidade. A esfera pública, vale chamar atenção, continua sendo caracterizada por ser um espaço reflexivo, por pressuposto.

Para Habermas a esfera pública é, portanto, o espaço do livre fluxo de discursos, onde a sociedade civil se reúne, gera impulsos de demandas e pretende exercer pressão aos órgãos estatais. A esfera pública é o lugar próprio da formação do estatuto da crítica, a qual se concretiza em argumentos de um público ciente de sua importância como formados de opinião pública no cenário democrático. (DUTRA & COUTO, 2012, p.181).

Outro aspecto que vale comentaré que a expressão “opinião pública” carrega diversos significados: um personificado, constituído pelo sujeito que possui uma opinião sobre determinada coisa e a torna pública, expressando-a; um sem corporificação, que é a opinião pública como algo representativo de um coletivo, algo mais ideal e abstrato, uma espécie de senso comum sobre algo; também pode ser usada para descrever os formadores de opinião, formado pelos sujeitos que publicam suas ideias, incluindo intelectuais e jornalistas como seus principais representantes. Podemos, ainda, pensar a opinião pública em sua vertente formativa, como fruto da interação de mentes que só se encontram graças à plataforma conectada, proporcionada, antes de tudo por uma esfera pública virtual.

É neste escopo que pretendo, ao longo dos próximos capítulos, concentrar minhas reflexões, argumentando que esfera pública é uma tecnologia cognitiva fundamental à formação política atual. Nossas mentes e cognição, incluindo até a presença de nossos corpos, estendem-se pela rede mundial de computadores, onde atingem outras mentes, outros processos cognitivos e outros corpos que, ao

interagirem, produzem novas visões de mundo e percepções sobre a política. Pretendo, portanto, ultrapassar os limites impostos pelo imperativo da linguagem em interação como escopo designativo da esfera pública, direcionando meu olhar às outras possibilidades de compreendê-la em sua interface com a formação política.

2.4

Por um olhar transhabermasiano à esfera pública

Antes de mais nada, acredito ser importante iniciar essas reflexões expondo algumas considerações que me levaram a refletir sobre a necessidade de repensar o conceito trabalhado por Habermas, transcendendo-o. Essas ponderações são necessárias para a construção do argumento de que a esfera pública deve ser compreendida para além de um espaço discursivo verbal, lugar de consenso e centralização de bandeiras políticas. São elas:

- a) a esfera pública virtual proporciona uma aproximação, e, por que não dizer, uma sobreposição, uma confusão, entre as esferas pública e privada, que deve ser levada em consideração na análise da *internet* enquanto esfera pública. Destaca-se, neste ponto, a ideia de *domesticação*, expressão utilizada como metáfora para pensar a incorporação das tecnologias no cotidiano. Dada essa configuração, o espaço público atual poder ser experimentado, então, na vida doméstica e questões, antes pertencentes ao domínio privado, ganham notoriedade e importância na esfera pública. O movimento feminista, por exemplo, tem se reinventado a partir dessa possibilidade de interação;
- b) a construção de identidades cívicas, ideologias e formação política não mais restritas aos contatos presenciais em ambientes institucionais e partidários, ou resumida a atuação em movimentos sociais, alargando a possibilidade de pensar a deliberação para além da perspectiva da interação face-a-face. A ascensão de coletivos e grupos virtuais atuando na formação de esferas cívicas cada vez mais independentes de ideais fronteiriços e nacionais é uma realidade do nosso tempo, que não podemos ignorar;³⁶

³⁶Na visão de Marques (2006), por exemplo, o papel da internet é positivo no que tange a democratização da esfera pública, visto que ela ocupa o importante papel de resgate de uma

c) a inegável contribuição de Habermas à formulação do conceito de esfera pública, é unânime, mas deve-se ressaltar a necessária crítica ao seu caráter liberal, demasiado universal e ideal, além de elitista e restrito aos grupos dominantes (cultural e economicamente). Neste ponto, a própria releitura do autor sobre o conceito, presente, sobretudo, na teoria do agir comunicativo, abre precedente para alargá-lo ainda mais, inserido a *web* não apenas como aspecto comunicativo central na atual configuração da esfera pública, mas como extensão de nossas mentes e cognição.

É importante frisar que não é o caráter global da rede virtual que modifica a relação das pessoas com a esfera pública. A partir da comunicação via satélite, ou mesmo pelo cinema, e se olharmos para trás, o próprio telégrafo já desempenhavam o papel de disseminar informações em nível mundial. O que modifica e implica à necessidade de reconfigurar o conceito habermasiano, de acordo com meu entendimento, são os múltiplos fluxos comunicacionais que, acoplados ao nossos corpos, modificam a cognição. Esse acoplamento ficou mais evidente com o advento da rede mundial de computadores, visto que os avanços tecnológicos que possibilitaram sua domesticação e inserção em nossa rotina comunicativa modificaram, não apenas, nossa relação com as tecnologias, mas nossa natureza. Isso significa dizer que a criação da *internet*, ao tornar mais visível nossa dependência tecnológica, ilumina a possibilidade de enxergar a centralidade dos corpos, que associados à artefatos técnicos, moldam nossas experiências formativas.

Como já mencionado, o próprio Habermas possui uma opinião desfavorável à *internet* como esfera pública. Ele argumenta que o espaço de interação proporcionado pela rede mundial de computadores, apesar de promover um incremento às discussões, não possui o poder de fundi-las em uma opinião pública genuína, pois esses atos de fala encontram-se fragmentados em inúmeras conversas e “papos” desarticulados descomprometidos com a busca pelo

cidadania perdida (pelo afastamento da esfera política da esfera civil) devido a profissionalização e especialização da política na mão de políticos profissionais, que atuam na carreira política. Para este autor é na esfera pública e dentro dela, a partir da conversação civil, que a participação no debate público se amplia. O que assistimos ao redor do mundo, tal como pontuado por Castells (2013), por exemplo, é uma onda de indignação mundial, cuja própria configuração da democracia, tal como implementada, vem sistematicamente sendo colocada em xeque. Situação somente possível com a velocidade e fluidez dos processos comunicativos das redes virtuais.

entendimento mútuo, consenso e unificação de bandeiras e demandas políticas.

Em suas palavras:

The Internet has certainly reactivated the grassroots of an egalitarian public of writers and readers. However, computer-mediated communication in the web can claim unequivocal democratic merits only for a special context: It can undermine the censorship of authoritarian regimes that try to control and repress public opinion. In the context of liberal regimes, the rise of millions of fragmented chat rooms across the world tend instead to lead to the fragmentation of large but politically focused mass audiences into a huge number of isolated issue publics. Within established national public spheres, the online debates of web users only promote political communication, when news groups crystallize around the focal points of the quality press, for example, national newspapers and political magazines. (HABERMAS, 2006, p.423)

De acordo com a interpretação de Moreno (2013), a partir deste trecho, é possível afirmar que Habermas vê utilidade na *internet* como forma de driblar a censura em países com regimes políticos autoritários, mas não como forma de democratização e ampliação da esfera pública em democracias estabelecidas. A fragmentação do discurso, própria do ambiente comunicativo da *internet*, não torna possível que a esfera pública cumpra uma de suas funções mais importantes, a reflexividade, ou seja, não permite a tomada de decisões coletivas unificadas, somente possível, de acordo com sua visão, na interação presencial face-a-face.

Essa fragmentação, enquanto patologia da comunicação (Habermas, 2006) nas sociedades contemporâneas, continua a impor o efeito unificador das mídias, conferindo à *internet* as mesmas características dos meios de comunicação anteriores. Por mais moderna e democrática que ela aparente ser, ela não rompe com a mesma estrutura de poder e mercado que orientaram outros meios de comunicação, permanecendo o debate público, então, orientado pelas grandes empresas e grupos de comunicação. Uma das argumentações de Habermas é: apesar de haver inchaço nas interações, a comunicação pública parece não acompanhar esse aumento, visto que continua dominada pelo mesmo tipo de mídia que, há séculos, vem controlando a produção e emissão de discursos, informações, narrativas e mensagens na esfera pública.

Para refletir sobre este tema, trago as discussões que envolvem o Movimento Escola Sem Partido, que nasceu da organização de uma página da *internet* e que vem crescendo em número de adeptos e influência junto ao Parlamento Brasileiro.

O PL867/2015, apresentado à Câmara dos Deputados em 23 de março de 2015, pelo Deputado Federal Izalci do PSDB do Distrito Federal, inclui, dentre suas propostas, o "Programa Escola sem Partido"³⁷. Apesar do tema ser de relevância nacional, pois impacta o ensino de milhares de jovens, ele vem passando ao largo das discussões dos cidadãos, quicá dos educadores e estudantes, seus maiores interessados. De acordo com o site *escolasempartido.org*, que sustenta a maioria das argumentações presentes no projeto de lei, existe uma doutrinação ideológica marxista em curso no Brasil, encabeçado por professores das escolas públicas. Sua narrativa é apresentada em tom de denúncia e extrema revolta, havendo, claramente, um discurso de ódio dirigido aos professores, acusados de doutrinadores e de seqüestradores da liberdade de pensamento.

Para se ter uma ideia do teor do discurso, o movimento estudantil é apresentado como: "aliado histórico dos promotores da doutrinação política e ideológica nas escolas. Sua "rebeldia juvenil" está a serviço dos partidos de esquerda, que dos bastidores o controlam há décadas (...)"³⁸. Nesta definição, é retirada do movimento estudantil sua autonomia, pois o mesmo é apresentado como controlado pelos partidos de esquerda acusados de manipular tanto os estudantes, quanto professores, maiores responsáveis pelo que denominam de uma doutrinação marxista em curso.

A apresentação das ideias que orientam o movimento³⁹, apesar de vestirem a capa da neutralidade, esconde um projeto ideológico de extrema-direita. Uma de suas principais cruzadas é o combate ao que eles caracterizam como "ideologia de gênero nas escolas"⁴⁰, tendo como um de seus grandes alvos o material pedagógico "Escola sem Homofobia" produzido pelo MEC, apelidado de kit gay pelo Deputado Federal do Rio de Janeiro, pelo PSC (Partido Social Cristão) Jair Bolsonaro. Em 2011, em vias de ser distribuído às escolas, o material que tinha o intuito de introduzir as discussões de gênero, em sala de aula, foi vetado pelo

³⁷ cf. <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso: maio de 2016.

³⁸ idem

³⁹ "Numa sociedade livre, as escolas deveriam funcionar como centros de produção e difusão do conhecimento, abertos às mais diversas perspectivas de investigação e capazes, por isso, de refletir, com neutralidade e equilíbrio, os infinitos matizes da realidade."

⁴⁰ cf. cf. MELO (2015). Disponível em: <http://blogjunho.com.br/escola-sem-partido-ou-escola-com-partido-unico/> acesso maio de 2016

governo federal que cedeu as pressões de partidos e congressistas conservadores que apoiam a ideia do Escola Sem Partido.

Vale dizer, ainda, que uma série de Projetos de Lei, sustentados ideologicamente pelo movimento, foram enviados a diversas Câmaras Municipais, Estaduais e ao Congresso Nacional e que o movimento, apesar de esdrúxulo e não possuir respaldo acadêmico reconhecido entre os profissionais que pesquisam, sobretudo, temas como currículo, didática e metodologias de ensino tem obtido êxito em diversos municípios brasileiros. Contra esta organização há um *site* denominado Movimento Liberdade para Educar e uma página do *facebook*: Professores contra o Escola sem Partido, que busca fazer pressão contra os projetos de lei que tramitam em todo o país. Neste *site* é possível assinar uma petição pública contra esses PLs⁴¹.

Não há tempo hábil para destrinchar seus meandros, embora esse tema necessite de maiores estudos e pesquisas dada a sua importância para a educação brasileira. Vale dizer rapidamente, entretanto, que Alagoas foi o primeiro estado brasileiro a aprovar o projeto de lei “Escola Livre”⁴². O PL69/2015, foi proposto pelo Deputado Estadual Ricardo Nezinho do PMDB e institui, prevendo, inclusive, punições aos professores que não seguirem, à risca, suas funções, discriminadas no projeto de lei. O governador do Estado, contudo, vetou o PL, entretanto, a Câmara dos Deputados o derrubou no dia 26 de abril de 2016. De acordo com Demian Melo (2015) ao escrever sobre o Movimento Escola sem Partido em seu *blog*, é preocupante o avanço dessas pautas sem o devido debate público que dada sua relevância nacional, deveria ocorrer.

Recorrendo a Gramsci, é possível afirmar estarmos diante de uma espécie de guerra de posição, cujas manobras combinam fundamentalismo religioso e fundamentalismo de mercado, e onde o terreno não é outro senão o da ignorância. A capacidade que têm tido de pautar o debate público está além da congruência de suas idéias. Enganam-se os quem acreditam que isso é inofensivo⁴³.

A extensa menção a esse embate nesta tese, deve-se a forma como a esfera pública virtual desenha-se neste exemplo, a favor e contra Habermas. Provoca

⁴¹cf. <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/>

⁴² <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2016/01/14/projeto-escola-livre-vulgo-escola-sem-partido-e-aprovado-no-estado-de-alagoas/>

⁴³cf. MELO (2015). Disponível em: <http://blogjunho.com.br/escola-sem-partido-ou-escola-com-partido-unico/> acesso maio de 2016

embate com a teoria habermasiana, pois mostrou que o espaço da *internet* não é apenas um amontoado desordenado de falas que não conseguem se unificar em um discurso. Contudo, a forma como interesses de grupos particulares, nascidos da criação de um site na *internet*, influencia parlamentares que os transformam em leis, reforça o argumento do autor sobre a colonização do espaço público. Ou seja, a esfera pública virtual não consegue romper, apesar de proporcionar um ambiente propício a criação de redes de discussão, com a estrutura de poder que esculpe a falta de debate público envolvido nessa importante questão. A maior crítica dos adversários a lei aprovada é a falta de um maior cuidado dos parlamentares em deliberar o PL, visto sua importância ímpar para a área da Educação. O mesmo é considerado um retrocesso social, de acordo com o Sindicato dos Professores de Alagoas, que pretende recorrer da decisão da Câmara⁴⁴.

Os dois lados em guerra nessa disputa narrativa permite pensar, ainda, que o conflito em detrimento do consenso pode emergir como uma categoria central na esfera pública virtual e não, necessariamente, significar um impedimento a sua configuração, tal como colocado por Frasier (1992). A busca pelo consenso a partir da deliberação é praticamente inexistente na *internet*. Se o não consenso põe fim a esfera pública, então devemos trabalhar com a hipótese de que ela nunca tenha existido de fato, visto que a própria luta política, mesmo antes do advento das redes sociais, aproxima-se mais da discórdia do que do entendimento. No exemplo, os grupos contra e a favor do Movimento Escola sem Partido não dialogam entre si, não se encontram, a não ser para o embate. Dentro de suas bolhas ideológicas procuram arregimentar apoiadores de suas bandeiras, sem entretanto, deliberarem entre si, buscando um caminho comum e consensual.

Nesse sentido, a liberdade de expressão e audição, tal como descrita, de forma empolgante, na esfera pública do século XXI de Pierre Lévy, tem se mostrado com muito pouco alcance na busca pelo entendimento. A deliberação fica restrita, então, às conversações civis entre os contatos nas redes sociais. O diálogo acontece, basicamente, entre pares⁴⁵. O uso público da razão, tal como elucidado por Kant, perde terreno em detrimento do espaço onde a publicidade de

⁴⁴ <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/04/deputados-de-alagoas-decidem-derrubar-veto-ao-projeto-escola-livre.html> acesso maio de 2016.

⁴⁵ cf. http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/28/opinion/1459128271_535467.html. Acesso maio de 2016.

opiniões e a busca por curtidas e comentários favoráveis emergem como configurações estruturais da esfera pública. Ela, então, modifica-se estruturalmente, novamente. Não se enfraquece, portanto.

O escritor, blogueiro e ativista iraniano-canadense Hossein Derakhshan escreveu um texto bastante interessante sobre a relação entre a disseminação das redes sociais, em especial o *twitter* e o *facebook* e a transformação estrutural da *internet*. Em sua visão, as redes sociais transformaram a rede mundial de computadores da *internet*-texto para a *internet*-televisão e que essa modificação vem ajudando a tornar os usuários das redes mais passivos e controlados, diminuindo a possibilidade de diálogo nesse espaço público. “Há uma década, ela era inteligente e diversa como uma teia global de bibliotecas conectadas. Agora, pode reduzir-se a nova TV: previsível, infantilizante, abovinadora”, diz ele. De acordo com sua visão, as redes sociais e a maneira como vêm sendo utilizadas pela população, pela publicidade e pela grande mídia ao apoderarem-se do espaço ditando suas pautas, trazem uma mudança no formato da *internet*, antes, baseada no hipertexto/ hiperlinks/*blog* e agora centralizada nas redes sociais. Ele diz que é a partir do *facebook* que interagimos com o mundo. Abrindo nossas *time line* escolhemos ler uma notícia, ter acesso à *blogs*, assistir vídeos ou entrar em alguma discussão. O fato é que sempre retornamos ao “*face*” enquanto fonte e orientador dessas “pesquisas”⁴⁶.

Diante dessas reflexões, alguns questionamentos fazem-se obrigatórios: Seriam as redes sociais e o fato de terem modificado, estruturalmente, a *web* um argumento de peso para defender o fim da possibilidade de considerar a *internet* um meio que democratiza a esfera pública? A opinião pública, formada a partir das inúmeras conversações civis mantidas no *facebook*, por exemplo, deve ser desconsiderada como espaço de formação política, por que tendemos a dialogar com nossos pares? Por outro lado, não deveríamos considerar que o boca-a-boca virtual modifica a forma como compreendemos o mundo, pelo simples fato do conteúdo da *web* circular “livremente”, entre nós, e podermos acessá-lo com uma certa facilidade? Vivemos mesmo num bolha ideológica virtual? Sendo acopladas e disponíveis, não seriam as redes sociais a própria esfera pública

⁴⁶Hossein Derakhshan – Escritor, blogueiro e ativista da internet iraniano-canadense. Foi libertado da prisão de Evin, no Irã, depois de seis anos, em novembro de 2014. <http://outraspalavras.net/capa/as-redes-sociais-estao-matando-a-internet/>.

transhabermasiana, visto que, é através dela, que cidadãos comuns podem desferir pitacos sobre a política e, assim fortalecer, modificar e expressar suas opiniões e ideologias?

Wilson Gomes (2006), a partir da metáfora da fofoca, explica o conceito de esfera pública política como a publicização de ideias, resumindo-a enquanto um “intrometer-se” da sociedade civil nos assuntos da política. No caso do conceito de esfera pública política, cunhado por Habermas (2003b), a burguesia, por meio da imprensa, utilizava este espaço para se “meter” nos assuntos políticos, antes restritos aos espaços institucionais dos círculos políticos aristocráticos⁴⁷. Igualmente, na visão de Maia (2006), os meios de comunicação exercem, historicamente, papel fundamental na comunicação política, ocupando posição de destaque no “intrometer-se” da sociedade civil. Centrais, tanto nos processos de governança quanto nas percepções que os cidadãos produzem sobre a realidade social e política.

Ainda sobre a descentralização da intromissão da sociedade civil própria do contexto das redes sociais, gostaria de chamar atenção para mais um trecho extraído de uma declaração de Habermas sobre a *internet*:

The internet generates a centrifugal force, [...] It releases an anarchic wave of highly fragmented circuits of communication that infrequently overlap. Of course, the spontaneous and egalitarian nature of unlimited communication can have subversive effects under authoritarian regimes. But the web itself does not produce any public spheres. Its structure is not suited to focusing the attention of a dispersed public of citizens who form opinions simultaneously on the same topics and contributions which have been scrutinised and filtered by experts. (HABERMAS, 2014; entrevista concedida a Stuart Jeffries)⁴⁸

Obviamente, que a estrutura da *internet*, em si, não produz quaisquer esferas públicas, assim como as tecnologias por elas mesmas, não nos deixam mais ou menos inteligentes (SALOMON & PERKINS, 2011). São seus usos, assim como os usos que fazemos da esfera pública que devem ser observados. O desencanto subjacente às palavras de Habermas parece não levar em conta as potencialidades

⁴⁷ “A praça e o terreiro podem, então, funcionar como metonímia para o *locus* onde se publicam, onde se tornam públicos os negócios do Estado, são a realização da publicidade política. (...) pois se trata justamente daquilo que Kant chamou de *Öffentlichkeit*, e que é precisamente aquilo cuja mudança estrutural chamou atenção de Habermas 40 anos atrás (Habermas, 1962).” (GOMES, 2006, p.51).

⁴⁸ Entrevista disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/eda3bcd8-5327-11df-813e-00144feab49a.html#axzz3JLh2oaC1>

cognitivas do espaço virtual desconsiderando a possibilidade de pensá-lo como ambiente de aprendizagem, interação e de experiências formativas. Aparenta não ter em mente as possibilidades de criação de novos significados e assimilações sobre a política oriundos não apenas dessas trocas intercomunicativas, que vão além da deliberação argumentativa verbal, mas da própria condição acoplada aos corpos que esses artefatos adquirem em seus usos.

Há de se fazer justiça à Habermas, entretanto. Devemos considerar que o autor não estava preocupado em formular uma teoria que procurasse relacionar a esfera pública à formação humana. Nunca foi o seu objetivo refletir sobre os efeitos da esfera pública na formação política, por isso a necessidade de ampliar o conceito, considerando-a enquanto tecnologia cognitiva e não reduzida a espaço de atos de fala, incluindo, sobretudo o corpo em sua interação homem-máquina como constitutivos da cognição e não alicerces da formação humana.

Vale citar, novamente, Manuel Castells (2013). De acordo com o autor, pertence ao futuro compreender as modificações, em termos sociais e políticos, da “onda” de manifestações globais que sucederam a “Primavera Árabe”, em 2011, e que teve no *facebook* seu ator principal. É, justamente, no campo da mudança das mentalidades e das percepções de mundo que elas se manifestarão, de acordo com sua visão. Ele enfatiza a possibilidade de construção de uma nova percepção crítica sobre a democracia representativa que emergiu das interações virais em rede, a partir das diversas “Primaveras” espalhadas pelo mundo. Há, então, a emergência de uma espécie de “Tecnopolítica”, uma política distribuída em redes digitais, capaz de fazer com que multidões conectadas desenvolvam comportamentos coletivos inteligentes (TORET, 2013).

Seguindo essas ideias, de certa maneira, a esfera pública atuaria, então, como tecnologia cognitiva em uma perspectiva estendida de cognição, cuja interação entre humanos e seus artefatos técnicos apresentam-se como acoplados e constitutivos do aparato cognitivo. Neste sentido, a noção de entendimento não se restringe ao consenso mútuo via deliberação de ideias, relaciona-se à ideia ramificada de produção de conhecimento em uma perspectiva distribuída. Isso significa incluir as redes virtuais, não apenas, como redes de contatos e espaços de interação, mas como parte integrante de um sistema estendido de cognição, que além de transformar a cognição dos sujeitos em interação, modifica a própria dimensão social da cognição, a partir da formação de redes de conhecimento,

criadas a partir da interação de mentes que não se encerram nos cérebros e corpos dos usuários conectados. Vale dizer, desse modo, que apesar de apresentarem a política como distribuída em redes de conhecimento, como fruto de comportamentos coletivos inteligentes via interação mediada por artefatos tecnológicos, esses autores ainda não incorporam em suas reflexões a imbricação razão/emoção/corpo/objetos na produção do que eles chamam de inteligência.

Observe esta citação:

Qual seria o fio comum que unia, na mente das pessoas, suas experiências de revolta, a despeito de contextos amplamente diversos em termos culturais, econômicos e institucionais? Em resumo, era a sensação de empoderamento. Ela nasceu do desprezo por seus governos e pela classe política, fossem eles ditatoriais ou, em sua visão, pseudodemocráticos. Foi estimulada pela indignação provocada pela cumplicidade percebida entre as elites financeira e política. Foi desencadeada pela sublevação emocional resultante de algum evento insuportável. E tornou-se possível pela superação do medo, mediante a proximidade construída nas redes do ciberespaço e nas comunidades do espaço urbano (CASTELLS, 2013, p.23-24).

A leitura deste trecho sugere que algo além do cultural une as pessoas e suas mentalidades. Uma leitura possível é que a emoção alia-se a razão na construção do entendimento político, via mudança de mentalidade. Que a política não é apenas lugar de racionalidade, mas também de emoção, que foi a sensação de empoderamento que uniu as pessoas e não seu ideal racionalizado. Contudo, vale problematizar esta ideia, visto que lhe é subjacente a noção de razão e emoção como substâncias diferenciadas nos seres humanos, ideia coerente com toda a tradição filosófica ocidental, que tem suas origens em Descartes, cuja mente é algo subjetivo, individual, privado e o corpo seu alicerce material. Legado, este que precisa, o quanto antes ser ultrapassado.

3

Como se a capacidade de voar fosse exclusiva dos pássaros

Se estudar a mídia é estudá-la em sua contribuição para a textura geral da experiência, então algumas coisas se seguem. A primeira é a necessidade de reconhecer a realidade da experiência: que as experiências são reais até mesmo as experiências midiáticas.

Roger Silverstone

Imagine que você está sentado em uma poltrona e começa a pensar em formigas gigantes e macacos azuis. Se no momento deste pensamento, alguém pudesse abrir sua caixa craniana, certamente, não enxergaria formigas gigantes e macacos azuis, mas uma massa bizarra, meio cor de rosa. Se você estivesse com eletrodos que permitissem, a alguém, mapear suas atividades cerebrais, esta pessoa também não veria formigas gigantes nem macacos azuis, observaria uma explosão de sinapses neuronais, que pela tecnologia da neuroimagem, se revelariam a partir de cores e pontos luminosos localizados no mapa representativo de seus circuitos neurais.

Esta simples experiência mental esconde um problema filosófico muito complexo que povoou, desde muito cedo, as reflexões de grandes pensadores. Eu sei o que estou pensando, mas não posso observar meus pensamentos. Não há como relacionar, diretamente, o que acontece no meu cérebro e o que povoa a minha mente. Não é possível encontrar uma tradução literal, em neurônios e suas sinapses químicas, hormonais e elétricas, das imagens que minha mente produz enquanto pensamentos. As formigas gigantes e os macacos azuis existem, somente, na sua mente e na privacidade dos seus pensamentos. Como coloca Thomas Nagel (1974), logo na primeira frase de seu artigo, *What is it like to be a bat?*: “Consciousness is what makes the mind-body problem really intractable”

Ao mesmo tempo, como pensar mente e cérebro separadamente? Se uma pessoa sofre um dano cerebral, certamente, sua mente será afetada de alguma maneira. Quando fazemos uso de substâncias entorpecentes, psicotrópicas, ou mesmo quando tomamos um cafezinho para acordar, seu efeito em nosso cérebro é sentido por nossa mente. Mas isso torna o cérebro, órgão da mente? Estaria a mente aprisionada no cérebro? Existe um lugar no corpo onde a mente possa ser

localizada? Onde poderíamos localizar a mente? Ela é uma substância passível de localização? Ela pode ser considerada sequer uma substância? Por que quando alguém nos pergunta onde fica a nossa mente, sem pestanejar, apontamos para a cabeça? E se a mente não pode ser confundida com o cérebro, o que é a mente? Se não podemos equiparar estados mentais e atividades cerebrais, como caracterizá-la?

O teor dessas questões convergem para três constatações básicas: (a) existe uma relação entre mente e corpo; (b) existe uma relação entre mente e o mundo; e (c) existe uma relação entre mente, corpo e mundo. Todavia, que relação seria essa? Podemos refletir essas questões, a partir de dois pontos de vista: o primeiro coloca que a única coisa que pode explicar e nos fazer compreender os estados mentais é o estudo do cérebro e que o problema da mente é da ordem da metafísica, portanto, uma questão teórica e filosófica. Esta concepção ficou conhecida, na área da filosofia da mente, como materialismo/ fisicalismo (TEIXEIRA, 2000, 2014; ABRANTES, 2004). A segunda possibilidade, conhecida como dualismo, aposta que mente e cérebro são coisas distintas, devendo ser consideradas separadamente. Neste sentido, vale dizer que o dualismo complexifica a questão, visto que, ao advogar a separação entre mente e cérebro, abre a possibilidade de pensar que atividades/ processos/ estados mentais não precisam, necessariamente, atrelar-se ao cérebro biológico para emergirem enquanto tais. Vale dizer que é dessa possibilidade que nasce o funcionalismo e as primeiras reflexões sobre Inteligência Artificial.

O materialismo ganha força nas pesquisas científicas a partir da segunda metade do século XX, especialmente, com o desenvolvimento da neurociência e da neuroimagem. Adeptos deste paradigma defendem que nossas atividades mentais nada mais são do que uma acentuada variação dos estados químicos e físicos do cérebro. Alegam que é possível pensar uma anatomia da mente. Alguns neurocientistas, como Damásio (1994, 2009), defendem a ideia de que a mente funciona produzindo imagens e, assim como não é possível enxergar no olho aquilo que vemos, não é possível visualizar no cérebro aquilo que pensamos.

No entanto, esta constatação resolve o problema da natureza dos estados mentais? Podemos iniciar nos perguntando, o que é uma imagem? Se for algo que produzimos forjado em nossas percepções visuais, como uma pessoa cega de nascença seria capaz de produzir imagens se nunca pôde perceber o mundo

através delas? Agora, se o que Damásio coloca como pensamento difere-se desta concepção de imagem, devemos nos indagar o que é uma imagem mental? De onde ela surge? O funcionamento da mente, certamente, é mais amplo do que a produção de imagens. De outra ordem.

A neurociência é uma disciplina jovem que adquiriu bastante relevância a partir da década de 1990, amplamente noticiada como a “década do cérebro”. O advento mais significativo dessa época foi a descoberta da neuroimagem. O escaneamento cerebral de indivíduos vivos é uma prática que vem transformando o conhecimento sobre o funcionamento do cérebro, antes fruto de estudos anatômicos em autópsias de cadáveres ou experimentos em outros animais. As pesquisas que a utilizam têm permitido expandir as questões referentes ao problema da mente não apenas na área da biologia e afins, também o âmbito filosófico da questão ganha corpo, visto que esses experimentos ainda não conseguem explicar, em sua totalidade, a complexidade dos fenômenos mentais. Nesse sentido, a neuroimagem pode mapear o cérebro, conseguindo dizer com precisão a área “iluminada” (que será a mesma) quando dois indivíduos enxergam a cor amarela, mas ela não consegue diferenciar, a intensidade do amarelo, a vivência dessa cor, o que ela significa para cada um desses indivíduos. Continua havendo um “que” de inexplicável, de inacessível, que cabe aos filósofos da mente problematizar⁴⁹.

Em entrevista⁵⁰ concedida a Prof. Dra. Ana Maria Guimarães Jorge, professora da Faap-SP e USP, João Fernandes Teixeira pontua que apesar dos indiscutíveis avanços na área da neuroimagem, a mente, incluindo seu funcionamento e caracterização, não pode ser confundida com o cérebro. Isso significa dizer que montar um mapa do cérebro, a partir da localização cerebral de certas atividades mentais (como ver a cor amarela, por exemplo) não resolve, por completo, o problema do que é a mente e como ela funciona, ou mesmo onde ela está localizada e como ela se forma. Reduzir a mente ao cérebro é como acreditar que somente pássaros podem voar e não aviões, como bem colocou o professor, nesta entrevista.

⁴⁹ Sobre o argumento “the explanatory gap” cf. Levine (1983).

⁵⁰ Entrevista disponível em:

http://www4.pucsp.br/pos/tidd/teccogs/entrevistas/2009/edicao_1/joao_fernandes_teixeira.pdf.

Acesso em junho de 2016

Por mais que alguns neurocientistas acreditem que é possível reduzir os estados mentais às atividades cerebrais, ainda restaria resolver, como pontua o filósofo David Chalmers (1995, 1996), o problema difícil da consciência. Vale dizer que consciência não deve ser entendida como um homúnculo, uma espécie de homenzinho que habita nosso ser, como o grilo falante de Pinóquio. Também não é sinônimo de agir com consciência, a partir de orientações morais. É comum essa confusão. Uma mente consciente, por exemplo, não é só uma mente que age racional e moralmente, mas uma mente que possui um sentido de *self*, um sentimento de si, tal como pontuado por Damásio (2009). É uma mente que sente, que age, que pensa, tudo ao mesmo tempo, de forma vinculada.

Dessa maneira, mesmo que a neurociência consiga mapear e explicar o funcionamento de atividades mentais, como a memória, a linguagem e a percepção, ela não consegue explicar por que esses fenômenos acontecem de forma consciente e por que são acompanhados de experiências. Se as áreas do cérebro afetadas e iluminadas pela neuroimagem, quando vemos a cor amarela, são as mesmas, o que me diferencia de você? Como eu sei que a minha visão de amarelo não é a sua visão de amarelo?

Assim, quando examinamos as áreas ativadas de um cérebro de uma pessoa ao pedir que ela pense, por exemplo, em uma tartaruga cor de rosa, é possível apenas mapear os circuitos neuronais envolvidos neste ato de pensar. Só é possível saber o que ela está pensando se ela me disser o que vem à sua mente e, mesmo assim, ela pode mentir. A privacidade subjetiva dos pensamentos ainda torna a redução da mente ao cérebro algo bastante incógnito. A certeza de que a experiência sensorial de degustar um delicioso vinho é minha e que ela é diferente da sua, transforma a intensidade da experiência individual em algo tão específico, que chega a ser incomunicável. Essas características únicas das experiências individuais são conhecidas pelos filósofos da mente como os *qualia*. Mais que uma pedra, são verdadeiros tijolos no sapato dos materialistas.

As teorias mais recentes das ciências cognitivas, que se debruçam sobre o problema da consciência, voltam sua atenção para o cérebro como substrato biológico da cognição e da consciência (Damásio, 2009). Até então, a ideia predominante era de que a mente é o *software* do cérebro (*hardware*), perspectiva funcionalista inaugurada por Putnam nos anos de 1960. O Funcionalismo, de acordo com Costa (2005), contrapõe-se à noção de identidade, pois coloca que há

coisas que se definem por sua natureza material, como uma árvore, uma montanha etc., já outras, definem-se, primeiramente, por suas funções. Neste sentido, a mente não poderia ser caracterizada pelo que ela é, mas por aquilo que ela faz. Os estados mentais seriam, então, estados funcionais do cérebro.

Vale mencionar que, hoje em dia, a tendência dos estudos sobre a mente busca ultrapassar o paradigma de sua analogia aos programas de processamento de informações, computação de dados ou mesmo como um espaço representacional.⁵¹ A inteligência artificial do século XXI, seguindo esta tendência, tornam ainda mais complexas as questões referentes ao problema mente-cérebro/ mente-corpo. Diferentemente de sua primeira fase nos anos 1960, que buscava recriar o funcionamento da mente humana em robôs, não há mais a prerrogativa de recriação de uma única mente artificial ou da criação de uma máquina que pareça pensar. Agora, a perspectiva é desenvolver inteligências, mas não uma inteligência similar à humana, mas uma da própria máquina (TEIXEIRA, 2013b).

Um projeto que se destaca nessa nova fase da I.A. é o projeto COG, desenvolvido pelo MIT, nos EUA. A novidade desse robô é que seu cérebro é, à princípio, inato, lembrando o conceito de *tábula rasa* de John Locke. Seus criadores o projetaram para ir adquirindo conhecimento ao longo de sua interação com o ambiente, que inclui humanos e outros computadores. A diferença, então, é que nesta nova etapa, a relação mente-cérebro é substituída pela ideia de mente-corpo, ou seja, parte-se do princípio de que a cognição é situada e incorporada (*embodied embeeded cognition*), ou seja, adquirida através das experiências. A ideia é baseada em uma concepção de mente (*embodied embeeded mind*) que funciona e opera, não somente, a partir de atividades cerebrais/ neuronais, mas, também, a partir da interação do indivíduo com o meio. Vale dizer, ainda, que ele

⁵¹ Os processos cognitivos passam a ser vistos nesses casos, a partir da ideia de cognição situada e corporificada, como por exemplo na perspectiva ecológica de James Gibson (BARENTJEN e TRETTEVIK, 2002), cuja mente, corpo e sua interação com o meio e não somente mente e cérebro devem compor as pesquisas sobre os processos cognitivos. De acordo com esta ideia, a relação agente e meio é dada de forma ativa e interativa, cuja percepção não constitui-se meramente por movimentos sensitivos a estímulos sensoriais, mas em atividade perceptiva. Diferentemente da ideia defendida pelos primeiros funcionalistas, cuja percepção e ação aconteciam em momentos distintos, para os “ecologistas” e adeptos da teoria da atividade, perceber e agir passam a ser vistos como equivalentes, ações que acontecem concomitantemente dentro de uma temporalidade estendida. Esta equivalência temporal da ação e percepção também é advogada como uma das características principais do externalismo ativo que compõe o que Clark e Chlamers (1998) chamam de sistemas cognitivos estendidos, cuja ideia de mente estendida é derivada.

foi projetado para ter uma espécie de infância artificial e nascerá com um chip de reconhecimento facial de sua “mãe”, figura que reconhecerá como referência de aprendizado. Isso é, certamente, uma grande novidade!

Dados aos avanços dessas pesquisas, nos vemos obrigados a pensar, tal como à época da enxurrada de filmes de ficção científica que lotavam os cinemas, no final do século XX, a condição humana e sua natureza. Vivemos um período em que nossa interação com as máquinas não é algo a se esperar do futuro, mas uma realidade própria do presente. É interessante mencionar a emergência da área da Neuroética (ROSKIES, 2002), debruçada sobre temas relativos a esse acoplamento, incluindo questionamentos sobre as implicações éticas que essas novidades tecnológicas reservam, visto que chegamos a um ponto onde *chips* são implantados em seres humanos e temos de nos perguntar se somos ciborgues. Nesse sentido, não parece tão distante termos de problematizar como seria conviver com um robô e como se construiria, eticamente, essa relação. Os robôs seriam tratados como cachorros, como escravos, como seres humanos? Teriam livre-arbítrio? Poderiam ser responsabilizados por seus atos? Seria necessário criar uma espécie de manual de conduta para estabelecermos uma relação afetiva com um robô? Pense em *David de Inteligência Artificial* de Steven Spielberg! Estaríamos perto da necessidade de se criar uma legislação específica que regulamente, por exemplo, o trabalho de um robô?

Seria tão distante de nós, a história de *Theodore*, protagonista do filme *Her* (2014, dirigido por Spike Jonze) que vive uma história de amor com um programa de computador, uma vez que interagimos nas redes sociais com *softwares* sem sequer nos darmos conta disso?⁵² E quais as implicações dessas possibilidades na formação dos sujeitos? Como a interação homem-máquina passaria a ser vista na produção da cognição, indo além de uma visão desses artefatos enquanto meros instrumentos, mas constitutivos de nossos processos de aprendizagem? Teriam estes objetos um caráter ativo no desenvolvimento cognitivo ou ainda devemos considerá-los passivos, sendo meros mediadores?

⁵²Ao final do capítulo será explorado com maior atenção o uso de programas de computador e robôs que simulam perfis interativos em redes sociais. Eles são usados por empresas em propagandas, mas também por políticos, visto que, a partir de “curtidas” e “compartilhadas”, ações que somente precisam de um click para acontecerem, suas páginas de *facebook* podem viralizar na rede, trazendo maior visibilidade. Ficou amplamente conhecido o uso desses robôs nas eleições para os governos e presidência da república, no Brasil, em 2014.

E, no tocante a esta tese, sendo a esfera pública tecnologia cognitiva, qual o papel desta da imbricação tecnológica em nossas rotinas cognitivas e na construção de nossas crenças e visões de mundo e, ainda, como isso impacta a formação política? Como se constrói a interação de mentes que se unem, coletivamente, no espaço público virtual através de artefatos incorporados e acoplados aos sistemas cognitivos dos indivíduos? Que tipo de mente emergiria dessa relação simbiótica entre seres humanos e “objetos sem vida”? Este capítulo apresenta essas reflexões, se não direta, indiretamente, tentando problematizá-las a partir de um novo olhar sobre a mente, considerando a possibilidade de pensá-la para além de seus limites cranianos, cerebrais e até corporais, aceitando que ela pode, inclusive, estender-se pelo mundo.

3.1

O dualismo cartesiano: problema mente-corpo

René Descartes (1595-1650) pode ser considerado o iniciador da filosofia da mente. Seu pensamento e influência são muito fortes até os dias de hoje. É graças a ele que apontamos para a cabeça quando alguém nos pergunta onde fica nossa mente! Descartes acreditava que os seres humanos eram formados de duas substâncias, uma material, formada pelos sentidos (*res extensa*), e outra imaterial, morada da alma e da racionalidade (*res cogitans*). A conhecidíssima expressão *Penso, logo existo* é fruto de sua filosofia, da qual, acategoria central é a dúvida. De acordo com ele, posso duvidar de tudo no mundo. Posso duvidar de meus sentidos, posso pôr em dúvida a realidade, posso duvidar, inclusive, se estou sonhando ou acordado. Porém, a única coisa que não posso duvidar é de minha capacidade de pôr o mundo em dúvida e que isso seja consequência do ato de pensar. “Assim sendo, é impossível pensar que não pensamos, pois nesse caso estaríamos incorrendo numa contradição. Penso, logo existo é uma proposição única e peculiar, na medida em que não é possível negá-la”. (TEIXEIRA, 2000, p. 29) Sua filosofia encaixa-se no dualismo substancial, posição que influenciou boa parte das reflexões filosóficas dos séculos XVII e XVIII e, que, ainda, reverbera enquanto embrião da separação mente e corpo.

A problemática da separação entre matéria e pensamento torna-se crucial após a obra de Descartes, mas deve ser dito, que o cerne dessa divisão já aparecia nos escritos de Platão que apresentou à filosofia o mundo das ideias, dividindo a

realidade entre mundo sensível e inteligível. No *livro VII da República*, obra que formula o modelo ideal de cidade (a Cidade Justa), Platão apresenta a *Alegoria da Caverna*, diálogo onde Sócrates explica a Glauco o processo pelo qual os indivíduos passam ao se afastarem do senso comum e da *doxa* (opinião) ao perseguirem o saber, a visão de Bem e de Verdade, somente, acessível pelo mundo das ideias.

A caverna, que representa o mundo sensível, é iluminada por uma fogueira posicionada atrás de homens acorrentados, que pela forma como estão presos, são obrigados a permanecerem sentados na mesma posição: olhando para uma parede à sua frente, onde o fogo apenas permite que eles enxerguem sombras. Os grilhões representam nossos preconceitos, a confiança em nossos sentidos e opiniões e as sombras simulacros de realidade que tomamos como verdade. Um desses prisioneiros (o filósofo), tomado pela curiosidade, confecciona um instrumento (a dialética) e consegue se soltar, decidindo fugir da caverna. Após sair de sua clausura ele pode conhecer o mundo verdadeiro, que está fora da caverna (o mundo das ideias) e enxergá-lo sem sombras (CHAUÍ, 1994). A partir da leitura da alegoria, supõe-se que o filósofo retorna a caverna com a intenção político-pedagógica (MARCONDES, 2000) de mostrar aos seus antigos companheiros o caminho para o conhecimento verdadeiro, que seria o abandono da crença em simulacros (mundo sensível) e sua ascensão ao mundo inteligível. De acordo com Marilena Chauí (1994):

A trajetória do prisioneiro descreve a essência do homem (um ser dotado de corpo e alma) e sua destinação verdadeira (o conhecimento intelectual das ideias). Esta destinação é seu destino: o homem está destinado à razão e a verdade. (...) O mito possui ainda um outro sentido pelo qual compreendemos por que Platão é o inventor da razão ocidental. De fato, na origem (...) a palavra *alétheia* é uma palavra negativa (*a-létheia*), significando o não-esquecido, não-escondido. Com o Mito da Caverna, porém, a verdade, tornando-se evidência ou visibilidade plena e total, faz com que a *alétheia* perca o antigo sentido negativo e ganhe um sentido positivo ou afirmativo. Em lugar de dizermos que o verdadeiro é o não-escondido, Platão nos leva a dizer que a verdade é o plenamente visível para o espírito. A verdade deixa de ser o próprio Ser manifestando-se para tornar-se a razão que, pelo olhar intelectual, faz da ideia a essência inteiramente vista e contemplada, sem sombras. A verdade se transfere do Ser para o conhecimento total, integral e pleno de uma essência, a partir do conhecimento total e pleno da ideia de Bem. (CHAUÍ, 1994, p.196-197)

O conhecimento verdadeiro também é um dos temas centrais na filosofia cartesiana, mas, diferentemente, de Platão, Descartes criou uma forma de respaldá-lo e, não apenas, uma maneira de atingi-lo. Procurando uma forma de

fundamentá-lo, escreve as *Meditações Metafísicas*. Logo na primeira, que tem como tema central os fundamentos do conhecimento, expõe o método da dúvida. Esta reflexão gira em torno da ideia de que, ao longo da vida, recebemos uma grande quantidade de falsas opiniões, formulando, portanto, falsos juízos como verdadeiros. Essas opiniões são oriundas dos sentidos e devem ser colocadas em dúvida, por que às vezes nossos sentidos nos enganam. A partir do argumento do Sonho e do argumento do Deus Enganador/ Gênio Maligno, Descartes duvida do conhecimento atingido via experiência⁵³. E, de acordo com sua lógica, se os sentidos podem enganar o homem, e se o homem é capaz de pôr tudo que ele conhece através deles em dúvida, a razão é o que sobra enquanto verdade. O conhecimento verdadeiro só pode nascer da dúvida, que existe por que penso. Através do argumento do Gênio Maligno, Descartes conclui que:

(...) eu existia sem dúvida, se me persuadi ou se somente pensei em algo. Mas há um não sei qual enganador muito potente e muito astuto, que emprega toda sua indústria em enganar-me sempre. Não há dúvida, então, de que eu sou, se ele me engana; e que me engane o quanto quiser, jamais poderá fazer com que eu não seja nada, enquanto eu pensar em alguma coisa. De sorte que, após ter pensado bem nisso e ter cuidadosamente examinado todas as coisas, é preciso enfim concluir e ter por constante que esta proposição, Eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a pronuncio ou que a concebo em meu espírito. (DESCARTES, 2005, p.42-43).

A constatação de que o conhecimento verdadeiro é um exercício de dúvida dá origem ao Argumento do *Cogito*, exposto ao longo da *Meditação Segunda*. De acordo com este argumento há uma divisão entre corpo e espírito. O que nos caracteriza enquanto indivíduos não é o corpo físico, mas a capacidade de pensar “(...) e é propriamente o que em mim se chama sentir, e isso, tomando precisamente assim, nada mais é do que pensar” (Idem, p.49). O *Argumento da Cera* é utilizado, em seguida a esta passagem, como forma de expor a ideia de que sabemos o que é uma cera, não por suas características físicas, que podem variar em extensão, volume e estado físico (que conhecemos por nossos sentidos), mas pelo fato de termos acesso ao conhecimento do que seja uma cera, oriundo do ato de pensar, acessível pelo espírito. “Na ordem do conhecimento, a afirmação *eu*

⁵³Cf. Descartes, 2005.

existo precede a afirmação *eu vejo*, antes de afirmar a existência de qualquer coisa, cabe afirmar minha própria existência” (Ibdem, p.54).⁵⁴

É, entretanto, na *Sexta Meditação* (DESCARTES, 2000) que podemos observar mais explicitamente a cisão entre material e mental da filosofia cartesiana. É dito, abertamente, que corpo e espírito são duas substâncias distintas. Observe o trecho a seguir:

(...) na medida em que sou apenas uma coisa pensante e sem extensão, e que, de outro, tenho uma ideia distinta do corpo, na medida em que é somente algo com extensão e que não pensa, é certo que este eu, ou seja, minha alma, pela qual eu sou o que sou, é completa e indiscutivelmente distinta de meu corpo e que ela pode existir sem ele. (Idem, p.320)

Contudo, não é possível negar que os seres humanos são feitos de matéria e espírito, apesar dessas substâncias serem colocadas pela filosofia cartesiana como distintas, a pergunta que nos resta a fazer é como se daria essa ligação. O próprio Descartes, tal como sugere a passagem a seguir, assume essa conexão, entretanto, delega a natureza dos sentimentos uma faceta enganadora. No segundo trecho, ele defende abertamente a separação mente-corpo, colocando que por ser divisível, a matéria não pode ser confundida com o espírito, indivisível. Posso perder partes do meu corpo sem perder a essência da minha alma.

A natureza me ensina, (...) por intermédio desses sentimentos de dor, fome, sede etc., que não apenas estou alojado no meu corpo, como um piloto em seu navio, mas que, além disso, estou a ele vinculado muito estreitamente e de tal maneira confundido e misturado que formo com ele um único todo. (...) Pois, com efeito, todos esses sentimentos de fome, de sede, de dor etc. não passam de formas confusas de pensar que procedem e dependem da união entre o espírito e o corpo. (...) Pois é, ao que me parece, apenas ao espírito, e não ao composto de espírito e corpo, que cabe conhecer a verdade das coisas (Ibdem, p.323-325)

(...) existe muita diferença entre espírito e corpo, pelo fato de ser o corpo, por sua própria natureza, sempre divisível e o espírito totalmente indivisível. Porque, de fato, quando considero meu espírito, ou seja, eu mesmo, na medida em que sou apenas uma coisa que pensa, não posso daí distinguir partes algumas, mas me concebo como uma coisa única e inteira. E embora o espírito todo pareça estar unido ao corpo todo, um pé, um braço ou qualquer outra parte estando separada do meu corpo, é certo que nem por isso existirá aí algo subtraído a meu espírito. (...) não existe uma sequer [*referindo-se as coisas corpóreas*] que eu não faça facilmente em pedaços com meu pensamento, que meu espírito não divida com facilidade em muitas partes e, por conseguinte, que eu não reconheça ser divisível.

⁵⁴O Argumento da Cera serve a reflexão de que substâncias materiais são divisíveis, possuindo extensão, volume, espessura, cor, enquanto que o mesmo não se aplica ao mental, que é indivisível. Não posso partir um pedaço de um pensamento, como fazemos com um bolo nas festas de aniversário.

E isso seria suficiente para ensinar-me que o espírito ou a alma do homem é completamente diferente do corpo (...) (Ibdem, p.329, grifos meus)

Nesta divisão unificada, no entanto, a alma deve conduzir o conhecimento e ainda interagir com o corpo. Se não se misturam como água e óleo, como o pensamento age sobre o corpo? Em termos funcionais, como estabelecer uma relação de causa e efeito entre eles? Em *As Paixões da Alma* de 1649, ele tenta resolver este problema apresentando a glândula pineal como uma espécie de interface entre a mente e o corpo. De acordo com o Art.51 *Quais são as primeiras causas das paixões*: “(...) sabe-se que a mais próxima causa das paixões da alma é a agitação com que os espíritos movem a diminuta glândula localizada no meio do cérebro”. (Ibdem, p.141). No Art. 35 *Exemplo da maneira com as impressões dos objetos se juntam na glândula que se localiza no meio do cérebro*, ele explica este mecanismo dando um exemplo de como enxergamos um animal.

Através da luz refletida em seu corpo, nossos olhos produzem duas imagens dele, uma para cada olho, que formam duas outras mediante os nervos ópticos, em seguida, por meio dos espíritos que preenchem essas cavidades, essas imagens irradiam para a glândula pineal que, agindo diretamente contra a alma, converte-as em uma única imagem possibilitando, assim, que o espírito veja a figura do animal. A glândula pineal, hoje, também, chamada de epífise neural, ainda se constitui uma “caixa de surpresas”. Uma série de pesquisas apontam suas variadas funções que vão desde sua relação com o metabolismo de carboidratos e diabetes ao aparelho reprodutor feminino. Também são recorrentes as investigações sobre a glândula em Medicina Veterinária.

É importante ressaltar que a saída encontrada por Descartes para tentar resolver o problema da ligação entre corpo e alma, é fruto de suas convicções mecanicistas. O filósofo acreditava que a realidade poderia ser traduzida em termos matemáticos. O corpo humano era concebido como uma máquina. Desse modo, através de cálculos e da ótica, ele acreditava que seria possível explicar como esta maquinaria funcionava a partir de leis físicas, incluindo nelas a construção de uma ponte que ligasse as duas substâncias, *res extensa* e *res cogitans*.

Quando pensamos, ainda hoje, sobre a natureza humana e sua intrínseca relação com a separação da racionalidade e da emoção como algo que nos diferencia de outras espécies, devemos resgatar o mérito das teorias cartesianas e

sua permanência enquanto referência dessas reflexões, ainda tão comuns. Por buscar fundamentar a forma como conhecemos o mundo, indo da inferência filosófica de claras bases platônicas, dividindo matéria e espírito, ao estudo da ótica e da anatomia humana como forma de embasar e compreender o funcionamento do corpo e da alma, Descartes é, ainda, central na discussão mente-corpo. Sua filosofia é ímpar, não apenas por ter formulado questões acerca desta problemática, mas pelo enraizamento cultural e a maneira pela qual o dualismo cartesiano ainda sobrevive no nosso cotidiano. Ele deixou de herança o pensamento de que o mundo é dividido em duas partes: de um lado, o corpo: uma forma física, mecânica, objetiva, científica e exterior; e do outro, a alma: interior, subjetiva, privada, acessível de forma individual e interna. Todavia, os avanços científicos e as possibilidades que abrem aos questionamentos filosóficos, começaram a pôr, fortemente, em dúvida suas assertivas, abrindo espaço para o surgimento de uma nova forma de dualismo.

O dualismo contemporâneo funciona na lógica de um dualismo de propriedades que rejeita o fisicalismo, trabalhando com a hipótese de que existe uma propriedade especial que emerge da substância material, mas que não pode ser descrita em termos físicos. Este difere-se do dualismo de substâncias, tal como postulado por Descartes (TEIXEIRA, 2000). O que os novos dualistas defendem é que, apesar de postular a existência de uma substância imaterial, esta constatação, por si só, não explica como esta substância pode gerar estados mentais. Esta é a falácia do dualismo de substâncias que o dualismo de propriedades tenta superar. A alternativa, então, é supor que uma mesma e única substância (a material, o corpo, o cérebro e em alguns casos, o mundo), pode fazer emergir propriedades físicas e, além destas, propriedades mentais. Há, deste modo, conexões causais entre mente e cérebro que são inexplicáveis, apenas, sob a égide de interpretações físicas (CHALMERS, 1995, 1996).

É importante colocar, que, pressupor que do material emergjam propriedades mentais deixa ao dualista de propriedade um arrojado pressuposto: qualquer elemento do mundo material poderia, em última instância, produzir processos mentais, mesmo que essa matéria não seja, necessariamente, um organismo. Por um lado, essa reflexão é louvável, visto que defendem uma teoria unificada da natureza, cujo destaque é a preocupação com a junção entre o físico e o mental. Por outro, este princípio é sustentado por novas e controversas teorias. Seus

desdobramentos, dentre eles a noção de mente estendida serão alvos de entusiasmadas discussões, dadas as inéditas possibilidades que o conceito levanta sobre a natureza do mental.

Antes de debruçar-nos, contudo, sobre a noção de mente estendida defendida por Chalmers e Clark, que em ensaio publicado em 1998, lançaram a possibilidade de pensar a mente como algo não reduzido ao cérebro e ao corpo, mas, também estendida ao mundo, vale a pena conhecer um pouco de duas reflexões que antecederam a escrita deste ensaio: *What Is It Like to Be a Bat?* de Thomas Nagel (1974) e *Facing Up to the Problem of Consciousness* de David Chalmers (1995) que apresentam dois argumentos centrais para defender a tese de que mente e cérebro devem ser considerados como distintos: o problema dos *qualia* e da consciência, consecutivamente.

Vale adiantar que as reflexões contidas nestes artigos suscitam algumas questões inevitáveis. Por exemplo: Como explicar a privacidade de um pensamento e de um sentimento e, ainda, como explicar que eles fazem com que eu saiba que eu sou eu? Como o cérebro pode produzir uma mente consciente? Como e por que o funcionamento desta mente altera o funcionamento do cérebro? Por que algumas atividades mentais são regidas por uma mente consciente? Por que atividades cerebrais culminam em experiências? Por que possuímos experiências subjetivas se nossas atividades mentais podem, como postulam os neurocientistas, serem reduzidas aos correspondentes materiais? Que diferença faz para o funcionamento do cérebro possuir uma mente consciente? A consciência possui papel relevante na sobrevivência humana? Qual?

Nagel (1974) parte de uma posição dualista chamando atenção para o fato de que existem estados mentais, como as experiências subjetivas, que não podem ser descritos por um vocabulário físico pelo fato dessas experiências serem irredutíveis à imagem científica do mundo. Não tenho como saber como é ser um morcego. Ponto. Este tipo de conhecimento é inatingível. Só posso imaginá-lo, imitá-lo e descrevê-lo, mas nunca terei a mesma experiência de mundo que um morcego tem. Ser um morcego significa dotar uma perspectiva específica. O mesmo acontece com outras experiências subjetivas. Essa ideia postula que a linguagem, como um ato comunicativo e intersubjetivo, não abarca a possibilidade de uma terceira pessoa ocupar o lugar da primeira no discurso. Ou seja, não existe a opção de ocupar o lugar de alguém, sentir o que a pessoa sente.

Essa inescrutabilidade e incomunicabilidade de algumas percepções, sensações e experiências é chamado, pela Filosofia da Mente, de *qualia*.

Os *qualia* apontam para a existência de elementos da experiência subjetiva que não podem ser alcançados pelas palavras, sendo intraduzíveis do ponto de vista literal e conotativo, sendo, apenas, parcialmente passíveis de descrição. O exame cerebral de uma experiência, como por exemplo, comer algo salgado, pode iluminar determinadas áreas do córtex cerebral de uma pessoa e indicar os locais e os grupos de neurônios ativados quando aquela experiência é vivenciada, mas jamais poderíamos saber o quão salgado estava a comida para a pessoa examinada. Mesmo que ela diga, nunca poderíamos vivenciar a mesma experiência que ela. O máximo que conseguimos, mesmo com toda a evolução científica nos estudos de neurociência, é saber que existe uma relação causal entre as atividades mentais e o cérebro, incluindo, obviamente toda circuitaria neuronal correspondente, mas esse mapeamento não consegue traduzir em linguagem científica ou mesmo coloquial o sentimento privado daquela vivência.

Tente descrever o gosto doce para uma pessoa que nunca tenha comido nada doce, ou salgado, ou azedo. Faltam palavras. Essas descrições são impossíveis pois os *qualia* são conceitos irreduzíveis e só podem ser compreendidos pela experiência comum partilhada e, mesmo assim, só podemos ter a nossa própria ideia de doce, salgado, azedo etc. O argumento dos *qualia* reforça a ideia da existência de um ponto de vista único, da existência de um *self* e de uma identidade pessoal, advogando que há certas coisas que não podem ser alcançadas pela linguagem científica.

Vale contar a história de Tatiana e Kristan⁵⁵, gêmeas siamesas que compartilham o mesmo cérebro. Elas dividem algumas percepções, sensações e o comando de certas operações, como o fato de uma mexer o braço da outra e poderem assistir ao mesmo programa de TV, mesmo que uma delas esteja de olhos fechados. Apesar disso, tanto a mãe delas, quanto o médico que as acompanha afirmam que se tratam de duas pessoas distintas, duas identidades, duas mentes dividindo o mesmo cérebro. De acordo com a fala da mãe: “Ao longo dos anos, Tatiana se tornou a “líder”. Kristan é mais quieta e pode ficar mais em

⁵⁵Notícia disponível em: <http://www.redetv.uol.com.br/jornalismo/da-para-acreditar/ligadas-pelo-cerebro-gemeas-siamesas-irao-compartilhar-sensacoes-por-toda-a>. Acesso em setembro de 2016.

sua própria concha”. O neurocirurgião Douglas Cochrane afirmou: “Fico surpreso como elas são a mesma, mas como são diferentes, como elas estão lidando com um erro da natureza para viverem vidas saudáveis”. Vale chamar atenção para a fala do médico, bastante materialista. De acordo com sua leitura, estados mentais dividindo um mesmo cérebro (o fato de serem duas pessoas, duas identidades pessoais compartilhando boa parte de sua massa cefálica) é uma situação que só pode ser explicada como uma adaptação física a um erro da natureza. Será?

No site *hyperscience* é possível acompanhar outros dez casos de gêmeos siameses, documentados em fotos e vídeos desde o século XIX. Além do caso citado, chama atenção a história de Lori e Reba Schappell⁵⁶, duas meninas unidas pela cabeça, nascidas em 1961. Dori tornou-se cantora de música country (Lori a ajuda segurando o microfone, mas não interage com o público ou participa dos shows. Ela trabalha em uma lavanderia em horários conciliáveis às apresentações de sua irmã). O *site* noticia que Dori, mudou seu nome para Reba, pois sempre detestou o fato dele rimar com o de sua irmã. Outra informação, extremamente, relevante da notícia é que Lori confessou, abertamente, que desde a infância sofrera com transtorno de identidade de gênero, passando a se vestir de forma mais masculinizada. No vídeo disponível no *site*, elas contam o quanto são diferentes e como possuem vidas e personalidades distintas, apesar de unidas fisicamente e partilharem mais de 30% de seus cérebros. Obviamente, há uma relação entre o cérebro e a mente, mas a partir desses exemplos fica claro que mesmo conhecendo, mapeando e rastreando o córtex cerebral, não será possível desvendar como dois *selves* podem emergir de um mesmo corpo. Certamente, existem fenômenos que, simplesmente, não podem ser compreendidos pelo paradigma científico.

De acordo com David Chalmers (1995, 1996), a Filosofia da Mente é dividida, basicamente, entre um problema fácil (*easy problem*) e um problema difícil (*hard problem*). O autor parte do reconhecimento de que é impossível formular uma teoria que explique, em sua integralidade, como um sinal ou atividade cerebral pode dar origem a uma atividade ou estado mental. Nesse sentido, ele defende a tese de que a experiência, o *hard problem*, deve ser

⁵⁶Notícia e vídeos disponíveis em: <https://hypescience.com/10-casos-de-gemeos-siameses/>. Acesso em setembro de 2016.

considerada como um elemento fundamental, assim como massa, aceleração, a noção de espaço-tempo etc. Ou seja, como princípios físicos universais irreduzíveis, características fundamentais que esculpem o mundo. Não é possível explicar essas noções a partir do uso de termos mais simples.

The moral of all this is that you can't explain conscious experience on the cheap. It is a remarkable fact that reductive methods —methods that explain a high-level phenomenon wholly in terms of more basic physical processes—work well in so many domains. In a sense, one can explain most biological and cognitive phenomena on the cheap, in that these phenomena are seen as automatic consequences of more fundamental processes. It would be wonderful if reductive methods could explain experience, too; I hoped for a long time that they might. Unfortunately, there are systematic reasons why these methods must fail. (CHALMERS, 1995, p. 12).

Como saída ao impasse do problema da consciência, Chalmers sugere uma explicação não-reducionista, empregando uma espécie de *dualismo naturalista* (TEIXEIRA, 2000; ABRANTES, 2014), pois parte do princípio de que o mundo é tecido por redes de entidades básicas organizadas por um conjunto de leis, a partir das quais é possível formular teorias, incluindo uma teoria da consciência. A experiência é, então, considerada por ele, um desses elementos básicos:

More likely, we will take experience itself as a fundamental feature of the world, alongside mass, charge, and space-time. If we take experience as fundamental, then we can go about the business of constructing a theory of experience. (CHALMERS, 1995, p. 14).

Ele explica que o que tentamos explicar sob a égide de “consciência” são os fenômenos relacionados à ela em seus aspectos funcionais, constituindo o que este autor chamou de *easy problem*. Argumenta que eles podem vir a ser, e de fato têm sido, explicados pelas pesquisas empíricas, como por exemplo: a habilidade de discriminar, categorizar e reagir a estímulos ambientais; integrar e organizar a informação através de um sistema cognitivo; capacidade de expressar estados mentais; habilidade dos sujeitos em acessar seus estados mentais; diferenciar sono de vigília; focar atenção em determinado problema; controlar um comportamento etc. (Idem, 1995). Mas, explicar a consciência não se resume a compreensão desses fenômenos, visto que o *hard problem*, ou seja, como esses fenômenos são vivenciados pelos sujeitos, ainda persiste como grande interrogação e um problema filosófico, ainda, sem resposta. Explicar como e por que surgem as experiências no processamento das informações é a grande questão para Chalmers.

Sob uma outra ótica, o neurocientista português Antonio Damasio (2009), em interessante livro, chama atenção para a existência de uma anatomia da consciência. Colocando sentimentos e emoções como duas categorias cruciais e distintas, ele defende que a consciência deve ser encarada como relacionada a um sentimento de si. Na verdade, este movimento inicia-se no livro *O erro de Descartes* (1994), onde defende a tese de que os comportamentos racionais são intrinsecamente relacionados às emoções. Descartes erra, portanto, ao separar estados mentais e estados corporais. Engana-se ao separar mente e corpo.

Revisando e tomando como referência central o caso de *Phineas Gage*, operário americano que teve a região do lobo frontal de seu cérebro atravessada por uma viga de ferro, Damásio chama atenção, neste livro, para o fato de que a lesão teve como consequência a alteração da capacidade de controle inibitório, transformando a personalidade de *Gage*. Este caso é importante para a neurociência porque, antes dele, considerava-se que razão e emoção ocupavam áreas distintas no mapa cerebral. Hoje em dia, é sabido que o córtex neo-frontal, área mais atingida no acidente é a que desempenha função no desenho da personalidade, tendo relação direta com o sistema límbico onde “nascem” as emoções, a identidade pessoal e também alguns aspectos da memória e do comportamento social. O caso é emblemático, pois, relaciona a capacidade de tomar decisões e planejar o futuro, antes vistos como frutos de pensamento “puramente racional” com porções do sistema límbico e a capacidade de gerenciar emoções. Depois dessas conclusões não se pode mais falar em deixar a emoção de lado e decidir, racionalmente, alguma coisa. A própria noção de razão como algo desvinculado das emoções deve ser ultrapassada.

O mesmo filão se repete na obra *O mistério da consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si*, onde Damasio (2009) tenta demonstrar, com exemplos empíricos, que, também, a consciência é relacionada às emoções. Neste sentido, a consciência não é produto de uma atividade racional, mas produto da evolução humana e de sua homeostase (regulações químicas, hormonais e elétricas que regulam as atividades corporais, mantendo seu equilíbrio). Acrescenta que ela é construída a partir das emoções e de sua reverberação enquanto sentimentos. Em o *Erro de Descartes*, o autor já faz essa distinção ao atrelar a experiência consciente ao que chamamos sentimento. As emoções,

entretanto, se dão dentro de um programa de ações, de um concerto que se constrói corporal e internamente.

Apesar de acreditar que existem bases neurais na consciência em geral, o que de pronto o encaixaria em uma concepção monista da mente (mente e cérebro como substâncias equivalentes), o fato de admitir que existam experiências mentais invisíveis (sentimentos) e ações corporais visíveis (emoções), já abriria um precedente para alinharmos as ideias de Damásio ao *dualismo naturalista*, aqui representado pela filosofia de Chalmers (1995). Contudo, este não compartilha da visão de que seja possível separar mente e corpo, de que seja possível estender a mente ao mundo. Interessante notar, entretanto, que Damasio (2009) e Chalmers (1995) partilham de um ponto, precioso, em comum: seus ceticismos com relação à resolução do *hard problem*. Como coloca:

Este livro expõe minha ideia do que é consciência, em termos mentais, e de como a consciência pode ser construída no cérebro humano. Não tenho a pretensão de ter solucionado o problema da consciência e, no estágio atual da história da ciência cognitiva e da neurociência, apesar de as contribuições recentes serem numerosas e substanciais, vejo com certo ceticismo a ideia de resolver o problema da consciência. Espero simplesmente que as ideias aqui apresentadas contribuam para que por fim se elucide o problema do self de uma perspectiva biológica. (DAMÁSIO, 2009, pos 368 de 6901)⁵⁷.

Para Chalmers, o ceticismo envolve as tentativas de explicar a experiência consciente via experimentos científicos, incluindo a defesa de Damásio de uma biologia da consciência. Na visão desse autor, este paradigma é insuficiente e, somente, explica o fenômeno da experiência via habilidades cognitivas. Em suas palavras:

To explain experience, we need a new approach. The usual explanatory methods of cognitive science and neuroscience do not suffice. These methods have been developed precisely to explain the performance of cognitive functions, and they do a good job of it. But as these methods stand, they are *only* equipped to explain the performance of functions. When it comes to the hard problem, the standard approach has nothing to say. (CHALMERS, 1995, p.6)

Ele deixa em aberto, então, a possibilidade de pensar a emergência de estados mentais (que também não devem ser reduzidos a noção de experiência

⁵⁷No livro, Damásio propõe a compreensão da consciência como bipartida em consciência central, que não necessariamente está vinculada as funções cognitivas, é uma espécie de reflexo corporal, do tipo, tenho fome, preciso comer e uma consciência ampliada, esta sim, vinculada a operações cognitivas relacionadas a memória e a linguagem que foram sendo adquiridas ao longo do processo evolutivo humano. Elas são responsáveis pela organização social, cultural e política e nosso entendimento do mundo. Interessante notar que ambas são vinculadas às emoções como suas bases.

consciente) em materiais que, não necessariamente, sejam o corpo humano. É possível dizer que uma das pontes que separa o *dualismo de substâncias* do *dualismo naturalista* de Chalmers é justamente a possibilidade de não ter como única referência o humano como o centro da emergência de processos mentais. Seguindo esta lógica, o próprio conceito de mente deve ser reinventado, pois deixa de ser um lugar interno para assumir uma atividade funcional, ser um processo que pode, inclusive, ser estendido e replicado em outros materiais. Dentro deste escopo, a teoria da mente estendida configura-se como uma plausível alternativa de redesenho à natureza do mental, partindo do princípio de que mente, corpo e mundo formam uma unidade funcional.

3.2

Aviões voam mais alto que pássaros

Um questionamento simples, porém malicioso, contendo uma indagação inquietante abre o ensaio de Andy Clark e David Chalmers, *The Extended Mind*, originalmente, publicado na revista *Analysis* em 1998. Tanto a pergunta que move suas inquietações: *where does the mind stop and the rest of the world begin?*, assim como suas soluções, abalaram a comunidade acadêmica. O texto teve como herança um novo olhar aos estudos e reflexões sobre a mente com a elaboração do conceito de mente estendida, que adquiriu muitos adeptos, mas também foi alvo de severas críticas.

As principais discussões que envolvem o tema foram reunidas na coletânea organizada por Richard Menary (2010 *et.al.*). Nesta publicação, é possível se ter uma visão global dos principais debates que norteiam a ideia de extensão da mente, incluindo as reproduções do ensaio e uma de suas mais acirradas críticas, o artigo *Defending the Bounds of Cognition*, de Adams e Aizawa (2010), publicado originalmente em 2001.

Como resposta a pergunta: onde a mente termina e o resto do mundo começa? Clark e Chalmers (1998) apresentam, primeiramente, a ideia do externalismo ativo e como distancia-se do externalismo tradicional, que tem suas raízes nas teorias funcionalistas da mente, sobretudo, das reflexões de filósofos como Putnam e Burge.

Na visão destes, o meio exerce papel instrumental e não ativo no processo cognitivo. O externalismo passivo, tal como chamado por Clark e Chalmers,

enxerga a mente como local de processamento e computação de dados, enquanto que o cérebro (*hardware*) serve de material que abriga esse *software*. A interação do organismo com o meio externo, apesar de possuir papel importante, pois é através dela que se dá a produção de estímulos (*inputs*) é passiva. De acordo com este modelo, percepção e ação se dão em momentos distintos e atrelados à noção de estímulo e resposta.

Diferentemente desta concepção, no externalismo ativo, o papel do meio é constitutivo e ativo e não instrumental e passivo. Nele, as noções de ação e percepção são unificadas e a temporalidade é estendida, presentificando e aglutinando as noções de ação e percepção tidas como concomitantes e não consecutivas. Alegam, portanto, que o mundo age sobre o indivíduo, assim como o indivíduo age sobre o mundo, sendo o movimento circular, em *looping* [□]e não horizontal [↔□] como tradicionalmente é representado o dueto ação-percepção. (CLARK e CHALAMERS, 1998; CLARK, 1997, 2010a, 2010b, 2011).

Nesse sentido, papel e caneta, por exemplo, não são meros instrumentos auxiliares da memória, que ajudam-nos a entender ou memorizar algo, mas partes integrantes e constitutivas da cognição. Estes autores argumentam que o cerne do externalismo ativo é compreender que, devido ao fato desses instrumentos ampliarem as capacidades cognitivas, eles devem ser inseridos enquanto partes integrantes de um sistema cognitivo que não reduz-se à mente, ao cérebro e ao corpo, mas que se estende pelo mundo.

A analogia é a mesma quando pensamos a biologia dos processos cognitivos. Um neurônio não tem memória, tampouco é a mente, mas ele atua dentro de uma circuitaria e desempenha determinada função nesse sistema que o torna parte integrante da construção da mente e da memória. A diferença é que não relutamos em admitir que os neurônios são constitutivos da cognição, ao contrários desses objetos. A mesma lógica deve ser atrelada, então, aos dispositivos e ferramentas que passam a ser vistos como constitutivos de sistemas cognitivos estendidos, pois desempenham papéis funcionais na cognição humana. O organismo funciona, então, de forma vinculada ao meio externo em uma via de mão-dupla interativa e em *looping*. O sistema acoplado e não o processamento de dados e informações é a própria cognição.

Uma interpretação interessante, oriunda dessas teses, é que o acoplamento (homem + tecnologia) e não o indivíduo pode ser considerado o núcleo cognitivo dos sujeitos. Isso se deve ao fato do cérebro biológico ter sido maturado, do ponto de vista evolutivo e da trajetória filogenética da espécie, enquanto um organismo dependente da manipulação e transformação do ambiente para sua melhor adaptação. Isso significa acreditar que os seres humanos evoluíram, biologicamente, graças à essa capacidade de acoplamento e manipulação do mundo exterior.⁵⁸

Dentro dessa lógica, Clark e Chalmers (1998) apresentam o sistema de memória estendido de Otto, que tornou-se referência maior das discussões sobre o tema, que com minhas palavras, reproduzo.

Inga ouviu falar sobre uma interessante exposição de arte no MOMA (Museu de Arte Moderna) e decidiu ir. Antes, porém, ela precisava saber a localização do museu e como já havia estado nele outras vezes, utilizou como recurso de ativação desta lembrança, sua memória biológica, que a fez se dirigir a rua 53, endereço do mesmo. Agora, considere Otto, que tem Alzheimer e, por isso, depende de um caderno de anotações para reter informações e acessá-las, visto que sua memória biológica já não funciona mais como antes. Ele sempre anota informações sobre lugares e pessoas neste caderno e sempre que necessário o consulta. Da mesma maneira que Inga, Otto decide ir a exposição no MOMA e já havia estado lá outras vezes. Diferentemente dela, entretanto, ele usou como recurso de ativação desta lembrança o caderno de anotações, podendo averiguar a localização do museu e, assim como Inga, dirigir-se à rua 53.

O argumento que os autores procuram defender com este exemplo, gira em torno da hipótese de que a ativação da lembrança, seja a biológica feita por Inga, seja a memória externa de Otto, tiveram o mesmo efeito no comportamento dos

⁵⁸ Cabe mencionar, brevemente, dentro do escopo desta reflexão o conceito de *affordance*, cunhado por James Gibson (BARENTJEN e TRETTVIK, 2002), apesar dele não admitir nenhum tipo de dualismo e a possibilidade de extensão em sua teoria. Por focar a relação pragmática, no sentido de ser uma ação, dos organismos com o meio, o argumento gibsoniano gira em torno do fato de que os objetos atendem necessidades humanas e que essa relação se desenvolveu filogeneticamente. Todavia, sua perspectiva defende que mesmo assim, não devem ser entendidos como extensão de nossos corpos, mas como adaptações dos organismos ao ambiente. *Affordance* é uma espécie de relação natural que emerge na interação entre humanos e seus artefatos, no sentido de que suas funcionalidades são naturalmente reveladas aos homens, “*just by looking*”. A manipulação de artefatos é, então, uma habilidade cognitiva que foi desenvolvida ao longo do processo evolutivo humano.

dois e fizeram com que ambos chegassem ao museu. Neste sentido, a implementação física do processo de causa e efeito da ativação da memória é irrelevante, tendo em vista o papel funcional dos recursos. Os autores destacam, ainda, que este acoplamento causal é regido pelo princípio da paridade e só é válido se a informação anotada no caderno for tão confiável e portátil para Otto, quanto a memória biológica o for para Inga. Em última instância, a única diferença entre os dois é a localização da informação. Desse modo, a função dos recursos no comportamento dos sujeitos é, em princípio, o que deve ser levado em consideração e permite validar a tese da extensão da mente.

Todavia, não é todo o dispositivo que pode ser considerado parte constitutiva e acoplada dos sistemas cognitivos estendidos⁵⁹, por isso a noção de interação em tempo-real é fundamental. Uma agenda só é parte funcional da cognição quando ela está sendo usada, ou seja, no momento em que atua na memória. A agenda, então, é um dispositivo de extensão da minha mente porque, no momento em que eu a uso, ela amplia minha capacidade de memória e acesso de certas informações, mas para que isso ocorra, eu preciso confiar no conteúdo que ela carrega, assim como ter acesso a ele, facilmente. Como forma de melhor fundamentar sua teoria, os autores desenvolveram quatro critérios que possibilitam compreender e perceber quais dispositivos e quais usos fazemos deles podem torná-los integrantes de sistemas cognitivos estendidos:

- a) todos os componentes do sistema desempenham papel ativo e causal;
- b) eles conduzem o comportamento de forma conjunta e da mesma maneira que o processo cognitivo o faz;⁶⁰
- c) se o componente externo for removido, todo o funcionamento do sistema cognitivo fica comprometido, assim como se removêssemos parte do cérebro;⁶¹

⁵⁹ O próximo capítulo será dedicado a reflexões sobre a Cognição Estendida, que embasa, teoricamente, as ideias de sistemas cognitivos estendidos e mente estendida.

⁶⁰ Conhecido como o princípio da paridade - um instrumento pode perfeitamente substituir a memória, como por exemplo no filme *Memento*, também comentado por Clark (2010a), cujo protagonista utiliza anotações e uma *polaroid* como substituto de sua memória recente, incapacitada de ser exercida após um incidente.

⁶¹ Este critério também é regido pelo princípio da paridade, visto que se removermos, por exemplo, as anotações e as fotos tiradas com a *polaroid* de Lenny (protagonista do filme supracitado), ele não teria como recuperar sua memória, salva nesses instrumentos.

d) esses processos de acoplamento funcionam da mesma forma que o processo cognitivo, somente não acontecem, inteiramente, em nossas cabeças.

No argumento que venho defendendo, a teoria da mente estendida serve para pensar que o uso de dispositivos conectados em rede e o fato de podermos interagir com eles em tempo real e a todo o momento, compõem, em conjunto com nossos corpos e artefatos, um sistema acoplado e estendido de cognição. O olhar transhabermasiano à esfera pública pode, dentro desse escopo, cumprir seu papel de compreender os espaços públicos como tecnologia cognitiva, pois podem ser caracterizados para além de seu papel de abrigar atos de fala, modificando o aparato cognitivo, incidindo na natureza dos processos formativos e na maneira como vivenciamos e significamos a política.

3.2.1

Principais críticas ao conceito de mente estendida

A mente estendida tem sido foco de diversas contestações, entre elas: John Preston, Robert Rupert, Sutton e Adams e Aizawa. Todos publicados e reunidos na coletânea organizada por Richard Menary (2010 et.al.). Também no mesmo livro pode ser acessada a resposta de Andy Clark (2010a) à essas críticas: *Memento's Revenge: The Extended Mind Extended* onde ele deixa mais claro o compromisso com o funcionalismo da teoria da mente estendida, o desafio posto em definir os limites entre mente e o corpo e o refinamento da noção de sistema acoplado.

A crítica de John Preston (2010) concentra-se em fazer a distinção entre os sistemas cognitivos e o lugar das crenças, confissões, intenções e outros estados mentais, que podem estar armazenados externamente. Ele argumenta, que no caso de Otto, a crença de que o MOMA está localizado na rua 53 armazena-se em seu caderno de anotações, mas isso, não necessariamente, torna essas anotações parte da mente de Otto. Na visão deste autor, as anotações são um “plus” e não parte da atividade mental, que continua sendo feita pelo corpo (anotar a lembrança, ler a anotação e dirigir-se ao MOMA). De acordo com seu ponto de vista, o que está anotado, impresso ou armazenado nesses dispositivos não corresponde às atividades mentais que elas demandam, mas ao conteúdo delas, o que Otto crê que seja a realidade. Não pode ser confundido, portanto, o lugar de seu

armazenamento, mesmo que, facilmente, acessível e confiável, com a crença em si mesma. Sua crítica enfoca o princípio da paridade (a memória interna de Inga e a memória externa de Otto desempenham a mesma função em seus processos cognitivos), pois crê que o mesmo, não deveria ser tomado como um preceito de similaridade com o intuito de fundamentar a tese de que a mente possa se estender pelo mundo.

Também em defesa das fronteiras da cognição, Robert Rupert (2010, s/d.) apresenta a crítica de que memória externa e interna são distintas, não podendo ser equiparadas como membros de um mesmo tipo de cognição. Ele acredita que mesmo se observadas do ponto de vista de um sistema funcional, onde poderiam exercer o mesmo papel, construindo um sistema acoplado, este tornaria-se integrado causalmente e não estendido fisicamente. Outro ponto levantado por ele é a característica efêmera dos sistemas acoplados, visto que essas conexões são, na maioria das vezes, passageiras. O autor tem dificuldade de reconhecer que a natureza das atividades mentais, estudada pelas ciências cognitivas, possa ser enquadrada com a natureza, muitas vezes fulgaz, dos sistemas estendidos. Rejeita a noção de sistemas cognitivos estendidos porque eles, apenas, possuem capacidades cognitivas enquanto o sistema estendido estiver acoplado ao agente.

O teor fulgaz do acoplamento, enquanto crítica, é frágil, de acordo com o meu ponto de vista. Como já colocado, deve ser considerada a relação do agente com o artefato em tempo-real. O sistema cognitivo não deixa de ser estendido porque é interrompido momentaneamente. Como bem coloca Menary (2010a), uma aranha só consegue se alimentar, viver e “caminhar” a partir do uso de uma teia que funciona como extensão da própria aranha. Contudo, a teia pode ser feita e desfeita dependendo da mobilidade da aranha e do local que escolhe para capturar presas e colocar seus ovos. O mais importante em sistemas estendidos, chama atenção, tanto no caso do caderno de Otto, quanto na teia da aranha, é a capacidade que o agente adquire em criá-los, manipulá-los e mantê-los. Neste sentido, não importa se o caderno se perca ou se a teia se desfaça, o agente sempre poderá recomençar. Para isso, contudo, ele precisa dominar o funcionamento do sistema, que nasce como fruto de um exercício de incorporação desses dispositivos em sua rotina. Tanto a aranha quanto Otto adquirem, pela prática e exercício cotidiano, domínio sobre seus sistemas estendidos.

Vale dizer, ainda, que Sutton (2010) faz uma distinção entre o que seria a primeira onda da mente estendida, baseada no princípio da paridade, cujos artefatos podem ser considerados como equivalentes à certas atividades mentais, ocupando a mesma função no processo cognitivo e uma segunda onda, assentada no que ele chama de princípio da complementaridade, cujos artefatos externos ocupam uma posição complementar na cognição, que é integrada. Neste princípio, processos externos e internos são considerados como distintos. Vale dizer que suas ideias assemelham-se, bastante, as reflexões de Rupert (s/d).

De acordo com Menary (2010a) e Clark (2010a, 2010b) essas críticas são oriundas de uma interpretação equivocada do princípio da paridade que é muito mais complexo do que uma lógica de substituição de processos internos por externos. O argumento central da teoria não deve ser confundida com o princípio da paridade que serve mais como *intuition pump*. A relevância deve ser direcionada ao acoplamento causal, ou seja, ao papel funcional que os artefatos adquirem nos processos cognitivos e não sua localização (se externo ou interno).

De certo modo, a crítica de Preston (2010), já mencionada, também pode ser rebatida com este argumento. A crença do agente constrói-se a partir da manipulação dessas informações e essa construção também se dá dentro de um programa de crenças. A informação pura e simples, ou seja, o conteúdo anotado no caderno não são a crença, que será fruto da interpretação desse conteúdo. Neste sentido, a linguagem não ocupa o lugar do conhecimento, ela é um recurso ativo em sua construção. Na visão de Clark (2006, 2011) a linguagem deve ser vista, inclusive, como uma ferramenta de extensão do pensamento, atuando como mais uma estrutura externa que é constantemente adaptável, manipulada e transformada pelo uso dos agentes. Voltaremos a este problema.

Uma saída, então, seria apostar em teorias que defendem uma espécie de hibridismo, cujos processos internos e externos formam uma unidade, um circuito que deve ser entendido como um todo, postulado defendido pela ideia de cognição integrada que Menary (2010b) defende. Se tomarmos a memória como exemplo, é notável que dispositivos eletrônicos nos permitem estender seu alcance, o mesmo acontece com nossa capacidade de fazer contas usando uma calculadora ou lápis e papel. Aviões permitem que voemos mais rápido que pássaros e carros proporcionam maior velocidade e alcance do que pernas. Esses objetos permitem ampliar a nossa capacidade cognitiva, seja ela em raciocínio-lógico, seja em

operações sensório-motoras. O alcance das atividades cerebrais é otimizado e melhorado a partir desses recursos. Este autor lembra que já em *Being there: putting brain, body, and world together again*, o próprio Andy Clark (1997) chama atenção para o fato de que funcionamos, cognitivamente, a partir de sistemas acoplados e estendidos. Mas, o fato de acoplarem-se e integrarem-se ao sistema modifica a cognição?

Merece destaque especial um dos mais conhecidos e calorosos debates sobre o tema da mente estendida, travado entre Adams e Aizawa (2010) e Andy Clark (2010b). Esses, criticam, fortemente, as teses defendidas por este autor, em 1998, atacando seus principais pressupostos, incluindo a noção de acoplamento causal⁶², passando pela grave acusação de que Clark e Chalmers (1998) não se preocuparam em embasar suas reflexões sobre os sistemas cognitivos estendidos e o externalismo ativo em teorias, cientificamente, consolidadas.

Na visão de Adams e Aizawa (2010), corpo e cérebro formam uma espécie de pacote de capacidades cognitivas que são portáteis, podendo ser ativadas em uma série de tarefas cognitivas. Formam, então, o que eles chamam de núcleo cognitivo constante de um indivíduo. Esse núcleo é considerado o sustentáculo da orquestra. Os objetos devem ser considerados, em sua opinião, recursos e instrumentos. A cognição não é algo integrado ou híbrido. Os objetos e os corpos funcionam em conjunto e não de forma acoplada. Não há, portanto, extensão da mente ou da cognição. Uma agenda não possui memória, a memória é produzida por esse pacote de capacidades cognitivas, que deve, este sim, ser tomado como o aparato cognitivo.

Atacam, diretamente, a noção de *coupling-constitution*, argumentando que a indistinção entre o significado de uma relação causal (X possuir determinado efeito em Y) e uma relação constitutiva (X é acoplado a Y) é uma falácia, pois, o fato de X estar, causalmente, relacionado a Y, não significa que X é parte de Y.

⁶² Vale lembrar que o acoplamento causal é o grande filão teórico das reflexões de Chalmers e Clark (1998) e é regido pelo princípio da paridade, que introduz as credenciais funcionalistas à teoria da mente estendida. Serve de parâmetro para entendermos como é possível que um bloco de notas “tome o lugar” da memória de alguém, pois desempenha o mesmo papel que ela na vida do sujeito, funcionando como extensão de sua memória. De acordo com este pressuposto, enquanto houver função cognitiva, não importa onde o processo esteja localizado e sim como é causalmente integrado a outros processos cognitivos. A analogia é como numa orquestra, onde cada instrumento desempenha papel único na execução de uma sinfonia e caso algum deles seja retirado afetará toda a harmonia da composição.

Sobre este ponto, Menary (2010a) sai em defesa da mente estendida, chamando atenção para a existência de Z, que é a ação desempenhada após a integração de X e Y, que deve ser tomado como o verdadeiro coração da mente estendida. A cognição funciona, portanto, de forma integrada, acoplando o corpo e o mundo (X e Y) tendo como consequência a transformação do indivíduo (Z).

Ao defender-se desse tipo de ataque, Clark (2010a, 2010b) coloca que nenhum objeto ou processo, ou mesmo atividade mental são, em si, cognitivos. Nada é em si cognitivo, pois a cognição é sempre resultado de uma ação sobre o real, o que Menary (2010) chama de Z. O caderno de Otto, por exemplo, torna-se cognitivo a partir de sua intenção em utilizá-lo como extensão de sua memória. É a função que o caderno ocupa na cognição que faz com que o bloco torne-se parte integrante do sistema, pois sem ele o comportamento de Otto seria outro. Desse modo, nada, nem nenhum objeto são, essencialmente, cognitivos, nem mesmo nossas atividades mentais, visto que sempre precisamos de algum estímulo para que elas ocorram.

Um outro ponto levantado por Adams e Aizawa (2010) tem relação com o que eles denominam a falta de um marco cognitivo na tese da mente estendida que acaba por fragilizá-la do ponto de vista científico e teórico. Eles apresentam as categorias *conteúdos intrínsecos* e *conteúdos derivados* para exporem sua visão de cognição como algo demarcado por sua natureza inerente aos processos mentais. As fronteiras da cognição são, então, compostas por esses marcos, intrínseco e derivado.

Tomando o exemplo do caderno de Otto, estes autores colocam que a capacidade representacional de uma linguagem ortográfica (conteúdo do caderno) é derivada de capacidades representacionais do agente cognitivo (crenças de Otto) e, por outro lado, os estados cognitivos em geral (a capacidade de memória, por exemplo) não derivam de convenções ou práticas culturais sendo capacidades humanas, localizadas no cérebro. Partem, então, da seguinte lógica: o pacote de capacidades cognitivas relacionadas à ativação da memória de Inga, que possui conteúdo intrínseco, é diferente do pacote de Otto (memória produzida na forma escrita), visto que, a capacidade de representação em linguagem estaria, também, relacionada ao sistema motor, possuindo conteúdo derivado. É como se dois sistemas cognitivos estivessem em ação e não um só, como defendem Chalmers e Clark (1998).

Adams e Aizawa (2010) colocam, ainda, que a tese da mente estendida não pode ser fundamentada por critérios empíricos/ científicos. Primeiramente, porque a ideia de um “transcranialismo” é uma via de reflexão que consideram inviável dentro de uma ciência unificada como, por exemplo, as ciências cognitivas, que defendem a noção de marco cognitivo. E, em segundo lugar, pelo fato de que a relação causal existente entre um estímulo externo (o caderno de Otto) e seus efeitos no comportamento (o fato de chegar ao museu) não são características próprias da mente estendida, pois representam uma ideia já advogada por autores do chamado *externalismo passivo* e até anterior a eles, com as teorias *behavioristas*, cujo ambiente influencia o comportamento a partir de uma relação causal entre estímulo e resposta comportamental⁶³. Neste sentido, seria necessário criar uma outra ciência para estudar os aspectos não, propriamente, mentais desse sistema acoplado defendido por Chalmers e Clark, que na visão de suas críticas não é cognitivo.

3.2.2

A defesa: *Clark's revenge*

Em *Memento's Revenge: The extended mind extended*, Andy Clark (2010a) procura responder algumas críticas e objeções sobre o artigo publicado em 1998, em conjunto com David Chalmers, concentrando-se em três principais blocos de críticas: a) aquelas que enfocaram o contraste entre o conteúdo intrínseco dos símbolos neurais e o conteúdo derivado de inscrições externas - ou seja, o que é externo não pode ser considerado parte da mente; b) as objeções sobre a delimitação dos domínios científicos de base naturalista e; c) às críticas sobre o lugar do agente na interface entre percepção e da introspecção (CLARK, 2010a, pos 609 de 5057). Vale dizer que outro texto foi elaborado como resposta, publicado na mesma coletânea: *Coupling, Constitution, and the Cognitive Kind: A reply to Adam's and Aizawa*. Este artigo é uma resposta direcionada,

⁶³Há uma interessante auto-crítica feita por Clark em sua resposta a Adams e Aizawa que consiste no esclarecimento do fato de que o ensaio de Chalmers e Clark (1998) pode ter suscitado uma falsa interpretação de que estes autores são behavioristas, visto que constroem boa parte de sua argumentação na teoria da dependência causal, cujo meio é veículo para as ações. Clark (2010) deixa claro, entretanto, que este posicionamento é fruto de uma visão funcionalista da cognição e não behaviorista.

especialmente, as críticas de Adams e Aizawa, entretanto, devem ser considerados em conjunto, por possuírem muitos pontos em comum.

Primeiramente, Clark (2010a) procura rebuscar o princípio da paridade. Como já mencionado, a forma como foi exposto em 1998, suscitou interpretações equivocadas que acarretaram na colocação de alguns falsos-problemas. Retomando o conceito discutido, ele lembra que o mais importante, ao pensar a cognição sob a égide de um sistema estendido, é compreender que o aparato cognitivo não precisa ser limitado ao corpo biológico. É este pressuposto que rege o princípio da paridade. Seguindo este viés, pontua que o externalismo ativo preocupa-se menos com o conteúdo das informações e a forma como são internalizadas e mais com as funções que o ambiente externo desempenha no circuito cognitivo dos agentes. Diferencia-se, portanto, de outros externalistas como Putnam e Burge. De acordo com suas palavras:

In the paper we showed, in detail, why this was not equivalent to the more familiar Putnam/Burge- style externalism, arguing that what was at issue was more like an environmentally extended case of narrow content than a case of broad content. The idea was that the causally active physical vehicles of content and of cognitive processes could be spread across the biological organism and the world. This is quite different, we claimed, from any form of passive, reference-based externalism (CLARK, 2010a, p. 636)

O uso que Otto faz de seu caderno de notas já está tão incorporado, em sua rotina, que este passa a compor não só o sistema, mas a moldar o aparato cognitivo. A memória de Otto, logo sua mente, não precisa estar, necessariamente, confinada ao seu corpo biológico para funcionar. Ela estende-se para o mundo. Contra a necessidade de se estabelecer fronteiras à cognição, responde, diretamente, a Adams e Aizawa:

(...) the incorporation of a nonbiological resource into the cognitive processing of an individual requires that certain kinds of coupling between biological and nonbiological resources be present. (...) When such couplings are in place, however, the bounds of skin and skull are rendered functionally irrelevant, and cognition extends gracefully into the world. (CLARK, 2010b, p. 1373)

Partindo deste pressuposto, o mesmo acontece com quem usa óculos, ou uma bengala, ou mesmo um *smartphone*. Se estes artefatos estiverem acessíveis, se forem portáteis e transmitirem informações confiáveis ao sujeito, por que não considerá-los parte constitutiva de seu aparato cognitivo? O que está no cerne da teoria da mente estendida e do externalismo ativo é, portanto, a ideia de que o mundo, seus objetos, pessoas e tecnologias desempenham papel ativo na cognição

humana. Eu ajo sobre o mundo, mas o mundo age sobre mim, também. Se Otto só possui uma lembrança de algo, graças ao seu caderno, é totalmente plausível considerá-lo parte de sua mente. Se uma pessoa só consegue enxergar de óculos, é, igualmente, possível considerar as lentes parte de sua visão. Se uma pessoa só caminha usando bengala, por que não considerá-la extensão de suas pernas? E, assim, por diante.

Sobre a crítica de Adams e Aizawa (2010) relacionada à diferença entre conteúdos derivados e conteúdos intrínsecos, Clark (2010a, 2010b) coloca que isso é um falso problema. Primeiramente, por que a mente estendida, como já colocado, preocupa-se muito pouco com a questão dos conteúdos, enfocando a relação causal que o organismo constrói com o meio. E, em segundo lugar, no próprio ensaio ele e Chalmers deixam claro que as atividades cerebrais também são acionadas, em Otto, quando ele recorre às suas anotações. A questão não é saber se o caderno possui características cognitivas em si, isso não é relevante, mas a maneira como o mesmo, acoplado as atividades neuronais de Otto, formam um sistema cognitivo acoplado e estendido.

Vale assistir, enquanto o leitor reflete sobre essas possibilidades, aos filmes *Memento* (2000) e *Remeber* (2015). Escrito e dirigido por Christopher Nolan, o primeiro foi utilizado por Andy Clark para refletir sobre algumas questões da mente estendida. Ele conta a história de *Leonard*, um homem envolvido na caçada do assassino de sua esposa. Durante este ocorrido, ele é golpeado na cabeça desenvolvendo um transtorno de memória. Durante o seu sono noturno, ele se esquece de tudo que aconteceu durante o dia. Sabendo deste problema, *Leonard* começa a tirar fotos com uma *polaroid*, anotar o nome das pessoas e passa a escrever informações em folhas de papel. As lembranças que considera mais importantes, tatua em seu corpo. Todas as manhãs ele recupera suas lembranças acessando esse sistema acoplado e estendido de memória.

Remeber, de 2015, dirigido por Atom Egoyan, conta a história de *Zev*, um ancião que sofre de demência, mas possui a missão de encontrar o assassino de sua família e a de seu amigo *Max*, ambas mortas em *Auschwitz*. Embora a memória de *Zev* estivesse, altamente, comprometida devido à demência, ele pode perseguir seu objetivo, pois usa como artifício de recuperação de suas lembranças uma carta escrita por *Max* que ele lê a cada manhã.

Estes filmes são interessantes para pensar, ainda, que as crenças de *Leonard* e *Zev*, assim como as de *Otto*, são desenhadas tendo como referência, não somente, um sistema estendido de memória, mas de cognição. O conteúdo dos escritos, anotações, fotos, cartas etc. impacta as ações desses personagens, pois o acesso a esses recursos modifica o aparato cognitivo, abarcando sua vertente emocional e de atividade corporal. Eles não apenas lêem o conteúdo dos recursos, produzindo uma imagem mental da lembrança que os impulsiona a agir, mas a vivenciam sensorialmente. *Zev* fica nervoso, seu corpo estremece e sua, toda a vez que lê a carta que o remete a seu passado. A expressão de *Leonard* se transforma sempre que ele consulta suas anotações. Essas emoções só vêm à tona pela mediação desses recursos e dessas memórias externas que são peça-chave na criação dessas lembranças.

Deve ser dito, ademais, que isso só é possível por que ambos confiam no conteúdo dessas mensagens, entretanto, em ambos os filmes, há a sugestão de que os dispositivos não são confiáveis. *Spoilers*, à parte, a carta de *Zev* não era verdadeira em sua totalidade. O espectador descobre que suas ações estavam sendo guiadas por uma “falsa” memória. E no caso de *Leonard*, ele parece seguir sempre pistas falsas. É importante considerar, no entanto, que a ideia de que o sistema estendido orienta o agir, permanece, de qualquer forma.

Sobre o termo “transcranialismo”, utilizado por Adams e Aizawa para criticar a possibilidade de pensar a cognição para além de suas fronteiras corporais, apesar de o considerarem, logicamente, possível, pois, podemos concebê-la mentalmente (a noção poderia ser verdade em uma mente marciana, por exemplo), os autores afirmam que esta ideia é falsa quando falamos em cognição humana (MENARY, 2010a, ADAMS e AIZAWA, 2010, CLARK, 2010A). Clark (2010a) reforça, contudo, que a expressão é inapropriada porque a ideia basilar do paradigma dos sistemas estendidos consiste, justamente, em não reduzir os processos mentais ao que entendemos por conteúdo mental e atividades cerebrais. Dentro dos pressupostos colocados em 1998, o uso deste termo é falho, pois eles não estão preocupados em entender a mente como um lugar de armazenamento de conteúdos e sim como um processo, que se desenrola como experiência, resultante da manipulação do mundo, incluindo dispositivos externos.

Dentro de um escopo bastante provocativo, Adams e Aizawa (2010) levantam a necessidade de se criar uma “ciência unificada”, como o são, por

exemplo, a Psicologia Cognitiva e a Neurociência que embase, teoricamente, a noção de mente estendida. Acreditam, então, que seja necessário rever a ideia de que o externalismo ativo é uma tese sólida sobre a cognição humana, visto que Clark e Chalmers não se preocupam em separar aquilo que é de fato cognitivo (conteúdos intrínsecos) do que não é (conteúdos derivados). Vale lembrar, que na visão deles, o externalismo ativo não se diferencia, em seus pressupostos, do funcionalismo de Putnam e Burge.

Nas palavras de Clark (Idem, pos 722 de 5057), essa sugestão é falha de duas maneiras: primeiro, em virtude de uma concepção bastante limitada do que seja uma explicação, propriamente, científica. O que os autores entendem por “marco cognitivo” (conteúdos intrínsecos) não passa da visão deles sobre a cognição que Clark, simplesmente, não compartilha. Em segundo lugar, não é a ideia do ensaio de 1998 criar uma ciência da mente estendida que possa ser comprovada, empiricamente, ou mesmo que a proposta tenha *status* de uma teoria científica, apesar de seus escritos serem sempre acompanhados de exemplos de pesquisas empíricas como embasamento da maioria de suas ideias.

Mesmo acreditando que a crítica sobre a necessidade de revisar, teórica e cientificamente, o conceito parta de um pressuposto equivocado, Clark (2010a) cita a criação do campo de estudos HCI (human-computer-interaction) e seus “primos” HCC (human-centered computing) e HCT (human-centered technologies) como espaços de reflexão acadêmica e pesquisas empíricas que tem o objetivo de construir uma ciência unificada dos processos cognitivos que ocorrem *no* e *entre* sistemas de processamento da informação biológicos e não biológicos. Ele também menciona a *Cognitive Technology Society* e seu jornal como importante referência acadêmica na tentativa de compreender o funcionamento da mente e seus aspectos tecnológicos como um todo integrado.

Na opinião de Clark (2010a), a crítica mais importante e construtiva que o ensaio de 1998 recebeu foi a feita por Kim Sterelny em 2004. Este autor coloca que nossas “ferramentas epistêmicas” (caderno de anotações, diários, compassos etc.) operam “in a ‘common and often contested’ space. By this, he means a shared space apt for sabotage and deception by other agents” (CLARK, 2010, pos 825 de 5057). Isso quer dizer que esses artefatos epistêmicos, como são chamados

por ele, por serem, especialmente, distintos do nosso corpo são, mais facilmente, subvertidos e sabotados por outros agentes⁶⁴. O critério da confiabilidade é posto, então, em questão. Não é à toa que necessitamos de estratégias para garantir a segurança das informações guardadas. Diários possuem chaves. Agendas eletrônicas, *smartphones*, e *notebooks* contém senhas. Alguém pode modificar seus conteúdos. Por este motivo, Sterenly afirma que esses objetos não podem ser considerados como partes genuínas do sistema cognitivo, mas que funcionariam como um incremento, contribuindo para o enriquecimento de nossas capacidades representativas internas. Eles seriam uma prova de nossa habilidade em usar artefatos epistêmicos como uma espécie de andaime cognitivo. A diferença é sutil, pois Starenly concorda que os indivíduos e os artefatos formam um sistema aglutinado, mas ele não considera que sejam acoplados. Em sua visão, existe uma fronteira (um interior e um exterior) que separa o agente do espaço público onde esses objetos operam no aparato cognitivo. Não há, em sua visão, uma extensão entre corpo e artefatos.

Clark, em sua réplica, argumenta que esta crítica pode ser útil à tese da mente estendida, contribuindo para aperfeiçoá-la ao invés de derrubá-la, visto que usamos o mundo como memória externa, a todo o momento⁶⁵. Tendemos, em nosso dia-a-dia, a conceber a realidade que nos cerca, como estável e confiável. Utilizamos o ambiente na ativação e recuperação de nossas lembranças. Apostamos na estabilidade do mundo para que ele nos ajude a compor nossa memória. Ao usá-lo em nosso favor, manipulamos e transformamos o ambiente de acordo com nossas necessidades e programas de ações. O cerne da mente estendida advoga essa concepção de agência nos processos cognitivos. É neste sentido que seus adeptos colocam que devemos enfocar não os conteúdos ou processamentos das informações, mas como a interação do organismo com o meio

⁶⁴É o que acontece, por exemplo, com Zev e Leonard, nos filmes *Remember* e *Memento*. No caso deste, o espectador não tem certeza se Leonard está realmente no caminho certo de sua caçada, ou se todas as suas anotações, fotos e tatuagens serviram para enganá-lo.

⁶⁵ Quando faço uma lista de compras e a deixo pendurada na geladeira, não penso que existe a possibilidade de alguém retirá-la de lá, ao menos não sem me consultar. Quando faço uma trilha numa floresta e amarro o lenço em uma árvore para não me perder, não penso que a árvore vai sair do lugar e nem que alguém vai simplesmente levar o lenço embora. O mesmo acontece quando uso um programa de GPS no meu celular para chegar a um lugar. Eu simplesmente me deixo guiar pela voz do programa.

beneficia o agente, modificando não só as suas habilidades e capacidades, mas transformando seu próprio sistema cognitivo.

Com essa discussão, ganha ainda mais espaço, a categoria da confiabilidade como central na construção de sistemas cognitivos acoplados. Clark (2010a) deixa claro que, a partir do momento que Otto passar a questionar a validade das informações contidas em suas anotações, estas deixarão de fazer parte de seu aparato cognitivo. Para que o caderno de notas assuma a função de memória externa de Otto ele deve servir como um dispositivo de armazenamento confiável, caso contrário, “(...) the notebook would at that point cease to count as a proper part of his individual cognitive economy”. (CLARK, 2010a, p. 858)

Deve ser esclarecido que o que importa, à princípio, não é se os conteúdos da carta de *Zev* e as informações anotadas de *Leonard* são verdadeiras ou não. Isto não está em questão, até por que nossas lembranças intrínsecas, ou seja, próprias da memória biológica, também podem nos pregar peças. Clark coloca que o veículo de armazenamento e recuperação da memória é “quasi-internal” (Idem, pos 865 de 5057), no sentido de que ambos, internos ou externos podem nos levar a cometer enganos. No tocante ao desenvolvimento dos processos mentais, não há garantia de que um seja mais verdadeiro, transparente, confiável que o outro, se é que é possível colocar a cognição e a própria noção de mente nesses termos.

O que é então, a mente, dentro do paradigma da extensão? Primeiramente, acredito que ele não forneça uma resposta pronta para esta questão, visto que mantém fechadas as portas que poderiam resolver este problema facilmente. Negando-se em encerrar a mente no corpo, alegando que esta é uma premissa restrita sobre o mental, o reduzindo às atividades corporais, aprisionando-o à experiência privada, representativa e subjetiva, Clark rejeita as tradicionais explicações já desenvolvidas sobre o tema. Tenta, então, não caracterizar a mente reduzindo-a à uma definição ou a algo que possa ser localizado, mas ampliá-la à um processo que seja, constantemente, renovado e construído, fruto da relação e união do organismo com o meio material.

A partir de sua teoria é possível, inclusive, se perguntar se é mesmo necessário localizar, fisicamente, a mente, visto que ela funciona como um grande guarda-chuva para designar tanto as atividades conscientes, quanto inconscientes, incluindo os pensamentos e a maneira como são construídos, abarcando a ideia de sistemas cognitivos acoplados ou teorias behavioristas que trabalham com a noção

de cognição relacionada a *inputs* e *outputs*, indo até a noção de mentes artificiais, de base material não humana. Sendo tão instável e volátil, a ideia de mente, ainda, permanece uma questão pulsante na área da Filosofia, da Psicologia e das Ciências Cognitivas.

Vale dizer que, surpreendentemente, essas questões povoam de maneira escassa as pesquisas acadêmicas da área de Educação, cujo tema da cognição e estudos da mente é ainda incipiente e, em quase sua totalidade, relacionado à Neuropsicologia Histórico-Cultural, concentrada, sobretudo, nos estudos de Vigotski e sua aplicabilidade no ensino-aprendizagem. O debate permanece, portanto, em aberto, assim como a necessidade de se consolidar, dentro dos estudos da mente, uma noção de sistema estendido.

3.3

Mentes estendidas em interação na esfera pública transhabermasiana

É a localização da mente, situá-la, precisá-la em algum espaço, a preocupação de Clark e Chalmers? Claramente, não. Estes autores têm como objetivo discutir a possibilidade de modificar e estender a nossa visão sobre a mente. Eles não negam a sua vertente intracraniana, mas procuram, em suas inferências, a possibilidade de ampliá-la, considerando não só o ambiente e os artefatos, que usamos em nosso dia-a-dia, como parte constitutiva da mente, mas, também, a funcionalidade que adquirem no aparato cognitivo. Assim, é central, na teoria, a noção de que os estados mentais estão mais próximos do que entendemos por ação, do que o que compreendemos por substância, seja material ou imaterial. Desse modo, a ideia não é localizar a mente, ou mesmo discutir se os objetos são cognitivos ou não. A intenção é compreender o processo como um todo, reconhecendo os artefatos como constitutivos das rotinas cognitivas dos agentes, compondo um sistema acoplado que age, diretamente, sobre suas percepções, ações e na construção de suas crenças e visões de mundo.

No capítulo anterior, discuti a possibilidade de pensar a formação política atual, a partir de um novo olhar lançado à esfera pública, buscando transcender a concepção de Habermas, sobretudo, no que concerne o seu pessimismo em torno da *internet*. Argumentei, que apesar da rede mundial de computadores não apresentar grandes avanços à consolidação da discussão democrática com vistas

ao entendimento, é inegável que ela amplia a possibilidade de interação, contribuindo na construção de visões de mundo atuando que, direta ou indiretamente, incidem na formação política de seus usuários.

Vale dizer, que não está em julgamento o teor qualitativo dessa formação e nem se ela vem contribuindo para consolidar ou enfraquecer o debate público. O objetivo é pensar a interface mente estendida e esfera pública, a partir de um olhar transhabermasiano, enfocando a questão do acoplamento de certos artefatos à rotina dos indivíduos, impactando sua cognição, influenciando o agir e, por consequência, o formar-se. É importante salientar que, uma das questões cruciais e desafiadoras ao relacionar a ideia de mente estendida e a problematização da formação política atual, considerando a centralidade da interação homem-máquina, é a noção de acoplamento causal e a construção de visões de mundo.

Quando podemos, então, afirmar que um acoplamento é constitutivo do aparato cognitivo? Esta questão só pode ser elucidada levando-se em consideração um conjunto de intuições relacionadas ao uso desses objetos em sua posição funcional aos usuários, ou seja, enquanto veículo comportamental dos indivíduos e com relação às suas disposições, a construção de suas crenças e seus programas de ações. Dentro da visão de mente estendida, vale dizer, é a relação individual que o sujeito estabelece com a tecnologia que a torna parte integrante e funcional de seu sistema cognitivo. Observe os exemplos a seguir:

a) Os telefones celulares como extensão de nossa inteligência;

Mentes interagem na esfera pública, ou melhor, mentes estendidas interagem e se comunicam, ainda com maior força, na esfera pública virtual. Podemos observar, facilmente, esse fenômeno em uma série de dispositivos conectados em rede, mas um deles, acredito, destaca-se: o aparelho de telefone celular⁶⁶. O artefato, rapidamente, encantou à todos e, hoje em dia, é, praticamente, impossível conhecer alguém que não o possua. Mas os celulares não

⁶⁶De acordo com o site de notícias globo.com em reportagem sobre o peso das redes sociais e do ativismo digital nas eleições municipais de 2016; “No Brasil, são 94,2 milhões de usuários na internet. São móveis 80% desses acessos. São 261,8 milhões de aparelhos celulares no país. São 80% os brasileiros, entre 16 e 44 anos, que têm celular. O mais impressionante é que na classe C, a quem os políticos se referem como “povão”, 67% deles tem, pelo menos, um aparelho celular. O desafio de todos os candidatos, e partidos, é atrair esses usuários, pelo menos nas campanhas eleitorais, para a política”. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/panorama-politico/post/redes-sociais-vao-dar-o-tom-das-eleicoes-municipais.html>. acesso em setembro de 2016.

encantam só porque possibilitaram a ampliação da função do telefone fixo. De pouco tempo pra cá, adquiriram outro *status*. O *smartphone* é mais que um telefone. É um novo conceito de telefonia inteligente, que atrelado à ideia de convergência digital, integra e articula diversas funções executadas por outros dispositivos eletrônicos, ampliando não só interatividade entre pessoas distanciadas fisicamente, quanto à interação dos sujeitos com seus próprios aparelhos. Quem possui um objeto desses pode utilizá-lo para filmar, fotografar, jogar, calcular, utilizar milhares de aplicativos com uma infinidade de ações, armazenar dados, documentos etc. Todavia, o *hype* não está, propriamente, nestas funções, mas no fato do dispositivo permitir a circulação desses dados e informações a partir da ampla possibilidade de veiculá-los e distribuí-los em inúmeras redes de contato, graças à possibilidade de conectá-lo à *internet*.

Olhos vidrados nas telinhas móveis! Pode-se dizer que a incorporação dos *smartphones* às rotinas dos indivíduos vem impactando, diretamente, a interação de mentes e a forma como elas estendem-se na rede mundial de computadores. Esses aparelhos constituem-se verdadeiros andaimes cognitivos, pois, ativos na relação homem-máquina e, também, na interface homem-homem mediada pela máquina. Dado seu acoplamento podemos conceber os *smartphones* como uma extensão de nossa inteligência. Dessa maneira, como negar a sua centralidade na ativação de processos cognitivos envoltos às nossas produções de crenças e visões de mundo? Como não concebê-lo uma extensão da minha mente? Uma tecnologia própria de um sistema acoplado e estendido de cognição?

Imagine que Maria está se deslocando para o trabalho. Ela mora em uma grande cidade e precisa pegar um ônibus que, devido ao trânsito, leva em média uma hora e meia para chegar ao seu destino. Ela, como boa parte das outras pessoas que está no coletivo, possui um *smartphone* e, como elas, aproveita o longo tempo de deslocamento para acessar sua conta de *e-mail*, sua página no *facebook* e *twitter*, conferir seu saldo bancário, ver um vídeo no *youtube* etc. Na viagem, tira proveito do fato do ônibus ter parado em frente a uma bela vista e faz uma *selfie*, posta sua foto nas redes sociais, e em menos de cinco minutos, muitos de seus amigos, curtem, comentam, alguns a compartilham. O trânsito está totalmente parado, mais do que o habitual. Maria, com o intuito de saber o que ocorre na cidade, consulta a *internet* pelo telefone e descobre que, logo à frente, uma manifestação política acontecia. Minutos depois, o ônibus cruza alguns

manifestantes sendo agredidos, de forma violenta, por policiais. Maria, que é militante de um movimento social, filma a cena e em tom de denúncia a publica em suas redes sociais. Logo depois de partilhar o vídeo, ela chega ao seu destino, guarda o celular e se desloca ao trabalho.

Ao final do dia, no retorno para casa, ela repete a mesma rotina. Entra no ônibus e acessa suas páginas de redes sociais. Descobre que seu vídeo viralizou na *internet*, sendo alvo de centenas de curtidas, comentários, compartilhamentos etc. Ela passa, então, a debater o conteúdo do vídeo com seus contatos e a responder alguns comentários contrários e críticos à postagem. Ela passa todo o trajeto de sua viagem debruçada nessas interações. Quando chega em casa, ela comenta o ocorrido com seu companheiro, o professor de história Marcos. Surpreendentemente, ele já sabia da viralização do vídeo, pois, na aula da tarde, alguns de seus alunos do Ensino Médio o confrontaram com questões referentes à manifestação, à reivindicação dos movimentos à ela relacionados, à violência policial etc. Os estudantes quiseram debater o assunto, perguntando ao professor sua opinião, o que ele achava sobre os protestos que vinham aumentando na cidade. Marcos comentou com Maria, que após ter sido interpelado pelos jovens, decidiu modificar um pouco o planejamento de sua aula e debater com seus alunos as questões trazidas.

Agora, imagine João. Ele não conhece Maria, mas teve acesso ao vídeo feito por ela naquela manhã, pois, no meio da tarde precisou pegar o metrô para fazer uma visita a sua tia que mora uns 40 minutos de distância. João é policial e teve acesso ao vídeo que viralizou na *internet* - ele mesmo não sabe como a filmagem chegou às redes sociais dele. Assistindo ao vídeo reconheceu, imediatamente, um dos policiais, seu amigo da época que trabalhavam junto à Tropa de Choque. Indignado, ele e outros contatos de sua rede passaram a debater, criticamente, o conteúdo do vídeo apontando a forma leviana e descontextualizada como ele havia sido feito e publicado. João entra na página de Maria, ao final da tarde, e publica um longo comentário contrário à publicação original. Minutos depois, no ônibus, voltando para casa, Maria o responde.

A situação fictícia apresentada serve para ilustrar como o uso de *smartphones* conectados à *internet* pôde unir João e Maria através da extensão de suas mentes, inteligências, corpos, presenças etc., apesar de não partilharem contatos interativos e possuírem opiniões difusas. Independentemente do

conteúdo travado em suas interações discursivas, a forma como o aparelho acopla-se aos seus usuários permite que o dispositivo possa ativar os processos cognitivos relacionados à interlocução desses sujeitos. O aparelho de telefone celular possui papel ativo, pois age como extensão das presenças dessas pessoas, permitindo-as se encontrar, mesmo distanciadas fisicamente. Essa união de circuitos biológicos e não-biológicos como atuantes no processo é central. O *smartphone* é um dos protagonistas da história, atua como um componente fundamental ao seu enredo orientando, transformando e impactando as ações dos agentes em questão. João e Maria nunca teriam a oportunidade de interagir, discursivamente, se seus *smartphones* não estivessem incorporados em suas rotinas e programas de ações diários. Os estudantes e Marcos nunca teriam chegado ao debate de ideias sobre manifestações e violência policial se seus *smartphones* não estivessem conectados em rede. Como já defendia McLuhan, o meio é a mensagem.

b) *Robots* como extensão de pessoas?

Ainda no escopo deste capítulo, é válido discutir e chamar atenção para um componente extremamente inusitado e próprio da esfera pública virtual: a comunicação entre mentes humanas e artificiais enquanto participantes da interação e, conseqüentemente, da formação política na *internet*.

Para refletir sobre este tema deve-se dizer, primeiramente, que esta interação tem sido flagrante em especial nos períodos que antecedem eleições, visto que, a maioria dessas mentes artificiais está à serviço da conquista de votos. Deve ser dito que esta ideia nasce, entretanto, da disputa por mercados, sendo também comum a prática em empresas que buscam a consolidação de suas marcas, assim como ataques aos seus adversários. Essa linha de ação utiliza-se da construção de falsos perfis que circulam nas redes sociais da *internet*. Sua utilização como instrumento de campanha eleitoral envolve desde a utilização de indivíduos pagos para administrá-los, interagindo e participando de discussões, ao uso de tecnologias bastante sofisticadas, como a criação de *softwares* e utilização de “*bots*” abreviação de *robots*.

Proponho, à título de experiência mental, considerar uma certa equivalência entre mentes humanas e artificiais, partindo da ideia de que processos e estados mentais que emergem das interações mediadas pelos artefatos conectados incidem sobre o programa de ações de seus interlocutores, sendo estes humanos ou não.

Dentro da rede mundial de computadores, podemos considerar essas mentes artificiais como semelhante as dos humanos, pois possuem “vida” dentro da rede. Tanto alguns perfis falsos (controlados por seres humanos), quanto *softwares* e robôs (controlados por máquinas programadas) possuem um rosto, amigos, conta de *e-mail*, fazem aniversário, têm gosto musical, preferência por determinada linha político-ideológica etc.⁶⁷

No site do jornal norte americano *New York Times*, é possível acessar uma interessante matéria sobre o tema, intitulada: “*Friends, and influence, for sale on line*”⁶⁸, publicada em abril de 2014. O jornalista Nick Bilton conta que comprou quatro mil amigos no *Facebook* por cinco dólares e por um montante um pouco maior fez com que metade deles curtisse a foto que havia publicado em seu *site*. Ele também narra:

Many of my new friends live outside United States, mostly in India, Bangladesh, Romania, and Russia - and they are not exactly human. They are bots or line of code. But they were built to behave like people on social media sites. (...) to better camouflage their identity⁶⁹ have real-sounding names. They keep human hours, stopping activity during the middle of the night and picking up again in the morning. They share photos (...) and even engage in conversations with each other. And there are millions of them. These imaginary citizens of the Internet have surprising power, making celebrities and companies seem more popular than they really are, swaying public opinion about culture and products and, in some instances, influencing political agendas. ‘I’ve been working with these social bots for a really long time, and now they look like real people on line - even though they are not’, said Tim Hwang, chief scientist at the Pacific Social Architecting Corporation, a research group that explores how bots and technologies can shape social behavior. (...) So be careful which bots you befriend. If it’s a bot with a different political

⁶⁷ Os *bots* são programas que executam tarefas pré-programadas e muitas vezes repetitivas. Eles são programados com algoritmos e suas ações respondem aos hábitos de outros *bots* ou usuários reais. Por ter esta possibilidade de agir de diversas maneiras, os bots são mais inteligentes que simples comandos de computador. Os robôs também são usados como recursos mais sofisticados que os tradicionais FAQs (perguntas e respostas frequentes) dos sites. Quando o usuário de uma loja virtual tem alguma dúvida sobre cupons promocionais ou tempo de entrega de uma encomenda, uma janela de bate-papo programada para responder as dúvidas mais comuns se abre. Se em algum momento da conversa o bot se torna inútil, um atendente assume o controle. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/tecnologia/robos-ganham-espaco-nas-redes-sociais-9j2jsro2m3el205karcufdrgru>. Acesso: setembro de 2016.

⁶⁸ Disponível em: http://bits.blogs.nytimes.com/2014/04/20/friends-and-influence-for-sale-online/?_php=true&_type=blogs&_r=1. Acesso: setembro de 2016.

⁶⁹ É contra as regras do facebook, por exemplo, manter perfis falsos. Sempre que são descobertos possuem suas contas excluídas, o que acarreta em um maior refinamento desses robôs em parecerem seres humanos reais.

viewpoint, your digital buddy may turn on you. Or even try to get you lost.

Com a leitura deste trecho fica bastante difícil não se perguntar se dentro de nossas redes de contato há algum desses robôs, ou mesmo se nossas interações na *web* já foram, alguma vez, interceptadas por este tipo de perfil. Podemos negar a existência desses “indivíduos” e de suas mentes artificiais interagindo conosco? E se não é possível negá-los, quais seus efeitos na construção de crenças, visões de mundo e ideologia política dos usuários que, com eles, interagem? Como colocado, eles são projetados para atuarem como pessoas, possuem, inclusive, fotos e, até certo ponto, histórias de vida. Alguns são casados, tem filhos etc. Suas trajetórias são reproduzidas, virtualmente, e dentro do mundo virtual adquirem *status* de realidade. Seguindo esta linha, o comportamento de um *Bot* e o efeito que este gera dentro da rede não é algo que deva ser desprezado.

No Brasil, é possível citar o exemplo do perfil falso administrado por um robô, que agia no *twitter* sob o nome de Carina Santos. Ele foi criado por pesquisadores da Universidade de Ouro Preto e chegou a ter 700 seguidores. De acordo com um dos responsáveis pelo estudo, Fabrício Benevenuto, professor de ciências da computação da Universidade Federal de Minas Gerais, o perfil foi programado para replicar mensagens postadas por outros usuários com a palavra Globo, seguida de outras palavras. As combinações mais frequentes eram publicadas como *tweets* próprios. O objetivo dos pesquisadores era mostrar que um *bot* pode se tornar um perfil influente na rede.

No *Twitalyzer*, site que mede a influencia dos perfis no *twitter*, a pontuação de Carina chegou a 76, enquanto usuários extremamente populares como Luciano Huck e Rafinha Bastos foram classificados como 99 e 100, respectivamente⁷⁰. O que está em questão não é se Carina Santos é ou não uma pessoa e se sua mente é ou não humana, mas como sua interação na rede pode influenciar os usuários de *internet* que cruzam seu caminho.

Não somente robôs e programas de computador alimentam esse tipo de interação. De acordo com Leonardo Sakamoto, conforme descrito em seu blog⁷¹,

⁷⁰ Notícia disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/tecnologia/robos-ganham-espaco-nas-redes-sociais-9j2jsro2m3el205karcufdrqu>. Acesso: setembro de 2016.

⁷¹ Disponível em: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/10/09/como-perfis-do-facebook-sao-usados-para-conquistar-seu-voto-nas-eleicoes/> Acesso: setembro de 2016.

perfis falsos funcionam como semeadores de ideias. Ele entrevistou o diretor de uma empresa especializada na construção de reputações na *internet*, que em período de campanhas eleitorais é contratada para fazer o mesmo por seus candidatos. Esta empresa, apesar de usar uma série de programas de computador em suas pesquisas, utiliza pessoas reais que administram falsos perfis em redes sociais. O diretor esclarece que a atuação se dá em duas frentes: a primeira, buscar erguer a reputação do político, enquanto a outra mira a desconstrução do discurso de seus adversários. “As duas equipes são chamadas de “seeders” (semeadores) e têm o objetivo de disseminar conteúdo sobre os candidatos como pessoas comuns o fariam”. Cada um desses contratados pode controlar até seis diferentes perfis.

Desse modo, um perfil verdadeiro, *Bots*, *softwares*, e perfis falsos administrados por pessoas reais, podem desempenhar o mesmo comportamento que uma pessoa comum nas interações dentro da esfera pública virtual, pois, a partir de suas curtidas e compartilhamentos, acabam atuando como semeadores de ideias, influenciando a construção de opiniões. Mesmo que esses *seeders* não argumentem e deliberem, reflexivamente, tal como apontado por Habermas enquanto característica central da ação comunicativa na esfera pública, não podemos afirmar, categoricamente, que não possuem nenhuma influência na formação política de quem cruza seus caminhos na *web*. O fato desses perfis falsos possuírem histórias de vida acaba por humanizar as interações (seriam eles extensões de pessoas?), que por sua vez, podem produzir efeitos comportamentais, orientando ações e construção de visões de mundo, pois sabemos não existir uma fronteira rígida entre o mundo real e o virtual. O conhecido “efeito manada”, tão flagrante em períodos de campanha eleitoral, quando nos perguntamos até que ponto pesquisas de opinião refletem a intenção de voto das pessoas, ou as influencia, pode ser tomado como analogia para entender o tipo de influência que um perfil falso (ou verdadeiro) pode possuir. Uma pessoa publica um conteúdo sobre um discurso político no *facebook*, conforme essa fala adquire adeptos, ou seja curtidas e compartilhamentos, ela vai se tornando referência e exemplo de outros discursos que circulam na rede, que tornam-se também parâmetros para outras falas e, assim, sucessivamente.

Dentro do desenho deste capítulo pouco importa, então, se um ser humano ou uma máquina programada criou o discurso, visto que o mais importante é pensar como podem se desdobrar os efeitos dessa semeadura de ideias. A

viralização na rede e a forma como narrativas políticas disseminam-se no espaço virtual pode influenciar a formação política dos usuários de *internet*. Neste sentido, vale dizer que, não somente perfis falsos, mas notícias falsas, *memes*, *gifs*, vídeos, montagens etc. formam um novo conjunto de formas interativas, que reunidas em um mesmo espaço de comunicação, não podem ser desconsideradas em detrimento da exclusividade que o debate de ideias, via ação discursiva verbal, assume nos espaços públicos. Não há mais como ignorá-los!

4

Um sistema estendido de cognição

A antítese é a porta estreita que o erro mais gosta de usar para se introduzir na verdade.

Friedrich Nietzsche

No capítulo anterior, apresentei a teoria da mente estendida como um dos aportes teóricos que permitem um olhar transhabermasiano à esfera pública virtual que ganha *status* de tecnologia cognitiva, dada sua condição de acoplamento às rotinas e programas de ações dos sujeitos. Cabe dizer que esses processos cognitivos acoplados acontecem dentro de conexões que se estendem entre circuitos biológicos e não biológicos, rompendo as fronteiras entre um eu interior que conhece e um mundo exterior objetificado. As ideias de extensão nascem, especialmente, da tentativa de unificar esses domínios, problematizando, sobretudo, a redução da mente no cérebro.

Em entrevista à revista *Época* em 26 de junho de 2009⁷², Andy Clark coloca que esta redução é como pensar a contagem do tempo em relação ao relógio. O tempo, diz ele, não está no relógio. O dispositivo apenas faz sua contagem e nos permite normatizá-lo. Podemos precisar as horas, os minutos, mas não podemos controlá-los e dizer que o tempo está no relógio. Este não o detém, mas a representação que o mesmo faz do tempo, guia boa parte de nossas ações. É acoplando-se ao corpo que o relógio auxilia a manipular o tempo, no sentido de permitir ao indivíduos adaptarem-se à ele e otimizá-lo. O mesmo acontece com a mente. Quando uso papel e caneta para enumerar uma lista de afazeres, uma agenda para anotar compromissos e um computador para escrever uma tese, lanço mão de sistemas estendidos que me permitem tanto ampliar, quanto exercer um certo controle normativo sob algumas atividades mentais. Sem esses andaimes externos a mente humana é bastante limitada, frisa o autor.

O objetivo deste capítulo é apresentar as principais teorias da cognição que embasam as teses de Andy Clark sobre a extensão da mente e da cognição. É importante as discussões que se seguem, pois, elas permitem argumentar que a

⁷² Disponível em: <file:///Users/camila/Desktop/Ciência%20e%20Tecnologia%20NOTÍCIAS%20-%20Somos%20todos%20cyborgs>.webarchive. Acesso em julho de 2016.

esfera pública virtual pode ser considerada uma tecnologia cognitiva importante no atual de processo de formação política.

4.1

Mindware: triângulo conceitual de Clark

Não só atividades cerebrais/ neuronais, aliadas às operações e processamentos mentais, mas, também as estruturas materiais que utilizamos em nossas tarefas diárias, devem ser consideradas partes constitutivas da cognição. Esta afirmação reduz com simplicidade a ideia básica que norteia a noção de cognição estendida, defendida por Andy Clark, que neste capítulo apresento. O conjunto das reflexões que a embasam pode ser encontrado, principalmente, em três de seus livros: *Being There: Putting Brain, Body and World Together Again*, de 1997, *Mindware: An Introduction to the Philosophy of Cognitive Science* publicado em 2001 e *Supersizing the Mind: Embodiment, Action and Cognitive Extension*, publicado em 2011. Vale dizer, também, que no ensaio *Extended Mind*, de 1998, já podemos ter uma boa noção de como o autor enxerga os processos cognitivos humanos. Considerar a possibilidade de ampliar a mente implica, igualmente, a plausibilidade de, não somente distribuir a cognição, mas estendê-la. Duas importantes ideias compõem a sustentação teórica da cognição estendida defendida por Andy Clark: o *externalismo ativo* e o *funcionalismo ativo*. Apesar de criticar as visões reducionistas que defendem o cérebro como único centro de comando e processamento, a teoria dos sistemas estendidos não pretende ser uma antítese das teorias computacionais e da representação. Na verdade, a tentativa é integrar-se à elas, propondo uma nova visão sobre a mente e a cognição que não as detenha nas fronteiras do corpo biológico. Há uma orquestra cognitiva em funcionamento, cujos objetos e o mundo material são ativos em nossas experiências formativas. Em suas palavras:

A successful cognitive science, I shall argue, will thus study both the larger dynamics of agente/environment systems and the computational and representational micro dynamics of real neural circuitry. (CLARK, 1997, pos 1173,1179 de 3277).

São características marcantes da cognição, de acordo com este paradigma, sua distribuição entre seres humanos e seus utensílios, a partir de uma visão da mesma, enquanto processo incorporado e corporificado (*Embodied e Embeeded Cognition*). Partindo destes princípios, o desenho do aparato cognitivo

passa a englobar o conjunto de fatores que incluem tanto os aspectos intrapessoais e interpessoais, já abordados pela Psicologia Histórico-Cultural, quanto extrapessoais, em que os objetos e artefatos não são mediadores, mas constitutivos do sistema cognitivo⁷³.

De acordo com Andy Clark, a compreensão sobre a mente, visto que ela é um verdadeiro guarda-chuva conceitual, indo desde à concepção de razão, incluindo os sentimentos, passando pelas ideias de processamento, computação e representação, não pode ser reduzida ao local onde as atividades mentais acontecem. Sob a expressão *mindware*, o autor propõe algumas chaves de leitura em torno de algumas premissas centrais (CLARK, 1997, 1998, 2001, 2010a, 2010b, 2011, 2005, 2006).

Primeiramente, a natureza da mente deve ser compreendida dentro do paradigma materialista, no sentido de que a “*mindware* emerges as nothing but the playing out of ordinary physical states and process in the familiar physical world” (CLARK, 2001, p.3). Deste modo, tanto o conteúdo de nossa mente, quanto ela mesma, devem ser considerados como próprios e emergentes do mundo físico. Vale dizer, que apesar de estenderem-se pelo mundo, os estados mentais não podem ser compreendidos como pertencentes à metafísica, tal como o dualismo os enxerga. Outro pressuposto reconhecido são as ideias de motivação e intenção. Elas, sempre, aparecem como acompanhantes de nossas ações e intervenções no mundo. Não há produção de comportamento inteligente de forma passiva. Isto é um pressuposto básico. A terceira premissa é a crítica ao funcionalismo tradicional, amplamente conhecido pela analogia da mente como *software* e o cérebro como *hardware*, assim como sua ideia central: a noção de processamento computacional que via *inputs* e representações mentais orientam nossas ações no mundo. É necessário reforçar, sobre este último pressuposto, que a crítica de Clark não direciona-se ao princípio básico do funcionalismo, cuja mente é um local

⁷³A visão de cognição distribuída, de Hutchins (1995, 2000), lança as principais bases da ideia de uma distribuição da cognição, visto que começa a ponderar a possibilidade de extrapolar os limites do corpo, pensando na possibilidade de conceber os objetos como ampliadores e transformadores de nossas tarefas diárias. Ele coloca que uma calculadora parece ampliar nossa capacidade de resolver uma conta, uma agenda parece ampliar nossa memória. De uma forma geral, ele afirma que “cognitive artifacts do seem to amplify human abilities” (HUTCHINS, 2000, p.7). Vale dizer que nos textos de Clark, Hutchins é citado com frequência.

de processamento de dados, mas na redução conceitual inerente à ideia de que mente e cérebro são um computador feito de carne ao invés de silício⁷⁴.

Além desses princípios, vale mencionar, que os antecedentes do pensamento de Clark (2001) sobre o funcionamento da mente e da cognição formam um triângulo conceitual, composto: (a) em sua base pelas teoria de Fodor, cujo funcionamento da mente é dado de forma mecânica, matematicamente processual e computacional (estados mentais são representações mentais); (b) nas ideias do casal Churchland que chamam atenção para a importância das pesquisas empíricas relacionadas ao funcionamento cerebral. Eles defendem que o funcionamento da mente não pode ser reduzido às operações de manipulação simbólica, devendo incluir, também em seus estudos, dados empíricos e de funcionamento do corpo; (c) e na Filosofia da Mente de Daniel Dennett, na qual, a ideia de inteligência transforma-se, de um enfoque ao potencial humano de agir de forma inteligente para a noção de “*smart agents*” (Dennett, 1996, apud Clark, 2001), onde o entendimento sobre comportamentos inteligentes sai do âmbito da ação individual e passa a ser relacionada a uma “*intentional stance*” - uma postura intencional - que não acomete, necessariamente, os organismos vivos⁷⁵. De acordo com este ponto de vista, comportamentos inteligentes não são atributos específicos de mentes biológicas. Como pontua Clark: “In this low-key sense, a thermostat or an amoeba are smart insofar as they responde to their worlds in ways that are not random but respect certain basic hard-wired goals” (CLARK, 2001, p.59). Deste modo, comportamentos e ações nunca são aleatórios ou, meramente, simbólicos, assim como, não reduzem-se às atividades corporais.

⁷⁴O livro *Mindware: An Introduction to the Philosophy of Cognitive Science* é, particularmente, importante neste sentido, pois apresenta o que o autor chama de *microfuncionalismo*. O princípio, que rege a compreensão deste termo, busca romper com a noção de que a mente (ou o cérebro e seus processamentos mentais) é uma espécie de centro de comando, que dita as regras, que rege a orquestra. Isto vai sendo desconstruído ao longo do livro, passando pelo entendimento de que a cognição é distribuída ao longo do corpo e, também fora dele, a partir da introdução da ideia de tecnologia cognitiva, em seu último capítulo. O que há, então, de forma bem simplificada, são *microfuncionalismos* espalhados, descentralizados.

⁷⁵ Esta forma de pensar assemelha-se, bastante, ao postulado da teoria ator-rede de Bruno Latour (2011), pois, advoga que a ideia de ação social não deve ser considerada uma propriedade apenas dos sujeitos humanos, mas que esta ideia deve estender-se aos objetos inanimados. Como veremos no próximo capítulo, este autor parte do princípio de que não é somente os indivíduos que agem sobre o mundo, mas que os artefatos, sentimentos, conceitos etc. agem sobre os sujeitos e, assim como eles, também interferem na dinâmica social.

Desse modo, representados graficamente, os pressupostos do pensamento de Clark formariam um triângulo. Os vértices de sua base seriam o funcionalismo e o connexionismo e sua ponta a *intencional stance*.

Dentro do modelo funcionalista, são marcantes algumas noções centrais da ciência da computação como algoritmo, máquina de Turing e computabilidade, responsáveis por definir e fundamentar a metáfora computacional de que a mente é um *software*, base de toda a abordagem simbólica da natureza do mental. A ideia de simular a mente nasce dessas teorias. Dentro do movimento cibernético, a partir de sua intenção de modelar e definir as atividades cerebrais como estruturadas por circuitos elétricos, une-se mente e cérebro pelas metáforas de *software* e *hardware*. Em um momento posterior, esta visão é questionada, a partir do desenvolvimento de uma nova arquitetura computacional criada por Neumann. Começa-se a ponderar a independência entre *software* e *hardware*, dado o desenvolvimento de programas computacionais capazes de operar sobre determinados símbolos. É com base no funcionamento do computador digital, fruto dessas inovações, que é possível traçar a clássica analogia funcionalista entre, por exemplo, a máquina de Turing e a mente humana, visto que ambas operam dentro de um sistema lógico-formal composto por um conjunto de regras abstratas que produzem e manipulam símbolos. Os estados mentais seriam, então, definidos de acordo com a função que desempenhariam nessa circuitaria⁷⁶.

No outro vértice está o connexionismo, uma espécie de retorno do projeto cibernético de modelar o cérebro, mas ao invés de o fazê-lo a partir de circuitos elétricos, os cientistas o fariam de acordo com o funcionamento cerebral. Mente e cérebro voltam a se unir, mas não pela metáfora computacional do funcionalismo e, sim, pela ideia de que os estados mentais não são representações, mas atividades cerebrais/ neuronais. São utilizadas, então, ao invés de circuitos

⁷⁶Vale chamar atenção para algumas críticas importantes deste modelo, como o argumento do Quarto Chinês, de John Searle, que apresenta o *gap* entre a manipulação de símbolos e a semântica como processos distintos; a objeção de Roger Penrose que chama atenção para o fato de que existem processos mentais não-algoritmos, logo não computáveis e que devem ser levados em consideração quando pensamos sobre a natureza e funcionamento da mente. Também o ataque de Hubert Dreyfus é importante, visto que coloca que não são todas as características e comportamentos humanos passíveis de programação (Teixeira, 1998). Essas críticas chamam atenção para o seguinte: mesmo partindo do terreno comum de que a mente é algo relacionado a manipulação e operação simbólica, ela não pode ser reduzida a isso, não podendo ser replicada fora do corpo humano, tal como as ideias funcionalistas defendem. Elas ajudam a refletir sobre os limites de projetos de Inteligência Artificial e robótica, pois problematizam a ideia de mente como algo independente do cérebro humano.

elétricos, redes neurais artificiais que vão se conectando a partir de unidades básicas⁷⁷ e não agindo como um programa. Por serem baseados na ideia de unidades básicas, ao invés de símbolos, a crítica que o conexionismo recebe mira, justamente, sua impossibilidade de modelar processos complexos como a linguagem e o pensamento. Isso significa que um robô, desenvolvido de acordo com este paradigma, saberá dançar, lavar louça, esfregar o chão, mas, dificilmente, saberá resolver um problema ou decodificar uma mensagem.

De acordo com Araújo (1999), as atuais pesquisas, na área da Inteligência Artificial, vem tentando construir robôs e máquinas que unam os dois modelos descritos acima. Os sistemas mistos, como são conhecidos, têm a preocupação de suprir as lacunas deixadas por ambos os blocos, tendo como principal entendimento a complexidade dos estados, processos e natureza da mente, assumindo que as duas visões são mais complementares do que antagônicas. A atual geração da Inteligência Artificial, é interessante colocar, conta com projetos que procuram colocar em prática a ideia de que comportamentos inteligentes são oriundos, sobretudo, de aprendizagem acumulada, a partir da interação com o meio. Unem-se, então, os dois paradigmas na tentativa de recriar não a inteligência humana em um robô, mas uma da própria máquina.

Um exemplo interessante é o projeto MogIA⁷⁸. Um sistema de inteligência artificial que, contrariando as pesquisas de intenção de voto, deu a Donald Trump a vitória das eleições norte-americanas em 2016. Este resultado chocou a comunidade internacional e virou o tema mais comentado nas redes sociais no dia da eleição, 9 de novembro. O sistema, diferenciando-se da ideia de programação baseada em algoritmos que atuam de acordo com a lógica do processamento de dados, foi desenvolvido para aprender com o ambiente. De acordo com Sanjiv Rai, fundador da *Indian start-up Genic.ai* que desenvolveu o sistema: “While

⁷⁷ Vale dizer que Luria (1981) no livro “Fundamentos de Neuropsicologia” já dividia o funcionamento cerebral em Unidades Funcionais. A primeira unidade rege o sono e a vigília e seria responsável pela regulação da atividade cortical e do nível de vigilância; a segunda unidade teria a função de obter, processar e armazenar as informações, constituída pelas regiões laterais do neocórtex situadas na superfície convexa dos hemisférios cerebrais, compreendendo as regiões occipital (visão), temporal (audição) e parietal (sensibilidade geral); a terceira unidade serviria à programação, regulação e verificação da atividade mental, possuindo a função de organização das atividades conscientes, formada por estruturas localizadas na região anterior dos hemisférios cerebrais, à frente da circunvolução para-central. A percepção, os movimentos voluntários e o pensamento de forma geral ocorreriam por meio da ação combinada das três unidades funcionais.

⁷⁸ Disponível no site: <http://www.businessinsider.com/artificial-intelligence-trump-win-2016-10>. Acesso em novembro de 2016.

most algorithms suffer from programmers/developer's biases, MogIA aims at learning from her environment, developing her own rules at the policy layer and develop expert systems without discarding any data.” Por trás disso há uma reflexão importante, para além é claro do próprio aspecto surpresa da eleição de Trump. A noção de inteligência acompanhada da ideia de sistema e não de programação. Não é que MogIA não processe informações. A diferença é que suas ações não são pré-determinadas pelo programa e sim pelo acúmulo de suas experiências e vivências no ambiente. Isso significa que o sistema nasce programado para aprender e não agir, logo, suas ações acabam sendo programadas pela aprendizagem.

De acordo com Clark, a analogia do funcionamento do pensamento como um computador nasce, tal como colocado por Fodor, 1987 (*apud* CLARK, 2001), da ideia de que a razão humana funciona de forma mecânica. Parte-se do pressuposto de que sempre há uma relação entre padrões simbólicos manipuláveis, sendo os estados e conteúdos mentais (crenças, desejos, sentimentos etc.) representações mentais que podem ser acessíveis e inteligíveis pela linguagem do pensamento. Os processos mentais são, então, por princípio, cálculos operacionais, ou seja, análises de situações, probabilidades, formulação de estatísticas etc. Um pensamento leva ao outro e a outro e agimos dentro desses padrões de ação e reflexão. Dentro dessa visão, a mente é formada por operações simbólicas, por isso os estados e processos mentais são análogos às representações mentais.

É importante esclarecer que essa vertente não é abandonada ou negada, completamente, por Clark. Seu viés funcionalista tem grande referência em Fodor. Como veremos no capítulo seguinte, essa orientação permanece na ideia de que o cérebro funciona como uma espécie de máquina de previsão e correção de erros, incidindo em nossas ações, que como já mencionadas, envolvem sempre uma motivação e uma intenção, sendo estas, por sua vez, frutos de situações e tomadas de decisão que tem como base uma determinada expectativa sobre o real.

Por ora, é importante dizer, ao mesmo tempo em que os ideais de Fodor constituem uma forte referência para as análises de Clark, eles o são, igualmente, criticados. Este concorda com as conhecidas críticas de que as atividades mentais não são frutos, apenas, de manipulação simbólica. Na visão de ambos, a mente não deve ser reduzida as operações lógicas e formais relacionadas a produção de

pensamento e comportamento mecânico. Argumenta que a mente humana não é algo que possa ser separado do corpo humano, de seus fluidos, de seus hormônios, da química que envolve a produção de pensamentos e experiências. Uma máquina, então, pode parecer pensar, mas não poderá sentir e experimentar o mundo como um ser humano. Há um *gap* entre sintaxe e semântica, tal como o Argumento do Quarto Chinês, de John Searle, demonstra. Dessa maneira, MogIA pode até prever o futuro, mas não ficará surpreso, não sentirá emoção com o resultado das eleições. Aquele evento não significa nada para ele.

Desse modo, há toda uma gama de atividades corporais e sensoriais envolvidas na construção dessas representações que torna a mente, não uma abstração, mas algo físico. Produto de conexões neuronais, hormonais e sinápticas, tal como prega a ideia conexionista, paradigma, também, forte nos textos de Clark, a representação mental deve ser compreendida como um processo distribuído pelo corpo através de uma circuitaria neuronal, mas que não se encerra na própria mente, na caixa craniana que a comporta, ou mesmo no organismo que a abriga. Os estados mentais são, então, atividades múltiplas e distribuídas. Imagine quantos processos estão envolvidos no ato de beber água. Inclua neste pensamento não somente as intenções e motivações por trás da ação de beber água, mas todo o aparato sensorio-motor envolvido. Inclua também as diferentes sensações, percepções e atenções que vão sendo divididas e distribuídas ao longo do simples ato de beber água. Leve em consideração, inclusive, a diferença de sensações que o recipiente onde a água será servida promoverá. Inclua, também, a própria água. Tudo conecta-se ao aparato cognitivo envolvido no agir.

A grande contribuição do conexionismo para a teoria de Andy Clark, a meu ver, é justamente a ideia de que a cognição é um processo que deve ser entendido como um todo dinâmico, tanto no que tange a manipulação e computação simbólica, quanto operações corporais de sinapses neuronais, incluindo todo o aparato-sensorio motor do sujeito, quanto o mundo e os seus objetos, tecnologias.

Deve ficar claro ao leitor que o conexionismo não é um antagonismo ao funcionalismo. A perspectiva conexionista dá atenção especial ao aspecto material, pois, debruça-se sobre a maneira como as manipulações e computações (centrais da ideia de funcionalismo) podem ser explicadas pelo funcionamento do corpo.

Outro ponto em comum entre os dois paradigmas é a ideia de causa e efeito. No funcionalismo reside a ideia de eficácia causal, no sentido de que nossas ações são sempre guiadas, acompanhadas e justificadas. Ou seja, sempre há uma intenção e motivação que as impulsionam. Se bebo água é porque tenho sede, logo beber água é uma ação que tem como consequência direta matar a minha sede. Eu acredito que bebendo água matarei minha sede. Isso é uma relação de causa e efeito assentada na ideia de que ações específicas são guiadas por crenças específicas. A mente atua como local representativo dessas ponderações, logo, é nela que símbolos podem ser copiados, editados e rememorados.

Por outro lado, se no funcionalismo impera uma visão geral sobre *inputs* e *outputs* e suas causas e efeitos comportamentais, no paradigma conexionista as relações causais são múltiplas e distribuídas. A única unidade é o próprio sistema. Isso significa que, não apenas, a crença de que bebendo água matarei a minha sede me impulsiona a beber água, mas uma série de *inputs* e *outputs* envolvidos na ação de beber água, incluindo atos inconscientes, como o movimento que meu braço faz, que minha língua faz e que minhas vísceras fazem.

Vale mencionar o interessante livro de Jonathan Crary (2013), *Suspensões da Percepção: Atenção, Espetáculo e Cultura Moderna*, que de certa forma, trabalha esta questão. Quando realizamos alguma ação, como por exemplo dançar, uma série de atividades perceptivas e sensório-motoras estão envolvidas neste ato, assim como uma larga gama de funções psicológicas superiores. Mas, para que a principal tarefa (dançar) seja executada, o foco da atenção é direcionado ao desempenho da tarefa e para que isso aconteça, com êxito, eu preciso suspender outras atividades perceptivas. Preciso torná-las inconscientes, ou melhor, imperceptíveis. Não dirigimos atenção, por exemplo, ao modo como nossas pernas se mexem quando dançamos balé. Não pensamos na movimentação de nossas pernas. Isso acontece em atividades já naturalizadas, como por exemplo, o simples ato de andar. Quando andamos não olhamos nossas pernas e pensamos, mexa-se. Nossa atenção volta-se ao caminho, ao destino etc. E quando preciso parar, não olho para a minha perna e penso pare. Eu simplesmente tenho um reflexo e paro de andar. Esse reflexo é um desvio de atenção, que é, como o autor argumenta, a forma como a própria noção de foco se desenvolve. Só podemos focar em algo, a medida que suspendemos a atenção àquilo que sai da mira do foco. Não há como dividir a atenção, por isso, o corpo foca na atividade principal.

Se o objetivo é beber água, minha atenção desvia-se para o foco principal da ação, tornando, naturalmente, inconsciente outras atividades do meu corpo envoltas no ato de beber água. Eu “apenas” tenho consciente o pensamento de que estou com sede e que por isso preciso beber água. Não ter consciência dessas “outras” atividades, entretanto, não significa que elas inexistam.

Embora tenha ampliado a tese do funcionalismo, a visão conexionista também precisa de um alargamento e é, acredito, visando essa ampliação que surge a necessidade de se considerar a cognição como algo não encerrado nos organismos. Visando romper com a divisão inerente às considerações de um “dentro” e “fora”, emerge a defesa holística que procura englobar mente, corpo e mundo (CLARK, 1997, 1998, 2001) em uma teoria unificada, que entenda os processos cognitivos como sistemas estendidos. A cognição é, então integração, hibridização, acoplamento e união entre os seres e tudo o que os cerca, incluindo elementos não-biológicos. Nascemos, naturalmente, ciborgues (Clark, 2003)⁷⁹.

A trilateralidade da cognição estendida tem como terceira ponta do triângulo uma interessante visão de Daniel Dennett, que merece ser, brevemente, discutida. De acordo com o University of Alberta's Dictionary of Cognitive Science⁸⁰, organizado pelos professores Michel Dawson e David Medler, o verbete *intentional stance* é apresentado como:

An intentional stance refers to the treating of a system as if it has intentions, irrespective of whether it does (Dennett, 1987). By treating a system as if it is a

⁷⁹ Apresentando, entre outros, o caso de Herbert, Clark coloca a importância da chamada “interactive vision” de Churchland, Ramachandran e Sejnowski (1994, apud Clark, 2001) que consiste numa visão interativa da cognição, contrastada pela ideia de que os processos cognitivos são frutos de uma divisão do trabalho regidas por um cérebro (ou mente). Como já dito, a cognição não possui um centro de comando, ela é distribuída ao longo de diversas atividades cognitivas que incluem tanto a computação mental e a abstração, próprias desse tipo de operações, quanto procedimentos sensório-motores, assim como atividades “puramente” cerebrais/ neuronais. A “interactive vision” é interessante, pois problematiza a ideia de que os comportamentos inteligentes são próprios da mente, enquanto que ao resto do corpo (como se fosse possível pensar este tipo de dualismo) relega-se uma posição inferior, submetida as ordens desse “quartel general”. Todas as ações, do computar ao agir, são defendidas por esta ideia como ações inteligentes, rompendo-se com a divisão ação e percepção, o que acaba aproximando Andy Clark da Teoria Geral da Atividade, visto que não há para este autor a possibilidade de conceber uma percepção passiva. Quando avistamos um objeto em cima da mesa e queremos pegá-lo, por exemplo, uma série de ações estão envolvidas. Nos dedos das nossas mãos existe uma infinidade de comportamentos inteligentes, que vão desde o funcionamento da circuitaria nervosa envolvida no ato de mexer os dedos, aos impulsos mentais que me motivam a mexê-los, passando pelas operações físicas e matemáticas que temos que fazer para alcançar o objeto, sua distância, a velocidade das mãos etc.

⁸⁰ Disponível em: http://www.bcp.psych.ualberta.ca/~mike/Pearl_Street/Dictionary/contents/I/intent_stance.html. Acesso em novembro de 2016.

rational agent one is able to predict the system's behaviour. First, one ascribes beliefs to the system as those the system ought to have given its abilities, history and context. Then one attributes desires to the system as those the system ought to have given its survival needs and means of fulfilling them. One can then predict the system's behaviour as that a rational system would undertake to further its goals given its beliefs.

De acordo com o trecho destacado, não apenas o sujeito deve ser considerado como detentor de intencionalidade, mas sim, todo o sistema em que suas ações se inserem. Desse modo, não apenas os organismos vivos são dotados de comportamento previsível, mas, também, objetos pertencentes ao sistema em questão. Por exemplo, ao me deitar coloco o relógio para despertar às 7h. Obviamente, o relógio, em si, não possui intenção alguma, porém, eu posso prever o comportamento do alarme, que às 7h da manhã do dia seguinte soará. A teoria de Dennett usa como categoria central da *intencional stance*, o fato de podermos prever o comportamento do objeto em questão, dotando de conteúdo intencional a ação do alarme, seu toque. Se sou cego e uso uma bengala para me locomover, eu confio nela, confio na ação que desempenha me auxiliando a enxergar. O mesmo acontece com diversos objetos, inclusive o bloco de anotações de Otto. O critério da confiabilidade, que embasa a teoria da mente estendida, já discutido nesta tese, tem certamente relação com esta ideia, assim como a noção de tecnologia cognitiva (CLARK, 2001), que veremos adiante.

4.2

Os sistemas cognitivos estendidos: para além da distribuição da cognição

Essas ideias possibilitam a emergência do argumento, desconfortável para algumas pessoas, de que os processos mentais e cognitivos podem estar, não somente distribuídos, mas estendidos, extravasados aos limites do corpo. Esta noção abre alas, por sua vez, para conferir aos objetos, não apenas sua atuação como mediadores do aprendizado/ ensino/ produção do conhecimento, mas como funcionais no sistema, logo, constitutivos do aparato cognitivo.

Somente com a intenção de situar o leitor, vale expor, que de acordo Rowlands (2010) os processos mentais e cognitivos podem ser agrupados da seguinte maneira: a) *embodied mind/ cognition* - o corpo e não somente o cérebro passa a ser incluído como *locus* da cognição e dos processos mentais. Não basta estudar o cérebro para entender a mente; b) *embeeded mind/ cognition* - além do

corpo, para se compreender os processos mentais e cognitivos é preciso levar em consideração o ambiente externo e as interações; c) *enacted mind/ cognition* - envolve não apenas o corpo (as atividades neuronais) e sua interação com o meio, mas, também os objetos, artefatos e os materiais disponíveis nesses processos interativos. De acordo com esta visão, a cognição é sempre ação sobre algo, seu cerne é a ideia de distribuição da cognição; d) *extended mind/ cognition* - os processos mentais estendem-se ao mundo, rompendo as fronteiras do corpo, incluindo como constitutivos da cognição não somente o cérebro, o corpo e a mediação via instrumentos, mas o próprio mundo material como seu integrante funcional.

Sobre essas definições, não cabe aqui esmiuçá-las e demonstrar suas sutis diferenças, apenas me concentrarei em algumas ressalvas, que considero importantes para pensar a cognição estendida advogada por Clark (1997, 1998, 2001, 2010a, 2010b, 2011). A primeira delas, diz respeito ao fato das ideias de *embodied* e *embeeded cognition* trazerem uma certa confusão conceitual, dadas as traduções dos termos para o português serem a mesma (incorporado) para ambos os casos. Deve ser dito, entretanto, que o segundo termo abrange a ideia de que devemos pensar os processos mentais para além do funcionamento da caixa craniana, incluindo o sistema nervoso central que percorre todo o corpo. Não apenas a mente ou o cérebro são importantes, mas também a noção de movimento, de espaço-tempo, de ação corporal etc. É com ele que podemos pensar numa inteligência corporal atrelada aos processos mentais, sendo a ação dos sujeitos no mundo, o primeiro dado a ser levado em consideração quando estudamos sua cognição. Engloba, também, a noção de que ação e percepção são unificados e se retroalimentam. Há, porém, uma diferença importante.

De acordo com Rowlands (2010) a *embodied cognition* deve ser entendida, por outro lado, como um conjunto de teorias e hipóteses que abarcam a materialidade e a corporalidade dos processos cognitivos, rompendo tanto com a noção de que a cognição é sinônimo de estados e processos, exclusivamente, mentais, psicológicos, internos etc., quanto com a própria ideia de que a superfície que a detém possa ser reduzida e encarcerada ao corpo biológico. De acordo com este autor, portanto, há, por assim dizer, uma bipartição teórica que divide o paradigma em teses fracas e fortes. Nestas, os artefatos são incorporados à cognição, moldando o aparato cognitivo. Nas teses fracas há a existência de uma

espécie de marco cognitivo, aos moldes de Adams e Aizawa (2010), cujos artefatos e instrumentos são mediadores da cognição.

A noção de *enacted cognition* aproxima-se da visão de cognição distribuída, pois assume a posição de que, também o mundo material deve ser compreendido como constitutivo e não instrumental nos processos cognitivos. Este é o grande rompimento com a ideia anterior, visto que, a distribuição da cognição extrapola as fronteiras do corpo, reforçando as teses fortes da *embodied cognition*. Numa mesma linha de raciocínio está a *extended cognition*, contudo, ela representa um passo, ainda mais, adiante.

A diferença entre as duas noções é, a meu ver, a concepção de funcionalismo ativo/ estendido, advogado por Clark e Chalmers (1998). De acordo com este ponto de vista, os objetos não são apenas constitutivos e colaboradores do desempenho mental e cognitivo de seus usuários, mas funcionais, podendo ocupar o lugar de alguns processos mentais, como a memória, por exemplo, tal como exemplificado na experiência mental do caderno de notas de Otto.

Procurando romper com a premissa de um sujeito desengajado e um ser abstrato, valorizando o corpo, a vida concreta e material e o ambiente interativo, incluindo a centralidade tanto do uso (instrumentos como mediadores), quanto dos próprios artefatos tecnológicos como constitutivos tanto do processo (cognição distribuída), quanto do aparato (cognição estendida) cognitivo, a cognição deve ser compreendida como um série de eventos sucessivos, sem perder de vista a possibilidade de admitir que nem todos esses eventos encerram-se na pele e/ou no crânio das pessoas.

Os processos cognitivos não só distribuem-se, No caso de Clark, se estendem. No livro, publicado em 1997, *Being There: Putting Brain, Body and World Together Again*, o autor lançava esses pensamentos afirmando que a mente deveria ser compreendida enquanto algo que estivesse distribuído entre os corpos e seus ambientes interativos. Não é equivocado colocar, então, que a teoria sobre o mental que defende, tem como forte referência a cognição distribuída, sobretudo, as contribuições de Hutchins à área.

Dentro deste escopo teórico, os processos cognitivos distribuem-se de três formas: entre as pessoas e suas interações, a partir das trocas linguísticas e simbólicas; através da interação das pessoas com o mundo material, incluindo os

artefatos cognitivos que usamos de diversas formas. É importante não esquecer de considerar a variante temporal dessas reflexões, visto que os processos cognitivos são criados, desenvolvidos e transmitidos através da história. Esta tese representa, de certa forma, uma intensificação do materialismo histórico trazido por Vigotski ao pensar o desenvolvimento humano. De acordo com suas bases teóricas, o homem transforma a natureza através da técnica e das tecnologias que a acompanham e, como consequência, transforma-se à si mesmo.

Considerando sua proximidade conceitual, talvez seja adequado destrinchar algumas diferenças entre a distribuição da cognição e sua extensão. Se pensarmos o exemplo do bloco de notas, devemos nos perguntar se, o fato de Otto anotar suas lembranças no caderno, amplia sua memória a ponto de estendê-la ao mesmo?

De acordo com adeptos da cognição distribuída, certamente não, visto que sua memória biológica não é afetada pelo que está escrito no papel. O que acontece, de acordo com esta visão, é que ao consultar suas anotações, Otto lança mão de um outro arranjo cognitivo funcional, diferente do arranjo que usaria se utilizasse sua memória biológica. O bloco amplia, mas a cognição acontece, ainda na mente de Otto. É uma parceria. Tal como pontuado por Hutchins: “Cognitive artifacts are involved in a process of organizing functional skills into cognitive functional systems” (HUTCHINS, 2000, p.8).

No caso da cognição estendida, o bloco de notas pode e deve ser considerado uma extensão da memória de Otto. Clark (1998, 2010a, 2010b) entende que, justamente, por emergir um novo arranjo funcional cognitivo, as anotações não são uma ampliação do recurso das lembranças de Otto, mas sua própria memória estendida ao caderno. Os artefatos materiais e imateriais (como a linguagem, por exemplo) devem ser considerados tecnologias cognitivas e não, meros mediadores, ampliadores ou colaboradores da cognição.

O que é, então, uma tecnologia cognitiva? O que separa um simples objeto de sua constituição enquanto um artefato cognitivo? Podemos começar pensando que o “cérebro nu”, ou seja, sem recorrer a nenhum tipo de “ajuda” exterior não é tão eficiente quando acopla-se a algum utensílio técnico (CLARK, 2001). O mesmo pressuposto repete-se na noção de “*person plus*” apresentada por Perkins em: *Person-plus: a distributed view of thinking and learning*. Este texto integra

uma interessante coletânea sobre o tema da cognição distribuída editada por Gavriel Salomon em 1993. De acordo com esse autor:

We could take as our unit of analysis not the student without resources in his or her surround - the person solo - but the person plus surround, or person-plus for short, in this case the student plus the notebook. We could say that this person-plus system has learned something, and part of what the system has learned resides in the notebook rather than in the mind of student. (PERKINS, 1993, p.88).

Essas ideias, de certa forma, são um movimento na busca por ultrapassar a visão de que existe um mundo exterior que provê insumos e um mundo interior que os conhece. Clark (2011) vai na mesma direção, no entanto, radicaliza esta concepção, visto que a noção de acoplamento difere-se da noção de *person plus*, no sentido de que esta sugere uma unidade, cujo objeto é parceiro e produz um efeito. No caso de Clark um artefato, de tão acoplado, pode substituir, funcionalmente, um estado mental. Em seu livro *Supersizing the Mind: Embodiment, Action and Cognitive Extension*, coloca que não há dúvida de que os processos mentais são alocados na cabeça, mesmo não havendo nenhuma analogia entre a imagem de um pensamento e sua tradução em circuitaria neuronal, tal como pontuado no capítulo anterior. O mesmo acontece com partes do nosso corpo. Não há hesitação em afirmar que os olhos são fundamentais para a visão, quando enxergamos perfeitamente, entretanto, o mesmo não pode ser afirmado sobre a bengala ser considerada parte constitutiva da percepção de um cego. Por que refutamos tanto e achamos tão estranho a possibilidade de estender, funcionalmente, nosso aparato cognitivo?

As críticas à superação das fronteiras interna e externa da cognição são muitas. Na visão de Menary (2010), que advoga em favor da cognição integrada, os sistemas estendidos e distribuídos, considerados sinônimos por ele, trabalham com a ideia de que os sistemas representativos que estruturam a cognição são bioculturais (*embodied engagements* - a ideia de que o corpo integra-se com o ambiente através de esquemas corporais que, de tão naturalizados, tornam-se inconscientes, como por exemplo, escrever ou dirigir) e, dependentemente, estruturados por coordenação/integração biocausal (há um recíproco acoplamento de sistemas que fazem parte de um circuito maior e que possui influência causal mútua, enquanto estiverem acoplados). É importante em sua teoria, também, a compreensão de que o funcionamento do sistema exige a

estabilidade e a disponibilidade de veículos extra-corporais e sua manipulação (o que defende como *the manipulation thesis*).

A cognição integrada, desse modo, levanta cruciais diferenças com a concepção de cognição defendida por Clark e Chalmers em 1998. Podemos começar pela ideia de que o sistema cognitivo é híbrido e não estendido. Construído a partir da relação e manipulação do corpo com o ambiente, cuja interação molda e transforma as capacidades cognitivas. A diferença é que a primeira abre mão da tese de que existe uma similaridade funcional entre meio externo e meio interno. Há uma integração de veículos externos e internos que, de forma híbrida, constituem o processo cognitivo. Em sua visão, manipular objetos é uma habilidade cognitiva assimilada e naturalizada pelos indivíduos ao longo de sua interação com o meio. Como aponta: We are able to manipulate external vehicles because we have manipulative abilities that are governed by cognitive norms. (MENARY, 2010, pp. 3164 de 5057).

Já Michael Wheeler (2010), ao descrever a tese da cognição estendida, coloca que seus teóricos consideram a combinação acoplada de recursos externos (por exemplo papel e caneta), sua apropriada manipulação (utilizá-los para resolver uma conta) e os processos internos a eles relacionados (atividades neuronais/ cerebrais envolvidas da resolução do problema/ tarefa), como um sistema, cujos diferentes elementos atuam em diferentes locais, fazendo distintas contribuições. Sua marca é afirmar que cada uma dessas contribuições goza de um estatuto completamente cognitivo. Esses sistemas cognitivos independentes atuam no processo como um todo.

De acordo com Rupert (s/d), os sistemas cognitivos estendidos, incluindo a noção de mente estendida, relacionam-se à ideia de que a cognição, ao atrelar-se à concepção de resolução de problemas, não pode ignorar o uso de recursos externos como sua parte constitutiva. Um dos exemplos mais emblemáticos disso é tentar resolver, mentalmente, uma conta de multiplicar que envolva três algoritmos, sem uso de uma caneta. Em sua visão, o que devemos nos perguntar, entretanto, é se o que consideramos como parte constitutiva da cognição é o uso feito pelo indivíduo desses recursos (ação do agente) ou o efeito do objeto na ação do usuário.

De acordo com Andy Clark (2011), o dilema por trás desses questionamentos, sobretudo, o último, vigora em defender a biologia humana

como único lugar da cognição, delegando ao meio papel importante e crucial, mas instrumental, de apoio e alicerce, um “plus”. Ainda persiste, nas críticas feitas aos sistemas estendidos, o desejo de encontrar um núcleo e um coração dos processos cognitivos que se encaixe ao corpo.

Essas hipóteses e teorias são muito interessantes, pois nos levam a pensar, inclusive, uma redefinição do que entendemos por corpo, que acoplado, modifica-se. Também suscita a problematização do que compreendemos por cognitivo e não-cognitivo. Passa a ser difícil desenhar essa fronteira. A pergunta que move a argumentação da mente estendida: onde termina a mente e começa o restante do mundo, também se direciona ao que entendemos por cognição. Onde ela começa e termina? O que constitui uma circuitaria cognitiva? Por que quando ouvimos afirmações sobre processos cognitivos que ocorrem na cabeça não temos a menor dúvida de que são, de fato, cognitivos e o mesmo não acontece com outros materiais? O que torna um artefato cognitivo e outro não? Seria seu uso pelo agente cognitivo? Sua localização espaço-temporal? Ou seus efeitos no programa de ações dos sujeitos? De onde provém esse *status* cognitivo e não-cognitivo de algo? Devemos nos preocupar mesmo com isso?

Essas perguntas não possuem réplicas estanques ou soluções simplificadas. De acordo com a teoria dos sistemas estendidos, essas respostas devem ser formuladas observando-se a relação causal que esses artefatos estabelecem com seus usuários. Obviamente, uma caneta não é cognitiva em si mesma, mas seu uso na resolução de um problema confere a este objeto um *status* de tecnologia cognitiva. Um papel nessa circuitaria, fruto de sua inserção funcional ao aparato cognitivo do sujeito. Vale registrar que essa relação desenvolve-se sob condições espaço-temporais específicas. Por isso um *notebook* fechado, por mais que contenha as informações e possa desempenhar o mesmo papel que a memória de alguém, não possui características cognitivas. Meu neurônio não é cognitivo em si mesmo e nem o meu cérebro. É a função que esses elementos desempenham no circuito que os caracteriza como constitutivos do aparato cognitivo. O mesmo acontece com quaisquer outros tipos de materiais que integram o sistema.

Apesar das críticas que Clark e Chalmers (1998) receberam, a fundamentação teórica que embasa o conceito de mente estendida alia-se aos preceitos que norteiam, tanto a noção decognição distribuída, como de cognição integrada. Todas essas vertentes partem de uma mesma premissa: a visão

de que o corpo e o mundo fazem parte de um sistema integrado e acoplado de cognição e dos processos que a envolvem como algo que não se reduz às atividades neuronais e cerebrais, nem se reduz, materialmente, ao corpo humano. Todas essas visões colocam os artefatos para além de sua função instrumental e mediadora da cognição.

Entender os processos como uma unidade. Uma orquestra. No âmbito da discussão desta tese, essas ideias remetem às lacunas deixadas por Habermas quando caracteriza a esfera pública como espaço discursivo, limitando sua compreensão e reduzindo sua função à mediação de interações reflexivas e verbais. Podemos ampliar esse olhar, tomando a esfera pública virtual como tecnologia cognitiva, ou seja, não um instrumento de mediação, mas constitutiva de um sistema cognitivo que é estendido. Sendo mais um elemento constitutivo de nosso aparato cognitivo, seu acoplamento aos nossos programas de ações envolvem três princípios: (a) de que só é possível aprender interagindo, experimentando e explorando o mundo; (b) que essa interação, experimentação e exploração é mediada por artefatos e tecnologias; (c) que estes objetos e técnicas são constitutivos do aparato cognitivo, determinando contextos e programas de ação.

4.3

Somos todos ciborgues: a esfera pública virtual como tecnologia cognitiva

Em 2003, Andy Clark lançou um livro interessante que tem um título, que para alguns pode soar perturbador: *Natural-Born Cyborgs: Minds, Technologies and the Future of Human Intelligence*. O objetivo do livro é refletir sobre a hipótese de que a compreensão da inteligência humana não deveria se encerrar no entendimento de como os circuitos neuronais funcionam e nem se contentar com o entendimento de como o meio atua como mediador de nossas experiências formativas, mas uma visão unificada disso. Ele propõe que sejam incluídos na compreensão da cognição circuitos não-neuronais, que acoplados aos nossos corpos, transformam nossas habilidades, incidindo, diretamente em nossas capacidades de lidar com situações e solucionar problemas. Seguindo seu raciocínio, os processos cognitivos devem ser apreendidos como distribuídos entre circuitos biológicos e não biológicos. Se tomarmos essa premissa como

ponto de partida, as infinitas tecnologias criadas pelos seres humanos devem fazer parte de seu aparato cognitivo “elevando-se” seu *status* de mediadores à tecnologia cognitiva. Os artefatos, então, passam a compor a sinfonia cognitiva, ao lado de sinapses químicas, elétricas e hormonais. Nas palavras de Clark:

Such technologies, once up and running in the various appliances and institutions that surround us, do far more than merely allow for the external storage and transmission of ideas. They constitute, I want to say, a cascade of ‘mind ware upgrades’: cognitive upheavals in which the effective architecture of the human mind is altered and transformed.” (CLARK, 2003, pos 41 de 2800). (...) Many of our tools are not just external props and aids, but they are deep and integral parts of the problem solving systems we now identify as human intelligence. Such tools are best conceived as proper parts of the computational apparatus that constitutes or minds. (CLARK, 2003, pos 64 de 2800).

Há, então, um sistema de resolução de problemas atuando na produção de comportamento inteligente, cujos objetos e tecnologias são tão funcionais quanto às partes do corpo. É preciso dizer, então, que a descentralização do processo cognitivo é premissa fundamental, assim como a noção de que ao otimizarem e manipularem o ambiente, a partir do uso de tecnologias, os seres humanos não só modificam o mundo para adaptarem-se a ele, mas transformam sua própria natureza. Devido a sua presença, confiável e acoplada aos nossos corpos e rotinas, esses artefatos tecnológicos tornam-se tecnologias cognitivas (CLARK, 2001).

Imagine uma pessoa escrevendo uma tese de doutorado, ou qualquer tipo de produção textual. É consenso que ela precisa recorrer as suas anotações, fichamentos, *sites* de *internet*, livros etc. É impossível um “cérebro nú” produzir quaisquer tipos de materiais textuais. Precisamos deles. São imprescindíveis. Sejam eles pedaços de papel ou notas armazenadas em *desktops*. É a partir da releitura, da consulta e da rememoração desses itens que podemos fazer com que nossos cérebros as computem e as editem criando textos. Sem contar no próprio ato de escrever, que nos exige a manipulação de objetos, seja um computador ou papel e lápis, para que se concretize. Isso pode parecer óbvio, mas como muitas coisas óbvias passam despercebidas. A autoria do trabalho recai sobre o raciocínio, a reflexão e o intelecto de forma descorporificada. Deixamos, facilmente, de fora esses outros aspectos. Damos importância secundária, por exemplo aos objetos. E quando nos lembramos deles, são referidos como acessórios, instrumentos e mediadores, ou seja, atores coadjuvantes.

Assim, os créditos pelo trabalho são dados, ou pela ação incorporada ao meio, ou seja ao resultado do processo de escrita, que por sua vez é fruto da

história e inserção cultural do sujeito; ou ao cérebro e sua capacidade de raciocínio; ou aos dois conjugados, o que acontece normalmente. É raro incluir nesses dois fatores, entretanto, a manipulação do mundo e de estruturas materiais. Sobre essa questão o autor chama atenção, para o fato de que: “Portions of the external world thus often function as a kind of extraneural memory store” (CLARK, 2001, p.141). Sobre o exemplo de escrita de uma produção textual, coloca:

Take, for example, the process of writing an academic paper. (...) Being a good physicalist, you assume that all the credit for the final intellectual product belongs to your brain: the seat of human reason. But you are too generous so far. For what really happened was (perhaps) more like this. The brain supported some rereading of old texts, materials, and notes. While rereading these, it responded by generating a few fragmentary ideas and criticisms. These ideas and criticisms were stored as more marks on paper, in margins, on computer discs, etc. The brain then played a role in reorganizing these data on clean sheets, adding new on-line reactions reactions and ideas. The cycle of reading, responding, and external reorganization is repeated, gain and again. Finally there is a product. But this intellectual product owes a lot of those repeated loops out into the environment. Credit belongs to the embodied, embedded agent in the world. (CLAR, 2001, p.142)

Tomemos como exemplo a relação linguagem-pensamento. De acordo com Clark (1997, 2001, 2005, 2006) a linguagem deve ser compreendida como uma estrutura externa manipulável. Ou seja, assim como manipulamos uma caneta, ou um computador, manipulamos a linguagem. Não há dúvidas de que ela pertença ao “mundo exterior” dos sujeitos. É de comum acordo que não existe uma linguagem privada, interna, própria de alguém. Ela é um grande “acordão”, torna-se paupável, é substancialmente material, pois é algo partilhado e dividido pela experiência, encontrando-se no mundo, disponível ao acesso e à manipulação. Pensamos com/pela/atraves da linguagem e, como tal, ela é uma tecnologia cognitiva. Como veremos no próximo capítulo, o excessivo tratamento hermenêutico dado à linguagem acabou a afastando do mundo material, tornando-a metafísica, uma espécie de substância que serve ao sentido, aos significados, própria do mundo imaterial. Esquecemos que ela emerge da materialidade e que a produção de significados perpassa, obrigatoriamente, o efeito de presença (GUMBRECHT, 2010a). Sentidos e significados são, então, frutos da ação dos

homens e de sua relação com as coisas do mundo e não apenas aquilo que expressamos em palavras, imagens etc⁸¹.

É importante colocar, que em sua discussão sobre o conceito de tecnologia cognitiva, Andy Clark (2001) retoma uma importante ideia acerca da relação entre linguagem pensamento: a capacidade que temos de pensar sobre nossos próprios pensamentos. Esta característica carrega uma capacidade de pensar sobre nós mesmos, incluindo quem somos e a forma como agimos no mundo e isso acontece via linguagem. A ação comunicativa de Habermas é exatamente essa capacidade de agir reflexivo. A aprendizagem inerente a atuação na esfera pública é um pensar sobre si mesmo através/com/pela linguagem.

Deve ser dito, entretanto, que diferentemente de Habermas, a linguagem, para Clark (2005), vai além da expressão de ideias, ela deve ser considerada um aspecto material da cognição. Ele a considera, mais especificamente um super-nicho cognitivo, pois é a base para a construção de outros nichos cognitivos (espaços de aprendizagem criados pelos sujeitos em interação com o meio), comportando-se como a base de nossa capacidade de manipulação da realidade. É válido frisar, entretanto, que a linguagem é caracterizada, desta forma, não porque dá significado ao mundo, somente, mas porque tal tarefa só é possível porque ela se constitui enquanto uma estrutura externa, não-biológica, portanto, um andaime cognitivo.

The first is that it is fruitful to think about language as a cognition- transforming animal-built structure. The second is that language transforms cognition by acting as a quasi-sensory source of structuring and stabilizing input (rather than as a code apt for translation into some content-matching inner format). (CLARK, 2005, p.265-266)

A partir desta citação podemos compreender a linguagem como um aspecto não-biológico central na constituição dos nossos pensamentos e cognição, entretanto, a linguagem também pode ser compreendida biologicamente. Seu uso ao longo do processo evolutivo humano foi tamanho que nosso cérebro

⁸¹De acordo com Silva (2007), para os externalistas como Putnam, por exemplo, é equivocado assumir que os significados estão na cabeça. Nossos pensamentos são criados, logo causados pelo mundo exterior. Os estados mentais não existiriam, portanto, sem esse mundo exterior. Não seria possível, deste modo, desenvolver pensamentos privados se não estivéssemos em constante e estreita relação com o mundo material, lugar da experiência. De acordo com as teses defendidas por este autor, modificações no meio transformam os conteúdos mentais, modificando nossos pensamentos. O mundo age sobre nós. Há, desse modo, uma cadeia causal entre mente e mundo que deve ser considerada quando refletimos sobre o conteúdo dos pensamentos e estados mentais. Só pensamos sobre algo quando estamos inseridos em alguma relação causal com este algo.

desenvolveu, em milhares de anos, áreas específicas cujos circuitos relacionados à linguagem podem ser situados e localizados por exames de neuroimagem. Como colocam Ramon e Guerra: “A linguagem verbal é uma das características da espécie humana e sua evolução, tão remota, deixou marcas em nosso cérebro, onde podemos encontrar circuitos especializados no processamento da linguagem”. (RAMON & GUERRA, 2014, pos 1335 de 2195).

Estes autores estão se referindo, especificamente, as chamadas áreas de Broca, localizada no lobo frontal do hemisfério esquerdo, que atua na expressão da linguagem. Pessoas que possuem esta área lesionada, embora possam compreender o que lhes é dito, comunicam-se com dificuldade, apenas expressando monossílabos e palavras isoladas; e área de Wernicke, localizada na junção entre os lobos temporal e parietal também do lado esquerdo, relacionada com a compreensão da linguagem. Indivíduos que lesionam esta porção cerebral, apesar de poderem falar, fluentemente, não compreendem o que lhes é dito, afetando, desta forma, o sentido do que dizem.

De acordo com estes autores, estas partes do cartel cerebral são desenvolvidas a partir de informações genéticas, que a partir do processo evolutivo humano passaram a compor a anatomia da fala. Ou seja, não é necessário ensinar uma pessoa a falar. Por mais que façamos isso com os bebês, eles aprendem a falar ouvindo e não imitando aquilo que os ensinamos. É um processo naturalizado e incorporado, biologicamente, pela espécie como consequência do acoplamento da linguagem verbal no cotidiano.

É importante ressaltar, antes que causem ao leitor uma impressão equivocada, que a capacidade de fala não deve ser considerada um “marco cognitivo” aos moldes das críticas de Adams e Aizawa (2010). Por mais que seu processo de aquisição possa ser entendido enquanto algo natural e “passivo”, ela não pode ser encarada como possuindo conteúdo intrínseco. Assim como a linguagem escrita, por exemplo, ela precisa de um exercício “ativo” para que os circuitos à ela relacionados possam ser ativados. Ambas as ações: escrita e fala são processos cognitivos ativos e a aparente passividade da fala não deve escamotear a íntima relação do organismo com o meio, peça chave para que ela aconteça. O desenvolvimento de linguagem pressupõe, então, uma íntima integração, um profundo acoplamento, uma imbricada relação interativa entre o

indivíduo e o ambiente que ele circula. O cérebro modifica-se, portanto, dadas às suas possibilidades de adequação, adaptação e interação com o meio⁸².

Neste sentido, podemos partir do pressuposto de que a linguagem, seja falada, escrita, imagética etc. é integrante de processos cognitivos acoplados. É, portanto, uma tecnologia cognitiva, pois, une a manipulação do meio externo (ela é, também, um andaime cognitivo) às estruturas e circuitarias neuronais indo do visual e o fonológico ao aparato sensório-motor⁸³.

Defendo que a mesma lógica vale para a esfera pública. Ela também é um andaime externo que deve ser considerado constitutivo do aparato cognitivo. E, se tomarmos como foco a atualidade, cuja interação homem-máquina adquiriu relevância central, a esfera pública virtual pode emergir enquanto tecnologia cognitiva de extrema importância na formação política atual. No último capítulo retomaremos essa discussão chamando atenção para o fato de que a formação política tem na linguagem um de seus principais alicerces, no entanto, precisamos reconsiderar a posição central dos objetos e materiais que a compõem, resgatando a importância do efeito de presença em nossos processos formativos. Certamente, os efeitos de sentido da linguagem verbal são o cerne de nossas tomadas de posição e construção de nossas opiniões, sendo peça chave naquilo que comumente chamamos de consciência política; mas não podemos desconsiderar os efeitos da materialidade dos objetos e artefatos que usamos como mediadores dessa produção discursiva. Como venho defendendo, eles não são meros acessórios e devem ser incluídos como constitutivos do aparato cognitivo. Vale

⁸²É de amplo conhecimento histórias sobre crianças selvagens ou isoladas, que não puderam desenvolver, tanto linguagem quanto comportamento humano, por terem sido abandonadas a própria sorte. Um dos exemplos mais conhecidos pode ser encontrado no filme: *O enigma de Kaspar Hauser* (1974), dirigido por Werner Herzog. Vale dizer, no entanto, que em 2014 o médico Jan Bondeson, lançou o livro: *Os grandes impostores: As Verdadeiras Histórias por trás de famosos mistérios históricos*, que tem como objetivo “desmascarar” uma série de enigmas de identidade que ficaram reconhecidas como histórias reais. Uma delas é a de Kaspar Hauser. O médico afirma que provavelmente sua história tenha sido inventada por ele como forma de chamar atenção do público e ganhar dinheiro, visto que hoje, é sabido que se tivesse sido alimentado apenas por pão e água e vivido isolado toda a sua vida em uma masmorra, dificilmente o jovem teria sido reintroduzido socialmente com o sucesso que o fora. Alimentado desta maneira jamais teria conseguido se desenvolver física e cognitivamente como acontecera. Todavia, outros exemplos, como o da Ucrâniana Oxana, encontrada em 1991 vivendo com cães, após ser negligenciada por pais alcoólatras pode ser visualizado pelo site youtube.

⁸³ Vale adiantar que este tema será retomado ao final da tese, pois a linguagem deve ser considerada para além de sua constituição enquanto tecnologia cognitiva. Se a linguagem pode ser tomada como uma extensão de nossos pensamentos, ela deve ser encarada como um super nicho cognitivo, pois, serve de base para a produção de nossos próprios pensamentos. A linguagem não é, apenas, um produto mental, ela o constitui.

colocar, deste modo, que, para efeitos desta tese, a formação política não é sinônimo de consciência política, apesar de compor o conjunto de nossas experiências políticas formativas.

Quando pensamos a interface a tecnologia e os sistemas cognitivos, Clark (2003) chama atenção para duas palavras-chaves: fluidez e transformação. É o uso rotineiro das tecnologias e sua inserção na vida cotidiana, a transformando, que nos tornam seres simbióticos. Nos fundimos à elas, nos acoplamos à elas, nos integramos à elas e, dessa maneira, produzimos crenças, visões de mundo, conhecimento e nos formamos politicamente.

Todavia, não somos ciborgues, tais como esses seres figuram os filmes de ficção científica⁸⁴. Um dos pontos mais interessantes da analogia, proposta pelo autor, é pensar que as tecnologias compõem, naturalmente, a nossa constituição enquanto seres humanos funcionando, pois são extensões de nossos corpos e mentes. Diferentemente dos ciborgues, contudo, elas não precisam se misturar à carne. Essa simbiose não rompe, obrigatoriamente, a barreira corporal para se acoplar ao sistema nervoso humano. A via é outra, é o sistema cognitivo que “sai” do corpo e interage com o mundo, construindo um sistema cognitivo estendido. A simbiose não precisa, portanto, de implantes, cirurgias ou criação de robôs que possuem fios como neurônios para acontecer. Somos diferentes, portanto, do nosso imaginário sobre os ciborgues. Quando Clark chama atenção para o fato de que somos “*natural-born cyborgs*”, isso significa assumir que seres humanos são ciborgues não por que seus corpos são preenchidos de circuitos elétricos ou quaisquer outras tecnologias, mas porque vivemos em simbiose com essas tecnologias e isso faz parte de nossa condição humana.

Simbiose é uma relação, mutuamente vantajosa, na qual dois ou mais organismos interagem para obter vantagens adaptativas. Alguns exemplos são, amplamente, conhecidos na biologia: os fungos e as árvores; protozoários, moluscos, certos *cnidários* e algas; indo até as mitocôndrias e nossas células⁸⁵. O

⁸⁴First, we care about the potential of technology to become integrated so deeply and fluidly with our existing biological capacities and characteristics that we feel no boundary between ourselves and nonbiological elements. Second, we care about the potential of such human-machine symbiosis to transform (for better or for worse) our lives, projects, and capacities. (CLARK, 2003, pos 252 de 2800).

⁸⁵ Acredita-se que as mitocôndrias eram organismos que viviam isolados, no exterior das células dos mamíferos. Acabaram sendo incorporados, criando uma relação simbiótica entre eles. Hoje, a

que Clark propõe é um entendimento semelhante ao conceito de simbiose para pensar a relação da tecnologia com o sistema cognitivo humano.

What the human brain is best at is learning to be a team player in a problem-solving field populated by an incredible variety of nonbiological props, scaffoldings, instruments, and resources. (...) What blinds us to our own increasingly cyborg nature is an ancient western prejudice - the tendency to think of the mind as so deeply special as to be distinct from the rest of the natural order. (CLARK, 2003, pos 288 de 2800).

O telefone celular, por exemplo, é colocado como um marco crucial na transição do que o autor chama de primeira onda da condição *natural-born cyborgs* (dominada pela mídia digital, papel, caneta, diagramas etc.) para a segunda onda (marcada por uma união biotecnológica mais dinâmica e personalizada, graças a possibilidade de interação *online*). O artefato é, então, um dos exemplos mais marcantes de como a simbiose homem-máquina, hoje, é marcada pelo uso de objetos que, não apenas ampliam nossa capacidade comunicativa e interativa, mas que chega ao ápice de estender nossos corpos e presenças em lugares onde não podemos agir fisicamente.

Uma reflexão é possível. Se pensarmos em termos naturalistas, tal como Andy Clark propõe, o entendimento de nossa cognição relaciona-se à adaptação ao meio, que nos dias atuais, requer o uso cada vez mais acoplado dessas tecnologias. Vivemos em ambientes interativos, bombardeados com a ideia de sociedade da informação, levados ao consumo de artefatos que nos mantém conectados. A resposta da mente e do cérebro a essas “necessidades” é a constante integração e extensão de nossos corpos à esses objetos. Podemos trabalhar com a ideia de que esse acoplamento é, em suma, parte do processo adaptativo atual. Chegamos ao ponto deles exercerem a função, inclusive, de outras pessoas na interação. Os *smartphones* são, antes de mais nada, companhia numa sociedade onde corremos atrás do tempo e onde devemos estar sempre antenados e conectados. A impossibilidade, ou mesmo a ausência de presença não são mais um obstáculo à comunicação e a interação em tempo real.

E esta simbiose é tão intensa, em alguns casos, que algumas tecnologias são chamadas por Andy Clark de tecnologias transparentes (*transparent technologies*). De tão acopladas ao corpo, tornam-se invisíveis em uso. No

mitocôndria é um componente indispensável ao funcionamento celular, sendo responsável por sua respiração.

processo de confecção de uma carta, por exemplo, tanto a mão quanto a caneta tornam-se invisíveis ao ato de escrever. Focamos nossa atenção ao conteúdo do texto e ao pensamento, a ponto de esquecermos que sem esses dois objetos a escrita seria inviável. Para o autor, a cognição é um sistema inteligente de resolução de problemas, onde artefatos, pensamento e ação devem ser considerados como partes constitutivas de todo o processo cognitivo. Vale dizer que, nos dias de hoje, a área da computação tem evoluído no sentido de tornar-se, cada vez mais, uma tecnologia transparente. Nas palavras de Clark:

The ideia, then, is to embody and distribute computation. Instead of focusing on making a richer and richer interface with an even more potent black box on the table, ubiquitous computing aims to make the interfaces multiple, natural, and so simple as to become rapidly invisible to user. The computer is thus drawn into the real world of daily objects and interactions where activities and contributions become part of the unremarked backdrop upon which the biological brain and organism learn to depend. (CLARK, 2003, pos 331 e 338 de 2800)

Isso vai além dos computadores. É nítido quando compramos algum aparelho eletrônico. Os manuais têm-se tornado dispensáveis, sendo, muitas vezes, inexistentes. A ideia é fazer com que o usuário desenvolva, instintivamente, o manuseio do aparelho e que aprenda, a partir de seu uso, a manipulá-lo. A incorporação dessas tecnologias torna-se, então, algo natural, de fácil compreensão e, prontamente, acessível. Obviamente, isso é uma ideia generalizada e que, na prática, encontra diversos contra-exemplos, mas ainda assim é válida. Normalmente, as pessoas com mais idade quando adquirem um *smartphone* procuram, ansiosamente, pelos manuais e ficam decepcionadas quando não os encontram. Já as gerações mais novas sequer lembram, ou mesmo desconhecem sua existência, muitos deles disponíveis para consulta na *internet*.

A incorporação dessas tecnologias e a forma como lidamos com elas em nosso cotidiano tem se transformado ao longo dos anos, modificando tanto a forma como usamos os aparelhos, como a maneira como os compreendemos. É possível afirmar, que a poucos anos atrás, as pessoas tinham medo dos aparelhos eletrônicos. Os manuais de uso eram imensos, detalhados e cheio de descrições intermináveis do produto, criando a impressão de que o usuário tinha em mãos algo muito complexo. Atualmente, essas diretrizes têm diminuído, pois as inovações têm aproveitado saberes acumulados para criar tecnologias “naturalmente” acessíveis, facilitando sua incorporação e acoplamento. A empresa *Apple* destacou-se nesse quesito, vale dizer.

É, justamente, esta transformação nos usos e não, necessariamente, uma modificação dos seres que pode, por exemplo, explicar a origem do termo “nativos digitais”. Não há uma pré-disposição natural dos mais jovens ao uso de tecnologias, como pode carregar, implicitamente, o sentido da expressão. O mundo e as pessoas tornam-se, então, “inteligentes” a medida que acoplam tecnologias e as naturalizam, conforme se transformam em ciborgues. Nesse sentido, o sistema como um todo e, não apenas nós mesmos, deve ser considerado como inteligente.

The more closely the smart world becomes tailored to an individual's specific needs, habits, and preferences, the harder it will become to tell where that person stops and this tailormade, co-evolving smart world begins. (CLARK, 2003, pos 338 de 2800)

Diante da citação, é chegada a hora de problematizar o corpo, sua potencialidade, sua centralidade e sua imprescindibilidade aos processos e aparato cognitivo. Incluir a materialidade nas reflexões sobre a formação política, implica considerar que um corpo associado e em ação e, não apenas um sujeito descorporificado e dotado de agir comunicativo, são itens indispensáveis à formação política atual. Ainda dentro deste escopo, é possível repensar a natureza do corpo e sua interface com as tecnologias, visto que estas funcionam, em grande medida, como mediadoras da presença, permitindo ressignificá-los à luz de sua extensão.

5

Corpos-rede em ação: a esfera pública virtual como variedade de presença

Ao se virtualizar, o corpo se multiplica.

Pierre Lévy

Qual o papel do corpo em nossos processos de comunicação e formação? Qual é a sua importância no aparato cognitivo e na percepção? Qual a sua relação com a formação de nossos juízos, consciência? Como faz-se presente na construção dos pensamentos? E em nossas ações, qual o peso do corpo em nossas intenções e motivações? E se falarmos de ação política, no que tange, por exemplo, a deliberação na *internet*. Como o corpo, que interage mediado por tecnologias conectadas em rede, deveria ser abordado? Como compreendê-lo, visto que, mesmo ausente, materialmente, é falante e atuante na esfera pública?

Habermas (2006), ao refletir sobre as atuais condições da deliberação, coloca-se como um crítico ferrenho à ideia de que a *internet* abriga maior democratização do espaço público. Como veremos no próximo capítulo, este ceticismo é fruto de sua própria descrença nos meios de comunicação como portadores, promotores e mediadores da democratização do debate público. Partindo da noção de racionalidade comunicativa como elemento central orientador da ação comunicativa, apresenta o diagnóstico de que há patologias da comunicação pública, dentre as quais, destacam-se: (a) a falta de reflexividade (ação comunicativa deficiente, pois não gera deliberação genuína; (b) a ausência de interação face-a-face, o debate franco de ideias fica prejudicado sem a interlocução presencial.

Isso significa insistir na reflexão, já bastante contestada, de que a mediação dos meios de comunicação é uma das principais causas da despolitização do debate público e a *internet*, como não se livra da estrutura de poder em que essa mediação acontece, permanecendo subjugada aos interesses privados, não representa grande avanço em termos da democratização da esfera pública. Antes de debruçar-nos sobre este assunto, porém, é necessário refletir sobre outro tema.

Curiosamente, apesar de sua importância central, o corpo em ação nos espaços públicos não é uma premissa, ou seja, a atividade corporal intrínseca aos atos de fala, por exemplo, não é tomada como um aspecto constitutivo da linguagem e do pensamento. Como alicerce e não constitutivo, o corpo compõe o que conhecemos como gestual, funcionando como uma espécie de complemento do discurso, contribuindo no entendimento mútuo. As expressões faciais e corporais, apesar de sua caracterização enquanto aspectos centrais da interação, aparecem limitadas à sua condição de atuar enquanto expressão e não constitutivas do pensamento⁸⁶. Diferentemente dessa visão, defendendo que a linguagem possui uma base corporal.

Neste sentido, não podemos excluir a atividade corporal da significação do mundo delegando todo crédito a uma concepção de racionalidade que nos reduz à noção de sujeitos reflexivos e comunicativos. Somos mais do que seres pensantes que refletem e se comunicam. Agimos com o nosso corpo e sua presença no espaço. A discussão sobre o corpo que age na esfera pública é praticamente inexistente das reflexões de Habermas. Escapa ao autor a reflexão de que a comunicação pública é um todo complexo de sentido, cujos conceitos de razão comunicativa e ação comunicativa explicam parte do processo de construção normativa da Democracia. Aspectos relacionados ao sentir e às emoções, incluindo a própria atividade corporal do sujeito não são considerados constitutivos desse conjunto. É necessário, então, construir um novo olhar sobre os espaços públicos, cujo corpo seja considerado central no entendimento da ação e, conseqüentemente, formação na esfera pública.

Conforme vem avançando na leitura, o leitor já deve ter percebido que, de acordo com a minha visão, o corpo é um corpo híbrido. Percebemos com clareza essa condição quando paramos para observar o quanto os artefatos conectados à *internet* assumem, em nossas tarefas diárias, uma posição de acoplamento junto ao nosso corpo. Alguns deles podem ser considerados, facilmente, extensões de

⁸⁶É daí que nasce, vale adiantar, a desconfiança de Habermas com os processos deliberativos da *web* serem tomados como democratização da esfera pública. Em sua opinião, a ausência de interação face-a-face é um empecilho ao debate pública, pois, perde-se, justamente, o gestual e as expressões corporais, importantes nos atos de fala. O que passa ao largo de suas reflexões, no entanto, é que as tecnologias que utilizamos nessas interações, ao mediar nossas presenças, estendendo nossos corpos pra esfera pública virtual, permitem que a interação face-a-face aconteça, mesmo o corpo estando, materialmente, ausente.

nós mesmos. *Smartphones* e *notebooks*, por exemplo, estão sempre acessíveis e perto. Sempre prontos à manipulação e consulta. Constituímos com essas máquinas um sistema estendido de cognição, tornando obrigatória a reflexão, já iniciada, do corpo em sua condição ciborgue.

Outro aspecto interessante, então, é discutir o que significa a presença deste corpo ciborgue em nossas rotinas cognitivas, de formação e aprendizado. Navegando na rede mundial de computadores os corpos falam e atuam, virtualmente, na esfera pública. Não há, desse modo, a necessidade de interação face-a-face (no sentido de um corpo físico presente) porque a mediação tecnológica garante a extensão da presença. Dada à domesticação das novas mídias em nosso cotidiano, o papel do corpo merece um olhar transhabermasiano. O olhar linguístico, submetido ao imperativo de uma racionalidade descorporificada, dado por Habermas à caracterização da esfera pública, desconsidera a centralidade da atividade corporal e sua dimensão cognitiva como constitutivos do pensamento, linguagem e da própria configuração dos espaços públicos.

Justiça deve ser feita. É compreensível que Habermas não tivesse atentado para esta possibilidade. Dentro da própria área da Educação, a centralidade do corpo nos processos cognitivos e de formação aparecem, com evidência, apenas na Educação Infantil. E este protagonismo só é uma realidade, pois, acredita-se que as crianças precisam desenvolver primeiro o seu “lado” sensório-motor para depois dedicarem-se ao seu “lado” racional. Acredito que isso é uma falácia, pois aprendemos com todo o corpo em atividade e isso é válido durante todo o percurso de nossa existência. Aprender brincando e usando o corpo, contudo, é uma máxima que só vale para crianças, realidade que precisa, a meu ver, ser modificada urgentemente. A medida que os alunos vão crescendo e tornando-se mais “intelectualizados” seus corpos vão perdendo, progressivamente, a importância no processo de ensino-aprendizagem. O destaque vai sendo dado ao desenvolvimento de uma ideia de racionalidade, que eleita como central à formação, é apresentada como contraposta e, não, propriamente imbricada à atividade corporal. Sob o imperativo dessa noção de razão desenha-se uma forma

de ensinar e aprender, cujo papel do corpo é considerado secundário⁸⁷. É como se ainda vivêssemos sob o império do dualismo, quando Descartes dividiu os seres humanos em duas substâncias distintas.

Dentro dessa linha de raciocínio, assusta pensar que boa parte de nossa conduta e cultura escolar tem em Kant (1999) uma de suas bases teóricas mais sólidas. Um filósofo do século XVIII! Ao escrever sobre a Pedagogia, disse que uma das primeiras funções da educação é domar o corpo, pois, o caminho para dominar melhor a razão é aprender a controlar certos impulsos físicos. O corpo, dentro deste paradigma, não é considerado parte constitutiva do intelecto. Pelo contrário, seus movimentos atrapalham e desviam a concentração, prejudicando a capacidade de auto centrar-se. Por esse motivo, os estudos devem ser individuais e silenciosos. Um ambiente mudo é o que precisamos para escutar a “voz da razão”, pois é ela quem revela o conhecimento verdadeiro, que vale dizer, é alcançado subjetivamente.

Busco criticar, justamente, esses pressupostos que permitem a construção das ideias de que a razão é uma substância intelectual e a cognição reduzida ao processamento interno. Mas, é difícil desconstruir o dualismo porque ele nos acompanha no senso comum. Comportamentos inteligentes são atrelados, facilmente, às decisões racionais. Em oposição à elas, entretanto, encaixam-se os comportamentos emocionais, considerados imaturos e irresponsáveis. Não compartilho da crença de que pensamos com a cabeça e sentimos com o coração, assim como não aceito a ideia de que o corpo é um mero instrumento da mente. Corpo e mente são dependentes um do outro, imbricados, constituindo-se concomitantemente, por isso, devemos reconsiderar toda a naturalização envolvida na descorporificação da “razão”.

Vale dizer, ainda, que esta herança dita pressupostos que não embasam somente reflexões filosóficas. Elas são partilhadas, comumente, entre neurocientistas. Francis Crick afirma que sentimentos como tristeza e alegria,

⁸⁷Procurando situar o poder disciplinar como categoria central ao entendimento do funcionamento de instituições totais, como a escola, presídios e manicômios, Foucault (1999) coloca que, à época do advento e consolidação das sociedades modernas, tornou-se necessário introjetar nos indivíduos certos comportamentos tidos como necessários aos novos tempos. Nesse projeto de sociedade, cada vez mais disciplinada e funcional, as instituições escolares cumpririam a importante função de formar indivíduos aptos à nova lógica da produção e da organização social que estava sendo desenhada. À educação caberia a tarefa da disciplinarização de mentes e corpos aptos a atuarem de forma funcional, utilitária e controlada.

assim como nossa identidade pessoal e livre arbítrio são, nada mais, do que um conjunto de células e moléculas nervosas associadas. Esta definição, de acordo com Bannell *et.al* (2016), chama atenção para o fato de que o dualismo cartesiano ainda permanece bastante forte nas ciências cognitivas, pois, ambas “apresentam uma ‘coisa’ interna que pensa, sente e decide. A diferença é que, para Descartes, essa ‘coisa’ seria um *res cogitans*, um espírito pensante (...) enquanto para Crick a ‘coisa’ interna é o nosso cérebro”. (BANNELL *et.al*, 2016, p. 18).

Como vimos nos capítulos anteriores, buscando criticar e ultrapassar este dualismo, Andy Clark apresentou uma teoria que permite pensar o processo cognitivo como não confinado ao corpo, não reduzido ao interior do sujeito, nem fechado no seu mecanismo biológico de funcionamento, a partir da ideia de extensão da mente e da cognição. Como já colocado, de acordo com sua visão, devemos pensar a cognição como um sistema estendido que envolve, mutuamente, mente, mundo e corpo. Não há, de acordo com suas ideias, uma caixa craniana responsável pela cognição, visto que esta é um sistema e não uma atividade que ocorre em um determinado lugar. Contudo, algo ocorreu nos últimos trabalhos do autor.

Buscando provar que é possível unificar sob um mesmo prisma teórico ação, percepção e mundo real, Clark (2013) centralizou suas reflexões no funcionamento cerebral. Ele passou a defender a ideia de que nossas ações são orientadas por processamento preditivo e que o cérebro deve ser compreendido como uma máquina de predição - *predictive machine*. A predição é apresentada como um tipo de estratégia cerebral que serve para orientar e motivar nossas ações, a partir da criação de modelos probabilísticos generativos. De acordo com sua argumentação, todas as nossas ações, incluindo, emoções e construção de juízos, por exemplo, podem ser compreendidos sob à luz deste modelo. A base corporal da cognição aparece, nessas reflexões, reduzida ao seu funcionamento biológico. O corpo aparece, teoricamente, fragmentado.

Essa guinada rendeu diversos debates no meio acadêmico, conforme veremos a seguir. Acredito que o excesso de materialismo contido na apresentação e escolha do modelo [*PP model*] despertou boa parte de suas críticas. Pessoalmente, apesar de levar em consideração a atividade corporal, acredito que Andy Clark o tenha feito de forma descuidada. De acordo com a minha leitura, o corpo ao aparecer fragmentado em uma espécie de divisão entre o

cérebro e o restante dele, leva o autor a cair em uma armadilha dualista, pois o modelo acaba reforçando a ideia de que nossa percepção é guiada por um centro de comando interior que funciona a partir de sua relação com o mundo que é exterior à ele.

Com a escolha deste modelo Andy Clark acaba cavando um grande lacuna em seu próprio arquétipo conceitual, que neste capítulo, tento preencher com as reflexões de Alva Nöe (2004, 2009, 2012). Sua escolha justifica-se porque ele insiste na importância das ideias de extensão como forma de ultrapassar a fronteira exterior e interior que, ainda, aprisiona nosso olhar ao dualismo. Este autor coloca, por exemplo, que é importante compreender processos como a percepção, incluindo a construção de nossa consciência, como ligados não à esfera interior que sente e percebe, mas como experiência corporal. A percepção afasta-se, então, da noção de sensação, ou seja, não é algo internamente processado, mas uma atividade, algo que fazemos. Somos mais do que nossos cérebros, afinal, “sabemos lidar com muitas situações não porque processamos e calculamos informações, mas porque sentimos o que precisa ser feito” (BANNELL, 2017, p.30).

5.1

Um corpo fragmentado: o cérebro preditivo de Clark

*No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.
Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.
Carlos Drummond de Andrade*

Cérebros preditivos podem ser mais propensos à deliberação, pois tendemos a desacelerar nossas tomadas de decisão depois de dar alguns passos em falso. Os pesquisadores do centro de Ciência Neuronal da Universidade de Nova York, Braden Purcell&Roозbeh Kiani (2016) concluíram, após pesquisa que buscou compreender como o cérebro reage aos erros, que o receio ao tomar uma nova decisão é resultado de uma série de mecanismos neuronais generativos. Durante a execução da tarefa - jogar um jogo semelhante ao Tetris - o cérebro dos

pesquisados (homens e macacos) era monitorado. Na pesquisa, a atenção especial era dada ao córtex parietal, região cerebral envolvida tanto no processamento quanto acúmulo de informações. Esta área, vale dizer, é também responsável pela identificação das sensações corporais, orientação espacial e esquema corporal.

Entre os pesquisados, o monitoramento acusou que o córtex parietal é uma área bastante ativada na hora de tomar decisões e que após sucessivos equívocos, conforme o jogo avança mais difícil torna-se, elevando-se o número de erros, exigia-se, ainda mais, da região no exercício seguinte. Os resultados sugerem que pode haver uma intrínseca relação neuronal/ cerebral entre os processos de tomada de decisão, o armazenamento de informações e as atividades sensório-motoras. Indo de encontro ao dualismo, o estudo mostrou que a tomada de decisão envolve todo o corpo.

Não é essa a orientação que encontramos, por exemplo, nas reflexões de Habermas. Para ele, o corpo não compõe a racionalidade, cujo arquétipo deve ser vinculado, sobretudo, à capacidade argumentativa e reflexiva dos sujeitos em interação. Há, portanto, uma redução da ideia de razão à noção de linguagem em comunicação. Dentro da perspectiva do agir comunicativo caímos, então, em uma nova prisão. Apesar de nos libertamos da definição de razão como morada do conhecimento e verdade, tal como postulado pela filosofia moderna ocidental, a ideia de racionalidade continua descorporificada. Embora, a noção de Razão Comunicativa possa substituir a centralidade da consciência do sujeito [racionalidade subjetiva] pela da linguagem [racionalidade intersubjetiva], permanece uma clara divisão entre corpo e razão (mente). Separada do corpo, sob à égide de que a verdade não é algo revelado, mas, sobretudo construído via interação, argumentação e comunicação (DUTRA, 2005)⁸⁸, a “racionalidade” é enunciada, por Habermas, como sinônimo de reflexão e pensamento. Há uma espécie de força motivadora nos processos linguísticos que é apresentada como

⁸⁸ O interesse de Habermas, ao construir uma teoria da ação comunicativa, entretanto, não residiu tanto na compreensão do conteúdo e dos significados das diversas proposições que constituem uma conversa, mas em sua forma procedimental. Por esta razão, ao invés de prosseguir em suas reflexões, ancorado pela hermenêutica filosófica, segue na direção da pragmática formal, aproximando-se mais da filosofia analítica (BANNELL, 2005). Esta escolha o levou a analisar o núcleo universal, compartilhado entre todas as linguagens, acreditando ser possível compreender os aspectos universais da pragmática da linguagem (usos, gestos, contextos, para além dos significados das proposições) a partir da análise formal de sua estrutura interna.

“racional” e é ela quem nos conduz ao entendimento, à pragmática da comunicação etc.

Dentro de suas argumentações e reflexões, todo processo interativo é descrito sem levar em consideração o corpo. Eu falo algo buscando o entendimento e, para isso, eu preciso estar inserido em uma comunidade de interlocutores que assumam, comigo, um “compromisso racional” de desenvolver uma sequência de interação⁸⁹. As frases devem fazer sentido, devo saber como encadeá-las, como interpretar determinado gesto, ironia etc. A ação comunicativa estabelece, obrigatoriamente, uma relação reflexiva com o mundo e essa relação tem na separação “razão” e corpo um forte ingrediente. Essa é uma receita que não contempla todos os paladares, no entanto.

A busca por um modelo universal coloca Habermas no *hall* dos autores que operam sob o imperativo da Modernidade. Da categorização e normatização do mundo, a partir de regras gerais, um imperativo forte deste *framework*, emerge um problema: a linguagem, assim como a “razão”, totalmente desvinculadas do corpo, são tratadas como parte imaterial de nossa existência. Na lógica do autor, o sujeito age orientado ao entendimento e, orientado ao entendimento, o sujeito usa o corpo para expressar-se. Ele não participa, de forma constitutiva, do pensamento e da linguagem, é instrumento deles. Vemos reacender em Habermas as mesmas teses dualistas que defendem a noção de que a “razão” é algo apartado da materialidade e que a caracterização do sujeito limita-se à sua capacidade de reflexão. Emerge uma noção de sujeito desprendido de seu corpo.

Centralizando numa visão de “razão” que exclui o corpo dos processos de reflexão, percepção, deliberação, tomada de decisão etc. o autor negligencia uma questão primordial: é um corpo em ação que aprende, delibera e argumenta. Não podemos, dessa forma, reduzir a ação na esfera pública à ação de um sujeito reflexivo que é linguisticamente constituído (agir comunicativo). E não podemos fazê-lo porque todo o corpo participa do processo e, não somente, parte dele.

⁸⁹ O espaço de uma situação de fala, compartilhado, intersubjetivamente, abre-se através das relações interpessoais que nascem no momento em que os participantes tomam posição perante os atos de fala dos outros, assumindo obrigações ilocucionárias. Qualquer encontro que não se limita a contatos de observação mútua, mas que se alimenta da liberdade comunicativa que uns concedem aos outros, movimenta-se num espaço público, constituído através da linguagem. (HABERMAS, 1997, p.92-93).

Por fragmentar o corpo, a pedra dualista, também, cruzou o caminho de Clark. Ao separar, teoricamente, o cérebro do restante do corpo, concebendo-o enquanto uma máquina de predição que orienta o agir, o autor aprofunda sua inclinação ao materialismo. Para alguns essa intensificação soa como uma armadilha dualista, pois ao sugerir que todas as atividades corporais são reguladas por processamento cerebral, ele concorda com a tese de que existe um mundo interior que processa, percebe e compreende e um mundo exterior que fornece insumos. Ao fragmentar o corpo o autor modifica a direção de seu pensamento, cuja mudança de itinerário coloca-se como um obstáculo no caminho argumentativo desta tese, que, obrigatoriamente, me vejo obrigada a desviar, mas, não sem antes, apresentá-la.

5.1.1

Um corpo fragmentado: a pedra no caminho

Um dos principais motivos que levaram Clark (2013) a se interessar pelo *PP model* (*predictive processing model*) é que este parece ser o melhor modelo para pensar a cognição unificando as ideias de percepção, ação e mundo material. O modelo sugere que devemos compreender o cérebro como máquina de memória e predição, a partir da ideia de que o neocórtex é uma área de armazenamento de padrões⁹⁰ oriundos, normalmente, de estímulos sensoriais. Fazem parte desses padrões nossas ações mais comuns, indo da sensação de desfrutar uma deliciosa refeição em um estimado restaurante, à escolha do seu voto. É a partir de padrões⁹¹ que o cérebro pode trabalhar estatisticamente, prevendo acontecimentos e antevendo cenários prováveis de ação. Utilizando-se dessa estratégia o órgão orienta nossas condutas e comportamentos, incluindo, sentimentos, criação de juízos etc.

Para melhor compreender o artifício, pense o seguinte: a grande maioria das pessoas alfabetizadas sabem, de forma naturalizada e incorporada, o alfabeto de A a Z. Agora, se tentar reproduzir esta sequência de forma invertida, verá que é

⁹⁰Repare que ele se refere a padrões que diferenciam-se da noção de dados ou informações, tal como colocado pelo funcionalismo. O cérebro não memoriza dados e sim padrões, que são atuantes, por exemplo na memória quando tentamos reconstruir uma cena vivida. A memória é uma recriação do passado a partir do acesso desses “arquivos” que guardam fragmentos de realidade que auxiliam na reconstrução da lembrança.

⁹¹E não mais insumos, dados e informações.

extremamente difícil. A dificuldade explica-se porque saímos do padrão associativo armazenado, onde se espera que determinada letra apareça após a outra.

Esta ideia pode ser replicada em outros contextos, como, por exemplo, na forma como compreendemos o conceito de rosto. Sabemos que um olho está do lado de outro olho e que embaixo desses olhos há um nariz, que acompanha uma boca. Também aparece em situações simples, como, ao entrar em meu carro e dar a partida espero ouvir o barulho do motor. A tática envolveria até a certeza de que minha filha me esperará sorrindo na saída da escola ao final do dia.

O modelo cai como uma luva se pensarmos nossa vida diária. De acordo com ele, agimos no mundo de acordo com essas expectativas geradas sobre a realidade. O papel do cérebro é orientar e conduzir os comportamentos para que o corpo aja de acordo com suas perspectivas. Isso acontece dentro de uma sequência cíclica de memória-predição-confirmação. Em verdade, estamos o tempo inteiro testando essas previsões ao colocarmos nossa conduta em prática. Se minha filha sair chorando da escola ou se o motor do meu carro não der a partida, meu sentimento é de que algo está fora do lugar e que preciso ajustar. Certamente, perguntarei a professora o que houve na escola e procurarei o mecânico para averiguar o que aconteceu com o carro⁹².

Isso significa que o cérebro aprende com os erros. Adapta-se. A pesquisa de Braden Purcell e Roozbeh Kiani, supracitada, sugere exatamente isso. Cérebros preditivos, ou seja, que funcionam de acordo com a criação e teste de expectativas

⁹² Vamos ir um pouco além. Imagine algum evento que saia totalmente do esperado, como por exemplo, sua tia de 60 anos chegar em casa com um cabelo moicano. Isto será muito contraditório a expectativa e discordante com a memória associativa envolvida na conceituação de quem é a sua tia, que sempre usou um discreto coque. O susto faz com que o cérebro direcione seu comportamento e seu pensamento para averiguar, internamente, o que quebrou essas expectativas. Você, instantaneamente, perguntará: - O que é isso tia? Que cabelo é esse? Isso acontece porque temos nossa atenção direcionada ao novo estímulo que tem, por fim, o objetivo de tomar consciência deste novo fato e corrigi-lo, afinal, mesmo com cabelo diferente, se trata da mesma pessoa. Rapidamente, um novo conceito de tia emerge e o cérebro, tal como uma lente, corrige essas falhas, fazendo-nos enxergar melhor a nova realidade. Apesar do cabelo modificado, sua tia continua sendo sua tia. Isso significa que mesmo que um estímulo mude de milhares de maneiras, nossa representação cortical para ele é a mesma. Isto permite, por exemplo, identificar um objeto como sendo ele mesmo, apesar de parcialmente encoberto por outro em nosso campo de visão ou visto em penumbra. Estas representações tornam-se peças armazenadas no quebra-cabeça da memória, ficando “disponíveis” ao encaixe a partir de fragmentos de estímulos que chegam a cada momento permitindo a predição de novos estímulos que chegarão no futuro próximo, que são provavelmente aqueles que completam o padrão evocado pelo fragmento mais recente. Este mecanismo nos permite explicar, por exemplo, a origem da ilusão de ótica ou o fato de vermos rostos e paisagens em nuvens.

são mais propensos à deliberação, justamente, porque há um retardo na tomada de decisão, dada a uma espécie de consulta aos arquivos cerebrais (presentes na região do córtex parietal). Contudo, a pesquisa também sugere, visto que a região monitorada também abriga nosso domínio sensório-motor, que todo o corpo age na captura dessa “lembrança” arquivada e não somente uma espécie de maquinário envolvido em seu processamento, arquivamento e recuperação.

Voltando ao cérebro preditivo de Clark, é importante dizer, que toda a atividade corporal está envolvida na criação desses modelos generativos, mas, o destaque dado ao processamento preditivo feito pelo cérebro suscita a interpretação de que há uma fragmentação, implícita, do corpo que aparece, claramente, subordinado à estratégia cerebral da geração de modelos. “Thinking, predicting, and doing are all part of the same unfolding of sequences moving down the cortical hierarchy”. (HAWKINS & BLAKESLEE, 2004, p. 158, apud CLARK, 2013, p. 186)

A tentativa de Clark de unir os domínios, ação/ percepção e comportamento, enquanto fruto do funcionamento de um mesmo “centro de comando” pode ser considerada uma louvável tentativa, mas, também um grande equívoco. O cérebro emerge, no topo da hierarquia, como este unificador. Atuando na construção de expectativas (inferências) sobre o real e trabalhando numa lógica (econômica) de previsão, orienta o agir, buscando evitar e/ou corrigir erros.

É importante colocar, sem demora, balizando essas argumentações, que em sua apresentação das funções do neocórtex como centro da ação/ percepção e comportamento, ainda reside, no pensamento do autor, de que a cognição funciona em *looping*, o que em si, não é problemático. Controverso, a meu ver, foi a sua escolha em voltar-se ao cérebro e a sua biologia, a partir da lógica de *inputs* e *outputs* para conseguir dizer-nos que a mente é também corpo. O que ele consegue, na minha opinião, é reafirmar, justamente o contrário, uma espécie de não-lugar de todo o corpo, pois este aparece fragmentado entre um cérebro que orienta e um restante de carne que funciona ao seu comando.

É importante colocar que a revista *Brain & Science* promoveu um interessante debate sobre essas reflexões. Na edição, é possível acessar tanto o artigo em enfoque *Whatever next? Predictive brains, situated agents, and the future of cognitive science*, quanto suas críticas e textos o apoiando. As críticas, de maneira geral, afirmam que ao defender o *PP model*, Andy Clark, que também

assina um artigo resposta, parece concordar com uma espécie de internalismo epistêmico, cujas bases teóricas já haviam sido negadas, por ele, anteriormente. “It would be a shame if the spotlight that Clark helpfully shines on this innovative work in neuroscience were to lead us back there”. (ANDERSON & CHEMERO, 2013, p.205).

Anderson & Chemero argumentam, também, que o maior erro de Clark foi tentar desenvolver uma teoria unificada do funcionamento cerebral. Essa investida é, em si, problemática, visto que as recentes pesquisas têm demonstrado que um órgão complexo como o cérebro funciona a partir de múltiplos princípios. Outro aspecto criticado pelos autores é a aproximação de Clark a um modelo inferencial de percepção, a partir de uma espécie de “neo-neo-Kantian view of the relationship between mind and world” (Idem, p.204). Dentre outras questões, Anderson & Chemero (Op. Cit.) perguntam-se, ainda, se é possível reduzir à complexidade das relações entre a mente, nossa biologia e o mundo, a partir de um olhar meramente “biólogico-lógico-formal”⁹³. Devo confessar que me fiz a mesma pergunta quando li o artigo de Clark, supracitado, pela primeira vez.

Outro exemplo que segue essa linha é a crítica de Sloman (2013) que, também, questiona a proposição de um único *framework* para compreender a cognição enquanto uma espécie de ação orientada por modelo preditivo. Como ele mesmo afirma: “Many things brains and minds do, including constructing interpretations and extending their own meta-cognitive mechanisms, are not concerned merely with predicting and controlling sensory and motor signals”. (SLOMAN, 2013, p.231). Duro com as palavras, mostra-se estarecido e surpreso, pois acredita que as reflexões de Andy Clark são um retrocesso ao pensamento sobre o cérebro e sua complexidade. Seu principal argumento é que o

⁹³Outro contraponto interessante é a feita por Buckingham & Goodale (2013). Eles argumentam que o *PP model*, apesar de bastante eficiente para entender um determinado tipo de função cerebral, não mostra-se suficiente em explicar, por exemplo, as ilusões perceptivas. Estas, foram facilmente demonstradas em pesquisas sobre a ilusão entre o tamanho e o peso, conhecida como SWI, descrita, primeiramente, em 1891 por Augustin Char-Pentier. O SWI ocorre quando são colocados lado-a-lado objetos similares com tamanhos diferentes, mas ajustados para terem pesos iguais. A impressão dos pesquisados é de que o menor objeto é mais pesado do que o maior. O mecanismo pelo qual isso acontece, dizem Buckingham & Goodale (apud CLARK, 2013) é que o julgamento perceptivo e o sistema sensorio-motor possuem funções distintas. Na minha visão, esse exemplo reafirma o quanto é problemática a tentativa de estabelecer uma relação causal direta entre percepção e ação, levando em consideração apenas uma função cerebral, a da predição de erros. Há quem diga que isso pode acontecer por um erro de predição, visto que nossas experiências tendem a acreditar que objetos menores são mais leves, portanto fazemos menos força ao tentar levá-los. A predição cerebral, neste caso, leva ao erro.

funcionamento cerebral não pode ser compreendido pela lente de um único modelo. Acredita que o funcionamento cerebral é uma orquestra regida por diversos maestros, por múltiplos princípios.

Clark também foi atacado por outros caminhos. De acordo com Shea (2013), o reducionismo que acompanha a ideia de um cérebro preditivo reside em compreender a relação entre os sujeitos e o mundo, unicamente, pelo viés da percepção. No sentido de que o que eu percebo, modifica a forma como ajo no mundo, que por sua vez, modifica o que percebo. Tudo gira em torno da percepção que acaba assumindo a faceta de um mecanismo interno de representação, processamento e predição. De acordo com a minha leitura desta crítica, a tentativa de compreender sob um mesmo guarda-chuva teórico ação, percepção e mundo material, pode ser compreendido como uma arapuca, mesmo que o objetivo tenha sido provar sua constituição mútua, pois o modelo pressupõe um mundo exterior que produza insumos e um interior que construa representações.

Ao refletirem sobre o aprendizado da música, uma das críticas mais interessantes, na minha opinião, é a feita por Schaefer, Overy&Nelson (2013). Os autores chamam atenção para o fato de que o modelo de processamento preditivo pode ser bastante eficiente e interessante, mas não alcança a complexidade do ato de aprender. Esta afirmação é importante, pois na música é bastante evidente a presença da função preditiva do cérebro⁹⁴. De acordo com os autores é inegável que o ensino e a aprendizagem de certo instrumento ou canto dependem, enormemente, da capacidade cerebral de processamento e predição, mas há laços afetivos envolvidos na aprendizagem e execução de uma música que não estão relacionadas, apenas, à incorporação de uma determinada lógica-formal de construção e disposição de notas. Sem contar que os instrumentos musicais quando já incorporados comportam-se como uma extensão do corpo do músico, evidenciando a base corporal e sensitiva desse tipo de aprendizagem.

⁹⁴ Silvio Santos é conhecido como um grande ícone da comunicação de massa no Brasil. Sua família possui a concessão de um canal de televisão, onde ele ficou famoso por apresentar, durante décadas, uma bateria de programas dominicais. Um deles, chamado “Qual é a Música?” trazia astros da TV em uma disputa por seu conhecimento e dotes musicais. Numa das brincadeiras mais conhecidas e que batizava o programa, os convidados tinham que acertar a música, ouvindo poucas notas. A capacidade de prever a próxima nota e acertar a música, ou seja, a capacidade de visualizá-la por completo tendo acesso, sensorialmente, a apenas parte dela, relaciona-se a função preditiva do cérebro.

O que diferencia uma forma individual de tocar uma melodia? O que está por trás de um talento musical? Ou mesmo, como explicar as diferentes recepções musicais que estão relacionadas muito mais com a estética de uma cultura e sua intercomunicação afetiva do que, propriamente, ao que chega aos ouvidos enquanto uma canção. Afinal, é preciso prever a próxima nota para se deixar levar por um ritmo? Quando me deparei com a crítica de Schaefer, Overy & Nelson (2013), fiz-me essas perguntas. Questionei-me, especialmente, sobre o papel das emoções na cognição para Clark e porque elas se mostravam como mais um *input* processado, pelo cérebro, transformado em comportamento. Seria somente isso? Se fosse assim, por que não somos capazes de lembrar de todas as músicas que conhecemos quando ouvimos sua primeira nota tocar? Por que algumas melodias nos tocam sensorialmente e outras não?

É importante colocar que a ideia do cérebro como máquina de processamento e predição conquistou simpatizantes. Apoiando e contribuindo com as reflexões de Clark, dois artigos chamam atenção: *Expecting ourselves to expect: The Bayesian brain as a projector*; e *Extending predictive processing to the body: Emotion as interoceptive inference*. As reflexões deste último sugerem que as emoções são nada mais do que estados mentais provenientes de uma “interoceptive inference”(SETH & CRITCHLEY, 2013), ou seja, uma espécie de inferência perceptiva que nasce da interação do mundo com um sentimento de si.⁹⁵ Há uma lógica-formal operando sobre as emoções e os sentimentos, que de acordo com Seth & Critchley (2013):

By analogy with corresponding models of visual perception, predictive interoception involves hierarchically cascading top-down interoceptive predictions that counterflow with bottom-up interoceptive prediction errors. Subjective feeling states are then determined by the integrated content of these predictive representations across multiple levels (...). In other words, the model argues that emotional content is determined by a suite of hierarchically organized generative models that predict interoceptive responses to both external stimuli and the internal signals controlling bodily physiology. (...) In summary, subjective emotions and even conscious presence may be usefully conceptualized in terms of interoceptive predictive coding”. (SETH & CRITCHLEY, 2013, p.228)

⁹⁵ Vale lembrar, novamente, Damasio (1999), que acredita que o que chamamos de consciência só é possível a partir do desenvolvimento de um sentimento de si, relacionado ao nosso cérebro mais primitivo. De acordo com sua perspectiva, as emoções atuam, igualmente, na produção de sentimentos e seus estados mentais correspondentes. Desse modo, o cérebro não se comunica somente com o mundo externo, mas também com o corpo biológico, o nosso interior.

Já Daniel Dennett (2013), não apenas apóia o uso do modelo como sugere, enquanto complemento às ideias de Clark, a reflexão de que o cérebro não processa e prevê, somente, mas faz projeções a serem testadas, também. O fio condutor da reflexão gira em torno das expectativas que criamos sobre nossas expectativas. Defende que apenas uma máquina operando de acordo com a lógica do modelo é capaz de criar esse tipo de pensamento: a criação de projeções sobre si mesmo.

Este autor propõe o seguinte experimento mental: imagine a fofura de um bebê. Obviamente, ser fofa não é uma característica intrínseca do bebê. Sentimos essa fofice, explica, porque temos este tipo de emoção disponível e acessível enquanto modelo generativo de sensações. Nosso cérebro trabalha com a expectativa, já criada, de que ao avistar um bebê o sentimento (fofura) deve vir à tona. É a sensação que acaba por confirmar ou não (caso você a sinta ou não) as predições do cérebro, tornando a projeção algo real. Essa possibilidade envolve, de certa maneira, a ideia de que há uma construção conceitual de nossas sensações regidas pelo princípio de colocar o mundo em foco e em teste. Após a expectativa tornar-se real gera-se um novo modelo sensitivo e conceitual, à disposição.

Com relação às respostas, Clark defende-se, de maneira geral, alegando que o modelo de processamento preditivo não é uma forma reduzida de compreender o funcionamento cerebral e, muito menos, entender o mental pela via da representação. Ele coloca que o modelo é uma estratégia que utiliza a geração de modelos que atuam diretamente no sistema sensorio-motor, mas, não somente nele. Isso significa que a tática não deve ser tomada como o processo. Sobre isso é categórico:

Fortunately, there are no deep conflicts here. PP aims only to describe a core cortical processing strategy: a strategy that can deliver probabilistic generative models apt both for basic sensorimotor control and for more advanced tasks. The same core strategy can drive the development of generative models that track structure within highly abstract domains, and assertions concerning such domains can indeed resist simple perceptual correction. (CLARK, 2013, p.243)

Deve ser dito que o autor não parece dar muita importância a essas críticas. Ao longo de seu artigo concentra-se em responder as indagações e discordâncias mais específicas e, diretamente, relacionadas à apresentação e exposição do modelo. Ele está, visivelmente, mais interessado em réplicas sugestivas e que buscam aprimorar suas ideias de cérebro como máquina preditiva do que debater

sua escolha do modelo. Acredito que ter sido taxado de reducionista e adepto das teorias da representação soaram como uma ofensa acadêmica. Justo ele, que sempre tentou unificar as coisas, derrubar as fronteiras do dualismo e estender a nossa cognição, desabafa:

I tried to celebrate (...) the full form of a cognitive architecture, envisaging a cooperative project requiring many further insights from evolutionary, situated, embodied, and distributed approaches to understanding mind and adaptive response. Was it then false advertising to offer PP itself as a unifying account? (Idem).

É importante, entretanto, esclarecer e sublinhar, que dentro da argumentação de Clark o modelo de processamento preditivo, apesar de controverso, não deixa de encaixar-se ao pressuposto central de suas reflexões, o sujeito incorporado e corporificado. A ação preditiva orientada tem como enfoque não o cérebro em si, mas em ação, ou seja, para que haja esse modelo deve haver um sujeito que construa, estruture, manipule, transforme e se movimente em seu ambiente, que aja e perceba, concomitantemente. É preciso de um corpo em ação para que o cérebro atue. Cérebro, corpo e mundo em ação e interação é um pressuposto implícito e indiscutível em suas reflexões.

Isso significa dizer que desenhamos, manipulamos e estruturamos nossos espaços de percepção e ação. Somos, ativamente, responsáveis pela construção de nossos ambientes de pensamento e aprendizagem. Utilizando ferramentas, truques e artefatos modificamos o meio em que vivemos transformando nossas condutas e comportamentos. Dessa maneira, somos capazes de induzir a aquisição de modelos generativos que vão além de um simples contato sensorial com o mundo.

Pessoalmente, acredito ser um exagero considerar Andy Clark reducionista e, igualmente, excessivo ver suas ideias situadas no paradigma da representação e do dualismo. Como coloquei, creio que seu erro foi fragmentar o corpo. A apresentação do modelo, feita por ele, sucinta a interpretação de que há uma divisão funcional entre o cérebro, enquanto orientador das ações e o resto do corpo como sua parte instrumental. Neste sentido, só é possível afirmar, creio eu, que a construção de comportamentos inteligentes não aparece de forma tão descentralizada como em outros trabalhos do autor.

Acredito ser necessário reafirmar que sua aproximação com as teorias da representação não é uma novidade, visto que elas são uma importante base argumentativa da noção de funcionalismo ativo, cerne das ideias de extensão. É

importante colocar que, tanto em 1997, quando lança *Being There: Putting Brain, Body and World Together Again*, quanto no artigo *Doing without representing* publicado, anteriormente, em 1994, fica clara uma postura mais ambígua, por parte de Andy Clark, com relação ao paradigma da representação.

De acordo com ele, teorias mais radicais da cognição incorporada e corporificada, ao rejeitarem as noções de decodificação e representação, em favor de uma teoria dos sistemas dinâmicos (cf. CLARK, 1997, pos 1726 de 3277) apostam em um caminho contraprodutivo, pois acabam incitando a competição ao invés de buscarem uma cooperação e um entendimento global do funcionamento de nosso aparato cognitivo⁹⁶. Ele toma, neste sentido, uma posição conciliadora dos dois extremos, pois acredita que as teorias de representação e decodificação são limitadas, mas não descartáveis⁹⁷. Observe o seguinte trecho:

The image of cognition as the generation of computational transformation of internal representations is (it is said) a throwback to the idea of the brain as, in essence, the seat of a fundamentally *disembodied* kind of intelligence. It is a throwback because representations, thus conceived, are supposed to occur in a kind of inner symbolic arena. But real embodied intelligence, we have seen, is fundamentally a means of *engaging* with the world - of using active strategies that leave much of the information out in the world, and cannily using iterated, real-time sequences of body-world interactions to solve problems in a robust and flexible way (CLARK, 1997, pos 1120-1127 de 3277).

Justiça deve ser feita. O máximo que podemos considerar é que existe uma pedra no caminho de Clark. A escolha do modelo pode ser considerada um deslize e não, propriamente, uma contradição que o aprisiona em um dualismo reducionista. Esse desvio não o deixa sem saída. Acredito que a maior prisão de Andy Clark seja sua orientação, demasiadamente, materialista. É buscando uma validade científica que recorre e procura suas respostas no cérebro e em seu funcionamento.

Às reflexões desta tese, no entanto, seria mais interessante tentar enxergar além dessa biologia cerebral. Acredito que Alva Nöe (2009) possa dar essa contribuição, visto que o autor ataca, explicitamente, a visão de que somos nossos

⁹⁶Essa argumentação é válida, inclusive, para criticar a ideia de que o cérebro age dentro da estratégia de processamento preditivo, visto que assume a importância de conciliar e unir os paradigmas da representação e dos sistemas dinâmicos.

⁹⁷Acredito ser importante considerar, para efeitos dessa reflexão, que não é absurdo pensar que o paradigma da extensão acaba virando refém das ideias básicas do funcionalismo, pois só é possível conceber, por exemplo, a extensão de nossa memória a um determinado objeto, partindo do princípio de que a memória possui uma função dentro da ação cognitiva de lembrar e que esta pode ser desempenhada por um outro material que não seja o meu cérebro biológico.

cérebros. Seu argumento de que o agir é uma habilidade corporal, que nos é, naturalmente, dada para que tenhamos condições de explorar o mundo, pode funcionar como um novo caminho.

5.1.2

Contornando a pedra: somos mais que nossos cérebros

-Oi filha, tudo bem?

-Tudo, mamãe.

-Porque está com essa cara?

-Uma vontade louca de comer chocolate! Por que isso acontece com a gente hein? Assim, do nada.

De onde vem esse desejo súbito de comer alguma coisa? Certamente, alguns dirão que essa vontade repentina de comer chocolate relaciona-se, por exemplo, ao tipo de nutriente que ele fornece, pois, somos atraídos por fontes de energia que o organismo sente falta. Dando-se conta disso, o cérebro produz a sensação de desejo por algum alimento que supra essa necessidade. Apesar de correta e coerente, essa explicação nos sacia e é capaz de responder, completamente, a questão colocada? Ela nos preenche, tal como um chocolate o faria? Experimente, quando bate essa vontade, substituir o chocolate (que é rico em magnésio) por sementes de abóbora (fonte ainda mais rica desse nutriente). Duvido que o seu desejo passe.

Ter vontade de comer algo é uma ação consciente. Posso não ter controle sobre meus desejos, mas certamente tenho consciência de que eles existem. É uma coisa relacionada ao que somos, como vemos o mundo e como o percebemos. De acordo com Alva Nöe (2001, 2002, 2004, 2009, 2012), porém, a explicação para o fenômeno da consciência e da percepção não estão relacionadas às sensações internas, mas ao que fazemos. Em sua perspectiva, a consciência não possui um lugar dentro de nós. E como ela, a percepção, mais do que um tipo de processamento interno é uma habilidade corporal, uma atividade hábil do corpo. “Instead of thinking of perception as a passage from inside to outside, from in here to out there, I urge (...) that we think of perception as a movement from here to there, from this place to that” (NÖE, 2012, p.4).

É válido lembrar que a visão ortodoxa sobre a percepção envolve a ideia de que perceber é internalizar uma certa imagem do mundo representado em nossas mentes. É importante dizer que, neste paradigma, o sentido da visão emerge e

sobrepõe-se aos outros, sendo seu papel intermediar o que é, concretamente, o mundo e o que nós acreditamos que ele seja. Visões heterodoxas, por outro lado, procuram romper com esse dualismo, sugerindo que a percepção não pode desvincular-se da ação. A percepção não é mera especulação, mas fruto de uma ação perceptiva, perceber é agir e agir é perceber (NÖE & THOMPSON, 2002)⁹⁸.

Seguindo esta linha, Nöe (2004) ataca o dualismo argumentando não existir uma esfera interior que seja responsável por sentir, perceber e representar, mas um *sensorimotor knowledge* - um conhecimento prático implícito, uma habilidade natural relacionada às formas como o movimento do corpo origina as mudanças de estímulos. Ele afirma que tais habilidades sensório-motoras são constitutivas da experiência e não instrumentos utilizados para perceber algo. Isso significa colocar que os estados mentais não podem ser reduzidos às funções neurológicas e cerebrais, como afirmam certos cientistas.

Também de acordo com seu pensamento, a ciência pode compreender, e de fato explica, como a atividade cerebral e neuronal relacionam-se diretamente aos estados mentais. Todas as pesquisas chegam à conclusão de que o funcionamento do corpo contribui e participa na criação de nossa percepção, emoções, pensamentos etc. Todavia, assim como outros autores, tal como vimos, anteriormente, Nöe quer chamar atenção para o fato de que não podemos perder

⁹⁸ Os autores dividem a visão heterodoxa em quatro diferentes abordagens: A *Ecological Approach*, protagonizada por Gibson, defende a noção de que a percepção (visual) não é algo que acontece dentro do cérebro dos animais, mas nos animais, como um todo. Argumenta que a ação sobre o mundo é orientada, de forma perceptiva, a explorar o ambiente. A função da visão é, então, manter o sujeito que percebe em contato com o ambiente, guiando suas ações e não produzindo representações e experiências internas. Para Gibson, desse modo, a percepção é direta e não uma mediação. Ela estaria mais para inspeção do que representação; A *Enactive approach* sugerida por Maturana e Varela, diverge em alguns pontos da abordagem ecológica de Gibson. Eles argumentam serem incorretas as teorias em torno da lógica de *input-output* como um sistema de códigos e de representações internas. Em vez de representar um mundo externo, o sistema nervoso gera ou produz, com base em sua própria atividade, o domínio sensório-motor do animal. Vale dizer, que os autores apresentam o modelo ativo de percepção como um componente central para a construção de uma visão ativa e corporificada das ciências cognitivas; Outra abordagem é a chamada *Animate Vision* que emerge da interface entre as teorias computacionais, a inteligência artificial e a robótica atacando, sobretudo, a ideia de que a percepção é um processo abstrato. Ao invés disso, os autores que representam este modelo crêem que o sistema sensório-motor molda a percepção e não o contrário; A última abordagem é a *Sensorimotor Contingency Theory*. De acordo com seus principais representantes, que incluem o próprio Alva Nöe e Kevin O'Regan, é um erro pressupor que a percepção visual acontece no cérebro. Argumentam que apesar de fundamental e necessário para toda a circuitaria envolvida na visão, os processos cerebrais e neuronais não são, eles mesmos, suficientes para o ato de enxergar. De acordo com eles, ver é uma atividade exploratória mediada pelo domínio do animal de contingências sensório-motoras. A experiência visual, desta forma, não é algo interno, mas uma habilidade básica relacionada a exploração do ambiente.

de vista que esse diagnóstico permite à ciência, apenas afirmar que cérebro e os neurônios relacionam-se aos estados mentais. Em suas palavras: “You can no more explain mind in terms of cells than you can explain dance in terms of muscles” (NÖE, 2009, p.47).

Quando observamos um objeto colocado à nossa frente, como por exemplo um tomate (NÖE, 2004, p.77), nós o percebemos como um todo e não de forma fragmentada, tal como postulado pelo modelo de processamento preditivo, cuja junção dos fragmentos leva a compreensão do todo: um olho, leva a outro olho, que leva a um nariz e fecha conceitualmente um rosto com a boca. Para este autor, nossa compreensão de tomate não se constrói, exclusivamente, pela aquisição conceitual atrelada à memória representativa de um tomate, mas, pela percepção espacial do mesmo. Experimentamos o tomate em sua configuração tridimensional e não imagética, representativa e bidimensional. Nas palavras de Nöe:

We see not what projects from a point; we see what is available from a place. We have access to the tomato's back, and the plate's actual shape, just as we do to the tomato's front and the tomato's apparent shape from here. What difference there is in the character of our access to front and back, to apparent shape and shape, are matters of degree, not matters of kind. (NÖE, 2008, p. 660)

No livro *Action in Perception* um dos argumentos mais interessantes de Nöe é que a percepção não deve ser considerada como uma forma de acesso ao mundo via representação imagética das coisas, mas uma experiência resultante de sua exploração. Perceber é, antes de mais nada, aprendizado sobre o mundo explorando-o com o nosso corpo, pois o mesmo está disponível aos nossos sentidos. Desse modo, nossa relação com o mundo é ativa, pois temos a liberdade não somente de acessá-lo, mas alcançá-lo. Isso quer dizer que o corpo, em ação, alcança conhecimento sobre o mundo. A percepção é, então, corporificada.

Há, atualmente, tal como na década de 1990, uma retomada da ideia de que o cérebro é o grande maestro de nossa existência, responsável por definir quem somos, tanto biológica, quanto psicológica ou moralmente. Nöe (2009) questiona-se sobre isso, perguntando-se se podemos ser reduzidos aos nossos cérebros. Ele responde que não, pois somos seres em ação, ou seja, que conhecem o mundo explorando-o com todo o corpo e, por isso, não podemos ser reduzidos à parte dele. Havemos de se considerar, então, que todo o corpo percebe e não, somente, sua mente, cérebro etc.

Uma analogia é interessante. Nöe coloca que computadores não podem pensar pelo mesmo motivo que cérebros não podem. Em discussão sobre a problemática de se considerar o pensamento conceitual fruto, apenas, de uma lógica formal de processamento e computação, o autor afirma que o próprio pensamento é fruto de engajamento sensorial do corpo com o mundo. Neste sentido, não somos seres que pensam e sentem, somente. Somos seres comprometidos, naturalmente, com o aprendizado sobre o mundo, explorando-o com os nossos sentidos, com todo o corpo. Em suas palavras:

Meaningful thought arises only for the whole animal dynamically engaged with its environment, or so I contend. And indeed the same is true for the quality of our conscious episodes. The taste of licorice is not something that happens in our brains. (NÖE, 2009, p.8).

Nessa mesma lógica, distancia-se do reducionismo excessivo que tangencia a supervalorização do cérebro, afirmando que os processos mentais não devem ser considerados no mesmo patamar de compreensão dos processos biológicos. Nöe (2009) argumenta que a consciência não acontece no cérebro, assim como a digestão se dá no aparelho digestivo e coloca que ela se parece mais com o ato de dançar do que com o ato de digerir. Assim, perceber não é sentir ou ter sensações que compreendemos é, antes de mais nada, um agir que é fruto de um aprendizado prévio, que nos é possibilitado pela atividade corporal. Desse modo, a percepção não acontece no cérebro, mas em todo o corpo. Seguindo esta lógica, ela não é uma revelação do mundo dada por um olho que vê e um cérebro que enxerga, mas um processo que é fruto da ação incorporada e atrelada à forma como nos movimentamos no espaço ao usarmos todo o corpo para significar e compreender o mundo.

É importantíssimo o resgate que Nöe (2004, 2012) faz das ideias de extensão. Em *Action in Perception*, por exemplo, ele trabalha com a ideia de que a experiência visual estende-se para o que está escondido, ou seja, enxergamos também o que não vemos. No tocante a esta tese, sua noção de presença como algo que pode estender-se para além da materialidade, permite-me trabalhar com a possibilidade de pensar a rede virtual como mediadora de presenças estendidas de corpos que, mesmo materialmente ausentes, agem na esfera pública.

Sua reflexão sobre a importância da categoria extensão para compreender a percepção, abre precedente para considerar, também, a possibilidade de pensar o uso de ferramentas e objetos enquanto extensões de nossos corpos e, como tais,

transformadores de nossas ações. A partir do momento que instrumentos tornam-se acoplamentos externos, eles podem modificar o esquema corporal⁹⁹, já que, sua condição acoplada possui forte influência no desenho da percepção. Isso significa dizer que mais do que um cérebro que computa e prevê, todo o corpo (incluindo suas extensões), uma vez envolvido na mudança desse esquema, impacta o agir¹⁰⁰.

Desse modo, no caso de alguns cegos, o uso da bengala é tão naturalizado que ela torna-se uma extensão não só de sua visão, mas de seus braços, suas pernas e de sua movimentação corporal, logo, de sua percepção. É como se o objeto passasse a fazer parte do corpo. A partir do momento que esses artefatos são integrados a um repertório prático de ação corporal, redesenhamos nossas expectativas sobre quem somos, como atuamos e percebemos o mundo. Jogadores de beisebol, seguindo esta mesma lógica, devem calcular sua força ao tentar acertar a bola, inserindo em seu esquema corporal o taco. Motoristas devem incluir em seus reflexos veículos automotores enquanto parte de seu corpo para desviar de uma batida. “The acquisition of tool using skills has the effect of increasing the extent of peripersonal space” (NÖE, 2009, p.80).

O autor coloca que pode soar desconcertante a ideia de que não somos nossos cérebros, mas insiste em dizer que o cérebro não produz percepção e consciência pelo simples fato de que não existe nada dentro de nós que possa produzi-la. O que Nöe faz, sobretudo, é desconstruir a ideia de que exista um mundo interior (razão e cérebro) que seja a morada da percepção. Argumenta que a percepção não é uma sensação e, sim, uma atividade corporal. O foco, então, sugere, não deve ser a percepção, mas a ação.

⁹⁹ De acordo com esse autor, psicólogos usam a expressão *body schema* para se referir a uma espécie de plano corporal prático, cujo papel é implantar, em nossos corpos, movimento e ação. Isso significa que temos a sensação de que nosso corpo está presente, existe. Temos um esquema mental do nosso corpo que nos impulsiona a agir sem que precisemos pensar nele. Análogo a esse esquema mencionei, no capítulo anterior, o livro de Crary (2013) e a discussão apresentada sobre a possibilidade de desviar nossa atenção dos movimentos do corpo para que possamos melhor desempenhar as mais variadas atividades. Desviamos a atenção ao que é mais importante. Esquema corporal seria, então, uma espécie de mapa corporal em sua relação com a consciência corporal.

¹⁰⁰ É sempre válido repetir e esclarecer que não há dúvidas de que o cérebro lance mão da estratégia do processamento e computação e que opere dentro de uma lógica-formal que orienta nossas ações. As pesquisas na área das neurociências já comprovaram isso. A questão que devemos nos colocar é se, em termos filosóficos, essa redução preenche certas lacunas e se não seria mais interessante focar o funcionamento do corpo em conjunto com sua interação no meio a tentar compreendê-lo de forma fragmentada. Se não há pensamento sem cérebro, tampouco há pensamento sem corpo ou mundo.

Não posso me furtar de comentar, que também as ideias de Razão Comunicativa e Agir Comunicativo podem ser confrontadas por essas reflexões, visto que estes conceitos, ao reduzirem o papel do corpo ao gestual e à linguagem corporal, acabam submetendo-o ao imperativo da racionalidade como restrita à linguagem em comunicação. A formulação dos conceitos feita por Habermas, como já colocado, desconsidera a base corporal da cognição, levando-nos à redução conceitual de seres pensantes e reflexivos.

No caso específico da ação comunicativa na esfera pública virtual, se não podemos perder o foco da dimensão cognitiva do corpo, devemos refletir como ele faz-se presente nas interações virtuais, visto que a mediação das tecnologias torna a ação deste corpo presente, mesmo, quando, materialmente, ausente. Acredito, então, que seja preciso retomar, dentro da linha argumentativa desta tese, à ideia de extensão como ponto chave do que seria um olhar transhabermasiano dado ao corpo na esfera pública.

5.2

A esfera pública virtual como variedade de presença

Sob à luz do conceito de presença, Nöe(2012) reflete sobre a produção da existência e como ela se constrói mediada pela atividade corporal através da construção do senso de presença. O autor chama atenção, sobretudo, para a ideia de que, assim como a percepção, a presença é algo virtual, pois, é sempre mediada. Ao colocarmos o mundo em perspectiva, o que estamos fazendo não é, apenas, colocando-o à disposição de nossa visão, mas, mediando a compreensão que temos sobre as coisas.

Quando olhamos um objeto como um dado, mesmo quando o ângulo de visão nos permite enxergar apenas uma de suas faces, sabemos que existem as outras cinco. A nossa experiência visual estende-se para além do campo visual e isso só é possível porque possuímos um senso de presença do dado, que é um entendimento sensorial, tridimensional do dado. Esse senso de presença permite, por exemplo, que eu sinta a presença de alguém quando falo ao telefone, quando participo de uma vídeo chamada etc. Nesse sentido, não é necessário estar presente, materialmente, para fazer-se presente, pois a presença também acontece na ausência, mesmo sem enxergar o dado, completamente, eu o percebo enquanto dado.

Um dos aspectos que Nöe (2004, 2008, 2012) chama atenção, é o fato de que o ato de enxergar não está relacionado, exclusivamente, ao que é visto pelo olho, mas também aquilo que ele deixa de ver. O autor demonstra, refletindo sobre o funcionamento da visão, que o olho não consegue captar todos os detalhes de uma cena, mas mesmo assim, conseguimos compreendê-la. Em suas palavras:

The fact that we cannot visually grasp in totality even the simplest qualities does not prevent us from having a sense of the presence of the total qualities. And this shows that for an object to be present for perceptual consciousness is something other than for it to be in our heads. The world shows up for experience not as in here, but as there, as around and behind and in front of us (NÖE, 2008, p.661)

O argumento é centralizado no senso de presença, que pode ser compreendido como um conhecimento incorporado que nos permite reconstruir o significado total das cenas do campo visual preenchendo certas ausências e penumbras. “Vision is not confined to the visible” (NÖE, 2008, p.660). Isso significa dizer que a experiência visual abrange tanto aquilo que faz-se presente ao olhar, quanto o que ele não contempla. Nós experimentamos e percebemos, também, o que está oculto aos nossos olhos. Nesse sentido, o escopo da experiência estende-se ao que está escondido.

Isso quer dizer que a noção de presença deve ser relativizada, pois, deve abranger em sua conceituação, também, a ausência. Voltando ao exemplo do dado. O que permite que eu saiba que o dado é um dado é, sobretudo, o senso de presença, pois mesmo sendo impossível visualizar suas seis faces, ao mesmo tempo, eu compreendo o que enxergo. A visão me permite ter um ponto de vista da cena, mas sua compreensão total é dada pelo conhecimento prévio do mundo, mediado corporalmente. Neste sentido, o mundo não se mostra, somente, ali (onde meu campo visual enxerga o dado, como numa fotografia), mas lá, ao em torno, atrás, além, em frente e atrás (ou seja, onde meu olho não atinge, enquanto representação, mas experimenta enquanto senso de presença). Desse modo, perceber não pode reduzir-se à representação imagética, que é bidimensional, como uma foto da cena tirada pelo olho e representada na minha mente. A experiência perceptiva dever ser concebida em sua totalidade e completude e isso significa considerar, também, sua espacialidade tridimensional via mediação corporal.

Estender a compreensão da percepção, incluindo em seu entendimento o que não está presente aos olhos, significa compreender, conceitualmente, a presença

como algo alcançável via mediação e não, prontamente, acessível. O senso de presença atua na significação das coisas, pois faz a mediação entre o ver e o compreender. Para conhecer o mundo é preciso colocá-lo em foco, mas não somente isso, é preciso compreendê-lo para percebê-lo. Se a presença é algo alcançável pelo senso de presença, que por sua vez é fruto da habilidade corporal de explorar o mundo, as distintas formas de atingi-lo geram variadas formas de presença. A ideia é que nós alcançamos o mundo por nós mesmos através de diferentes estilos de habilidade, ação e engajamento. “My main idea is that presence is achieved, and that its varieties corresponde to the variety of ways we skillfully achieve access to the world” (NÖE, 2012, pos 35 de 3793).

Um dos aspectos mais significativos que Nöe (2012) tenta ultrapassar no livro *Varieties of Presence*, de acordo com a minha opinião, é a ideia de que somos seres no mundo mediados pelo pensamento. A centralidade na razão descorporificada acaba distorcendo o sentido de nossa existência, pois reduz nossa essência a seres que pensam, percebem e sentem. Como coloca,

Such a conception of the intellect - as a modality of detachment rather than a modality of openness to the world, to use McDowell's (1994) phrase - violently distorts our lives as thinkers, perceives, and doers. (NÖE, 2012, p.8).

Combatendo o imperativo da “racionalidade desmaterializada”, atrelada àquilo que Gumbrecht (2010) chama de cultura do sentido - a produção do conhecimento se consagra, historicamente, a partir do paradigma moderno da significação, ou seja, a hegemonia da categorização, interpretação e observação do mundo, mediado pela noção de razão como sinônimo de reflexão e pensamento intelectual - Nöe defende que é equivocado pressupor que o corpo e sua materialidade possam ser apartados de qualquer noção de racionalidade. Um dos argumentos mais fortes é que o alcance perceptivo do mundo independe, em muitos aspectos, do pensamento intelectual, pois possuímos certas habilidades corporais que, simplesmente, existem e nos são, naturalmente, disponíveis.

Uma importante pontuação deve ser feita. Para Nöe (2012) não existe diferença entre ser um animal e ser uma pessoa, tal como o *framework* moderno nos separa, ao considerar a racionalidade, além de sinônimo de intelecto, algo exclusivo dos humanos. Em sua visão, explorar o mundo corporalmente e significá-lo intelectualmente é uma divisão errônea, porque parte de pressupostos dualistas, que precisam ser superados. Nossa espécie é naturalmente impelida à

engajar-se no mundo e à significá-lo, logo, não há razão sem corpo, não existe atividade mental sem corpo físico. Não é mérito ter uma razão, como sugere esse paradigma teórico, pois a racionalidade é mais um componente da existência de nossa espécie no mundo, que isolada, não é capaz de nada.

The world shows up for us. We cultivate in ourselves the power to bring the world forth. It is our nature to do this. And in so doing we show up not merely as the animals we of course are, but as persons capable of enacting the world through our own skillful exploration and self-cultivation”. (NÖE, 2012, p.14)

A ênfase do livro recai, então, sobre a ideia de que o mundo se mostra (*the world shows up*) e que nós nos mostramos ao mundo. Conhecer-se significa conhecer o mundo fazendo-se presente nele. Contudo, não nos fazemos presentes no mundo sendo apenas animais (no sentido de nosso funcionamento biológico), mas como cidadãos, pais de família, profissionais, ativistas etc. É através de nossa relação com as coisas que nos cercam, incluindo pessoas, objetos, relações afetivas, comunicativas etc., que alcançamos diversas formas de fazermos-nos presentes. A presença é, então, algo variável.

Também sob à luz do conceito de presença, sob uma outra ótica, entretanto, Hans Ulrich Gumbrecht (2010) discute a importância da materialidade na significação do mundo. Para o autor, as condições materiais que possibilitam a emergência do sentido devem ser consideradas tão relevantes quanto à produção de seu significado. A noção de presença busca, sobretudo, contrapor-se ao estatuto hegemônico da hermenêutica, buscando preservar a importância da materialidade e da corporeidade na forma como significamos o mundo.

De acordo com Gumbrecht (2010a), existe uma crise do paradigma do sujeito interpretativo, cujos efeitos incidem, diretamente, na forma como abordamos os processos comunicativos. Há 4 premissas fundamentais do campo hermenêutico que encontram-se em crise: (a) o sentido tem origem no sujeito, ou seja, é o sujeito quem dá significado aos objetos; (b) dualismo corpo/ espírito; (c) o espírito conduz ao sentido; (d) o corpo é instrumento que articula ou oculta o sentido, a partir do dueto expressão/ interpretação, cujo corpo, nos atos de fala, ajuda a articular o sentido.

Em sua visão, há uma crise nas formas tradicionais de conceituar e compreender o mundo. Ao centrar-se no sujeito interpretativo, o paradigma moderno desconsidera o fato de que toda dinâmica envolta na produção de sentido estabelece-se pela presença, pelo contato sensorial com o mundo, ou seja, pelos

efeitos de sentido e pelos efeitos de presença. Um dos aspectos que Gumbrecht (2010a) chama a atenção é que nossa existência no mundo e sua exploração corporal precedem à hermenêutica. Indo além, argumenta que o significado emerge da forma.

Acredito ser o objetivo maior do campo não-hermenêutico unificar a linguagem, no sentido de que passemos a valorizar o toque dos materiais em nossos sentidos e como isso afeta a produção de significados, buscando romper com os dualismos que envolvem a divisão forma e conteúdo, interpretação e expressão e, assim por diante. Um exemplo simples é pensar as diferentes mídias e sua incidência na percepção estética musical. É nítida a diferença quando ouvimos a mesma música ao som de uma vitrola, de um CD Player ou em mp3. Cada mídia nos toca, sensorialmente, de forma única, portanto, a dimensão da presença desses materiais deve ser considerada constitutiva dos processos cognitivos envolvidos nessa percepção estética. Penso ser de comum acordo que não é a mesma coisa ouvir uma canção ao vivo ou pelo rádio. As formas produzem sentidos, logo uma narrativa se reveste de significado novo quando muda de suporte. Há, portanto, uma afetação recíproca, cujo significado sofre, também, influência do meio e, não somente, do conteúdo da mensagem. Essas ideias chamam atenção para a necessidade de ultrapassar o paradigma da hermenêutica quando pensamos a interface entre a cognição, a formação política e a esfera pública.

Ainda vivemos, entretanto, atolados em uma cultura do sujeito, cuja interpretação assume a faceta primária de nossa relação com o mundo. Somos levados, sempre, a ter uma opinião, a buscar um sentido que modele o significado das coisas. A presença ainda é secundária. O autor busca retomar o componente, propriamente, material de nossa relação, lembrando-nos que somos seres no mundo das coisas. Afinal, as coisas que estão “presentes” para nós se apresentam sempre numa relação espacial com nossos corpos: se encontram mais próximas ou mais distantes de nós; podemos tocá-las ou não. Os efeitos de presença, desse modo, permitem reconhecer a simples importância de nossos corpos estarem ali. Ou seja, antes de atribuir sentido às coisas, temos uma relação concreta com o mundo, estamos nele. Tal como pontuado por Nöe (2012), o mundo mostra-se a nós e somos, naturalmente, impelidos a nos engajar, travando uma relação material, concreta e corporal, logo de presença no mundo.

Em outras palavras, Gumbrecht pretende reencontrar e resgatar uma espécie de “coisidade do mundo” (RUGGERI, 2015). E, nesta empreitada, a ideia de substância torna-se essencial, pois reconsidera o caráter das coisas serem simplesmente coisas, ou seja, enquanto corpos que aparecem para nós, colocando-se à nossa frente, a partir de uma determinada configuração no espaço¹⁰¹.

A substancialidade que Gumbrecht estabelece como central em sua construção da noção de presença torna-se assim o mote através do qual irá desenvolver uma leitura própria do conceito de Ser: a autorrevelação do Ser, na abordagem gumbrechtiana da filosofia de Heidegger, deve se dar como o aparecer de uma coisa que assume antes de tudo um caráter substancial e espacial. (Ruggeri, 2015, p.124)

Na visão de Silveira “entre a “substancialidade do ser” e a “universalidade da interpretação”, Gumbrecht opta pela primeira” (SILVEIRA, 2010, p.184). Nesse sentido, a noção de presença remete-se a algo tangível com o qual mantenho uma relação no espaço e que possui algum tipo de impacto sobre o meu corpo e os meus sentidos. O autor propõe, assim, a superação do dualismo, apresentando a ideia de que, ao longo do processo histórico do conhecimento houve a construção de uma cultura da presença e uma cultura do sentido, dentre as quais, esta se consagrou como hegemônica (GUMBRECHT, 2010).

Para o autor, esse dualismo precisa ser superado e sua contribuição é o resgate da presença, o reencontro das coisas do mundo com o mundo das coisas. A relação do ser com o mundo, assim, não se dá somente na via do sentido ou restrita a via da presença, é uma via de mão dupla. Há mais harmonia entre os dois pólos do que disputa. Devemos, então, equalizar as ênfases entre os efeitos de sentido e os efeitos de presença. Buscando ultrapassar uma espécie de metafísica dos sentidos sugere uma nova epistemologia para as ciências humanas, apontando saídas não hermenêuticas (ou totalmente hermenêuticas) para a produção do conhecimento.

Assim, a presença dos materiais, no sentido de serem “coisas do mundo”, impacta nossos corpos, incidindo sobre o agir, o pensar e o significar. De acordo com Silveira (2010), dentro dos estudos de mídia, Gumbrecht pertence a uma tradição que remonta, por exemplo, a McLuhan, que ao afirmar que o meio é a

¹⁰¹ “Dito de outro modo, penso que o Ser se refere às coisas do mundo antes de elas se tornarem parte de uma cultura (ou, para usar a figura retórica do paradoxo, o conceito refere-se às coisas do mundo antes de elas fazerem parte de um mundo)” (GUMBRECHT, 2010, p.95)

mensagem, defende que a principal repercussão dos meios de comunicação não está na ordem dos sentidos, mas da experiência. O mesmo coloca Silverstone (2011) quando coloca que a mídia modifica a textura de nossas experiências.

Por mais que a ação remeta a via do sentido, como por exemplo, o ato de ler um romance, cuja atenção volta-se, sobretudo, ao conteúdo da narrativa, não podemos esquecer que travamos contato sensorial com o livro, com o cheiro que exala de sua folhas e do contorno de suas letras. Quando lemos uma carta escrita à mão temos contato com a caligrafia e com a presença do papel. Se o texto é um e-book, o contato sensorial é com a tela, com os recursos de mídia e os layouts de páginas. Sempre há a presença de algo mediando outras presenças.

A noção gumbrechtiana de presença pretende, antes de tudo, resgatar a relação material e espacial com o mundo das coisas a partir da consideração do corpo como parte integrante de nossa existência. A presença é caracterizada, substancialmente, como alguma coisa que ocupa lugar no espaço e que, por isso, me modifica. Sou uma presença nesse espaço que preciso me relacionar com outras presenças e, assim por diante. A teoria de Gumbrecht (2010) permite pensar, enquanto complemento ao pensamento de Nöe (2012), que presenças não são apenas alcançadas e mediadas, mas que a presença faz-se mediada por presenças.

5.2.1

A internet como espaço de fluxos

Se somos seres que existimos, substancialmente, fazendo-nos presentes no mundo e que as variedades de presença são mediadas por outras presenças, é imprescindível refletir sobre o que chamamos de espaço, pois é dentro de uma relação, sobretudo, espacial que nossos corpos se relacionam com o mundo. E, no caso específico desta tese, é importante caracterizá-lo, visto que, também um novo formato de corpo, que fala e atua dentro do espaço das redes virtuais, emerge dessas reflexões.

Manuel Castells (1999) refletiu sobre o tema quando a *internet* ainda era incipiente. No célebre e conhecido livro: *A Sociedade em Rede*, chama atenção para a simplicidade analítica com que nos debruçamos sobre as duas principais dimensões materiais da vida humana: o espaço e o tempo. Em sua visão, tanto o espaço quanto o tempo estão sendo transformados pelos efeitos e processos,

propriamente históricos, que moldam, de forma sociotécnica, a compreensão da sociedade. Isso significa, por exemplo, que não há como refletir sobre questões sociais sem se debruçar aos contornos da mídia e como ela ressignifica nossas noções de tempo e espaço. De acordo com ele, os avanços tecnológicos fazem emergir, na sociedade, o *espaço de fluxos*, em contraposição à lógica espacial, historicamente enraizada, do *espaço dos lugares*.

O espaço é definido como expressão da sociedade e, na visão de Castells, acompanhando uma nova sociedade, a da informação, há a emergência de um novo espaço, o de fluxos. Sua contraposição ao espaço dos lugares é flagrante, sobretudo, na padronização espacial das funções econômicas e das práticas sociais, que graças aos avanços tecnológicos, são organizadas globalmente. Os centros de comando giram em torno de fluxos de informação, de capital, de imagens, de sons e símbolos e não mais em torno da fabricação de produtos. Neste sentido, mais importante do que pensar o lugar físico onde estão esses centros, deve-se compreender a existência de uma espécie de cidade global, que mais que um lugar, é um processo e que depende, mais do que tudo, da versatilidade de suas redes. O novo espaço industrial, por exemplo, seria demarcado, então, não por fábricas e seus complexos industriais, mas por centros de controle e distribuição de tecnologia, pelo fluxo das informações e pela descontinuidade geográfica¹⁰².

De acordo com o autor, o espaço como expressão da sociedade, pode ser compreendido dentro da metáfora do tempo cristalizado, ou seja: “Do ponto de vista da teoria social, espaço é o suporte material de práticas sociais de tempo compartilhado” (CASTELLS, 1999, p.500). Isso significa dizer que um espaço é a reunião de práticas simultâneas no tempo e que o espaço de fluxos “é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos” (Idem, p.501)¹⁰³. Em sua visão, o espaço dos lugares é, dessa

¹⁰²Uma triste analogia pode ser feita se pensarmos a realidade da saúde pública brasileira. Era comum há algumas décadas, filas intermináveis em hospitais públicos. Todos os dias, os telejornais mostravam centenas de pessoas que acordavam ainda de madrugada para garantir seus lugares e receber atendimento e/ou realizar um exame. Atualmente, entretanto essa fila existe, mas nos terminais do SUS onde uma pessoa pode esperar meses por um simples exame. Há uma extensão da fila, ela existe virtualmente, o mesmo se dá com nossos corpos, que apesar de ausentes, atuam na esfera pública.

¹⁰³Vale dizer que Castells (1999) debruça-se, também, sobre a questão do tempo e sua intrínseca relação com o espaço. Em sua visão, tempo é local, visto que concepções temporais foram

maneira, substituído pela rede de comunicação, que ascende nesta nova dinâmica como configuração espacial fundamental. Assim, a estrutura lógica do espaço de fluxos é desprovido de um lugar material, o que torna a produção da presença - nesse espaço - obrigatoriamente virtualizada. Ela não é, então, algo tangível aos corpos, mas é alcançada via a possibilidade de sua extensão, somente possível pela presença dos materiais que a mediam¹⁰⁴.

Gostaria de fazer uma importante pontuação. Há de se ponderar a afirmação de que o espaço dos lugares tenha sido substituído pelo espaço de fluxos, visto que não podemos excluir de nossas existências o espaço dos lugares enquanto território de ação e práticas sociais. Castells afirma que as pessoas vivem em lugares, moram em comunidades, mas como o poder e a economia estão regidos pelo espaço dos fluxos, a dominação estrutural deste e de sua lógica altera, de forma fundamental, o significado e a dinâmica dos lugares. De acordo com suas palavras:

Segue-se uma esquizofrenia estrutural entre duas lógicas espaciais que ameaça romper os canais de comunicação da sociedade. A tendência predominante é para um horizonte de espaço de fluxos histórico em rede, visando impor sua lógica nos lugares segmentados e espalhados, cada vez menos relacionados uns com os outros, cada vez menos capazes de compartilhar códigos culturais. (Ibidem, p. 517-518)

Creio, entretanto, que falta nesta reflexão um posicionamento mais claro do autor sobre um ponto crucial: os fluxos não se encerram dentro das redes de comunicação virtual. Eles as ultrapassam, visto que uma característica marcante de nossa era é o contínuo e ininterrupto fluxo entre o real e o virtual, que de forma alguma, podem ser considerados como realidades paralelas, pois entrelaçam-se. Há, então, um inter-cruzamento entre o espaço dos lugares e o espaço dos fluxos que não perpassa, necessariamente, a dominação de um sobre o outro, tal como aponta. Neste sentido, não acredito que haja esquizofrenia, mas complementaridade.

variáveis ao longo da história humana. E tal como o espaço, também o tempo é uma espécie de expressão humana, que ascende e emerge dados distintos contextos de ação e práticas sociais. O tempo do lazer e o tempo do trabalho, por exemplo, regulam nossas vidas diárias, a partir de uma regulação mercadológica e diferenciam-se das noções de tempo de lazer e tempo de trabalho da Idade Média, por exemplo, regulados pela natureza, períodos de colheitas, plantações etc.

¹⁰⁴ O espaço de fluxos, enquanto teoria social, serve para agregar a construção conceitual do espaço público virtual como variedade de presença por que vai além de um escopo teórico calcado na ideia de que presença remeta-se, diretamente, a materialização física do corpo.

Tal como coloca Lemos: “O espaço de fluxo problematiza o espaço de lugar da mesma forma que o tempo real atinge a noção de tempo cronológico”. (LEMOS, 2004, p.134). O espaço de fluxos, por exemplo, como lembra este autor, reestrutura o espaço dos lugares, dando forma às cidades contemporâneas. Quem nunca se viu tomando um capuccino em um café porque ele oferece *wi-fi* gratuito? Há, então, a emergência do que chama de cidade-ciborgue, cuja rede telemática se apresenta como infra-estrutura central. Sendo assim, o dualismo que envolve a ideia de que haja dois pólos: uma presença virtual, própria do espaço de fluxos e uma presença material, própria do espaço dos lugares, deve ser superado. A cidade-ciborgue, tal como exposta pelo autor, ao contrário, intensifica a relação entre eles. Espaços de lugar, como ruas, praças e estabelecimentos comerciais passam a ser interceptados pelo espaço de fluxo por meio dos diversos dispositivos de conexão às informações digitais.

O espaço dos fluxos serve, então, como excelente ponto de partida para pensar o espaço público virtual como variedade de presença, pois configura-se como uma forma de conceber a interação, para além de sua vertente face-a-face. A expressão é um bom começo, inclusive, por que trabalha com a ideia de que espaço não é um conceito que deve ser remetido, obrigatoriamente, a um lugar, estando mais inclinado a definição de tempo simultâneo, tal como sinalizado por Silverstone (2011).

É, também, dentro dessa concepção espaço-temporal constituída de fluxos informacionais, temporais, discursivos, cognitivos, intelectuais, emocionais, corporais etc. que os estudos sobre a esfera pública clamam por um olhar transhabermasiano que valorize outras formas de interação para além da presencial e da argumentação verbal. A fragilidade do conceito de presença, enquanto sinônimo de corpo físico presente, tal como apontada por Nöe (2012), nos coloca a pensar sobre como o corpo faz-se presente nesse espaço de fluxos.

Indo a um outro ponto, não menos interessante, Lévy discute, implicitamente, a presença, quando afirma que “A projeção da imagem do corpo é geralmente associada à noção de telepresença. Mas a telepresença é sempre mais do que a simples projeção da imagem” (LÉVY, 2011, p.28). Todos os dias à noite, vovô Wilson assiste ao telejornal. Ele já está acostumado, desde à época que Sérgio Chapelin e Cid Moreira apresentavam seu jornal preferido que o simpático velhinho janta na companhia de seus âncoras. Ele sempre os responde ao final

com um alto e firme “Boa Noite”. Em outra casa, horas depois, D. Miriam espera ansiosa seu programa de entrevistas favorito. Ela não consegue dormir sem receber um beijo do gordo! No dia seguinte, de manhã cedo, a pequena Inês fala, gesticula e acena para a tela do computador, afinal é a hora do *Mickey Mouse, Club House!*¹⁰⁵

Hoje em dia, grande parte de nossa vida social é mediada por tecnologias conectadas em rede na *internet*. Seu uso acoplado e incorporado às nossas rotinas evidenciam, não somente, o fato de que nossas interações são mediadas, mas nossas próprias presenças. Como já colocado, isso significa dizer, teoricamente, que o corpo pode estender-se pelo espaço virtual, fazendo-se presente onde é ausente materialmente. Sobre este tema, Pierre Lévy (2011) chega a falar em um hipercorpo que se expande e se estende pela rede mundial de computadores e que não deve ser confundindo com a ideia de descarnação. Pelo contrário, mediado pela tecnologia o corpo não sai de si mesmo, mas pode adquirir novos espaços, logo, reencarna, reinventa-se e se multiplica. Uma ultrassonografia, por exemplo, permite que o sexo de um bebê seja conhecido antes mesmo de seu nascimento, assim como uma radiografia permite ao médico examinar minhas articulações e tendões enxergando por dentro da minha carne.

Há quem argumente, entretanto, que é pelo paradigma da representação que esses corpos fazem-se presentes em suas ausências, ou seja, mesmo ausentes possuem significado de presença, pois representam alguém ou algo. Eu sei que aquele joelho é meu, mesmo não o reconhecendo através de um Raio-X. E sei o que o bebê que está sendo examinado é o que está dentro da minha barriga, mesmo nunca tendo visto seu rosto. Raquel Recuero (2009), ao refletir sobre as redes sociais na *internet*, sugere que estes espaços sejam compreendidos por duas unidades de análises, os atores e suas conexões, sendo que esses são compreendidos como indivíduos que agem através de representações performáticas de si mesmos. Ou seja, a autora parte do pressuposto de que nossos

¹⁰⁵ Acredito ser consensual que os meios de comunicação não desempenham somente o papel de entretenimento, informação e distração. A televisão, o rádio e mais, recentemente, os *smartphones*, por exemplo, têm preenchido diferentes espaços em nossos ambientes comunicativos e um deles é a companhia. Vale dizer que este sentimento só é possível porque é possível estender o sentimento de presença dos corpos. Presença, neste sentido, é também ausência. Aqui, também a produção da presença, enquanto componente fundamental da produção do sentido é flagrante. É mediada materialmente por artefatos conectados em rede que essas presenças podem estender-se na rede mundial de computadores.

perfis de *facebook*, por exemplo, são uma representação performática de nós mesmos. Mas o que isso, de fato, significa? Será que um perfil do *twitter* é uma performance? O que significa representar um eu?

Erving Goffman (2009) ficou famoso por analisar os processos comunicativos pela metáfora da dramaturgia. A comunicação humana é compreendida, então, pela lente da manipulação da impressão como uma intenção subjacente à sua pragmática. De acordo com sua visão, independentemente do motivo ou intenção, quando estamos na presença de outras pessoas, somos levados a atuar de acordo com o que nos interessa transmitir. Somos atores e, como tais, agimos de acordo com a cena e com a situação de interação própria dos processos comunicativos.

Mas ação pode ser confundida com comportamento? Essa ideia de representação, de um sujeito conhecedor de si e que atua sobre um mundo objetificado tem encontrado bastante resistência, inclusive de minha parte. Não me sinto contemplada pensando assim. Não acredito na existência de um eu (interno) que possa ser representado. Acredito que devemos buscar ultrapassar esta ideia, incluindo, enquanto crítica, a ponderação de que a sociedade é, teoricamente, composta por “atores” sociais. Dentro deste paradigma, é comum dotar o sujeito de ação, mas posso afirmar que os objetos não possuem nenhum tipo de agência? Qual o papel dos objetos em nossa relação com o mundo? Quando passo um batom e me sinto mais bela, é consenso que o batom me modifica, obviamente, o batom não tem a intenção de fazer-me mais bela, mas, não há como negar que ele age, de alguma forma sobre mim, atingindo e transformando minha percepção sobre mim mesma.

Podemos partir do pressuposto de que toda a interação humana é sociotécnica, logo, material e espacial. Como já vimos, o princípio básico deve ser a ideia de que somos seres no mundo e, como tais, agimos a partir de associações (humanas e não humanas). Isso significa defender a ideia de que a extensão da presença não deve ser entendida como uma representação do eu, mas uma nova forma de espacialização, fruto das associações que travo em minha existência. O exemplo do *Second Life* pode ser resgatado. Há como dizer que aquelas pessoas, que possuem duas vidas, estão a representar-se em uma delas?

Bruno Latour (2012) apresenta uma saída interessante: a teoria ator-rede (TAR)¹⁰⁶. Confrontando tanto às teorias dualistas, quanto o estruturalismo, o funcionalismo etc., propõe um novo olhar sobre a Sociologia deslocando o agenciamento humano de seu centro. Um de seus objetivos é desconstruir a ideia de que devemos olhar a realidade enquanto um contexto social de ação. Isso significa dizer que os cientistas sociais, ao recortarem seus objetos de estudo, analisam um fragmento imutável e congelado de realidade. Ao introduzirem o adjetivo social, os pesquisadores ficam, obrigatoriamente, atados ao aspecto humano e hermenêutico de seu recorte. Desse modo, a centralidade do humanismo é posta em cheque por Latour, na mesma ordem que a centralidade do sentido é relativizada por Gumbrecht.

Partindo desse deslocamento, o primeiro entende que humanos não agem sozinhos, mas em associação, reassociação, reagrupamento etc. Nossas ações são produtos dessas mediações (que são sempre sociotécnicas), que por sua vez dão fruto a novas associações, mediações¹⁰⁷ e ações. A noção de movimento e não congelamento temporal e social, próprio da objetivação do mundo como metodologia de compreensão da realidade, ascende como categoria central. Neste sentido, o autor não busca significar a ação do humano, apenas, mas a ação da associação, da combinação de *actantes*¹⁰⁸. É subjacente à ideia de que existe um sistema híbrido, logo um ator híbrido, pois a ação não é uma propriedade dos humanos, mas da associação de *actantes* (que podem ser humanos e não-

¹⁰⁶ Boa parte da bibliografia relevante sobre a teoria ator-rede pode ser encontrada no website "The Actor Network Resource", mantido por John Law. Cf. <http://www.lancaster.ac.uk/fass/centres/css/ant/antres.htm>.

¹⁰⁷ Vale conferir a diferença entre as noções de mediador e intermediário apresentada por Latour (2012, p.64). Ao partir do princípio de que as associações de *actantes* são sócio-tecnicamente mediadas e que somente é possível agir através delas, ele consegue dotar o não-humano de agência, pois a mediação não é apenas intermediar, mas modificar. Nesses termos, o que entendemos por mediação técnica não pode ser encarada como mero instrumento da ação humana, mas parte de sua própria condição, visto que, se é de comum acordo afirmar que o homem cria a técnica é igualmente válido colocar que a técnica cria o humano. Assim, apenas o produto dessas interações é capaz de agenciamento e não o indivíduo. Vale dizer que o próprio autor afirma que a teoria ator-rede é pertinente a noção de cognição distribuída, defendida por Hutchins. Cf. Latour, 2012, p. 30.

¹⁰⁸ Por *actante* podemos entender tudo aquilo que gera uma ação, que produz movimento e diferença podendo ser humano e não humano. "Cada *actante* é sempre resultado de outras mediações e cada nova associação age também como um *actante*" (LE MOS, 2013b p. 44).

humanos)¹⁰⁹. A consequência radical desta tese é que o ser humano não é um ator social é um ator-rede (SANTAELLA & CARDOSO, 2015).

As redes sociais, então, não seriam apenas espaços interativos, mas, uma espacialização de associações. “O social não é o que abriga as associações, mas o que é gerado por ela”(LEMOS, 2013a, p. 67). André Lemos (2013a) discute a noção de espaço envolvida na teoria ator-rede e acredito que alguns pontos são interessantes para pensar a *internet* como variedade de presença. De acordo com ele, a TAR oferece uma leitura diferente sobre a compreensão do espaço, pois rompe com noções de escala. Estrutura, ação, macro e micro são termos vagos que buscam uma relação causal entre indivíduo e sociedade, como se estes não estivessem imbricados. O espaço é, então, relacional e não uma espécie de ambiente onde nos fazemos presentes. “Lugares são redes que conectam sempre outros lugares e temporalidades”, diz (LEMOS, 2013a, p.52).

Assim, as redes sociais não podem ser compreendidas diante da metáfora da representação, ou mesmo pela da dramaturgia, pois não reduzem-se ao espaço interativo, devendo ser compreendidas dentro de um processo de construção, desconstrução e reconstrução de associações e mediações. De soerguimento e demolição de presenças. Redes não são uma estrutura de ação, mas criadas, deformadas e reconstruídas. O espaço, então, assim como na lógica do ator, converte-se em um espaço-rede, configurado de acordo com a dinâmica das associações. Essa visão cai como uma luva para pensar o “ciberespaço” como um espaçamento produzido por lugares, coisas, pessoas e objetos conectados ao redor do planeta. Um espaçamento produzido por presenças.

5.3

A presença do outro: um corpo-rede

Há uma vertente desse pensamento que gostaria de explorar. Se a presença é sempre alcançável e por isso, virtual e mediada, os artefatos conectados à *internet*,

¹⁰⁹“(…) uma vez entendida a diferença entre *actantee* ação, várias sentenças como: “movido por interesse próprio”, “fruto da imitação social”, “vítima da estrutura da sociedade”, “esmagado pela rotina”, “chamado por Deus”, “vencido pelo destino”, “feito por sua própria força de vontade”, “preso pelas normas” e “explicado pelo capitalismo” se tornam plenamente *comparáveis*. São apenas formas diferentes de induzir os atores a fazer coisas, cuja diversidade se patenteia sem necessidade de separar por antecipação as ações “verdadeiras” das “falsas” e sem necessidade de presumir que sejam todas traduzíveis para o idioma repetitivo do social. (LATOUR, 2012, p. 87)

não cumpririam apenas o papel de estender as nossas mentes, mas também estender nossa presença e, junto com ela, tornar tangível e substancial nossa existência nessas redes. A presença é alcançada por duas vias que se inter-cruzam: (a) mediada pela materialidade da comunicação (a presença dos materiais como mediação da presença) e (b) nos termos de sua extensão, enquanto variedade de presença, possibilitada pela relação acoplada que desenvolvemos com as tecnologias.

De acordo com Nöe (2009), a interação mediada por artefatos conectados na rede mundial de computadores é tamanha que faz emergir em nossa cultura uma nova modalidade de presença. Observe o seguinte trecho:

In this way, the practice of texting, or instant messaging, creates a new modality of social presence. Just as tools can warp the body schema and connect me to bits of stuff by making that stuff in effect part of me, so the pinging action of instant messaging can enable individuals separated by space (...) to operate socially within each other's sphere. They are virtually present to each other. (...) It is real presence extended by new and different methods. (NÖE, 2009, p.83).

A partir deste pensamento podemos repensar a esfera pública, utilizando um olhar transhabermasiano, pois o corpo em ação faz-se presente na esfera pública virtual, mesmo que materialmente ausente. O que estou tentando dizer é que em diferentes espaços de ação produzimos distintas formas de presença. Assim, a interação face-a-face é um tipo de presença que, dentro do ambiente comunicativo da *internet*, não faz-se possível. Mas, posso afirmar que, por este motivo, nossos corpos não existem no espaço virtual, que são apenas representativos e uma performance de quem somos? Não seria mais interessante pensar a possibilidade de conceber, teoricamente, um corpo-rede que, em associação e presente virtualmente, fala e age na esfera pública?

Imagine um auditório lotado com aproximadamente 500 mulheres. De pé no palco, uma moça muito jovem e ruborizada que parece insegura, revela às espectadoras que seu namorado vem tentando convencê-la a fazer sexo sem uso de preservativo, o que vem abalando seu relacionamento, visto que ela havia se decidido que não faria uso de contraceptivos hormonais, pois se informou que são muito perigosos à saúde. Dirigindo-se à plateia, ela pergunta como deve agir, o que deve fazer. Imediatamente, diversas pessoas começam a falar e dar conselhos. Algumas gritam: -Termine com esse pilantra! Outras explodem: - Tem que se impor, troca de namorado! Sem tempo, uma rebate: - Ah, tá, “molhinho” trocar de

namorado, queria ver se fosse você! Rapidamente, cria-se uma confusão generalizada e as mulheres começam a discutir entre si, cada uma emitindo sua opinião e julgando a situação de acordo com suas convicções. Umas mais exaltadas, outras mais ponderadas revelam suas histórias pessoais e aconselham a moça, que dado o tumulto acaba sumindo do palco, sem que as outras percebam.

Agora, imagine esta mesma situação, mas ambientado em um grupo no *facebook*. Não é necessário um poder de abstração muito forte para mentalizar o mesmo processo. Contudo, diferentemente do primeiro, ele não nos causa estranhamento, afinal, dentro das páginas desta rede social, se expor e tornar pública sua privacidade é algo naturalizado e uma prática incorporada. De forma quase instantânea, uma multidão aparece para opinar, aconselhar e julgar. Imediatamente, criam-se pequenos debates em torno de outras situações e, com ainda mais velocidade, o próprio problema exposto, inicialmente, esvai-se em debates paralelos.

O que diferencia uma situação da outra? Seríamos capazes de nos expor, declarar nossos problemas e sentimentos pessoais estando face-a-face com 500, sendo, a maioria, desconhecidas? O que nos faz confiar nessas redes virtuais a ponto de achar, nesses grupos de *facebook*, umporto, relativamente, seguro para dizer certas coisas e expor-nos? Parece que o computador ou *smartphones*, enquanto mediadores de presença, funcionam não só como conectores de pessoas, espacialmente separadas, mas, como uma blindagem, um tipo de escudo.

Há discussões interessantes que emergem dessa experiência mental. Uma delas envolve a confiança dessa interação. Temos o sentimento de que podemos confiar naquelas pessoas, mesmo não as conhecendo, mesmo não tendo sequer a certeza de que são mesmo mulheres, de que são mesmo pessoas¹¹⁰. Essa confiabilidade pode ter sua origem no fato de que escolhemos determinado grupo (ou vários) para interagir de acordo com nossas afinidades e ideologias, visto que, neles trocam-se opiniões e compartilham-se experiências. Por outro lado, essa confiança não nasce somente da existência do outro, de um sentimento compartilhado entre pessoas, mas de uma herança da confiança que depositamos nas próprias mídias (Silverstone, 2002). Fomos e somos convencidos de que devemos confiar nelas, nos informar por elas e a nos orientar através delas.

¹¹⁰ Como vimos anteriormente, há *robots* agindo como pessoas nas redes sociais.

Fazemos isso, praticamente, sem pensar que elas são um meio, ou seja, mediadoras da comunicação. De tão incorporadas no cotidiano e presente em nossas vidas, crianças falam com a televisão, adultos reagem verbalmente às cenas de cinema. Há algo nesses artefatos que nos fazem, muitas vezes, nos dirigir à eles como se fossem interlocutores. Assim, é possível dizer que interagimos, também, com os meios e, não, somente, mediados por eles.

Neste sentido, não há possibilidade de interação midiática sem a presença do outro, mesmo que este outro seja um objeto. A presença do outro é condição *sine qua non* para que as próprias redes, que compõem as interações mediadas pelas mídias, aconteçam. Quando ligo a TV, ouço rádio ou navego na *internet* estou envolta em um ato de transcendência espacial, pois esses mediadores são capazes de me conectar, na solidão da minha sala de estar, a desconhecidos, que muitas vezes estão, simultaneamente, fazendo a mesma coisa. É necessário pensar esse corpo, que mesmo não materializado, faz-se presente. Meu argumento é que devemos ressignificá-lo, levando em consideração sua constituição enquanto um corpo-rede.

Martín-Barbero (2001) coloca que o espaço virtual, que tem como configuração espacial fluxos e redes de informação, costura e veste novas maneiras de estarmos juntos, de convivermos e de compartilharmos a sociedade. A emergência de novas formas de ser, aprender, fazer-se presente, sentir e agir acompanham a velocidade de incorporação das mídias em nosso cotidiano. Para este autor, os reflexos na política dos efeitos da midiatização podem ser verificados, por exemplo, na ideia de que a vivência pública no espaço virtual é própria da experiência doméstica, ou seja, dá-se no âmbito privado. Há uma mistura entre o âmbito público e privado que não é algo, necessariamente, ruim. Vale dizer que esta imbricação é uma realidade nos dias atuais e merece, também, um olhar transhabermasiano.

Outro ponto interessante é que neste tipo de interação a mediação faz-se, basicamente, por imagens, que por sua vez, compõem grande parte do repertório de ação política dos sujeitos conectados às redes de fluxos. E essa interação imagética, torna-se, tanto instrumento fiscalizador e de intervenção dos cidadãos na esfera pública, como uma forte interface com a formação política atual. Tal como a mídia pode manipular as massas, a cultura popular pode modificar a recepção dessas mensagens, incidindo na maneira como os diferentes públicos se

utilizam dos meios. Dependendo do uso, a apatia, por exemplo, pode transformar-se em resistência. O simples compartilhamento de imagens como arma de denúncia e fiscalização da sociedade civil é um exemplo que ilustra bem a possibilidade de atuar nas brechas (MARTÍN-BARBERO, 2009).

Mediado pelas tecnologias nosso corpo faz-se presente onde nossa presença material não é possível. Pela rede mundial de computadores ele atua no espaço de fluxos, um território desterritorializado, mas envolto em inúmeras possibilidades de “reterritorialização”. É nesse processo de reconstrução territorial que a presença de um corpo-rede faz-se necessária. É na associação de pessoas, objetos, símbolos e na mobilidade de criar, desfazer e reinventar essas relações que as noções de espaço e presença erguem a interface do corpo com a esfera pública virtual. Não há ator-rede sem um espaço e um corpo, igualmente, “rede”. Neste sentido, é um corpo em associação que pode criar espaços que, também, se associam e criam outras redes de associações, que, sucessivamente engajam-se nesse movimento constante de criar-se, inventar-se, destruir-se, reestruturar-se etc.

Como já colocado, a TAR, apresentada por Latour (2012), busca desconstruir a ideia, disseminada nas Ciências Humanas, sobretudo, na área da Sociologia, de que os sujeitos, em sua relação com o mundo (o social) devem ser compreendidos pela ótica do paradigma científico, ancorado, especialmente, na metodologia da observação. Tal como ratos em laboratório, as diferentes culturas humanas têm sido tratadas, por esta área de conhecimento, como objetos de pesquisa, compreendidas em fragmentos de realidade. A ideia de fato social é colocada em cheque, assim como, a separação analítica entre sujeitos e objetos de análise. Um dos argumentos mais interessantes desse escopo teórico, a meu ver, é a conclusão de que os indivíduos não podem ser considerados atores sociais, pelo simples fato de que não existe um mundo separado dele que possa ser objetivado sem sua própria imbricação.

Não posso sair do mundo para refletir sobre ele. Isso significa afirmar, tal como vimos também em Gumbrecht (2010a) e Nöe (2004, 2009, 2010), que somos seres no mundo e que esta condição nos coloca, o tempo inteiro, diante de associações e criações de redes. Não somos seres que agem, somente, mas seres que agem em associação. Nossa relação com o mundo é materialmente mediada, sendo a presença das coisas peça chave em sua significação. Seguindo essa linha de raciocínio, não há, também, um espaço social. O que existe é a rede, fruto

dessas ações sociotécnicas que estão sempre em movimento. O desenho da teoria é que não podemos congelar a realidade e interpretá-la como se um pedaço dela pudesse ser retirado para análise, tal como fazemos em um laboratório de ciências ou em filmes fotográficos.

Penso que, tal como a noção de atores sociais, a ideia de corpo não deve ser compreendida a partir de um fragmento de análise, ao menos, obviamente, que se queira descobrir algo específico sobre seu funcionamento biológico. Mas, se quisermos compreendê-lo, para além, de sua redução a um conjunto de células, nervos, músculos etc., parece-me interessante compreendê-lo dentro do paradigma da TAR. Isso significa advogar a favor da ideia de que o corpo é uma associação e, como tal, deve ser entendido em sua completude e movimento, como uma rede que faz-se e se desfaz.

Próximo a essa mesma linha podemos pensar o o ciborgue de Andy Clark como um corpo-rede, pois o acoplamento de tecnologias é, além de uma constituição natural humana, um corpo em associação com objetos que possuem agência sobre ele. Quando uma pessoa navega na *internet*, por exemplo, devemos ter em mente que é todo um complexo de associações que estão agindo em rede. O significado das ações humanas é uma faceta interpretativa e não deveria ser reduzido ao único método de compreensão da sociedade. Nesse sentido, vale dizer, também Weber é atacado pela teoria ator-rede.

O que é, então, pensar a formação política compreendida nesses termos, ou seja, sob a égide da mobilidade das associações e da fluidez com que se levantam e derrubam suas redes. Podemos pensar em uma formação política estendida, no sentido de que as redes de associações que compõem o ciberespaço, também produto da presença mediada por tecnologias acopladas aos corpos, transforma nossa experiência política formativa? É possível pensar em uma formação-rede, fruto de arranjos e conjuntos de associações em movimento, de acoplamentos em rede, de raciocínio intelectual, da presença de um corpo mediado, na interação de mentes estendidas, de ciborgues em comunicação?

O ciberespaço constitui-se de associações de presenças, que por sua vez, são frutos de corpos-redes em associação. Não quero dizer com isso, obviamente, que os corpos são estendidos pelo espaço da rede mundial de computadores, mas, que eles podem ter suas presenças estendidas e essas presenças garantem sua existência material, dotando este corpo de agência, mesmo, fisicamente ausente. É

hora de discutir como esse corpo-rede entrelaça-se à web e algumas de suas interfaces com a democratização do espaço público, assim como, melhor caracterizar o que venho chamando de formação política atual.

Efeitos de presença: um olhar estendido à formação política

A iluminação como extensão de nossas energias é um dos exemplos mais nítidos de como essas extensões alteram a nossa percepção. Quem ainda se sinta inclinado a duvidar que a roda, a fotografia ou o avião alteram nossos hábitos de percepção sensível, não pode mais duvidar ante a iluminação elétrica. Neste domínio, o meio é a mensagem, e, quando a luz está ligada, há um mundo sensório que desaparece quando a luz está desligada.

Marshall McLuhan

Como vimos ao longo deste estudo, mediados por artefatos conectados em rede estendemos mentes, a presença de nossos corpos e nossa própria cognição. O paradigma da extensão nos permite pensar que essas tecnologias constituem nossos próprios aparatos cognitivos, pois, atuam em sincronia com o corpo em atividade e movimentação espacial formando um complexo circuito composto por elementos biológicos e não-biológicos. Diante dos argumentos apresentados ao longo desta tese, proponho que a formação política atual seja compreendida sob à luz de dois vieses:

- (a) dentro do paradigma da extensão, pois, é um corpo em ação, associado e acoplado à tecnologias que nos permite pensar a interface material da formação política como forjada em um processo estendido de cognição;
- (b) como fruto de processos de comunicação e linguagem, atentando, entretanto, para a importância de se considerar não só os efeitos de sentido, mas de presença, valorizando tanto a hermenêutica quanto à materialidade dos processos comunicativos.

Alguns pressupostos são centrais: (a) a *internet* deve ser compreendida como uma nova ecologia cognitiva, pois, as informações que circulam na *web* estão, cada vez mais, integradas às nossas rotinas cognitivas; (b) A *web* proporciona novos tipos de interação que devem ser tomadas como reais, ou seja, no mesmo nível de quaisquer outros contatos sensoriais estabelecidos com o mundo. É, então, algo material e corporal. (c) Não existe um mundo representado na *internet* onde eu atuo enquanto uma representação de mim mesma que, por intermédio da linguagem em interação ganha significado. (d) Há, ao contrário, uma interação corporificada, engajada, situada e distribuída, cujo corpo, em

associação aos mais diversos materiais, forma um sistema estendido de cognição. (e) Ao estender certos aspectos, como a presença do outro, por exemplo, anção de corporeidade atrelada à fronteira que a demarca como um “eu” interno são problemáticas que merecem discussão e ressignificação. Afinal, o que constitui nossos corpos? Como defini-los sob o viés da cognição? Onde meu corpo termina e o resto do mundo começa?

Uma premissa merece, no entanto, destaque. À parte de seus efeitos individuais, devem ser consideradas as incidências coletivas da navegação na *web*, nos termos de sua importância e relevância na cognição socialmente distribuída e estendida (PAUL SMART, 2012, 2014, 2017). É neste ponto, acredito, que o uso de artefatos conectados em rede incide, diretamente, sobre a formação política atual, pois, acopladas aos corpos, esses objetos são constitutivos da cognição e, como tais, modificam tanto a base material da comunicação, influenciando a produção de significados (efeitos de sentido e efeitos de presença), quanto na própria cognição, a distribuindo, estendendo e transformando.

Observar a formação política, levando em consideração as duas vertentes apresentadas no início do capítulo, complementares, vale frisar, é uma tentativa de ampliar quaisquer vínculos que atem nossas experiências políticas formativos, exclusivamente à sua vertente linguística. Abordagens centradas na hermenêutica, no sujeito interpretativo e nos atos de fala, como vimos, reduzem sua compreensão à ordem dos significados.

No caso de Habermas, a interface entre esfera pública e linguagem é ainda mais restritiva. A interação face-a-face, no sentido de presença física dos interlocutores do discurso, torna-se um importante aspecto. Seu argumento prende-se à ideia de que, para haver um debate franco de ideias, os interlocutores devem confrontar-se frente à frente. A imagem é como em um duelo de filmes de Far Oeste!

Firme ao modelo liberal de esfera pública, acredito que o autor agarra-se em pressupostos anacrônicos para refletir sobre os processos midiáticos atuais e sua relação com a criação de espaços públicos. De acordo com ele, a ausência de interação face-a-face pode ser lida como uma patologia da comunicação, pois a mediação dos meios de comunicação cria ruídos no debate público, o contaminando. Seguindo seu raciocínio, a mediação dos conteúdos e discursos efetuados pela *internet*, atua, da mesma maneira que outros veículos de

comunicação de massa, na despolitização do debate. No caso específico da *web*, isso acontece na medida em que ela promove a circulação de narrativas fragmentadas, superficiais e que não fomentam a discussão franca e o debate consensual de ideias.

A *web*, desse modo, representa, para Habermas, apenas um instrumento de mediação discursiva, estando no mesmo patamar de quaisquer outros meios de comunicação. Ela não impacta, de forma significativa, a deliberação pública (LUBENOW, 2012; HABERMAS, 2006). Representa, apesar de ampliar a voz do público, uma grande incógnita com relação à democracia. Ainda que possibilite que um maior número de leitores transformem-se em autores (HABERMAS, 2014), ela não consegue produzir consensos, unificar ideais e criar uma agenda política e uma pasta de ações centralizadas em questões do interesse e do bem comum.

Penso que um primeiro aspecto deve ser levado em consideração: a inserção da *web* em nossas rotinas diárias é inegável, sendo inconcebível analisar a esfera pública atual sem aceitar que sua ampla disseminação afeta o contato sensorial com o mundo e que isso molda o aparato cognitivo. Acoplada aos nossos corpos e rotinas, a *internet* pode ser considerada, ainda, extensão de mentes, promovendo a distribuição da cognição, permitindo, inclusive, pensar a cognição em sua dimensão social e coletiva.

O conceito de *web-extended mind*, apresentado por Paul Smart (2012, 2014, 2016, 2017), é uma alternativa interessante e corrobora com este pensamento. Sua principal tese é que o conteúdo informacional das redes virtuais são elementos constitutivos da cognição e não meros mediadores do discurso¹¹¹. Em analogia ao paradigma da mente estendida, ampliando, no entanto, sua caracterização ao conteúdo da *web* como extensão da mente, ele defende a ideia de que estudos na área da cognição não podem desconsiderar a interação sensorial que estabelecemos com artefatos conectados em rede.

É marcante, em seu trabalho, o enfoque dado à materialidade e à corporalidade da interação e sua interface com a cognição, partindo do

¹¹¹Vale dizer que, também Gumbrecht (2010a, 2010b), ao preocupar-se com as dimensões da presença como elemento constitutivo da experiência e dos processos de interação, e, não apenas como meio através do qual conteúdos e significados se manifestam, problematiza a ideia de que a materialidade seja apartada do sentido, como se fosse possível separar o meio da mensagem e o conteúdo da forma, por exemplo.

pressuposto de que a *web* participa, ativamente, de nossas rotinas cognitivas, não como alicerce, mas constitutivamente. O espaço de navegação e seu conteúdo são parte da minha mente, mas, não somente da minha mente. Ao enfocar, não a relação individual da cognição e sua interface com as tecnologias, mas, sua distribuição e extensão, logo sua dimensão social, as reflexões de Paul Smart ajudam a tematizar o papel das redes sociais na formação política atual, tanto em sua interface com a cognição, quanto com a esfera pública virtual.

Finalizo a tese refletindo sobre a relação dessas questões com o feminismo atual e sua interface com as redes sociais e outros meios de comunicação. A última seção procura analisar alguns movimentos, ações e intervenções, onde a *internet* foi protagonista, atuando na distribuição de narrativas, pensamentos, imagens, entre outros, e, como isso acaba estruturando, moldando e dando sentido à luta política travada por algumas mulheres. Vale colocar, ainda, que uso das tecnologias tem promovido, nesses casos, não apenas um espaço de fala e ação, mas, também, uma forte ressignificação de seus corpos, papéis sociais e da própria esfera pública, visto que, esses novos feminismos têm redefinido e quebrado também o dualismo que separa o âmbito público do privado, outra forte premissa da esfera pública burguesa.

À guisa de conclusão, não posso esquivar-me de comentar as vantagens e desvantagens da inserção de novas tecnologias, cada dia mais conectadas, incorporadas, acopladas e distribuídas em nossas rotinas. Por ampliar nossas capacidades de interagir, comunicar e sentir, além de transformar nossa própria noção de corporalidade, esses artefatos moldam e, portanto, transformam a cognição, incidindo na forma como pensamos e vemos o mundo.

Entretanto, ampliar o olhar dado à formação humana, não acarreta, necessariamente, em uma quebra de paradigma, especialmente, no que tange à consolidação da democracia. Ainda que o entusiasmo acompanhe as ideias de extensão e as novas tecnologias e sua relação com a formação política atual, devemos olhar a questão cautelosamente. A circulação das informações, a forma como incorporamos e acoplamos as tecnologias em nosso cotidiano e a maneira como isso impacta a cognição ainda são questões incipientes e quaisquer precipitações analíticas podem levar a construção de visões apressadas, diagnósticos açodados e análises afobadas sobre o tema.

6.1

Internet e esfera pública: considerações relevantes

Antes de entrar, propriamente, nas discussões centrais deste capítulo, acredito ser importante retomar algumas questões e, sob novas considerações, refletir sobre a interface *internet* e esfera pública. Diferentemente do primeiro capítulo, onde apresento a necessidade de transcender o conceito de esfera pública habermasiano, interessa-me pôr em análise o discurso pessimista do autor com relação à navegação na *web* representar ampliação do espaço público. Este sentimento, como veremos, é uma constante na trajetória acadêmica de Habermas e influencia a maneira como entende, descreve e compreende a relação entre a rede mundial de computadores e a esfera pública.

Em 2006, ao lançar uma nota sobre a *web* e sua interface com a democratização do espaço público e, também em 2014¹¹², em uma entrevista publicada na revista eletrônica *resetdog*, o autor afirma que a *internet* apenas reproduz, em outras condições de tempo, espaço e interação as mesmas falhas procedimentais de outras mídias, criando as mesmas patologias na comunicação, entre elas a ausência de interação face-a-face. Em sua visão, a estrutura fluida da *web* é, igualmente líquida¹¹³ na produção de fragmentação das pautas e debates, descentralizando a produção de discursos e bandeiras, dificultando a construção de agendas e bandeiras unificadas. A ausência de interação face-a-face dificulta, sobretudo, a deliberação franca buscando o consenso, fio condutor da democracia, na visão do autor.

Isso significa dizer, em outras palavras, que os espaços públicos, mais de cinquenta anos depois da primeira edição da publicação de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, continuam despolitizados. Em torno deste argumento, Adriano Lubenow (2012) expõe uma interessante reflexão sobre a manutenção do pessimismo de Habermas com relação aos meios de comunicação e seu papel na democratização da esfera pública. De acordo com ele, este sentimento já aparecia nos anos de 1960 e se manteve ao longo de sua trajetória acadêmica e reflexões. O ceticismo, Lubenow destaca, explica-se pela forte influência da primeira geração

¹¹² Disponível em: http://www.resetdoc.org/story/00000022437#.WUvVFjssU_A.facebook. Interview published in the “Feuilleton” of the “Frankfurter Rundschau” of 14/15 June 2014. Questions by Markus Schwerin. Original title: “Im Sog der Gedanken”. Acesso em jun de 2017.

¹¹³ Para usar um conhecido jargão de Bauman.

da Escola de Frankfurt, cujos principais ideais são subjacentes às análises de Habermas destacando-se os efeitos negativos da mídia de massa na mediação da comunicação pública. É próprio desse pensamento a ideia de que os meios de comunicação servem às elites como forma de dominação cultural, social e política¹¹⁴.

No caso de Habermas, vale lembrar, essa mesma crítica é encontrada em quatro momentos¹¹⁵: (a) na forma de uma despolitização da esfera pública graças à concentração de poder, capital e influência dos meios de comunicação de massa na formação da opinião pública, tal como apresentada em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*; (b) em *Teoria do Agir Comunicativo*, quando descreve o papel manipulador desempenhado pelas mídias na colonização do mundo da vida. É nesta esfera que padrões culturais e estéticos são reproduzidos de forma massificada, por isso a esfera pública mantém-se despolitizada; (c) no prefácio de 1990 a nova edição de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, onde Habermas confessa seu descrédito com relação a possibilidade de repolitização e descolonização da esfera pública¹¹⁶; (d) em *Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade* onde, apesar de admitir certa capacidade ofensiva da sociedade civil¹¹⁷, o autor reitera seu pessimismo argumentando que a influência midiática produz um público apático.

¹¹⁴Cf. Adorno & Horkheimer (2011).

¹¹⁵Cf. Lubenow, 2007a, 2007b, 2012.

¹¹⁶Vale dizer que a esfera pública é descrita por Habermas, em *Teoria do Agir Comunicativo*, como espaço social da prática comunicativa, fazendo a mediação entre sistema e mundo da vida. Um modelo comunicativo de esfera pública emerge, então, do quadro teórico da ação comunicativa e, junto com ele, reflexões em torno da ideia de sua repolitização. A comunicação civil começava a ser compreendida como espaço de formação e opinião, trocas de saberes e ideias, pois, estas acontecem independentemente de diretrizes institucionais. Há, nesta construção, uma visão um pouco mais otimista da interface entre os meios de comunicação e esfera pública. À época, conceitos como cidadania, sociedade civil, democracia, ação política, entre outros, estavam sendo reajustados para adaptarem-se a emergência e disseminação de diversas instituições e organizações da sociedade civil, que atuavam no espaço público independentemente do Estado. É possível dizer que foi graças a este clima de revisão conceitual que a ideia de espaço público como constituído por diferentes esferas públicas, tal como apresentado por Calhoun et.al, (1992), ganhou notoriedade. Passaram a ganhar importância esferas públicas informais, formais, autônomas, subalternas etc. que, apesar de não fazerem parte do sistema político-administrativo, tinham forte influência política. Além de atuarem politicamente, a construção dessas redes mostrou-se capaz de acionar os meios públicos de comunicação, contribuindo para colocar determinados temas em pauta nos espaços deliberativos e decisórios.

¹¹⁷A partir de uma conotação um pouco mais positiva sobre o poder de influência e ação da sociedade civil, emerge um conceito de esfera pública mais ofensivo e junto com ele um novo modelo de democracia. Em *Direito e Democracia*, Habermas conceitua a esfera pública de uma forma menos abstrata, não a limitando ao papel de mediação entre sistema e mundo da vida. É possível dizer, então, que ela ascende também, enquanto um espaço epistêmico, do agir

Acredito haver um quinto momento que, de acordo com meu ponto de vista, perpassa as ideias de Habermas contidas em um artigo de 2006 e em entrevista de 2014, já mencionados. Tal como veremos a seguir, a ideia da despolitização da comunicação pública ganha ainda mais força, pois, não se trata, somente, de lutar contra a colonização do espaço público, como nos primeiros e segundos momentos, mas de intensificar a necessidade de detectar e consertar falhas procedimentais na própria deliberação. O papel das mídias é colocado, implicitamente, em cheque, especialmente sua atuação na mediação da presença. Corroborando com a ausência do contato face-a-face, pressuposto importante na esfera pública burguesa, sempre tomada como referência de Habermas para pensar os espaços públicos, os meios de comunicação funcionam como mediadores e não transmissores de mensagens e conteúdos. Neste sentido, não é apenas o tipo de conteúdo que será vinculado, mas a maneira como é exposto que merece redobrada atenção.

Devo dizer, primeiramente, que com a disseminação da *internet*, em especial da comunicação pública mediada pelas redes sociais, acredito não ser mais possível sustentar a tese da existência de um público, homogeneamente, despolitizado, fruto da mediação dos meios de comunicação de massa. A defesa de que somos receptores passivos e manipulados pelas mídias é uma reflexão insustentável para os dias atuais. Já vimos, quando citei o livro *Dos Meios às Mediações* de Martín-Barbero (2009), que não existem meros receptores do discurso e que, apesar de, estruturalmente, a mídia de massa construir uma despolitização da comunicação pública, isso não exclui a possibilidade de agir sob as brechas, repolitizando os espaços públicos, dadas as atuais configurações midiáticas¹¹⁸.

comunicativo, que é reflexivo. São nas esferas informais de deliberação e discussão que temas de interesse público podem ser conduzidos até as esferas públicas formais, ou seja, dos fluxos comunicativos demandas oriundas das esferas informais podem ser transformados em poder comunicativo e influenciar a agenda de discussões de instâncias formais de decisão, legislação e deliberação.

¹¹⁸ Esse agir, contornando a dominação cultural, é um argumento central para Martín-Barbero e a crítica que desenvolve à Escola de Frankfurt. Em sua visão, é na reapropriação cultural do conteúdo e usos da mídia que podemos vislumbrar possibilidades de construir uma cultura da resistência. Nos dias atuais, em boa parte graças ao advento das novas mídias, são flagrantes as diversas formas de apropriação dos usos dessas tecnologias pelo público. Smartphones podem ser, sem muita resistência, considerados uma das maiores armas políticas dos cidadãos comuns do século XXI.

Uma relativização dessas brechas, entretanto, precisa ser feita. O ano de 2015 ficou marcado pela criação de *hashtags* feministas por associações, grupos e, também, por mulheres anônimas. Uma delas #PrimeiroAssédio, criada pela ONG Think Olga, foi uma reação a uma série de *tweets* inapropriados publicados por homens adultos referindo-se, sexualmente, a uma menina de doze anos que participava de um programa de culinária para crianças¹¹⁹. A *hashtag* foi lançada pela organização com o intuito de convidar as mulheres, de todo o país, a tornarem públicas suas experiências pessoais e contarem ao mundo o seu primeiro assédio.

A campanha teve muito sucesso, se não fosse pelo conteúdo de suas narrativas que disseminaram pelas redes uma triste realidade: praticamente, todos conheciam uma mulher que já havia sofrido assédio sexual na infância. Dada a imensa repercussão da *hashtag*, o jornal *O Globo* publicou uma matéria onde alguns homens contaram que, ao lerem os depoimentos na *internet*, se deram conta de que já foram abusadores. O mesmo jornal, a partir daí, lançou uma nova *hashtag* #meaculpa, para que os mesmos pudessem reconhecer seu machismo, pedir desculpas à sociedade e às mulheres em geral ou mesmo debater a questão.

Este caso é interessante. A partir dele é possível visualizar uma espécie de inversão da brecha, já que o assunto debatido nas redes sociais foi apropriado pela grande mídia, gerando uma outra discussão, cujo cerne deixou de ser a vítima, passando ao algoz. Esse apoderamento gerou grande desconforto entre algumas ativistas. De acordo com umas delas, “a iniciativa foi roubo de protagonismo, tirando a atenção da voz das mulheres, há muito silenciada, para dá-la aos homens. É hora dos homens ouvirem, em vez de se apressar para falar”, acrescentou¹²⁰.

A partir das reflexões de Habermas, é possível analisar a questão da seguinte maneira: a camuflagem da real discussão (despolitização) se constrói quando o jornal direciona seu foco ao sentimento masculino e não feminino, tal como proposto, inicialmente, pelas idealizadores do debate. Esse desvio deve ser entendido, então, como pertencente a um conjunto de falhas procedimentais nos processos públicos de deliberação. A ênfase do artigo, *Political Communication*

¹¹⁹ Notícia disponível em: <http://azmina.com.br/2015/12/2015-o-ano-das-hashtags-feministas/>. Acesso abril de 2017.

¹²⁰ Idem nota anterior.

in *Media Society* (HABERMAS, 2006) acaba recaindo sobre as influências negativas das mídias nas dinâmicas de comunicação de massa, acarretando em patologias no debate público.

Após debruçar-se sobre algumas pesquisas empíricas que implantaram o seu próprio modelo de procedimento deliberativo na construção de preferências políticas, Habermas atesta falhas procedimentais, propondo um novo modelo comunicativo de legitimação deliberativa. De acordo com o diagnóstico apresentado, os meios de comunicação de massa, ao mediar a comunicação política, orquestram uma espécie de ruído nos debates, enviesando-os. O caso mencionado acima é um exemplo, entre muitos, de como a cobertura midiática pode apropriar-se da condução dos debates¹²¹.

Em resumo, Habermas sustenta a tese de que o estabelecimento da agenda e discussão política ainda é inserida, no âmbito público, pela mídia de massa. No caso da *internet*, que pode representar uma brecha nesse pessimismo, o autor pontua que ela reproduz o mesmo cenário de dominação, a enxergando como uma continuação e não ruptura. Em sua visão, apesar de modificar um pouco a lógica emissor-receptor, a *internet* não se liberta da mesma estrutura de poder que também aprisiona outros meios de comunicação. Vale colocar que o pressuposto de que a *internet* não é democraticamente livre e acessível é implícita. Desse modo, os efeitos negativos da cultura de massa podem ser considerados o cerne da crítica e do pessimismo de Habermas com relação a *web* ser considerada um avanço democrático no tocante à deliberação pública.

O que mais chama a atenção no olhar negativo do autor, entretanto, não é a manutenção do pessimismo em si, mas sua persistência em utilizar um vocabulário que valoriza a interação presencial, a boa conversa franca buscando consenso e a argumentação via discurso verbal como base de suas reflexões sobre a interface entre *internet* e esfera pública. Pensar desta forma, quando podemos

¹²¹ Um dado é fundamental. Nas pesquisas observadas por Habermas (2006), seu modelo deliberativo obteve sucesso em grupos focais, cujos participantes, ao seguirem seus procedimentos, puderam vivenciar com êxito a experiência formativa e reflexiva de atuar, deliberadamente, na esfera pública. Em via de regra, houve a busca pelo consenso, pelo entendimento mútuo e mudança de opinião sobre os temas propostos. Chama atenção, entretanto, que em esferas públicas nacionais e internacionais esse “clima” deliberativo, simplesmente, não se repete. O autor sugere que isso se deve a falhas no procedimento deliberativo, sendo uma delas, a mediação da comunicação pública via meios de comunicação de massa. Sua conclusão é que essa mediação é uma das principais causas da despolitização do debate público.

mediar presenças por tecnologias conectadas a *web* ou interagir com pessoas, em tempo real, desconsiderando barreiras espaciais, é transpor à realidade atual características observadas em outros momentos, para criticá-la. Soa-me, no mínimo inadequado, para não reafirmar, anacrônico.

Na visão de Kellner (2009), Habermas não considera a *internet* como esfera pública contemporânea porque o modelo de comunicação presente na sociedade burguesa (o modelo original) era a interação face-a-face e não a mediada pela tecnologia. A *web* é vista, então, como espaço propício não a união e consenso, mas propensa à fragmentação, à desorganização e à descentralização. Ilhas de discussão que podem reduzir, ainda mais, a possibilidade de transformar a conversação civil em deliberação nas esferas formais. Como aponta Rheingold (2007), parece que Habermas não entendeu a *internet*, visto que, este autor ainda insiste em analisar a esfera pública partindo do ideal liberal burguês, que o acaba cegando diante da possibilidade de assistir e participar da própria revitalização de seu conceito, dadas as novas condições midiáticas em jogo. É válido acrescentar que este ponto é, igualmente, destacado por Kellner (2009).

É realmente curioso que Habermas, o teórico da ação comunicativa e da Razão Comunicativa, que valoriza a linguagem e a capacidade humana de elaboração, reflexão, argumentação, expressão e, sobretudo, transformação de ideias, não admita que o advento da *web* tenha transformado o conceito de espaços públicos. Em 2014, apesar de elaborar um pouco mais suas reflexões sobre a *internet* e sua interface com a esfera pública, continua afirmando que a fragmentação dos discursos é um empecilho à Democracia. Em entrevista realizada por Markus Schwering, ao ser indagado se a *internet* traz benefícios ou malefícios à democracia, ele responde:

It is neither one nor the other. After the inventions of writing and printing, digital communication represents the third great innovation on the media plane. With their introduction, these three media forms have enabled an ever growing number of people to access an ever growing mass of information. These are made to be increasingly lasting, more easily. With the last step represented by Internet we are confronted with a sort of “activation” in which readers themselves become authors. Yet, this in itself does not automatically result in progress on the level of the public sphere. Throughout the nineteenth-century – with the aid of books and mass newspapers – we witnessed the birth of national public spheres where the attention of an undefined number of people could simultaneously apply itself to the same identical problems. This however, did not depend on the technical level with which facts were multiplied, accelerated, rendered lasting. At heart, these are the same centrifugal movements that still occur today in the web. Rather, the classical public sphere stemmed from the fact that the attention of an anonymous public was

“concentrated” on a few politically important questions that had to be regulated. This is what the web does not know how to produce. On the contrary, the web actually distracts and dispels. Think about, for example, the thousand portals that are born every day: for stamp collectors, for scholars of European constitutional law, for support groups of ex-alcoholics. In the mare magnum of digital noises these communicative communities are like dispersed archipelagos: there are billions of them. What these communicative spaces (closed in themselves) are lacking is an inclusive bind, the inclusive force of a public sphere highlighting what things are actually important. In order to create this “concentration”, it is first necessary to know how to choose – know and comment on – relevant contributions, information and issues. In short, even in the mare magnum of digital noise, the skills of good old journalism – as necessary today as they were yesterday – should not be lost.¹²²

Há de se criticar sua não aceitação sobre o espaço dos fluxos ser mais complexo do que sua redução a pequenas ilhas de conversações e compartilhamento de opiniões. Sobre a opinião de Rheingold, não é que Habermas não tenha entendido a *internet*, acredito que ele não a considera enquanto uma nova mídia, no sentido de significar um rompimento com a lógica de poder que estruturou e colonizou o espaço público, colocando-a em pé de igualdade com outros meios de comunicação. Ela nasce e se desenvolve dentro da mesma estrutura midiática que rege a cultura de massas.

Nesse sentido, penso, se para Habermas a *internet* não se diferencia muito da TV, por exemplo, o problema em torno da democratização do espaço público e de sua politização não é, propriamente, midiático, em sua visão, mas de linguagem. Ou seja, a forma como nos comunicamos precisa ser modificada para que a deliberação pública promova uma democratização da esfera pública. Ele acredita, e com razão, que a rede mundial de computadores não representa uma descontinuidade com relação às outras mídias. Neste sentido, há de se reforçar em sua defesa, que o enfoque de sua problemática enfatiza mais a validação do discurso do que a formação da opinião via os meios de comunicação. O papel de mediadores, como colocado, é uma patologia, mas que não será resolvida com a inserção de um outro meio, pretensamente mais ou menos democrático, mas com novos procedimentos deliberativos, cuja interação face-a-face reassuma a dianteira do debate público, pois só ela é capaz de sustentar a deliberação franca, visando consenso. Seu esquivo de um debate mais amplo sobre o tema, olhado sob esta perspectiva, seria justificável.

¹²²Disponível em: <http://www.resetdoc.org/story/00000022437>. Acesso em junho de 2017.

Contudo, tendo em vista as temáticas levantadas nesta tese, a questão deveria ser encarada de outra maneira. Se a *internet* amplia ou não a esfera pública, enquanto meio de comunicação, isto não é o mais relevante. Há uma interface entre a esfera pública virtual e a cognição, passando pela materialidade envolvida nos processos de interação que inclui o corpo e o contato sensorial que trava com o mundo que é desconsiderada por todas essas análises. O ambiente interativo que ela abriga, incluindo seus materiais, produções de presença e experiências sensoriais moldam e modificam a cognição, a partir do momento que a inserção dessas tecnologias, em nossas rotinas cognitivas, torna-se acoplada e transparentes em uso (CLARK, 2007). Acredito, então, que o papel da esfera pública não deva ser reduzido a espaço de transmissão ou mesmo de mediação e deliberação de ideias e opiniões, mas parte constitutiva do complexo aparato cognitivo do qual ela pertence e é fruto.

Voltando ao recorrente pessimismo de Habermas, Kellner (2009) chama atenção para a necessidade de ultrapassá-lo e transcendê-lo, pois é inegável que, nas sociedades contemporâneas, a alta tecnologia dos meios de comunicação contribui, de forma significativa, na expansão e redefinição não só da esfera pública, mas de todos os espaços de ação e interação dos indivíduos. Na visão deste autor, o papel das mídias vai além de instrumentos de expressão, difusão e distribuição de discursos, pois integram-se às nossas rotinas, fazendo parte da política, da economia etc. Desse modo, é tanto pelo viés da natureza da mídia em nossa sociedade (KELLNER, 2009; LUBENOW, 2012), quanto pelo de seu acoplamento às nossas vidas diárias e rotinas cognitivas que a esfera pública necessita de um olhar transhabermasiano. Como coloca Kellner:

In my view, Habermas does not adequately theorize the nature and social functions of contemporary media of communication and information, they are for him mere mechanisms for transmitting messages, instruments that are neither an essential part of the economy or polity in his schema, and of derivative importance for democracy in comparison to processes of rational debate and consensus in the lifeworld (KELLNER, 2009, p.14)

Pela citação, é possível corroborar com a ideia de que não é apenas a *internet* o meio de comunicação não compreendido por Habermas, faltam-lhe reflexões mais aprofundadas sobre uma teoria de mídias, tema que, de forma geral, pouco aparece em suas reflexões. As tecnologias da informação e os meios de comunicação são considerados, como já colocado, instrumentos de dominação

e alienação, *a priori*. E este pressuposto forte (LUBENOW, 2012) acaba atrapalhando a aceitação de outros princípios que ajudariam a compreender melhor seu próprio conceito (KELLNER, 2009).

É importante remarcar, portanto, que não devemos pautar a caracterização do conceito de esfera pública apenas pela sua interface com as mídias, ou mesmo a relacionando, exclusivamente, com a formação da opinião via discurso verbal. O enfoque deste trabalho, como já ficou claro, é fazê-lo em sua interface com a cognição, defendendo que os espaços públicos são locais formativos para além dos atos de fala, tal como podemos inferir a partir das leituras de Habermas e seus comentadores. Nesse sentido, venho afirmando que se deve ultrapassar Habermas também por esse viés, cuja concepção descarnada de racionalidade o leva a criar um conceito, igualmente, descorporificado de esfera pública, reduzindo-a à sua vertente discursiva. Deve-se transcendê-lo porque o corpo é reduzido ao gestual do discurso, desvalorizado enquanto constitutivo da racionalidade, do pensamento e da própria linguagem.

A questão para Habermas, acredito, não é um problema em revisar seu conceito, até por que o fez em quatro momentos distintos de sua carreira acadêmica e o fez, novamente em 2006. O problema é que essa revisão foi feita sob o paradigma procedimental da comunicação, ou seja, pela ótica da validação do discurso e da forma como nos comunicamos, apenas. O enfoque dado foi a interface linguagem e esfera pública, novamente. A linguagem em interação assume, mais uma vez, a dianteira do pensamento habermasiano. Menos preocupado com a formação conceitual ou mesmo em como as opiniões e ideias são construídas, apesar de chamar atenção para o papel das mídias neste processo e considerá-lo uma patologia da comunicação, o enfoque de Habermas continua sendo *a posteriori*. Preocupa-se em como, depois de elaboradas, as opiniões podem ser validadas via discurso verbal. É neste ponto que a hermenêutica e a pragmática formal emergem em suas discussões como temas obrigatórios, direcionando seu enfoque ao significado, a pragmática e a linguagem verbal. E é dentro dessa constante - linguagem, pensamento e ação - que a formação política, na esfera pública habermasiana, encontra espaço para ser compreendida enquanto fruto de atos de fala engendrados por uma racionalidade que é sinônimo de pensamento articulador de ideias constituído linguisticamente.

Assim, ao desconsiderar o corpo em ação e suas associações materiais, reduzindo a esfera pública à sua condição discursiva, atrelada à concepção de sujeito interpretativo dotado de racionalidade comunicativa, Habermas sentencia a formação política, compreendida sob à luz de suas ideias, ao mesmo imperativo da hermenêutica e dos significados construídos pelos atos de fala. A esfera pública torna-se, então, o lugar do discurso e da reflexividade, um espaço epistêmico e não um local de vivências e experiências. Defendo, no entanto, que análises sobre a formação política feitas sob o enfoque da linguagem, deveriam incluir os efeitos não somente de sentido, que a hermenêutica e os procedimentos discursivos abrangem, mas, especialmente, efeitos de presença, oriundos da base material da comunicação, desprezada das análises acima citadas seja na interface entre linguagem e esfera pública, seja em sua relação com as mídias.

Antes dessa discussão, entretanto, outro importante aspecto da formação política atual, deve ser considerado: o papel da esfera pública virtual como tecnologia cognitiva, no sentido de ser constitutiva de nosso aparato cognitivo e não mera mediadora dos discursos em interação. A vertente cognitiva da esfera pública virtual, forjada a partir de um sistema estendido de cognição, teve suas bases conceituais, previamente, discutidas no capítulo 3 desta tese. Proponho pensá-la, neste momento, em sua interface com a formação política atual pela ótica da *web-extended mind*, incorporando não somente os artefatos ao aparato cognitivo estendido, mas o próprio conteúdo da *web* como extensão de nossas mentes.

6.2

Formação política e cognição estendida: *web-extended mind*

É preciso dizer, sem demora, que acredito na centralidade da linguagem. Creio que isso é indiscutível, entretanto, não podemos desconsiderar o fato, ainda pouco debatido nos meios acadêmicos, de que é um corpo em ação e associação que é capaz de aprender, de explorar e de significar o mundo. Dessa maneira, não há construção de juízos, nem formação conceitual e, muito menos, formação política sem uma base material e corporal que a sustente. Todavia, a de se pensar essa base material para além de sua integração enquanto instrumento que amplia a cognição, passando a considerá-la constitutiva do próprio aparato cognitivo, moldando-o.

Dentre diversos aspectos desta abordagem, integrada às teses fortes da *embodied cognition* (ROWLANDS, 2010), a analogia das tecnologias à circuitos não-biológicos (CLARK, 2003) marca, por exemplo, a necessidade de repensarmos, não somente nossa cognição e sua base material, mas a própria compreensão da fronteira entre os corpos e o restante do mundo. Outro aspecto interessante é revisitar o papel da linguagem, que seguindo este raciocínio, pode ganhar outras dimensões. Fazendo parte do contato sensorial com o mundo, atuando, não apenas, na função de nomear, representar e interpretar a realidade, a linguagem passa a constituir nosso próprio esquema corporal, integrando, sob o paradigma da extensão, não somente a base hermenêutica, mas material da cognição.

Uma das palavras de ordem é, então, a compreensão material dada ao processo linguístico, que abarca a ideia de que o sentido emerge da forma e que os efeitos de presença causam os efeitos de sentido (Cf. GUMBRECHT 2010a, 2010b). É importante ter em mente, como lembra Gumbrecht, que a linguagem não é composta, somente, por conteúdo e seus significados. A base material, que possibilita a distribuição de discursos, altera o sentido da mensagem, tornando atual a conhecida e célebre expressão “o meio é a mensagem” atribuída a McLuhan. Diferentemente deste autor, entretanto, minha argumentação direciona-se a interface cognitiva que os meios de comunicação estabelecem com seus usuários. O fato das tecnologias da comunicação nos tocarem (Gumbrecht, 2010a, 2010b), nos massagearem (MCLUHAN, 2011) e modificarem a textura de nossa experiência (SILVERSTONE, 2011), permitem que as consideremos aspectos constitutivos de nossa cognição e não mediadoras ou veículos de transmissão do conhecimento sobre o mundo. A linguagem nos toca, materialmente e com isso, modifica e molda a cognição.

Nesta seção, introduzo, primeiramente, reflexões que buscam construir, teoricamente, a ideia de que todo o processo formativo, incluindo a formação política, pode ser forjado em um sistema estendido de cognição. Corpo, mente e mundo, sua intrínseca e simbiótica relação, assim como um breve retorno às ideias de extensão, tal como apresentadas por Andy Clark, merecem novas leituras.

Em seguida, exponho as ideias contidas na teoria da *web-extended mind*, de Paul Smart (2012, 2014, 2016, 2017), pois elas são um interessante veículo para pensar o papel da *internet* na formação política atual, inserindo em seu escopo o

conteúdo da *web* e, não somente, os artefatos tecnológicos como ampliação de nossas mentes. Para ele, a importância da *internet* reside em modificar o contato sensorial com o mundo, modificando nossas rotinas cognitivas, alterando nossos processos de formação. Suas ideias permitem pensar, então, nosso aparato cognitivo como composto além dos corpos e das tecnologias a eles acopladas, incluindo em seu bojo a própria informação que circula no espaço de fluxos como extensão de nossas mentes.

6.2.1

Formação política atual: um processo estendido de cognição

Tal como vimos no terceiro capítulo, o funcionalismo ativo é uma base teórica importante para pensar a cognição nos termos do externalismo ativo e dos processos de formação considerados sob o paradigma da extensão. Da maneira como argumentei, não se trata de superar o funcionalismo, mas ampliar e estender sua concepção. A ideia é que o corpo, o cérebro e o mundo formam uma unidade que funciona numa relação simbiótica e de complementariedade, como numa orquestra¹²³.

A premissa de Andy Clark é de que comportamentos inteligentes são guiados por processos cognitivos cuja base é um corpo em associação e ação (acoplado a tecnologias cognitivas), organizado funcionalmente. O que pretende combater, então, são as ideias de que operações mentais executadas pelo cérebro são, em sua essência, um tipo de ação descorporificada.

Um tema interessante, dentro dessa reflexão, é a linguagem. É consensual que ela desempenha papel, extremamente, relevante no desenvolvimento humano, tanto, que é bastante difícil pensar na inteligibilidade de nossas atividades mentais sem ela. Pensamos com palavras, imagens e significados. Porém, mais do que promotora de significados e signos culturais e políticos, a linguagem, na visão de Clark (2006) é uma espécie de andaime externo central. Sem ela, todos os demais cadaquais ruiriam. Seguindo sua lógica, a linguagem é, também, um recurso

¹²³ Vale dizer que é de Luria (1981), integrante da famosa *troika* russa composta por ele, Vigotski e Leontiev, cujo legado, sobretudo às áreas da Educação e da Psicologia, é conhecidamente notável, a ideia de que nosso sistema cognitivo funciona como uma sinfonia e que apesar de haver localizações cerebrais específicas às funções como linguagem ou aos sentidos como visão, elas operam em conjunto.

externo e acoplado que junto com objetos e artefatos funciona como extensão, compondo uma circuitaria que inclui a mente e o corpo estendido.

A ideia continua sendo que devemos ir além de uma imagem passiva do organismo que percebe, reconhece e representa, interiormente, o mundo. Somos ativos e, continuamente, responsáveis pelos eventos mundanos implicados em nossas ações e, conseqüentemente, suas respostas. A esse movimento Clark (1997) denomina *causalidade recíproca contínua*, cuja ação e percepção são atividades indissociáveis que acontecem num espaço-tempo real, presentificado e em forma circular. Neste sentido, também os objetos inanimados ganham caráter ativo nos processos perceptivos, possuindo certo tipo de agência.

O grande mérito de Andy Clark foi pensar os processos de cognição e as atividades mentais como algo promovido interna e externamente. As estruturas externas são apresentadas como, funcionalmente, equivalentes às capacidades cerebrais e são acompanhadas de uma concepção de razão difusa por redes mais amplas que a subjetividade, a reflexividade e a intersubjetividade. Compondo uma terceira via, nos leva a refletir como a formação humana tem sido compreendida e como é possível ampliá-la.

Quando pensamos a formação política, por exemplo, é natural relacioná-la ao intelecto, concebido como algo interior ao indivíduo, atrelá-la à linguagem e a sua participação na construção de opiniões. É caracterizada e reduzida, portanto, ao sentido e ao significado. Mas, podemos aceitar, sem nenhuma problematização, a ideia de que existe uma parte de nós feita para pensar? Venho defendendo ao longo desta tese, ao contrário, que pensamos, sentimos, exploramos e aprendemos com todo o corpo, incluindo suas extensões.

Gostaria de relativizar, então, a ideia de que a construção de opiniões, argumentos e pensamento crítico são as bases centrais da formação política, problematizando a centralidade da hermenêutica em sua caracterização e compreensão. Começo, perguntando-me se devemos restringir e delimitar a tradicional conceituação que damos àquilo que entendemos por formação. Caracterizada como um conjunto de operações e estados mentais que acaba por isolar o corpo dos processos formativos, a experiência política formativa é naturalizada nas reflexões acadêmicas, sobretudo, na área da Educação, como fruto, somente, de rodas de debates, discussões de ideias e pensamento crítico. (AZEVEDO, 2012; BERTEN, 2012; BOLZAN, 2002; BORGES, 2009; GOMES,

2005, 2007a, 2007b, 2009, 2010; MÜHL, 2011; TORRES, MORROW, 1998; RUZ, 1984). Creio que precisamos ir além desse escopo que reduz a caracterização da formação política ao aspecto conceitual e reflexivo da linguagem, forjada no âmbito privado do sujeito e, de certa forma, internamente, processada. Se sairmos do horizonte único da linguagem verbal que orienta essas reflexões, observaremos o quão problemático pode ser reduzir sua caracterização ao sujeito em sua relação com o discurso. Há, também, uma dimensão social e política da cognição, envolta na produção dessa formação política, cujos efeitos das tecnologias, em nossas rotinas cognitivas, não é levado em consideração.

A formação política não é, nesse sentido, algo meramente individual. Quando falamos em *internet*, por exemplo, a partir do paradigma da extensão, é possível descentralizar o processo cognitivo do indivíduo e estendê-lo ao fluxo de informações, tornando o agente parte integrante e constitutiva do sistema, assim como outros materiais envolvidos na cognição. O resultado disso é que tais tecnologias possuem um efeito de presença na formação de nossas opiniões e ideias, ultrapassando a ideia de linguagem atrelada à produção de sentido.

Desse modo, um *notebook* e um *notebook* conectado à internet atuam como tecnologias cognitivas de diferentes formas. Pelo paradigma da extensão e acoplamento, elas ascendem ao *status* de tecnologias cognitivas, pois funcionam como andaimes externos (estruturas externas manipuláveis), carregando em seus cerne efeitos de presença e não somente de sentido (GUMBRECHT, 2010a). Desse modo, agimos não apenas mediados por essas tecnologias, mas em associação, as incorporando e acoplando-as aos nossos corpos, de tal forma, que se tornam transparentes em uso e constitutivas da cognição. Há, desse modo, todo um complexo envolvendo a circuitaria agente-mundo. Uma questão, entretanto, faz-se mais do que pertinente: “what makes such interfaces appropriate as mechanisms for human enhancement is, it seems, precisely their potential role in creating whole new-agent-world circuits?” (CLARK, 2007, p.4).

Como resposta, há duas teses possíveis, uma forte e uma fraca (ROWLANDS, 2010). A primeira defende que a inserção de certos artefatos e tecnologias, ao transformarem o funcionamento de todo o sistema, alteram a cognição. A segunda, em contrapartida, alega que esses artefatos servem como mediadores e, na verdade, a cognição acontece no interior dos indivíduos.

Clark, alia-se, claramente, às teses fortes. Aquilo que somos é fruto de uma série de negociações entre a biologia e os artefatos que compõem nossa rotina cognitiva. A tese central é que os seres humanos são criaturas profundamente incorporadas (*profound embodied agent*). Isso se deve, em grande parte, a plasticidade neuronal, que, atrelada ao uso transparente de determinadas tecnologias, passam a operar em um novo sistema, fazendo emergir uma nova circuitaria agente-mundo sob à luz de sua interface com os objetos¹²⁴.

Contudo, não é só a cognição que merece um novo olhar ao ser redefinida pelo paradigma da extensão. A própria ideia de mente estendida merece uma espécie de adendo quando o enfoque são, especificamente, as tecnologias conectadas em rede e não artefatos privados e pessoais (sem acesso a *web*) que usamos como extensão de algumas operações e funções mentais. Essa reflexão é necessária, pois, permite que o próprio conteúdo da *web* seja incorporado ao aparato cognitivo como seu aspecto constitutivo, inserindo nas reflexões sobre a extensão da mente sua dimensão social e política.

6.2.2

Web-extended mind

O capítulo final desta tese, como já exposto, tem o principal objetivo de caracterizar o que venho chamando de formação política. Ao longo do percurso, acredito ter demonstrado que, de acordo com meu entendimento, os processos formativos humanos devem ser compreendidos dentro da perspectiva do sujeito incorporado e situado. Isso significa seguir, sobretudo, orientações teóricas que busquem apreender a cognição humana como resultado de uma variante acentuada de contextos que envolvem a interação corporificada e incorporada do indivíduo com o mundo. É, então, sob prerrogativas dos 4E: *embodied, embedded, enactive e extended* (CLARK, 2014; PAUL SMART, 2014) que procuro minhas respostas.

Dentro da perspectiva estendida e distribuída dada a cognição, considerando sua interface com as tecnologias conectadas em rede, Paul Smart (2012, 2014, 2016) acredita que a *internet* deve fazer parte das discussões da *embodied cognition* porque ela integra e constitui nossas “*embodiment interactions*”. Em

¹²⁴ A noção de *soft self* levanta, tanto na área da Filosofia, quanto na área das Ciências Cognitivas e Psicologia, inúmeros debates e discussões sobre a identidade e o sentido dado ao *self*, discussões que não cabem aos contornos desta tese.

outras palavras, a *internet* é encarada como *environment*, no sentido de pertencer à ecologia cognitiva, moldando e constituindo o desenho do aparato cognitivo. O primeiro pressuposto defende que a *web*, por integrar o contexto em que processos cognitivos ocorrem, molda o aparato cognitivo. Outro é que a *internet* pode ser compreendida à luz da ideia de corpo-estendido (*extended-body*). A reflexão central deste é problematizar a ideia de corporeidade, perguntando-se o que, genuinamente, compõe o corpo. Certamente, o que caracteriza meu corpo biológico é sua fronteira carnal, mas posso dizer o mesmo sobre o corpo envolvido e constitutivo do aparato cognitivo?

“This, of course, opens the door to cognitively-potent forms of ‘corporal incorporation’ involving a variety of non-biological resources.” (SMART, 2012, p.265). O autor traz o exemplo dos aplicativos e artefatos, que, acoplados ao corpo, permitem medi-lo, acessá-lo e acompanhá-lo, como por exemplo o monitoramento cardíaco em uma corrida. Seu argumento é de que esse “*self-tracking*” permite um rearranjo cognitivo proveniente do estímulo sensorial dado ao acesso de seu conteúdo. A informação disponível no *display* é capaz de fazer-me acelerar ou diminuir a velocidade dos meus passos. O mesmo acontece com um GPS. Em uma viagem à um lugar desconhecido, é comum seguir suas orientações sem muito pestanejar. Confiamos nessas informações e, dificilmente, contestamos suas indicações.

Essas tecnologias adequam-se aos princípios que norteiam o paradigma da extensão: acoplamento, acessibilidade, disponibilidade e confiabilidade, mas, apesar de acopladas, confiáveis, acessíveis e transparentes em uso, diferenciam-se da forma como o caderno de notas de Otto comporta-se como extensão de sua mente. Como vimos no segundo capítulo, o conteúdo do bloco (que representa suas crenças, ou seja, aquilo que ele acredita ser o real) pode ser considerado uma extensão de sua memória, pois, desempenha a mesma função de sua memória biológica em recuperar as informações, que, no caderno, encontram-se anotadas. Na teoria da mente estendida, o conteúdo escrito no caderno guia as ações de Otto, por isso é possível considerar que sua mente estende-se ao caderno. Otto possui o controle da manipulação do conteúdo. É ele quem escreve no caderno. O critério da confiabilidade, guiando-se nesta experiência mental, emerge como um importante argumento do paradigma da extensão.

Em análises sobre a *internet*, entretanto, a extensão da mente deve ser olhada de outra forma. Diferentemente da tese original, defendida por Chalmers e Clark em 1998, a *web* não comporta-se, funcionalmente, como um determinado estado ou operação mental, como no exemplo do caderno de notas de Otto. Pensando este exemplo e o inserindo em uma realidade, cujos artefatos conectados em rede assumem a ponta dianteira de nossas rotinas, posso afirmar que, com o mesmo intuito de ir ao MOMA, se Otto tivesse se orientado pelo aplicativo de celular *Google Maps*, chegaria ao museu? Sim, ele certamente deixaria se levar pelas orientações do *site* e, exatamente da mesma forma, alcançaria seu destino. A diferença é que no caso do caderno de notas seu conteúdo é sempre criado e manipulado pelo usuário, mas no caso da *web* isso não acontece.

O que circula na rede mundial de computadores, enquanto dados, imagens, informações e narrativas é algo que pertence e é manipulado pela própria rede. Não há, portanto, um sujeito que possa ser apontado como o responsável pela criação, extensão e manipulação desse conteúdo, simplesmente, não podemos precisá-lo. É como se a *internet* fosse um grande e aberto bloco de notas onde diversas pessoas, a partir de distintas crenças, fossem responsáveis por distribuir e estender tanto suas visões de mundo, quanto parte de seus conteúdos mentais. A ideia de *web-extended mind* nasce, então, da necessidade de ampliar o conceito tradicional de mente estendida o adequando a realidade interativa que a navegação na *web* assume nos dias atuais.

Há uma discussão que não posso me furtar de fazer. Paul Smart argumenta que ao incluir a *internet* nas discussões da *embodied cognition* pelo paradigma da extensão, a mente estendida torna-se uma tese fraca, visto que os materiais apenas fazem a mediação do conteúdo que circula na *web*, ou seja, desconectados, esses utensílios são instrumentos e não constitutivos da cognição. Em sua visão, a cognição distribuída, nesse caso, serve como um aporte teórico mais indicado para refletir sobre a interface entre a *internet* e a cognição. Há, entretanto, de se ponderar algumas de suas colocações, sobretudo, com relação à própria visão de Andy Clark sobre a *internet*.

Em artigo publicado na coletânea intitulada: *Philosophical Engineering: Toward a Philosophy of the Web*, editada por Harry Halpin e Alexandre Monnin, Clark (2014) defende que é necessário, ao se pensar uma filosofia da *web*, tomá-la

dentro da tese forte da *embodied cognition*. Defende que a *web*, assim como outros materiais, molda nosso aparato cognitivo, pois é, igualmente, constitutiva do amplo espectro interativo, associativo e estendido na qual a cognição acontece. Ao integrar-se às nossas rotinas cognitivas diárias, a navegação na *web* ascende à condição do que pontuou como tecnologia transparente em uso (Clark, 2014), possibilitando que a mesma atue na constituição do sistema cognitivo estendido que envolve o agente cognoscente, seu corpo biológico associado a artefatos técnicos não-biológicos em seu espaço de ação exploratória.

Acredito que o grande mérito de Paul Smart (2012) foi chamar a atenção para a abordagem individualista que o paradigma da extensão constrói em seus argumentos. Observando o espaço de fluxos e das redes pela lente da mente e da cognição estendidas, a forma acoplada e de fácil acesso, atrelada a mobilidade e a confiabilidade com que utilizamos *smartphones*, *tablets* e outras tecnologias (dispositivos que me permitem navegar e acessar suas informações e conteúdo), modificam não somente a maneira individual, mas, também, coletiva de acessar, agir, explorar e conhecer o mundo. Penso ser este o passo além dado pela noção de *web-extended mind* com relação a teoria da mente estendida.

Não concordo, contudo, com a crítica de que a ideia de extensão da mente torna-se fraca aos olhos da *embodiment cognition* quando utilizada para pensar a interface *internet* e cognição. Se partirmos do pressuposto de que acesso à *web* é uma função desses dispositivos e se escolho navegar *nainternet*, os manipulo com essa intenção. O que acontece depois é o mesmo. A partir do acesso do conteúdo guia-se as ações.

Outra via, cujas ideias defendidas por Clark (1997, 2001, 2003, 2005, 2006) garantem seu lugar nas teses fortes da *embodied cognition*, é o seu entendimento sobre a linguagem como base material e corporal da cognição, no sentido de que ela complementa outras formas básicas de processamento neuronal. A incorporação e uso da linguagem envolvem diversos circuitos neurológicos funcionando em complementariedade e harmonia. Ela é, deste modo, tanto fruto, quanto ingrediente dessas circuitarias, pois advém delas e incide sobre elas, ao mesmo tempo. Sua atuação, neste sentido, vai além de seu papel na tradução de códigos, de signos ou mesmo de semântica e hermenêutica. Vai além da comunicação. Seu papel relaciona-se, também, a coordenação dessas dinâmicas biológicas. A linguagem internalizada é, então, poderosa e fundamental para a

própria construção de nossos circuitos neuronais, pertencendo ao aparato cognitivo.

Outro aspecto relevante é a maneira como a linguagem é descrita, atuando como unificadora das fronteiras entre o interior e o exterior, diminuindo o pensamento de que esses domínios da existência humana, sejam pólos separados e díspares, rompendo, inclusive, com a tradicional ideia de que a linguagem faz a mediação do conhecimento e que é instrumento do pensamento.

Paul Smart (2012) segue, portanto, o mesmo teor de outras críticas que Chalmers e Clark receberam, no caloroso debate publicado em 2010, sob o título *Extended Mind* (Menary, et.al.). A maioria delas não se dirigiram a ideia de que algumas tecnologias desempenham, funcionalmente, o mesmo papel de certos componentes biológicos do nosso aparato cognitivo. Entre os debatedores, havia certo consenso que uma máquina de calcular, ou mesmo papel e caneta são recursos que ampliam a capacidade humana de resolver uma operação matemática que envolva mais de 3 algoritmos. O que se perguntavam era se a capacidade cognitiva de calcular era afetada pela inserção do objeto como constitutivo do sistema cognitivo. Pensemos no aparelho de GPS. Posso afirmar que seu uso amplia a capacidade de localização espacial ou alarga, enquanto recurso, minhas estratégias de locomoção?

Diferentemente desses questionamentos, Paul Smart (2012) coloca-se como um aliado crítico de Clark, sob outra ótica, chamando atenção para o caráter centrado no sujeito da perspectiva da mente estendida, tal como teorizada em 1998, restringindo-se a pensar o indivíduo e a sua manipulação do meio externo e, como isso, incide em suas ações individuais. A teoria da mente estendida é perfeitamente cabível em exemplos como o de Otto, mas como compreender melhor essa ideia, à parte dos seus efeitos individuais? Atentar para esta possibilidade é, sem sombra de dúvidas, um grande mérito de Paul Smart.

Ao olhar para a *internet* e seu potencial interativo, fica difícil não ceder a tentação de tomá-la como um espaço de inteligências coletivas e saberes compartilhados, nos remetendo, quase que naturalmente, a pensá-la dentro de um paradigma estendido e distribuído de cognição. É importante salientar, entretanto, que a noção de mentes e inteligência coletiva já havia sido problematizada, anteriormente, por Lévy.

Diferentemente, no entanto, este autor não trabalha na perspectiva da extensão e distribuição da cognição e, sim, no que diz respeito aos efeitos da inteligência coletiva (virtualização da inteligência) e como esta incide na inteligência pessoal e construção do sujeito. Apesar de se diferenciarem com relação à natureza da cognição, é preciso ser dito que ambos defendem a ideia de que a *web* corrobora com a dimensão social da cognição. Ou seja, na maneira como uma série de habilidades cognitivas são incorporadas e compartilhadas por um determinado grupo social.

No caso da *web-extended mind* o mergulho, a meu ver, é mais profundo, pois preocupa-se na forma como o acoplamento de tecnologias conectadas à *web* modificam, não apenas, nossas experiências, inteligência e identidade, mas o próprio desenho do aparato cognitivo, assumindo o compromisso de compreender a *internet* como tecnologia cognitiva e não um mero espaço de interação, navegação e mediação. Seu conteúdo, desse modo, vai além de uma virtualização de mentes coletivas individuais, enfocando a ideia de uma mente coletiva que é estendida.

Há um outro ponto que merece ser comentado. De acordo com este paradigma, a interação face-a-face deixa de ser um problema, tal como apontada por Habermas, e passa a ser uma condição. O processo interativo da *web* tem como uma de suas características essenciais a mediação da presença feita pela tecnologia. É, então, um corpo-estendido (SMART 2012, 2014) que trava relações nesse espaço de fluxos e, por isso, tem experiências sensoriais que devem ser consideradas não dentro de uma perspectiva dualista entre o real e o virtual, mas no mesmo horizonte de quaisquer outras experiências “reais”. Mencionei que *smartphones*, por exemplo, desempenham papel de companhia e, não necessariamente, por que utilizamos o aparelho para nos conectar com outras pessoas, mas pela própria relação com o artefato. Utilizamos esses artefatos, conectados ou não, como extensão de nossas mentes, corpos, emoções, sentidos etc.

Como disse, podemos escolher tomar outro caminho do escolhido por Habermas, onde seria possível considerar a ausência de interação face-a-face não um problema à democratização da esfera pública e à formação política atual. Considerando uma nova forma de compreender o que entendemos por presença, tal como o fiz no capítulo anterior, como ignorar a existência de corpos que falam

e agem, virtualmente, permitindo que mesmo sem a presença física do outro, seja possível construir uma interação face-a-face? Voltaremos a esse tema ao final do capítulo, por ora, é necessário apresentar a formação política atual e sua interface com a linguagem.

6.3

Formação política como efeito de presença

A formação política tem na linguagem um componente central. Entretanto, focando somente na semântica, limitamos seu efeito à produção de sentido, encerrada na ordem dos significados, ou seja, desprovida de substancialidade. Quando pensamos em formação política e sua possível caracterização, logo vem à mente noções como pensamento crítico, formação de juízo e de opiniões. Aos materiais, relega-se à função de veículos do conteúdo das mensagens que serão alvo de interpretação, pensamento crítico, formação de juízo etc. Ao próprio corpo, enquanto primeira mídia (PEREIRA, 2006), reduz-se sua participação ao gestual, alicerce do sentido e transmissor de significados. Nesse sentido, a hermenêutica predomina enquanto orientação teórica para pensar a formação humana, pois é ela quem permite a construção de ideologias, opiniões e juízos.

A linguagem, tal como vimos no capítulo anterior, para além de sua vertente significativa, também é uma questão para Gumbrecht (2010). Tal como coloca, a cultura do sentido deixa escapar a materialidade e sua importância crucial na produção dos significados. Acredito que suas reflexões e a de Clark (2005, 2006) complementam-se, no que tange a visão da linguagem para além, da perspectiva hermenêutica e da pragmática formal, onde podemos, de certa forma, localizar o pensamento de Habermas. Recaptulando, para este autor, a centralidade da linguagem entrelaça-se à formação de uma Razão Comunicativa que emerge dos atos de fala de um sujeito reflexivo, formado intersubjetivamente. Já no caso dos outros dois, os processos de significação do mundo perpassam, obrigatoriamente, uma relação material do corpo com a linguagem, aspecto não considerado pelas reflexões habermasianas.

Vale esclarecer, entretanto, que o sentido dado à materialidade por Gumbrecht segue um rumo distinto do tomado por Clark. Diferentemente deste, o corpo é a base material da linguagem, não porque acopla-se à biologia humana, integrando-se aos circuitos neuronais, a partir da plasticidade cerebral (CLARK,

2007), ou mesmo enquanto *input* externo criado e manipulável (CLARK, 2006). Para Gumbrecht (2010a, 2010b), a importância da materialidade da linguagem relaciona-se ao próprio contato sensorial produzido pelos suportes materiais dos meios de comunicação. Ele argumenta que objetos e materiais, ao tocarem nossos corpos, modificam a recepção sensorial da mensagem, incidindo sobre a produção do sentido, pois, possuem efeitos de presença.

A interface que o autor trava entre a linguagem e sua materialidade remete ao pensamento sobre suportes, meios, bases e sua relação com as mensagens, discursos e narrativas que eles distribuem, veiculam e transmitem. Partindo-se do pressuposto de que quaisquer processos comunicativos precisam de uma base material para acontecer, faz-se subjacente a ideia de que o corpo deve ser reconduzido ao seu papel de mídia e, portanto, um significante, pois sua presença impacta o sentido. Um dos objetivos centrais de Gumbrecht, acredito, seja uma tentativa de tematizar o significante sem necessariamente associá-lo ao significado.

Isso quer dizer que a diferença perceptiva entre mídias analógicas e digitais, por exemplo, ou entre um filme e um livro, ou um caderno e um *notebook*, não se explicam, *a priori*, pela ordem do conteúdo. Mesmo que sejam capazes de replicá-lo na íntegra, as experiências sensoriais envolvidas no ato de ouvir uma música precedem a produção de seu sentido. Antes de qualificá-la, caracterizá-la e nomeá-la, preciso ter tido contato sensorial com ela e isso ocorre mediante toque dos materiais e suportes da linguagem. A partir do momento que uma tecnologia me toca, ela interfere na base sensorial da cognição, incidindo sobre todo o sistema e aparato cognitivo. A presença dos materiais modifica, orienta e guia a produção do sentido, assim como o faz com a cognição.

Deve ser dito, entretanto, que apesar de tentar sistematizar o campo não-hermenêutico, perguntas sobre como o fenômeno do sentido é influenciado pelo meio e pela materialidade, permanecem sem uma metodologia de pesquisa muito definida. Apesar de propor uma densa discussão teórica acerca da necessidade de solidificar a base teórica do campo não-hermenêutico na área da comunicação e linguagens, Gumbrecht (2010) não propõe, efetivamente, instrumentos de pesquisa que permitam aplicar sua fundamentação teórica nas investigações acadêmicas dentro dessas e outras áreas. “Gumbrecht está mais preocupado em desenhar os diferentes horizontes intelectuais e filosóficos nos quais se situam as

chamadas culturas da presença e culturas de sentido (*presence and culture meanings*)” (FELINTO E ANDRADE, 2005, p. 82).

O campo não-hermenêutico é considerado, ainda, um trabalho em construção (GUMBRECHT, 2010a), portanto, não podemos esperar metodologias definidas com relação à sua aplicabilidade em contextos empíricos. Nos direcionamentos desta tese, de qualquer forma, suas reflexões adquirem imenso valor. Ao apresentar-se como uma abordagem materialista dentro das Ciências Humanas, propõe modificarmos nosso olhar, trazendo para o centro da reflexão objetos e artefatos, atentando para importância dos corpos, nos convidando a refletir sobre seus papéis na constituição da linguagem, da comunicação e da produção dos significados que norteiam a construção de nossos sentimentos, pensamentos, reflexões conceituais etc.

Outro ponto interessante do trabalho de Gumbrecht é o tratamento histórico dado à crítica da centralidade do sujeito hermenêutico. De acordo com ele, a crise da interpretação é, na verdade, uma crise do sujeito interpretativo, forjado na Modernidade, que se relaciona com o mundo à base de sua significação. Em nome desse sujeito epistêmico e sua centralidade na categorização, compreensão e “semantização” do mundo, regido pela ideia do *cogito* cartesiano, a cultura da presença, que era própria do Medievo, foi perdendo espaço para a cultura do sentido. Há uma crítica, então, a todo pensamento moderno e a maneira como descorporificou a produção dos significados, reduzindo-os e os imbricando à mesma noção metafísica dada à razão.

Vale dizer, entretanto, que essa crítica não nasce nos anos de 1980, a partir da necessidade de alguns teóricos em sistematizar o campo não-hermenêutico ou da Materialidade da Comunicação. Na primeira metade do século XX, autores como Benjamin e Simmel, por exemplo, já refletiam sobre os impactos dos novos estímulos sensoriais, típicos das grandes cidades modernas e sua relação com, digamos, a dimensão social da psicologia.

Na visão de Singer (2003), esses autores, entre outros, inauguram um novo modo de pensar a modernidade, que ele descreve como sendo uma modernidade neurológica. A ideia é que existe uma mudança contínua do sistema perceptivo que começa a ocorrer com o aumento da frequência e intensidade de estímulos sensoriais próprios da crescente urbanização metropolitana. Anúncios publicitários, buzinas e trânsito intenso, sem contar os novos estímulos audio-

visuais proporcionados pelo cinema e pelo rádio modificam a forma como as pessoas se relacionam com o mundo que as cerca.

Na visão de Felinto & Andrade (2005), o mérito desses autores, no geral, foi pensar a modernidade não a partir de suas dinâmicas sócio-econômicas, sociais ou políticas, mas tendo o corpo como objeto central e sua relação com essas dinâmicas. Partilham a ideia de que a natureza da experiência humana modifica-se com a saturação do sistema perceptivo, desenvolvido a partir de sua inserção no novo ambiente metropolitano e sua intensa quantidade de estímulos. A presença do corpo e sua materialidade são considerados interventores, constitutivos da dinâmica social, econômica e política que envolve os sujeitos. Seguindo o mesmo tom, também, o contato com a cultura pode ser considerado não uma experiência somente simbólica, mas, corporificada e material.

É muito difícil pensar, empiricamente, a base material da comunicação e seus efeitos sobre a formação humana, sobretudo, política, cuja centralidade da linguagem apresenta-se representada, praticamente, pelos efeitos de sentido. Para começar a refletir sobre essa questão, precisamos, acredito, considerar a existência de uma dimensão não só individual, mas, socialmente, situada e engajada da cognição que é materialmente mediada e constituída por objetos. A presença desses materiais é, absolutamente, essencial ao circuito agente-mundo que molda o aparato cognitivo. No caso da formação política e sua interface com a *web* um exemplo interessante é o movimento feminista, cuja relação com as tecnologias conectadas em rede tem gerado processos de compartilhamento de conteúdos e saberes que têm ressignificado e moldado a atual faceta e natureza do feminismo como uma luta das mulheres.

6.3.1

Formação política e a presença da tecnologia: corpo, mente, mundo e linguagem

Utilizando como ponto de partida a teoria ator-rede, é possível pensar a existência de um corpo-rede, enquanto categoria válida para problematizar o papel do corpo nas interações virtuais, cujo humano e o não humano encontram-se em acoplamento, associação e numa relação de extensão, tal como brevemente, apresentado no capítulo anterior. Diferentemente da concepção de extensão com que McLuhan (2007) caracteriza a relação dos seres humanos com os meios de

comunicação, Lemos (2015) argumenta que os meios não podem ser considerados uma extensão do homem, mas sua constituição, sua condição. Desse modo, as mídias sociais e os dispositivos móveis não são apenas uma expansão das capacidades humanas, mas se trata, com efeito, de “mediação, hibridização, tradução e associação” (LEMOS, 2015, p. 164) entre humanos e não humanos.

Há uma certa proximidade entre o que este autor compreende como extensão e aquilo que o paradigma da cognição estendida prega enquanto papel do corpo nos processos cognitivos. Falar na existência de um corpo-rede aproxima essas reflexões do pensamento de Paul Smart (2012, 2014, 2017), para quem a *internet* se configura como uma espécie de corpo-estendido que atua no espaço dos fluxos que, por sua vez, é composto por esses corpos híbridos em associação.

Devo concordar com esses autores. Dadas as atuais condições de interação, nas quais, a presença do outro mediada por tecnologias conectadas à *web* torna-se uma constante, como negar que esses corpos estendem-se pela rede e agem virtualmente? E como negar que esse tipo de acoplamento interfere tanto na formação política individual como em sua dimensão social?

Ao longo da História, a ideia de um corpo-rede é central na política. Ultrapassando e transformando a fronteira do que entendemos por materialidade, modificando a mediação e configurando novas possibilidades de pensar o social, um corpo-rede nos atinge e impressiona mesmo antes do advento da *internet*. Hitler utilizou-se bastante do cinema, não somente como forma de expressão do Nazismo, mas como linguagem na construção de uma estética nacional recheada de elementos corporais. O imperativo da superioridade ariana, ele mesmo, foi construído sob o paradigma científico da adaptabilidade, ou seja, corpos mais fortes e hábeis devem prevalecer sobre os mais fracos. Quando o tema é o Nazismo, acompanha a imagem do Holocausto, a ideia da superioridade intelectual e física do povo alemão, narrativa construída, especialmente, pelo cinema. As imagens distribuídas e veiculadas, aliadas ao uso do rádio tornavam o discurso político ainda mais convincente. O filme “Arquitetura da Destruição” é um belo exemplo para observar esses aspectos.

Como mencionei, anteriormente, alguns autores da Escola de Frankfurt passaram a refletir sobre o próprio papel dessas mídias para além de instrumentos de transmissão de mensagens, sendo ativas e constitutivas da produção do significado. Neste sentido, o Nazismo não é somente apresentado à população a

partir de uma narrativa midiática positiva, ele é construído esteticamente e sensorialmente. O exemplo da interface entre regimes fascistas e os meios de comunicação é interessante porque tendemos a esquecer que os corpos podem falar, virtualmente, há bastante tempo. Somos levados a pensar, quase que naturalmente, que o mundo virtual nasceu com a *internet*, sem nos darmos conta de que a mediação da presença não é algo novo.

O rompimento que a *web* promove em termos de esfera pública como variedade de presença, neste sentido, não reside na possibilidade de estender ou mediar a presença de alguém, mas de promover o sentimento de que a ausência física é empecilho para a interação face-a-face. Neste sentido, a ideia de corpo-estendido que acompanha a produção conceitual da *web-extended mind* parece uma boa saída para compreender a interface entre a *internet*, a formação política e a esfera pública virtual.

Ao permitir que um grupo maior de leitores transformem-se em autores, a *web* nasce de uma estrutura descentralizada de conteúdos que, sem muito controle, dissipam-se pela rede de fluxos que compõem a esfera pública virtual. Nesse sentido, o conteúdo da *web* não está centralizada em uma base material, mas replicada em diversos suportes, acessada por centenas de usuários em milhares de artefatos. No tocante à teoria da mente estendida, isso significa que artefatos conectados em rede não são uma extensão da mente de alguém, mas que a própria *web* o é. O *facebook*, por exemplo, atuando como extensão de minha memória, lembra-me do aniversário de um colega que não tenho contato presencial há anos. Repare, é o *facebook* quem dispara o lembrete, não sou eu quem busca o programa para me lembrar da data do aniversário de alguém. Minha memória biológica é, certamente, mais seletiva e, com certeza, se este aniversário estivesse anotado em alguma agenda, já teria se perdido. A diferença entre essas “memórias” é, então, a descentralização do sujeito de seu comando e manipulação, os direcionando à própria *web*.

O conceito de *web-extended mind* relaciona-se à tentativa de pensar a cognição para além da categoria do indivíduo, ampliando-a, visto que “The web is also a platform for social interaction and engagement, and this opens up the possibility that the web may lead to new forms of socially situated and social distributed cognition.” (SMART, 2014, p.332). Importante pressuposto, então, é que a medida que mais tecnologias vão sendo inventadas, aperfeiçoadas e criadas

para compor o conjunto dos artefatos que acessa a rede mundial de computadores, mais a *web* assume a centralidade de nossos processos de interação, incidindo sobre a circuitaria agente-mundo em escala maior que a da individualidade.

Diante de inúmeras possibilidades, um bom exemplo para refletir sobre a ideia de um corpo que se estende e comunica-se pelo espaço virtual e como isso afeta a formação política é o movimento feminista, sobretudo, sua “faceta virtual”¹²⁵, a “Primavera das Mulheres” que o desdobra em múltiplos formatos de feminismos. Sua escolha justifica-se, por dois principais motivos. O primeiro, porque o movimento, que não é institucionalizado e nem formalizado, tem ressignificado e colocado em debate o feminismo e sua interface com as mídias. O segundo relaciona-se à ascensão desse grupo e a forma como tem movimentado a esfera pública, enquanto produtor de discursos e narrativas, incluindo seu compartilhamento e a forma como as mulheres têm conduzido discussões sobre equidade de gênero e a necessidade de revisão dos papéis sociais atribuídos ao lar, à família e aos filhos como tarefas não, necessariamente, femininas.

O tema tem assumido destaque, como vimos, tanto nas redes, quanto na grande mídia, promovendo discussões e debates que tem causado grande repercussão no meio público e, creio, mexido bastante com as relações afetivas, visto que uma de suas características mais marcantes é a interpenetração das esferas pública e privada.

Sobre esta aspecto vale reforçar, como mencionei no primeiro capítulo, que uma das características centrais da esfera pública burguesa é a independência entre o âmbito público e o privado. É possível dizer que, também este princípio e, não somente, a crítica marxista da Escola de Frankfurt, pode ter acompanhado Habermas ao longo de sua trajetória e contribuído na manutenção de seu pessimismo, pois o inalterado estado de despolitização da comunicação pública diagnosticado em 2006, não deixa de ser mais um sintoma da colonização do espaço público por interesses privados, já sinalizados na década de 1960 com a primeira edição de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Contudo, o que temos visto com a ascensão dos novos movimentos sociais e sua relação com as mídias e

¹²⁵O uso das aspas justifica-se porque, como já colocado, polaridades real X virtual e *on-line* X *off-line* devem ser superadas. Nesse sentido, a “Primavera das Mulheres” é melhor compreendida, a meu ver, dentro de um conjunto de ações, experiências e práticas onde se compartilham ideias, saberes e vivências, cuja movimentação espacial transcende a necessidade de caracterizá-lo sob prismas dualistas.

acredito, sobretudo, recentemente, com o feminismo é uma inversão desta ideia. Além do exemplo já citado #PrimeiroAssédio, é comum discussões sobre temas envolvendo o feminismo nascerem na *internet* e ganharem corpo fora das redes sociais virtuais. Essa inversão é interessante, pois, também fronteiras dualistas relacionadas ao âmbito público e privado passam a ser revisitadas pela interseção que essas esferas assumem no atual espaço público.

A forma como a imbricação entre os domínios públicos e privados afeta a formação política pode ser exemplificado com a relativização de simples expressões como: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” e “roupa suja se lava em casa”, costumeiramente, relativizadas na *web*. Esses ditados populares remetem à ideia de que assuntos privados não devem vir à público e, especificamente, no caso do segundo, sugere que tais “sujeiras” devem ser mantidas longe da vida social. Acredito, que um dos maiores méritos do atual feminismo para a democratização e alargamento da esfera pública é o seu esforço em quebrar esta lógica. Minorias vêm sendo silenciadas e a Primavera das Mulheres têm se aproveitado do megafone que as redes sociais representam em suas lutas, para anunciar ao mundo suas demandas.

Há, então, de se discordar de Habermas, pois a possibilidade de leitores transformarem-se em autores têm demonstrado a potencialidade que os discursos, até então excluídos da esfera pública, ascendam a partir de uma nova reconfiguração do espaço público, cuja presença física e a independência entre as esferas pública e privada não seja um problema, uma patologia ou um entrave à democracia deliberativa. Dentro deste espectro, também, a esfera pública precisa de um olhar transhabermasiano e, nesta missão, a *internet* tem se destacado como um espaço, recorrentemente, utilizado para trazer à público discussões que, antes de seu advento, mantinham-se no domínio privado. A possibilidade de fala, escuta e acolhimento das redes sociais tem facilitado, ainda, a denotação política de nossas experiências domésticas, ressignificando a própria política. A campanha #PrimeiroAssédio, já mencionada, é um desses exemplos.

A agressão física e psicológica¹²⁶, no entanto, não é o único elemento denunciado. Cresce, fortemente, nas redes sociais e fora delas, a discussão sobre

¹²⁶A violência contra as mulheres sobressai como temática central das políticas estatais, entretanto, apesar de já existirem, nos anos de 1980, delegacias especializadas de atendimento às mulheres,

os corpos femininos e como vêm sendo controlados, seja no âmbito privado, seja no público¹²⁷. Muitas feministas defendem que a violência contra as mulheres é fruto da ideia de que seus corpos não são seus, mas objetos de pertença masculina. Esta conclusão é bastante coerente. De acordo com o governo federal, dois terços dos casos de denúncia feitas por mulheres recaem sobre seus companheiros¹²⁸. E a maior arma dessa luta viabilizada pelas redes virtuais são as vozes das mulheres e suas histórias de vida.

Ascendem, nas discussões virtuais, campanhas que procuram estimular a quebra do silêncio como forma de resistência e luta contra a opressão machista. A *internet* é, então, o espaço onde muitas podem tornar públicas suas experiências privadas e, tornando públicas suas histórias, politizam o debate. Na comunicação virtual, mediam-se presenças e muitas delas encontram-se com outras mulheres que por compartilharem da mesma situação podem oferecer acolhimento, ajuda psicológica, judicial etc. E na política, enquanto também o lugar do encontro afetivo e das emoções, mulheres se confortam, se abraçam e se unem em grupos *on line* que têm servido como *locus* de luta política. Seus corpos multiplicam-se pelo espaço da *web* e elas podem sentir a presença das outras e este sentimento de união têm gerado “frutos reais”.

Em 2014, o coletivo “Feminismo sem Demagogia” lançou na *web*, a partir de sua página do *facebook*, a campanha Meu Corpo Minhas Regras¹²⁹, um convite às mulheres a publicarem fotos de seus corpos com a frase escrita em algum cartaz, parede, no próprio corpo etc. Contudo, quando alcançou a rede mundial de computadores e viralizou, a campanha tomou suas próprias rédeas. Mulheres passaram a compartilhar, em suas páginas pessoais da rede social, fotos de seus corpos acompanhadas da #MeuCorpoMinhasRegras, incluindo, na maioria delas,

foi apenas após a virada do século, em 2003, que a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) foi fundada. Em seguida, nos anos 2004, 2007 e 2011, foram realizadas as Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, que resultaram nos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres. Em 2006 foi sancionada a Lei Maria da Penha e em 2015 a Lei do Feminicídio. Disponível em: <http://revistalampiao.com.br/blog/em-briga-de-marido-e-mulher-a-gente-mete-a-colher-sim/> Acesso em abril de 2017.

¹²⁷ Uma questão interessante a se colocar é por que transexuais femininos são mais agredidos do que transexuais masculinos e por que homossexuais masculinos sofrem mais agressões físicas do que lésbicas?

¹²⁸ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/11/violencia-domestica-e-causa-de-dois-tercos-das-denuncias-de-agressoes-contra-a-mulher>. Acesso em abril de 2017.

¹²⁹ Disponível em: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/coletivo-feminista-lanca-campanha-meu-corpo-minhas-regras/> Acesso em abril de 2017.

narrativas envolvendo seus sentimentos sobre seus corpos, o machismo, padrões de beleza, depressão, anorexia, aceitação etc.

Vale dizer que a campanha inicial tinha o objetivo de fazer um banco de imagens, mas a fluidez do espaço virtual a transformou em um verdadeiro debate público sem a necessidade de deliberação discursiva verbal. A presença do corpo-estendido vestindo a roupa da *hashtag* #MeuCorpoMinhasRegras, põe em debate, não somente, temas como o aborto, a violência contra a mulher e padrões estéticos, mas a própria relação das pessoas com seus corpos e as tecnologias, pois esse corpo-rede não atua apenas no gestual do discurso, ele é a própria mensagem. As narrativas, frases, poemas etc. anexados aos corpos fotografados e o compartilhamento dessas imagens e discursos fragmentados e descentralizados compõem o que Paul Smart chama de *web-extended mind*. A disponibilidade dessas mensagens, por si só, modifica o desenho do aparelho cognitivo.

Uma importante faceta da Primavera das Mulheres é o seu caráter global. Tal como a Primavera Árabe, mobiliza milhares de pessoas em torno de uma mesma grande temática e neste ponto, é inegável o papel essencial da rede mundial de computadores. Talvez Habermas não estivesse atento a esta possibilidade, mas é possível unificar os discursos fragmentados em ideias centrais, justamente, porque estamos em contato com o outro e quando o fazemos procuramos, na maioria das vezes, atá-lo por afinidade. É na identificação que mulheres se unem.

É essencial fazer uma reflexão. O alto número de feminicídios¹³⁰ pode ser considerada uma categoria-chave para compreender o movimento feminista atual. Por mais que as narrativas, imagens e grupos busquem a conscientização, é a categoria do medo, pelo simples fato de ser mulher, que as tem unificado em torno de uma mesma luta e adversário, uma sociedade cujos homens são visto como privilegiados e opressores. É válido acrescentar que a política é também espaço dos afetos. Safatle (2016) chama atenção para o tema, argumentando que um dos principais motores da luta política, mais do que o debate público em torno de questões relativas ao bem comum é o sentimento de insegurança, incerteza e a

¹³⁰ Segundo cifras publicadas em setembro de 2016, pelas Nações Unidas, o Brasil é o país com o quinto maior registro de feminicídios no mundo, com uma taxa de 4,8 casos por grupo de cem mil mulheres. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2016/10/26/interna_mundo,554763/nenhuma-a-menos-mulheres-cariocas-protestam-contr-o-feminicidio.shtml. Acesso em: abril de 2017.

insatisfação. Pela categoria do medo, o autor reflete sobre como a política deve ser compreendida para além de regras, normas e instituições, sendo também importante compreendê-la pelo viés do círculo dos afetos. Sentir medo de sofrer violência e compartilhar este sentimento vem unindo mulheres distanciadas fisicamente ao redor do mundo.

Dentre outras *hashtags*, uma outra expressão ficou bastante conhecida, “Nenhuma a menos”¹³¹, que significa que nenhuma mulher deixará de ser lembrada, no sentido de que toda a violência será denunciada e publicada e não mais escondida e camuflada. Essa *hashtag* é um excelente exemplo de como, no mundo todo, as mulheres clamam por união a uma mesma grande bandeira, a luta contra o feminicídio, e isso só é possível graças à *internet*.

Para finalizar, é importante colocar, que, junto com a união dos corpos que falam virtualmente, o movimento feminista, que utiliza a *internet* como mediação da comunicação pública e constitutivo de sua formação política, têm ressignificado o 8 de março. Tem crescido, no dia internacional da mulher, a ideia de que a data não merece comemorações. Coincidentemente, ou não, essa relativização tem na *internet* uma grande aliada. A luta política de operárias por melhores condições de trabalho, entre o final do século XIX e início do XX,

¹³¹ A expressão teve origem na Argentina, em 2015 e sua bandeira é a luta contra o feminicídio. A origem é explicada da seguinte maneira, pela editora e cantora argentina Gaby Comte. Ela faz parte de um grupo de mulheres que iniciaram a campanha #NiUnaMenos na Argentina: “Isso é como o ovo e a galinha: não podemos afirmar se agora há mais assassinatos de mulheres na Argentina ou se nós é que finalmente estamos falando disso. O que sabemos é que não há estatísticas que registrem as vítimas e que não se está fazendo tudo o que pode ser feito para evitar isso”. A editora conta que o movimento se formou pouco a pouco, nascido da indignação com as frequentes mortes de mulheres. “Pensamos que tínhamos de fazer algo depois de uma maratona de leitura em que fomos acompanhadas por pais de vítimas. Na Argentina há uma lei não regulamentada, de modo que praticamente não serve. Nos primeiros encontros começamos a dar ideias sobre o que queríamos dizer. Uma era 'Basta de mortes'. Outra, 'Não queremos mais nenhuma mulher morta'. E daí chegamos a 'Não queremos que haja nenhuma a menos entre nós', e ficou o lema, #NiUnaMenos, explica Comte. De acordo com o jornal El País, essas mulheres pensaram em fazer algo público e perceberam que outras pessoas, mais do que acreditavam nelas, pensavam igual. O movimento desembocou em uma manifestação em 3 de junho de 2015, em frente ao Congresso argentino, havendo concentrações semelhantes em 40 localidades do país. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/28/internacional/1432824490_226268.html. Acesso em abril de 2017. De acordo com o site de notícias Uol, foi com a morte de Lucía Perez de 16 anos que a expressão ganhou o mundo. Lucía foi drogada, brutalmente violentada, empalada e morreu após ser levada ao hospital por dois homens, de 41 e 23 anos, que tiveram a frieza de lavar seu corpo e trocar suas roupas antes de deixá-la desacordada para atendimento médico. Ambos alegaram que a adolescente teria sofrido uma overdose de cocaína. A jovem morreu em decorrência dos ferimentos e da dor provocada pelo empalamento. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/03/08/nascido-de-tragedia-argentina-ni-una-menos-tenta-parar-mulheres-por-direitos-e-leis.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em abril de 2017.

(BLAY, 2001), origem da homenagem, passou a ser retomada como discussão, problematizando a apropriação do mercado e da publicidade em torno da propaganda que romantiza a data e seu significado histórico. Há, aos moldes de Habermas, uma apropriação despolitizadora do debate. Foi a *internet*, no entanto, sobretudo a dimensão distribuída que a própria extensão de mentes assume no espaço da *web*, que possibilitou que esse debate original volta-se à tona. Vale dizer que, no ano de 2017, foi lançada a #8M, uma convocação global para que mulheres do mundo inteiro fizessem uma greve geral reivindicando, além da equidade de gênero, o fim do feminicídio. Apesar da greve não ter tido grande adesão, milhares de manifestações eclodiram em todo o planeta e, no Brasil, levaram milhares de pessoas (não somente mulheres, mas seus amigos, filhos, namorados etc.) às ruas em centenas de cidades¹³².

¹³² Não posso deixar de comentar as palavras do Presidente do Brasil, Michel Temer, que assumiu o posto após um golpe parlamentar que afastou a Presidenta eleita Dilma Rousseff no ano de 2016. No dia em que manifestações eclodiram pelo menos 70 cidades brasileiras, seguindo a greve internacional convocada em mais de 46 países, cujas mulheres saíram às ruas para protestar pela igualdade de direitos, contra a violência machista, pelo fim da cultura do estupro, por sua liberdade sexual e igualdade salarial no mercado de trabalho, o então Chefe de Estado proferiu um discurso que causou, no mínimo, um enorme constrangimento. Ignorando esses atos e o crescimento do debate público em torno dessas questões ele, praticamente, reduziu o papel das mulheres aos assuntos domésticos. Vale destacar dois trechos do discurso: "Tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela [Temer], do quanto a mulher faz pela casa, pelo lar. Do que faz pelos filhos. E, se a sociedade de alguma maneira vai bem e os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada formação em suas casas e, seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher. (...) ela é capaz de indicar os desajustes de preços em supermercados e identificar flutuações econômicas no orçamento doméstico", disse o presidente. Não é preciso dizer que essas declarações provocaram imediato protesto nas redes sociais. "Acho que o Michel Temer pegou o discurso de Dia da Mulher que o Marechal Deodoro deixou na gaveta", escreveu a jornalista Alexandra Moraes em sua conta no Twitter. O site humorístico de grande audiência, Sensacionalista também não perdoou: "Temer exalta importância da mulher no supermercado e isso não é coisa do Sensacionalista". Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/08/politica/1489008097_657541.html. Acesso em: abril de 2017.

Vale comentar, também, que o discurso repercutiu, negativamente, em diversas partes do mundo. Para a *CNN*, Michel Temer foi criticado por "elogiar as habilidades das mulheres no supermercado" em um dia que se celebra a luta histórica das mulheres por direitos. O *El País* falou sobre o discurso de Temer em reportagem intitulada "O presidente do Brasil reduz o papel da mulher à casa e ao supermercado". O "*The New York Times*" também repercutiu o assunto, com um texto chamado "Brasileiro Temer irrita mulheres com elogio às suas habilidades no supermercado". O texto lembra que Temer assumiu em maio com uma equipe toda masculina. "Agora, seu gabinete de 28 membros tem duas mulheres", diz. O jornal britânico *Telegraph* lembra que Temer já é impopular entre as mulheres por seu papel no impeachment da primeira presidente mulher do Brasil, por ter abolido o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e por ter assumido o poder com um gabinete inteiramente masculino. O também britânico *The Independent* disse que a fala de Temer foi 'sexista' ao lembrar que "o presidente brasileiro parabenizou as mulheres por 'tomarem conta da casa, educarem as crianças e checarem preços no supermercado'". Disponível em:

É interessante pensar o caráter político-formativo do atual movimento feminista, visto que há um forte apelo educativo subjacente a todas essas ações políticas. Há uma preocupação pedagógica de ensinar que o certo é haver equidade de gênero e que mulheres não podem ser mortas e violentadas por sua natureza feminina. Há um debate tácito que inclui o corpo e as emoções como aspectos constitutivos da política. Também a noção de corporeidade e sua relativização são implícitos, pois a presença mediada por artefatos conectados à *web* possibilita que a ideia de corpo-estendido figure entre as possibilidades de repensá-lo, tanto sob a luz dos sistemas estendidos, quanto de sua interface com a formação política atual.

Há, entretanto, o outro lado da história. Com a mesma fluidez e extensão, o conteúdo da *web* serve à emergência de discursos conservadores, fascistas, homofóbicos e misóginos. Utilizando-se das mesmas plataformas e da mesma intenção pedagógica, *sites*, *blogs* e páginas de redes sociais distribuem, compartilham e dividem informações, promovendo debates e discussões que visam deslegitimar algumas pautas e agendas políticas reformistas. Um exemplo, já mencionado, que segue esta linha de atuação, é o Movimento Escola Sem Partido. Desse modo, a dimensão social da cognição e sua afetação pelo acoplamento de tecnologias conectadas em rede nos lança grandes desafios ao futuro da democracia.

7

Considerações finais

*Ou isto ou aquilo
Ou se tem chuva e não se tem sol,
ou se tem sol e não se tem chuva!
Ou se calça a luva e não se põe o anel,
ou se põe o anel e não se calça a luva!
Quem sobe nos ares não fica no chão,
quem fica no chão não sobe nos ares.
É uma grande pena que não se possa
estar ao mesmo tempo nos dois lugares!
Ou guardo o dinheiro e não compro o doce,
ou compro o doce e gasto o dinheiro.
Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo...
e vivo escolhendo o dia inteiro!
Não sei se brinco, não sei se estudo,
se saio correndo ou fico tranqüilo.
Mas não consegui entender ainda
qual é melhor: se é isto ou aquilo.*
Cecília Meireles

Esta tese teve o objetivo de construir um olhar transhabermasiano, tanto à esfera pública, quanto à formação política atual, refletindo sobre os espaços públicos para além de sua vertente discursiva verbal, o fazendo a partir de sua interface com a cognição. Dois princípios nortearam suas análises. O primeiro é que o sujeito munido de atos de fala e provido de uma racionalidade comunicativa possui, obrigatoriamente, um corpo em ação e associado aos materiais e, é este corpo associado, relegado das análises habermasianas, capaz de se formar, aprender e agir na esfera pública. O outro pressuposto considera que o próprio aparato cognitivo modela-se à luz dessas associações, sendo os objetos e tecnologias constitutivos da cognição e não meros instrumentos mediadores na resolução de tarefas e problemas. A linha argumentativa central baseou-se na defesa de que esse olhar, dado aos processos cognitivos, pode ampliar o entendimento sobre a esfera pública, pois permite concebê-la como tecnologia cognitiva, não reduzindo sua compreensão à um espaço de deliberação discursiva verbal.

Por encontrar-se sempre em associação e imbricação sócio-técnica, a própria noção de corpo pôde ser ressignificada sob à luz de seu acoplamento aos artefatos e tecnologias, dando novo sentido à cognição, caracterizada como um circuito que vai além do corpo biológico, estendendo-se para o mundo. Pelo paradigma da extensão, busquei ultrapassar as fronteiras do pensamento dualista,

rompendo com a ideia de que nossa existência esteja calcada em construções conceituais antagônicas, tais como: mente e corpo, razão e emoção, natureza e cultura, real e virtual, sujeito e objeto e, assim sucessivamente. A querela constrói-se, principalmente, no rompimento da noção de um eu interior que conhece, pensa e sente diante de um mundo, que posto em objetificação, torna-se apartado da existência, como se fosse possível colocar-se para fora dele para compreendê-lo.

Seguindo esta linha de raciocínio, o campo não-hermenêutico apresentou-se como um interessante complemento às reflexões de que a esfera pública necessita de um olhar transhabermasiano. Seus teóricos defendem que os meios e os materiais envolvidos nos processos comunicativos incidem na recepção do conteúdo das mensagens. A linguagem em interação ganha, então, novos contornos, cuja materialidade da comunicação emerge como aspecto central na produção de significados. Dentre seus principais representantes, utilizei alguns argumentos de Han Ülrich Gumbrecht, que, advogando pela centralidade dos materiais, defende que os efeitos de presença moldam os efeitos de sentido.

À luz destas perspectivas, os artefatos tecnológicos puderam, então, ser compreendidos para além de sua função instrumental sendo, inclusive, caracterizados como extensão de nossos corpos e estados mentais. A teoria da mente estendida, na qual, uma caderneta de notas ganha *status* de extensão da mente, foi utilizada como ponto de partida para refletir sobre a possibilidade de considerar as tecnologias aspectos constitutivos e, não meramente, mediadores da formação política atual. A partir desta ideia, um *notebook* conectado em rede, utilizado, por exemplo, para deliberar nas redes sociais, pode compor, em conjunto com seu usuário, um sistema estendido de cognição. Essa circuitaria não biológica integra e molda o aparato cognitivo do corpo associado, que no caso específico dos artefatos conectados à rede mundial de computadores, enfoque desta tese, estende-se pelo espaço virtual, podendo ser caracterizado como um corpo-rede. Este, à medida em que se integra ao sistema estendido da *web*, compõem o que Paul Smart chama de *web-extended mind*.

A partir dessas referências foi possível construir as bases teóricas para repensar a formação política e sua interface com a esfera pública e a cognição. O primeiro passo foi partir do pressuposto de que é impossível analisar este tema sem levar em consideração a *web* como espaço público central à formação política

atual, dada sua natureza acoplada ao corpo. A *internet* compõe parcialmente, então, nossa ecologia cognitiva, não podendo mais ser desconsiderada enquanto constitutiva de nossa cognição e processos formativos.

Diante dessas premissas, um segundo passo foi dado: considerar a esfera pública uma tecnologia cognitiva que resultou em sua não redução a espaço deliberativo e de atos de fala, somente. Tal abordagem justificou-se como contra-argumento de que a formação política é forjada pelo discurso, pela argumentação e na preparação dos cidadãos para a vida pública, tal como o tema aparece problematizado, sobretudo, na área da Educação. De encontro a esta visão, defendo que a formação política atual deve ser considerada em sua complexidade, abarcando o corpo como constitutivo tanto da política, quanto dos processos formativos que ela pode engendrar.

Não posso me esquivar, no entanto, de analisar os desdobramentos deste tipo de abordagem para a compreensão da interface *internet* e esfera pública e sua relação com a ampliação da democracia. O que representa para a democratização da esfera pública a inclusão da noção de corpo associado como constitutivo da formação política? Se a *web-extended mind* integra a dimensão social e política da cognição, como poderíamos analisar a democratização dos espaços públicos à luz das ideias defendidas nesta tese? Ou seja, a inserção de tecnologias às nossas rotinas cognitivas impacta positiva, ou negativamente o futuro da democracia? Grandes incógnitas, extensas lacunas que são, extremamente, difíceis de preencher.

Depois de refletir, chego a conclusão de que uma lição forte deixa este estudo e ela diz respeito ao fato de que precisamos ultrapassar os dualismos. Transcendê-los. Eles nos aprisionam e isso inclui o antagonismo que envolve as noções de pessimismo e otimismo, recorrentemente, utilizadas para marcar posições com relação aos efeitos da *internet*, sobretudo, das redes sociais na democratização da esfera pública. É mais coerente, penso, analisarmos a complexidade do tema aceitando que há aspectos positivos e negativos na interface entre a *web* e a democracia e que o acoplamento de tecnologias conectadas à rede mundial de computadores é mais um fator dentro da miríade de possibilidades de análise do tema.

Podemos realizar essa discussão relacionando-a com a própria caracterização do termo Democracia, conceito bastante flexível, que vai desde à

liberdade de pensamento e expressão, passando pela ideia de poder do povo, indo à noção de representatividade e maioria. Se considerarmos a primeira definição, por exemplo, certamente, a *internet*, promove abertura democrática, visto que impulsiona a publicação de ideias e opiniões, além de seus compartilhamentos e imprevisíveis desdobramentos. É visível que a emergência de um público autor modifica a esfera pública, ampliando-a.

Por outro lado, se formos analisá-la pelo viés da participação popular e sua influência nos direcionamentos da política, a questão complica-se um pouco. São louváveis iniciativas como, por exemplo, o portal e-cidadania do Senado Federal, que, recorrentemente, abre consulta pública. Neste espaço, a população é convidada a participar votando contra ou a favor de projetos de leis, medidas provisórias e emendas constitucionais. Este arrojo é, certamente, uma iniciativa que evidencia a potencialidade da *web* no fortalecimento e ampliação da democracia.

Gostaria de trazer três exemplos que contestam, entretanto, essa assertiva. A consulta pública sobre a votação da PEC-55/2016, que propunha o congelamento dos gastos públicos por vinte anos; A MPV 746/2016, que institui a Reforma do Ensino Médio e; o PLC 38/2017, que implanta as Reformas Trabalhistas. No primeiro caso, 23.770 cidadãos manifestaram-se à favor e 345.716¹³³, contra; no segundo, 4.551 a favor e 73.564¹³⁴ contra e; no terceiro 16.789 aprovavam a reforma trabalhista e 172.163, não¹³⁵.

Mesmo com um placar bastante folgado, todos foram aprovados pelos Senadores da República sem grandes desconfortos. Esses exemplos permitem nos perguntar se esse tipo de iniciativa tem mesmo a intenção de ouvir a população, se serve, portanto, ao intuito de democratizar a participação dos cidadãos no debate público realmente. E, não somente, a participação popular, vale dizer, mas a própria noção de representatividade enquanto base estrutural da Democracia pode ser colocada sob análise, a partir dessa “e-cidadania”.

133 Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=127337>. Acesso: julho de 2017.

134 Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=126992>. Acesso: julho de 2017.

¹³⁵ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=129049>. Acesso: julho de 2017.

Agora, se entendermos por Democracia o direito à pluralidade de ideias, a *web* e seus inúmeros fóruns de discussão, bate-papo e deliberação tem o potencial de promover uma considerável ampliação da esfera pública. No entanto, tem crescido a aceitação de que boa parte desses pretensos espaços de diálogo tem servido à construção de bolhas ideológicas, reforçando discursos e opiniões ao invés de confrontá-las e modificá-las. Isso explica, de certa maneira, o clima polarizado, em termos de debate político, que as redes sociais tem assumido nos últimos anos. Neste sentido, é, também chegada a hora de problematizar o dualismo inerente a criação dessas bolhas, cujo resultado tem sido a criação de espaços públicos que não deliberam entre si inviabilizando o consenso, tal como o caso do Movimento Escola Sem Partido e toda a querela exposta no primeiro capítulo.

O que podemos reter desses exemplos é que o acoplamento diário de tecnologias conectadas em rede modifica a interação na esfera pública, incidindo na forma como percebemos e lidamos com a Democracia. A abertura, própria do espaço de fluxos, proporcionada pela possibilidade de cidadãos comuns serem ouvidos e influenciarem outras pessoas é enorme, imprevisível e de difícil precisão. Acompanha essas reflexões, desse modo, um sentimento lacunar que persiste às leituras, às observações e à própria tese que defendo. Não há unilateralidade.

Contento-me, então, em finalizar este estudo afirmando que não existem respostas estanques a esses questionamentos, que a pesquisa aqui apresentada, propôs-se a pôr em dúvida, não somente, a formação política e sua interface com a esfera pública, a cognição e a *internet*, mas toda cultura dualista envolta na forma como construímos, compreendemos e categorizamos as coisas. Isto inclui, não somente, nossas percepções e visões de mundo, mas a maneira como nosso olhar foi treinado a enxergar a realidade. Assim, transpor o dualismo inerente a esta cultura, é, sem sombra de dúvidas, o “Trans-Olhar” que defendo.

Referências bibliográficas

- ABRANTES, P. Naturalismo em filosofia da mente. In: FERREIRA, A.; GONZALEZ, M. E. Q.; COELHO, J. C.(Orgs.). *Encontro com as Ciências Cognitivas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004.
- ADAMS F. & AIZAWA K. Defending the Bounds of Cognition. In: *The extended mind*. Edited by Richard Menary. Massachusetts Institute of Technology: MIT Press, 2010
- ALONSO, B. Mente estendida e conteúdos previamente endossados. *Fundamento- Revista de Pesquisa em Filosofia*, n.4, 2012.
- ANDERSON, M. & CHEMERO, T. The problem with brain GUTs: Conflation of different senses of “prediction” threatens metaphysical disaster. *Behavioral and Brain Sciences*, v.3, n. 36, 2013.
- ANDRADE, P. Ontologia Sociológica da Esfera Pública Digital: o caso da Web 2.0/3.0. *Comunicação e Sociedade*, v. 23, 2013.
- ANDREW, E. *Habermas: the key concepts*. Taylor and Francis e-Library, 2006.
- ARAÚJO, L. B. L. *Razão pública, democracia deliberativa e pluralismo*. In: Anais do Colóquio Habermas realizado na UFSC, Florianópolis, 2005.
- ARAÚJO, S. Mentes e Máquinas, ou o que tem a Inteligência Artificial a nos dizer a respeito dos fundamentos da psicologia? *Psicologia*, São Paulo, v.10, n.2, 1999.
- AVRITZER, L. & COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública. In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S. (Org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- AZEVEDO, E. A. A política como atividade inteligente: considerações sobre a possibilidade de um novo conceito de espaço público. *Problemata: R. Intern. Fil.* v. 3, n. 2, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v3i2.14953>.
- BANNELL, R. *et.al. Educação no Século XXI: Cognição, Tecnologias e Aprendizagens*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- BANNELL, R. *Habermas e a Educação*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2006.
- BANNELL, R. Razão Comunicativa e Pragmática Formal: sobre a noção de aprendizagem no pensamento de Habermas. In: DUTRA, D. V. & PINZANI, A.. *Habermas em Discussão*. Anais do Colóquio Habermas realizado na UFSC, Florianópolis, 2005.
- BANNELL, R. Uma faca de dois gumes. In: FERREIRA, G. M. dos S. *Educação e Tecnologia: abordagens críticas*. Rio de Janeiro: SESES, 2017.
- BARENTJEN, K. & TRETTEVIK, J. An activity Theory Approach to affordance. *Nordi CHI*, october, 2002.
- BARROS, L. M., Recepção, mediação e mediação: conexão entre teorias europeias e latino-americanas. In: BARROS, L. M. (Org.) *Mediação e Mediação*. Brasília: Compós 2012.
- BENHABIB, S. Models of public sphere: Hannah Arendt, the liberal tradition, and Jürgen Habermas. In: CALHOUN, C. *Habermas and the public sphere*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1992.
- BERTEN, A. “Habermas, esfera publica, racionalização, aprendizado”. In: *Problemata: R. Intern. Fil.*, v. 3, n. 2, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v3i2.14952>.

- BIANCHI, P & NUNES, S. A Coordenação Motora como Dispositivo para a Criação: uma abordagem somática na dança contemporânea”. *Rev. Bras. Estud. Presença*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 148-168, 2015.
- BOHMAN, J. Expanding dialogue: The internet, the public sphere and prospects for transnational democracy. In: ROBERTS, J. M. and CROSSLEY, N. (ed.) *After Habermas: new perspectives on the public sphere*. The Editorial Board of the Sociological Review 2004
- BOLZAN, J. Racionalidade Comunicativa e educação: um estudo sobre o pensamento de Jürgen Habermas enfatizando a formação da competência interativa como aprendizado da razão comunicacional. Dissertação de Mestrado-Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, UFRGS, 2002.
- BONDESON, J. *Os Grandes Impostores: As verdadeiras Histórias por trás de famosos mistérios históricos*. Rio de Janeiro: Ed. Difel, 2014
- BORGES, B. Educação e Consenso em Habermas. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v.23, n.45, 2009.
- BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BUCKINGHAM, G. & GOODALE, M. When the predictive brain gets it really wrong. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 3, n. 36, 2013. Disponível em: 10.1017/S0140525X12002233.
- BUTSCH, R. *Media and Public Spheres*. Palgrave: Macmillan, 2007.
- CALHOUN, C. *Habermas and the public sphere*. Massachusetts: Institute of Technology, 1992.
- CASTELLS, M. *A galáxia da internet*. Rio de Janeiro Zahar editora, 2003.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, M. *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na era da internet*. Rio de Janeiro, Zahar editora, 2013.
- CHALMER`S D. Facing up to the problem of consciousness. *Journal of Consciousness Studies*, n. 3, v.2, p.200-219, 1995.
- CHALMER`S D. *The Conscious Mind In search of a fundamental theory*. Philosophy of mind series. New York: Oxford University Press, 1996.
- CHAUÍ, M. *Introdução à História da Filosofia: Dos Pré-Socráticos a Aristóteles*, vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHEMERO, A. *Radical embodied cognitive science*. Cambridge: Press Cambridge 2009.
- CLARK, A & TORIBIO, J. Doing without representing. *Synthese*, v.3, n.101, p. 401-431, 1994.
- CLARK, A. & CHALMER`S. D. The Extended Mind. *Analysis*, n. 58, p.10-23, 1998.
- CLARK, A. *Being there: putting brain, body, and world together again*. Massachussets Institute of Technology: MIT Press, 1997.
- CLARK, A. HALPIN, H.,WHEELER, M. Philosophy of the web: representation, inaction, collective intelligence. *Philosophical Engineering: Toward a Philosophy of the web*. Ed. Harry Halpin e Alexandre Monnin, 2014.
- CLARK. A. Are we predictive engines? Perils, prospects, and the puzzle of the porous perceiver. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 3, n.36, 2013. Disponível em: 10.1017/S0140525X12002440.
- CLARK. A. Language, embodiment, and the cognitive niche. *Trends Cogn Sci.*, p.370-374, 2006.

- CLARK. A. *Surfing Uncertainty: prediction, action, and the embodied mind*. Oxford: University Press, 2016. (kindle edition)
- CLARK. A. Coupling, Constitution, and the Cognitive Kind: A reply to Adam's and Aizawa. In: CLARK. A. *The extended mind*. Edited by Richard Menary. Massachussets Institute of Technology : MIT Press, 2010a. (kindle edition)
- CLARK. A. Memento's Revenge: The extended mind, Extended. In: CLARK. A. *The extended mind*. Edited by Richard Menary. Massachussets Institute of Technology : MIT Press, 2010a. (kindle edition)
- CLARK. A. *Natural-born Cyborgs: Minds, Technologies, and the future of Human Intelligence*. Oxford: University Press, 2003. (kindle edition)
- CLARK. A. Reinventing Ourselves: The Plasticity of Embodiment, Sensing, and Mind. *Journal of Philosophy and Medicine*, 2007.
- CLARK. A. *Supersizing the mind: embodiment, action, and cognitive extension*. Oxford: University Press, 2011. (kindle edition)
- CLARK. A. Word, niche and super-niche: how language makes minds matter more. *Theoria*, p. 255-268, 2005.
- CLARK. A. *Mindware: An Introduction to the Philosophy of Cognitive Science*. Oxford University Press, 2001
- CLARK. A. Sensorimotor chauvinism? *Behavioral and Brain Sciences*, 2001.
- CLAY, S. *A cultura da participação - criatividade e generosidade no mundo conectado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- COHEN, J. Whither visual representations? Whither qualia? *Behavioral and Brain Sciences*, 2001.
- COLE, M.; ENGESTR, Y. A cultural-historical approach to distributed cognition. *Distributed cognitions: Psychological and educational considerations*. Edited by Gavriel Salomon. Cambridge: University Press, 1993.
- COSTA, C. *Filosofia da Mente*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CRACK, A. *Global Communication and Public Spheres*. New York: Palgrave MacMillan, 2008.
- CRARY, J. *Suspensões da percepção: Atenção, espetáculo e cultura moderna*. São Paulo: Cosac Naif, 2013.
- DALTON, R. J. Citizen Politics. Washington: CQ Press, A Decision of Congress Quarterly, 2006.
- DAMÁSIO, A. *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e o Cérebro Humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- DAMÁSIO, A. *O Mistério da Consciência: do Corpo e das Emoções ao Conhecimento de Si*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (kindle edition)
- DELLI, C. Mediating democratic engagement: The impact of communications on citizen's involvement in political and civil life. London: LEA, 2012.
- DENNETT, D. Expecting ourselves to expect: The Bayesian brain as a projector. *Behavioral and Brain Sciences*, v.3, n.36, 2013. Disponível em: 10.1017/S0140525X12002208.
- DESCARTES, R. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 2000.
- DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DREYFUS, H. L. *Skillful Coping*. Essays on the phenomenology of everyday perception and action. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- DUTRA, D. J. & COUTO, D. R. Esfera Pública: Contribuições para uma atualização do diagnóstico. *Problemata: R. Int. Fil.*, v.3, n.2, 2012.

- DUTRA, D. J. V. Razão e consenso em Habermas: teoria discursiva da verdade, da moral, do direito e da biotecnologia. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.
- DUTRA, D. V. & PINZANI, A. Habermas em Discussão. *Anais do Colóquio Habermas* realizado na UFSC, Florianópolis, 2005.
- DUTRA, D. V. & PINZANI, A. *Habermas em Discussão*. In: Anais do Colóquio Habermas realizado na UFSC, Florianópolis, 2005.
- ECO, U. Apocalípticos e integrados. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- FELINTO, E & ANDRADE, V. A vida dos objetos: um diálogo com o pensamento da materialidade da comunicação. *Contemporanea*, v.3, n.1, p.75-94, 2005.
- FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of the Actually Existing Democracy. In: CALHOUN, C. *Habermas and the public sphere*. Massachusetts: Institute of Technology, 1992.
- GINDRE, G. O que está acontecendo com os nossos barões? *Revista Caros Amigos*, novembro de 2013.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GOMES, L. R. Teoria crítica da sociedade e o sentido político da educação. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 16, n.31, 2010.
- GOMES, W. *Educação e consenso em Habermas*. Campinas, Alínea, 2007(a).
- GOMES, W. O consenso na teoria do agir comunicativo de Habermas e suas implicações para a educação. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2005.
- GOMES, W. “Esfera pública política e media: com Habermas, contra Habermas”. In: RUBIM, A.; BENTZ, I.; PINTO, M. (Org.) *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GOMES, W. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S. (Org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- GOMES, W. *Comunicação e democracia de massa: Problemas e Perspectivas*. Salvador 2005.
- GOMES, W. Educação e comunicação em Habermas: o entendimento como mecanismo de coordenação da ação pedagógica. *Cadernos de Educação*. FaE/PPGE/UFPelo, mai-ago, 2009.
- GOMES, W. Educação, consenso e emancipação na teoria da ação comunicativa. *Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling. Letras e Artes*, Ponta Grossa, v. 15, 2007.
- GOMES, W. Opinião pública política hoje: Uma investigação preliminar. In: NETO, A. F., A. HOHLFELDT, J. L. PRADO E S. PORTO (Org.), *Práticas midiáticas e espaço público*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- GOODALE, M. Real action in a virtual world. *Behavioral and Brain Sciences*, 2001.
- GUMBRECHT, H. U. Graciosidade e estagnação: ensaios escolhidos Trad: Luciana Villas Bôas e Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2012.
- GUMBRECHT, H. U. O campo não hermenêutico ou a materialidade da comunicação. *Teresa revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n.10-11, p. 386-407, 2010b.

- GUMBRECHT, H. U. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Trad: Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2010a.
- HABERMAS, J. Concluding comments. *Acta Política* 40, n. 3, s/d.
- HABERMAS, J. *Direito e Democracia: Entre Faticidade e Validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.
- HABERMAS, J. *Agir Comunicativo e Razão Destranscendentalizada*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.
- HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações Quanto a uma Categoria da Sociedade Burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.
- HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1990.
- HABERMAS, J. Political Communication of Normative Theory on Empirical Research in Media Society: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? *Communication Theory*, n. 16, p. 411–426, 2006.
- HABERMAS, J. *Teoria do Agir Comunicativo* (2vols). São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- HJARVARD, S. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *MATRIZES*, São Paulo, ano 5, n.2, jan./jun. 2012.
- HUTCHINS, E. *Cognition in the Wild*. MIT Press, 1995.
- HUTCHINS, E. Distributed Cognition. *IESBS*, 2010. Disponível em: <http://eclectic.ss.uci.edu/~drwhite/Anthro179a/DistributedCognition.pdf>.
- JANOTTI, J. J.; MATTOS, M.A; JACKS, N. (Org.) *Mediação e Midiatização*. Brasília: Compos. Salvador: EDUFBA, 2012.
- KANT, I. *Resposta a pergunta: O que é esclarecimento?* (1783). Tradução de Luiz Paulo Rouanet. s/d Disponível em: http://www.uesb.br/eventos/emkant/texto_II.pdf. Acesso. jun-2015.
- KAPTELININ. V.; NARDI. B. *Activity Theory in HCI: Fundamentals and reflections*. Copyright 2012. Morgan & Claypool. Disponível em: 102200/s00413ED1V01Y201203HC1013.
- KAPTELININ. V.; NARDI. B. *Acting with technology: Activity theory and Interaction Design*. MIT PRESS, 2009.
- KELLNER, D. *Habermas, the Public Sphere, and Democracy: a Critical Intervention*. Disponível em: <http://pages.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/essays/habermaspublicspheredemocracy.pdf> . 2009
- LATOUR, B. *Reagregando o social*. Sao Paulo: Edusc. 2012.
- LEMOS, A. *A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura*. São Paulo: Annablume, 2013b.
- LEMOS, A. Cidade-ciborgue: a cidade na cibercultura. *Galaxia*, n.8, p. 129-148, out.2004.
- LEMOS, A. Espaço, mídia locativa e teoria ator-rede. *Galaxia*, São Paulo, n. 25, p. 52-65, jun. 2013a.
- LEMOS, A. Você está aqui! Mídia locativa e teorias “materialidades da comunicação” e “ator- rede”. *Revista Comunicação e Sociedade*, São Bernardo do Campo, ano 32, n. 54, p.5-29, julho/dezembro 2010.
- LEVINE, J. Materialism and qualia: the explanatory gap. *Pacific Philosophical Quarterly*, n. 64, p.354-361, 1983.

- LEVY, P. A esfera publica do século XXI, 2011. Disponível em: https://techyredes.files.wordpress.com/2011/08/techyredes_artigo-pierre-levy1.pdf. Acesso em jan, 2015.
- LEVY, P. *As tecnologias da inteligência: O Futuro do Pensamento na Era da Informática*, 1998.
- LEVY, P. *O que é o virtual?* Editora 34: São Paulo, 2011.
- LIVINGSTONE, S. What is media literacy? *LSE Research Online*, 2004. Disponível em: <<http://eprints.lse.ac.uk/1027/>>.
- LOPES, A. S. Novos media e domesticação. In: *Comunicação e Cidadania - Actas do 5o Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Universidade do Minho, 2007.
- LUBENOW, J. A. & SILVA, Bartolomeu (Orgs.). Dossiê esfera pública. *Problemata: R. Intern. Fil.*, v.3, n.2, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v3i2.14953>.
- LUBENOW, J. A. A esfera pública 50 anos depois: esfera pública e meios de comunicação em Jürgen Habermas e homenagem aos 50 anos de Mudança Estrutural da Esfera Pública. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 35, n. 3, p. 189-220, Set./Dez., 2012
- LUBENOW, J. A. *A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 2007b.
- LUBENOW, J. A. A categoria de esfera pública em Jurgen Habermas: para uma reconstrução autocrítica. *Cadernos de ética e filosofia política* v.1, n.10, 2007a.
- LURIA, A. *A Construção da Mente*. São Paulo: Ícone, 1992.
- LURIA, A. *Desenvolvimento Cognitivo: Seus Fundamentos Culturais e Sociais*. São Paulo: Ícone, 2013.
- LURIA, A. *Fundamentos de Neuropsicologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
- MAAR, W. L. Adorno, Semiformação e Educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 83, 2003.
- MAIA, R. Mídia e deliberação: atores críticos e o uso público da razão. In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S. (org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006b
- MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S. (org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006a.
- MARCONDES, D. *Textos Básicos de Filosofia: dos Pré-Socráticos a Wittgenstein*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2000.
- MARCONDES, V. Novas tecnologias de conexão e o futuro da esfera pública”. *Verso e Reverso*, ano XXI , n. 46, 2007.
- MARQUES, F. P. J. A. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, p.1640187, abril-maio, 2006.
- MARTÍN- BARBERO, J. *Dos meios às mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- MARTÍN- BARBERO, J. Transformaciones comunicativas y tecnológicas de lo público. Ponencia presentada en el V Encuentro Iberoamericano del Tercer Sector Lo público: una pregunta desde la sociedad civil, Cartagena, 31 de octubre al 2 de noviembre, 2000. *Galáxia*, n.2, 2001.

- MATURANA, H. *Emoções e linguagem na educação e na política* / Humberto Maturana; tradução: José Fernando Campos Fortes. - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- MC KEE, A. *The Public Sphere: An Introduction*. Cambridge: University press, 2005.
- MC LUHAN. M. *O Meio é a Mensagem*. Rio de Janeiro: Ímã Editorial, 2011.
- MC LUHAN. M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 2007.
- MEDEIROS, J. da S. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política. *TransInformação*, Campinas, jan-abr. 2013.
- MEDEIROS, L. Revisitando a Terra Gêmea: Reflexões sobre o externalismo semântico de Hilary Putnam. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, 2011.
- MENARY. R. Cognitive Integration and the extended mind. In: MENARY. R. *et.al. The extended mind*. Edited by Richard Menary. Massachusetts Institute of Technology: MIT Press, 2010. (kindle edition)
- MENARY. R. *et.al. The extended mind*. Edited by Richard Menary. Massachusetts Institute of Technology: MIT Press, 2010 (kindle edition)
- MENARY. R. Introduction: The Extended Mind in Focus. In: MENARY. R. *et.al. The extended mind*. Edited by Richard Menary. Massachusetts Institute of Technology: MIT Press, 2010 (kindle edition)
- MOLINA. S. F. *Ciborgue: A mente estendida de Andy Clark*. Dissertação de mestrado. São Carlos: UFSCar, 2008.
- MORENO, J. A internet em McLuhan, Baudrillard e Habermas. *Observatorio Journal*, v.7, n. 3, 2013.
- MÜHL, E. H. Habermas e a educação: racionalidade comunicativa, diagnóstico crítico e emancipação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.32, n.117, 2011.
- NAGEL, T. What Is It Like to Be a Bat? *The Philosophical Review*, v. 83, n. 4 (p. 435-450, 1974).
- NÖE, A. Précis of Action In Perception: Philosophy and Phenomenological Research. *Philosophy and Phenomenological Research*. *International Phenomenological Society*, v. LXXVI, n. 3, p. 660-665, 2008.
- NÖE, A. & O'REGAN, J. K. A sensorimotor account of vision and visual consciousness. *Behavioral and Brain Sciences*, v.5, n.24, p. 939-973, 2001.
- NÖE, A. & THOMPSON, E. (Org.) *Vision and Mind. Selected Readings in the Philosophy of Perception*. Massachusetts Institute of Technology: The MIT Press Cambridge, Massachusetts London, England, 2002.
- NÖE, A. *Action in perception*. Cambridge: MIT Press, 2004.
- NÖE, A. *Out of our heads: Why you are not your brain, and other lessons from the biology of consciousness*. New York: Hill and Wang, 2009. (kindle edition)
- NÖE, A. *Varieties of presence*. Harvard: University Press, 2012. (kindle edition).
- OBERAUER, K. The explanatory gap is still there. *Behavioral and Brain Sciences*, 2001.
- PEREIRA, V. A. Reflexões sobre as materialidades dos meios: embodiment, afetividade e sensorialidade nas dinâmicas de comunicação das novas mídias. *Revista Fronteiras VII*, n.2, p. 93-101, mai-ago 2006.
- PERKINS, D. N. Person-plus: a distributed view of thinking and learning. In: PERKINS, D. N. (ed.) *Distributed cognitions: Psychological and educational considerations*. Edited by Gavriel Salomon. Cambridge: University Press, 1993.

- PINHEIRO, M. Aspectos históricos da Neuropsicologia: Subsídios para a Formação de Educadores. *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 175-196, 2005.
- PLATÃO. *A República*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 2000.
- PRESTON, J. The extended mind, the concept of belief, and epistemic credit”. In: MENARY. R. *et al. The extended mind*. Edited by Richard Menary. Massachussets Institute of Technology: MIT Press, 2010 (kindle edition)
- PURCELL, B. & KIANI, R. Neural Mechanisms of Post-error Adjustments of Decision Policy in Parietal Cortex. *Neuron*, n. 89, p. 658–671, 2016.
- RAMON, C.; GUERRA, L. *Neurociência e educação: Como o cérebro aprende*. Porto Alegre: Artmed, 2014. (kindle edition).
- RECUERO, R. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre. Editora Sulina, 2011.
- RECUERO, R.; FRAGOSO, S.; AMARAL, A. *Métodos de Pesquisa para internet*. Porto Alegre, Ed. Sulina, 2013.
- REGIS, F.; TIMPONI, R.; MAIA, A. Cognição integrada, encadeada e distribuída: breve discussão dos modelos cognitivos na cibercultura. *Revistacmc.espm.br*, v. 9, n. 26, 2012.
- ROBERTS, J.M. & CROSSLEY, N. After Habermas: new perspectives on the public sphere. *The Editorial Board of the Sociological Review 2004* (The Editorial Board of the Sociological Review 2004). Oxford: Published by Blackwell Publishing Ltd, 2004.
- RODRIGUES, C. *Blogs e a fragmentação do espaço público*. Universidade da Beira Interior: Labcom, 2006.
- ROSKIES, A. *Neuroethics for the new millenium*, Cambridge: Cambridge Press, 2002.
- ROWLANDS, M. The mind embedded. In: ROWLANDS, M. (Ed.) *The new science of the mind: From extended mind to embodied phenomenology*. Massachussets Institute of Technology: MIT Press, 2010.
- RUGGERI, S. Substancialidade e presença. *Kínesis*, v.VII, n.13, p.117-132, julho 2015.
- RUPERT, R. D. Representation in Extended Cognitive Systems: Does the Scaffolding of Language Extended Mind. In: MENARY. R. *et al. The extended mind*. Edited by Richard Menary. Massachussets Institute of Technology: MIT Press, 2010 (kindle edition)
- RUPERT, R. D. Systems, Functions, and Intrinsic Natures: On Adams and Aizawa’s The Bounds of Cognition. *Review Essay The Bounds of Cognition*, s/d. Disponível em: http://spot.colorado.edu/~rupert/Adams_Aiz_Review_Rupert.pdf.
- RUZ, J. Teoria Crítica e Educação. *Perspectiva. r. CED*, Florianópolis, v.3, n. 1, jul-dez, 1984.
- SAFATLE, V. *O circuito dos Afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- SALOMON, G. *Distributed cognitions: Psychological and educational considerations*. Cambridge: University Press, 1993.
- SALOMON. G.; PERKINS, D. Do technologies make us smarter? Intellectual amplification with, of, and trough technology. In: PREISS, D. D. & STERNBERG, R. (Eds). *Intelligence and technology*. Mahawah: LEA. 2005.
- SANTAELLA, L & CARDOSO, T. A estética política das mídias localizas. *Nômadias*, Universidade Central - Colômbia, n.28, 2008.
- SANTAELLA, L & CARDOSO, T. O desconcertante conceito de mediação técnica em Bruno Latour. *MATRIZES*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 167-185, 2015.

- SCHAEFER, R.; OVERY, K.; NELSON, P. Affect and non-uniform characteristics of predictive processing in musical behaviour. *Behavioral and Brain Sciences*, v.3, n. 36, 2013. Disponível em:10.1017/S0140525X12002373.
- SCHNEIDER, M. Internet e Cidadania nas periferias do Rio de Janeiro. *Estudos em Comunicação*, n. 12, dez. 2012.
- SETH, A. & CRITCHLEY, H. Extending predictive processing to the body: Emotion as interoceptive inference. . *Behavioral and Brain Sciences*, v.3, n. 36, 2013. Disponível em:10.1017/S0140525X12002270.
- SHAPIRO, L. *The Routledge Handbook of Embodied Cognition*. New York: Routledge, 2014.
- SHEA, N. Perception versus action: The computations may be the same but the direction of fit differs. . *Behavioral and Brain Sciences*, v.3, n. 36, 2013. Disponível em: 10.1017/S0140525X12002397.
- SILVA FILHO, W. J. *Mente, mundo e autoconhecimento: Uma apresentação ao externalismo*. São Paulo: *Trans/Form/Ação*, 2007.
- SILVEIRA F. Além da atribuição de sentido. *Verso e Reverso*, v. XXIV, n. 57, set-dez 2010.
- SILVEIRA, S A. Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública. In: PRETTO, N. L. & SILVEIRA, S. A. (Orgs.) *Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- SILVERSTONE, R. *Mediapolis and morality on the rise of the mediapolis*. Polity: Press, 2007.
- SILVERSTONE, R. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- SLOMAN, A. *What else can brains do?* 2013. Disponível em: <https://www.cs.bham.ac.uk/research/projects/cogaff/sloman-clark-bbs-2013.pdf>.
- SMART, P. Embodiment, Cognition and the World Wide Web. In: SHAPIRO, L. A. (Eds.). *The Routledge Handbook of Embodied Cognition*. New York: New York, 2014.
- SMART, P. *et al.* (Org) Extension and the Web. *Web Science Conference: Society On-Line*, Athens. 2010.
- SMART, P. Extended Cognition and the Internet: A Review of Current Issues and Controversies. *Philos. Technol*, s/n, 2016. Disponível em: 10.1007/s13347-016-0250-2.
- SMART, P. Emerging Digital Technologies: Implications for Extended Conceptions of Cognition and Knowledge. In: CARTER, A. J.; CLARK, J.; KALLESTRUP, O. S.; PALERMOS, O. S. & PRITCHARD, D. (Eds.). *Extended Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, s/d.
- SMART, P. HEERSMINSK, R. CLOWES, R. The cognitive ecology of the Internet. In: COWLEY, S J.; VALLEE-TOURANGEAU, F. (Orgs.). *Cognition beyond the brain: computation, interactivity and human artifice*. Switzerland: Springer International Publishing, 2017. Disponível em:10.1007/978-3-319-49115-8_13.
- SMART, P. The Web-extended mind. *Metaphilosophy*, v.43, n.4, p.446-463, july 2012.
- SMART, P. The Web-extended mind. *Philosophical Engineering: Toward a Philosophy of the web*. Ed. Harry Halpin e Alexandre Monnin, 2014.
- SOUSA H. Esfera pública digital – fragilidades e desafios: uma introdução. *Comunicação e Sociedade*, v. 23, 2013.
- SUTTON, J. Exograms and Interdisciplinarity: History, The extended mind, and the civilizing process. In: MENARY, R. *et al. The extended mind*. Edited by

- Richard Menary. Massachusetts Institute of Technology: MIT Press, 2010 (kindle edition)
- TAYLOR, C. *As fontes do self : A construção da identidade moderna*. São Paulo: Loyola, 2005.
- TEIXEIRA, J. F. *Filosofia do cérebro*. Col. Como ler a Filosofia. São Paulo: Paulus, 2013a. (kindle edition).
- TEIXEIRA, J. F. *Inteligência artificial*. Col. Como ler Filosofia. São Paulo: Paulus, 2013b. (kindle edition).
- TEIXEIRA, J. F. *Filosofia da Mente*. Col. Como ler Filosofia. São Paulo: Paulus, 2014. (kindle edition).
- TEIXEIRA, J. F. *Mente, Cérebro e Cognição*. Petrópolis: Vozes, 2000. (kindle edition)
- TEIXEIRA, J. F. *Mentes e máquinas: Uma introdução à ciência cognitiva*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- TIC Domicílios e Empresas 2012 = *Survey on the use of information and communication technologies in Brazil: ICT Households and Enterprises 2012* / [coordenação executiva e editorial / executive and editorial coordination, Alexandre F. Barbosa ; tradução /translation DB Comunicação (org.)]. São Paulo. Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013.
- TORET, J. *Tecnopolítica: La potencia de las multitudes conectadas. El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuida*. Working Paper Series RR13-001. Grupo de investigación: @Datanalysis15m, s/d. Disponível em: <http://journals.uoc.edu/index.php/in3-working-paper-series/article/view/1878>
- TORRES, C. A.; MORROW, R. A. Jürgen Habermas, Paulo Freire e a pedagogia crítica: Novas orientações para a educação comparada. *Educação, Sociedade e Culturas*, n.10, 1998.
- VALENTE, J. Concentração ameaça potencial do mundo digital. *Revista Caros Amigos*, edição nov. 2013.
- VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 2012.
- VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- VOLKMER, I. *The Global Public Sphere: Public communication in the age of reflective interdependence*. Cambridge: Cambridge Press, 2014.
- WHEELER, M. In defense of externalism functionalism. In: MENARY, R. *et al. The extended mind*. Edited by Richard Menary. Massachusetts Institute of Technology: MIT Press, 2010 (kindle edition)